



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 539

Terça-feira - 27 de Julho de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	2
Arroio Trinta.....	2
Ascurra.....	3
Braço do Trombudo	6
Caçador.....	7
Campo Alegre	8
Campos Novos	39
Catanduvas.....	44
Chapadão do Lageado	44
Concórdia	45
Forquilha.....	75
Fraiburgo.....	75
Garopaba.....	76
Gaspar	76
Imbituba	77
Irineópolis	78
Itapoá	81
Joaçaba.....	129
Massaranduba.....	131
Monte Carlo	133
Nova Trento	133
Paulo Lopes	137
Porto Belo.....	137
Porto União.....	137
Rio do Sul.....	139
São Pedro de Alcântara.....	140
Schroeder	171
Tunápolis.....	181
Videira.....	181

Água Doce

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N160/2010

PORTARIA Nº 160/2010 - DE 22 DE JULHO DE 2010

"CEDE PARA USO DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO O VEÍCULO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Determina que o veículo Kombi - placa MFJ 4181, usado na Secretaria da Educação, Cultura e Esporte, ficará a disposição da Secretaria de Indústria, Comércio e Urbanismo a partir de 23 de julho de 2010.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria de Indústria, Comércio e Urbanismo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de julho de 2010.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Portaria N159/2010

PORTARIA Nº 159/2010 - DE 22 DE JULHO DE 2010

"DETERMINA O RETORNO PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE O VEÍCULO QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o retorno para uso da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, o veículo Kombi - placa MCY 8501, cedido para Secretaria de Indústria, Comércio e Urbanismo através da Portaria nº 099/2009, de 14 de abril de 2009.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Portaria, serão por conta de dotações próprias da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, constantes no Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 22 de julho de 2010.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação - PR N° 90/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 90/2010; Modalidade: Pregão Presencial; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente Licitação tem por objeto a Aquisição de Peças para revisar e recuperar partes danificadas da Retro Escavadeira Caterpillar 416E, da frota de veículos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 09/08/2010 às 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 26 de julho de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital Notificação 23.07.2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO RECURSOS FEDERAIS

A Prefeitura Municipal de Arroio Trinta – Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 2º., da Lei Federal N° 9452/97, notifica a comunidade, partidos políticos, sindicatos e entidades empresariais, com sede instaladas no Município de Arroio Trinta/SC, a liberação de recursos do Governo Federal, conforme abaixo relacionados:

Data Recebimento	Banco/Agência/Conta	Origem	Recursos	Valor (R\$)
21/07/2010	Banco do Brasil Agência: 5.322-8 Conta: 24.891-6	Ministério da Saúde	Programa Vigilância Sanitária – VS Piso Estratégico Comp. 05/2010.	R\$ 149,36

21/07/2010	Banco do Brasil Agência: 5.322-8 Conta: 24.891-6	Ministério da Saúde	Programa Vigilância Sanitária – VS Piso Estratégico Comp. 01/2010.	R\$ 37,34
21/07/2010	Banco do Brasil Agência: 5.322-8 Conta: 24.891-6	Ministério da Saúde	Programa Vigilância Sanitária – VS Piso Estratégico Comp. 02/2010.	R\$ 37,34
21/07/2010	Banco do Brasil Agência: 5.322-8 Conta: 24.891-6	Ministério da Saúde	Programa Vigilância Sanitária – VS Piso Estratégico Comp. 03/2010.	R\$ 37,34
21/07/2010	Banco do Brasil Agência: 5.322-8 Conta: 24.891-6	Ministério da Saúde	Programa Vigilância Sanitária – VS Piso Estratégico Comp. 04/2010.	R\$ 37,34
21/07/2010	Banco do Brasil Agência: 5.322-8 Conta: 24.891-6	Ministério da Saúde	Programa Vigilância Sanitária – VS Piso Estratégico Comp. 05/2010.	R\$ 99,24
21/07/2010	Banco do Brasil Agência: 5.322-8 Conta: 24.891-6	Ministério da Saúde	Programa Vigilância Sanitária – VS Ações Estruturantes Comp. 05/2010.	R\$ 2.400,00
21/07/2010	Banco do Brasil Agência: 5.322-8 Conta: 24.891-6	Ministério da Saúde	Programa Vigilância Sanitária – VS Piso Fixo e Promoção da Saúde Comp. 05/2010.	R\$ 3.109,24
21/07/2010	Banco do Brasil Agência: 5.322-8 Conta: 24.891-6	Ministério da Saúde	Programa Vigilância Sanitária – VS Ações Estruturantes Comp. 01/2010.	R\$ 600,00
21/07/2010	Banco do Brasil Agência: 5.322-8 Conta: 24.891-6	Ministério da Saúde	Programa Vigilância Sanitária – VS Piso Estratégico Comp. 01/2010.	R\$ 24,81
21/07/2010	Banco do Brasil Agência: 5.322-8 Conta: 24.891-6	Ministério da Saúde	Programa Vigilância Sanitária – VS Ações Estruturantes Comp. 02/2010.	R\$ 600,00
21/07/2010	Banco do Brasil Agência: 5.322-8 Conta: 24.891-6	Ministério da Saúde	Programa Vigilância Sanitária – VS Piso Estratégico Comp. 02/2010.	R\$ 24,81
21/07/2010	Banco do Brasil Agência: 5.322-8 Conta: 24.891-6	Ministério da Saúde	Programa Vigilância Sanitária – VS Ações Estruturantes Comp. 03/2010.	R\$ 600,00



21/07/2010	Banco do Brasil Agência: 5.322-8 Conta: 24.891-6	Ministério da Saúde	Programa Vigilância Sanitária – VS Piso Estratégico Comp. 03/2010.	R\$ 24,81
21/07/2010	Banco do Brasil Agência: 5.322-8 Conta: 24.891-6	Ministério da Saúde	Programa Vigilância Sanitária – VS Ações Estruturantes Comp. 04/2010.	R\$ 600,00
21/07/2010	Banco do Brasil Agência: 5.322-8 Conta: 24.891-6	Ministério da Saúde	Programa Vigilância Sanitária – VS Piso Estratégico Comp. 04/2010.	R\$ 24,81

Arroio Trinta/SC, 23 de julho de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 2150

DECRETO N.º 2150 de 01 de abril de 2010

Convoca Municípios para a 1ª Conferência Intermunicipal De Saúde Mental de Ascurra, Apiúna e Rodeio.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 0661, de 11/04/94 e considerando a Resolução 433, de 14/01/2010 do Conselho Nacional de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º - Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, fica convocada a 1.ª Conferência Intermunicipal de Saúde Mental de Ascurra, Apiúna e Rodeio para o dia 07/04/2010, das 13:00 às 17:30 horas .

Art. 2º - O tema central da Conferência será, "SAÚDE MENTAL DIREITO E COMPROMISSO DE TODOS: CONSOLIDAR AVANÇOS E ENFRENTAR DESAFIOS."

Parágrafo Único: 1º Conferência Intermunicipal De Saúde Mental de Ascurra, Apiúna e Rodeio terá como objetivo analisar a situação municipal e fortalecer o debate da Saúde Mental no SUS com a participação social.

Art. 3º - 1.ª Conferência Intermunicipal de Saúde Mental de Ascurra, Apiúna e Rodeio será realizada na Sociedade Sete de Setembro.

Art. 4º - A Conferência será presidida pelo Prefeito Municipal e coordenada pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 5º - As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas em Regimento Interno, deliberadas pelos participantes da 1.ª Conferência Intermunicipal de Saúde Mental de Ascurra, Apiúna e Rodeio

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 01 de abril de 2010.

MOACIR POLIDORO
Prefeito de Ascurra/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Ascurra/SC, em 01 de abril de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Decreto N.º 2152

DECRETO N.º 2152, de 03 de maio de 2010.

Homologa Resultados Finais do Processo Seletivo referente ao Edital nº 02/2010.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologados os resultados finais do Processo Seletivo, referente ao Edital nº 002/2010, conforme quadro de classificação segue:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CARGO: PROFESSOR I (143000)

N.º INS-CRICAÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	PROVA ESCRITA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
038	Marcia Regina Fiamoncini Strey	947.664.879-15	6,0	10,0	8,0	1º
048	Rosane Cristina Coelho Pisa	907.202.029-49	6,5	4,5	5,5	2º
006	Marisa Corrêa	853.901.199-91	6,0	3,0	4,5	3º

CARGO: ATENDENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL (991005)

N.º INS-CRICAÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
040	Adayane Aparecida Pimentel Pereira	859.849.142-04	7,0	1º
036	Karoline Ângela Esemann	048.630.409-46	7,0	2º
027	Jackeline Pezzini	006.048.259-19	6,0	3º
001	Magda Stupp Machado Ribeiro	064.454.099-03	5,5	4º
053	Aline Carla dos Santos	073.671.079-50	5,0	5º

CARGO: CRECHEIRA (991002)

N.º INS-CRICAÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
004	Denise Bissoni	049.501.239-47	8,5	1º
026	Adriana Gieland	047.563.059-97	7,5	2º
029	Rosecler Aparecida Sevegnani	072.278.869-05	7,5	3º



008	Maria Bernardete Pavesi da Costa	001.583.009-80	7,0	4º
035	Liamara Bonezzi	054.214.949-42	5,0	5º

CARGO: SERVENTE (999001)

N.º INS- CRI- ÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
044	Maria Aucilia Ronchi	824.333.219-72	8,0	1º

CARGO ZELADORA (181004)

N.º INS- CRI- ÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
016	Isabel Maria Crespi	702.379.649-53	9,0	1º
018	Márcia Teresinha Schroeder	601.992.379-72	7,5	2º
034	Márcia Dias	058.905.719-74	7,0	3º

CARGO: MOTORISTA (181005)

NÃO HOUVE CLASSIFICADOS

SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS

CARGO: MOTORISTA (985001)

N.º INS- CRI- ÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
002	Anderson Patrício	035.659.429-75	9,0	1º

CARGO: SERVENTE (999003)

N.º INS- CRI- ÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
020	Maiko Rodrigo Costa	038.391.879-07	10,0	1º
056	Jandir Dias	458.423.530-91	5,5	2º

CARGO: PEDREIRO (951001)

N.º INS- CRI- ÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
021	Sergio Flor da Silva	421.929.339-04	8,5	1º

SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE

MÉDICO VETERINÁRIO (65001)

N.º INS- CRI- ÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
043	Carlos Henrique Dotto de Moraes	005.376.020-46	7,0	1º
039	Julieti Brancher	833.358.469-15	5,5	2º

022	Ronaldo Decker	007.441.429-11	5,5	3º
-----	----------------	----------------	-----	----

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

SERVENTE DE SAÚDE (991001)

N.º INS- CRI- ÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
057	Luzia dos Santos	843.182.959-15	8,0	1º
046	Orlandina Vargas	743.693.349-34	8,0	2º

MOTORISTA (073003)

N.º INS- CRI- ÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
041	Marco Antonio Miranda	899.275.599-68	8,5	1º
050	João Paulo Waltrick	044.621.519-84	8,0	2º
030	Geovani Moretto	041.221.989-17	7,5	3º

QUADRO DE PESSOAL DO PSF – Lei n.º 065/2006 de 08/12/2006

AGENTE COMUNITÁRIO (999082)

N.º INS- CRI- ÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTAS	CLASSIFICAÇÃO
031	Alda Maria Dalmolin	439.596.799-04	7,0	1º

AUXILIAR DE ENFERMAGEM (999080)

N.º INS- CRI- ÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	PROVA ESCRITA	PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFI- CAÇÃO
047	Sandra Maria Dias Zimath	853.904.299-15	7,5	2,0	4,75	1º
054	Carmem Miranda Alves F. Prussek	824.886.069-87	6,0	0,0	3,0	2º

CIRURGIÃO DENTISTA (999078)

N.º INS- CRI- ÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTAS	CLASSIFICAÇÃO
028	Laerte Antonio Colombo	256.577.658-69	7,0	1º

QUADRO DE PESSOAL DO NASF – Lei n.º 096/2009 de 02/12/2009

FARMACÊUTICO (999085)

NÃO HOUVE CLASSIFICADOS

ASSISTENTE SOCIAL (999083)

NÃO HOUVE CLASSIFICADOS



PSICOLOGO (999084)

N.º INS- CRI- ÇÃO	NOME CANDIDATO	CPF	NOTAS	CLASSIFICAÇÃO
055	Vanessa Possamai	043.857.199-18	6,5	1º

Art. 2.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 03 de maio de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto na forma regulamentar

Município de Ascurra em, 03 de maio de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Decreto N° 2151

DECRETO N° 2151, de 26 de abril de 2010.

Declara Situação Anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do município afetada por Enxurradas.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 72, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, pelo Art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

CONSIDERANDO QUE:

- A ocorrência de enxurradas, provocadas por chuva intensa e concentrada, no dia 26 de abril de 2010, atingindo parte do município, conforme Mapa das áreas afetadas, anexo a este Decreto;

- Como consequências deste desastre, resultaram danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

- A recomendação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou os efeitos do desastre, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art.1º Fica declarado a existência de Situação Anormal, provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único: Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental a ser estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada que integrará este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as

ações de resposta aos desastres e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do Art 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco eminente:

I - Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - Usar da propriedade inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente de Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início ao processo de desapropriação, por utilidade pública de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de construção das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único: O prazo de validade deste Decreto poderá ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Município de Ascurra em 26 de abril de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Ascurra em 26 de abril de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Decreto nº 2153

DECRETO nº 2153, de 11 de maio 2010

Dispõe sobre adensamento urbano na zona central do Município de Ascurra.

MOACIR POLIDORO, Prefeito de Ascurra/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002, e de acordo com os artigos 1º e 2º, inciso I alínea b) da Resolução CONAMA nº 369/06, e demais legislação aplicável, e:



CONSIDERANDO a necessidade de fomentar o adensamento urbano na zona central do Município de Ascurra, de forma que as famílias possam instalar-se na porção central da cidade;

CONSIDERANDO que a Comissão especialmente formada para estudar a política de adensamento da área central do município apontou a existência de Ruas Públicas projetadas no cadastro imobiliário do Município, Ruas estas projetadas já na primeira planta da zona urbana deste município datado de 1919, bem como a existência destas vias inclusive nos títulos dominiais dos particulares que fazem limite com estas vias;

CONSIDERANDO, a legalidade da implantação de vias existentes, pois, se tratam de terras públicas utilizadas por particulares ante a inércia do Poder Público em implementá-las, bem como a possibilidade de obter o devido licenciamento ambiental para efetivação da obra inclusive em áreas de preservação permanente;

CONSIDERANDO, que a implantação das vias previamente projetadas é de vital interesse da comunidade ascurrense, pois possibilitará a interligação da Rua Bela Vista, Rua Benjamin Constant, Avenida Brasília, Rua 7 de Abril, e Rua Santa Catarina, bem como interligando o Bairro Centro aos Bairros Vila Nova e São Francisco, facilitando o acesso das famílias que residem nestas vias e Bairros a locais públicos e grande circulação tais como Prefeitura Municipal, Banco do Brasil, Lotérica, Igreja Matriz, Colégio São Paulo, Colégio Estadual Domingos Sávio, entre outros;

CONSIDERANDO finalmente, que as obra de implantação da Rua 25 de Fevereiro e Rua Pe. Simão Majcker, contará com a supervisão técnica do engenheiro florestal deste Município, de forma a orientar suas implantações de modo a afetar da menor forma possível a vegetação existente no local;

DECRETO:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, na forma prevista na alínea "b)" do Inciso I do artigo 2º da Resolução CONAMA nº 369/2006, as obras de retificação e melhorias rodoviárias da Rua 25 de Fevereiro na porção compreendida entre a Rua Santa Catarina e Rua 7 de Abril, e, da Rua Pe. Simão Majcker, na sua porção compreendida entre a Rua Benjamin Constant e Avenida Brasília, inclusive nos trechos em que atingem a APP do córrego denominado que cruza com ambas as vias e construção viária (pontilhão) sobre este córrego;

Art. 2º - Os procedimentos necessários a emissão do licenciamento ambiental junto aos órgãos ambientais competentes, ficarão a cargo do engenheiro florestal deste município de Ascurra;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 11 de Maio de 2010.
MOACIR POLIDORO
Prefeito de Ascurra/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Ascurra/SC, 11 de maio de 2010.
MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Decreto Nº. 2154

DECRETO Nº. 2154, de 11 de maio de 2010.
Abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro do ano de 2009, no vínculo 30000.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito suplementar nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

08.01	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOL.	
08.243.0110.2041	Transf. A Inst. Privadas S/Fins Lucrativos	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3350000000000000	Aplicações Diretas	
Vinc.30000	Superávit Financeiro ano 2009	40.000,00
04.02	ESPORTE E CULTURA	
13.392.0060.2022	Manutenções Atividades Culturais	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3390000000000000	Aplicações Diretas	
Vinc.30000	Superávit Financeiro ano 2009	6.000,00
TOTAL		46.000,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do superávit financeiro do exercício de 2009.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 11 de maio de 2010.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar
Município de Ascurra em, 11 de maio de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 095/2010

PORTARIA 095/2010

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Jane Sônia Gieseler, ocupante do cargo de Professor, nomeada pela Lei 009/93 e Portaria 020/2002 do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período 25.05.10 a 12.09.2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 25.05.2010.

Braço do Trombudo, em 23 de julho de 2010.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Portaria 096/2010

PORTARIA 096/2010
Concede Gratificação por Curso de Aperfeiçoamento nos termos complementar nº 07/98 de 17.12.98.



Vilberto Muller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 27 da Lei Complementar nº 07/98 de 17.12.98 e Lei Complementar nº 040/2005 de 29.06.2005, etc...

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação por Curso de Aperfeiçoamento/Capacitação, nos termos do artigo 27 da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98 e Lei Complementar nº 040/2005 de 29.06.2005, aos seguintes Profissionais em Educação, detentores de cargos efetivos:

Nº	NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	ADMISSÃO	CARGO
01	Sueli Ferrari Heinz	20 hs	04.02.2002	Professor Nível III

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.07.2010.

Braço do Trombudo, em 23 de julho de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria 097/2010

PORTARIA 097/2010

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT - nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir para atuar em caráter temporário, nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino em substituição da servidora Jane Sônia Gieseler que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Nº	Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
01	Luciana Meurer	20	Professor nível I	01.07.2010 a 12.09.2010

Art. 2º - Conceder gratificação de 10% (dez por cento), regência de classe, conforme art. 19, da Lei nº 07/98.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.07.2010.

Braço do Trombudo, em 23 de julho de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria 098/2010

PORTARIA 098/2010

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT - nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir para atuar em caráter temporário, nos termos do artigo 31, inciso I da Lei Complementar nº 07/98, de 17.12.98, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino em substituição da servidora Jane Sônia Gieseler que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Nº	Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
01	Glauceia Alma Larsen	20	Professor nível II	01.07.2010 a 12.09.2010

Art. 2º - Conceder gratificação de 10% (dez por cento), regência de classe, conforme art. 19, da Lei nº 07/98.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.07.2010.

Braço do Trombudo, em 23 de julho de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Portaria 099/2010

PORTARIA 099/2010

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc...

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a servidora Rosângela Niederhaus, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - Mer./Serv., do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 094/2010 de 16.07.2010, a partir de 20.07.2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 20.07.2010.

Braço do Trombudo, em 23 de julho de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Recurso contra homologação das inscrições para o Concurso Público conforme edital 01/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
CONCURSO PÚBLICO 01/2010

A COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO, nomeada pelo decreto nº 4.421, de 29 de janeiro de 2010, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado do recurso contra homologação



das inscrições para o Concurso Público conforme edital 01/2010.

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS

Candidato Requerente	Status dos Recursos
Fiscal de Posturas	
Andréa Lucy Carneiro	DEFERIDO

Caçador, 22 de julho de 2010.

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER
Presidente da Comissão de Concurso

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

1ª Alteração Processo Licitatório 85/2010

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE -SC

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2010, PREGÃO (presencial)

Foi verificado, de ofício, erro na descrição do objeto a ser adquirido, constante do Anexo I, parte integrante do Edital do processo licitatório epigrafado, sendo assim RESOLVE alterar a descrição incluindo a exigência de fabricação nacional, excluindo a exigência "8v", alterar a cor branco para branco, cinza ou prata, potência mínima de 112cv para 130 cv e capacidade de 7 passageiros para 6 passageiros que passa a vigorar conforme segue:

ANEXO I

MODELO DE PLANILHA PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2010, MODALIDADE PREGÃO

Item	Qtde	Unid	Descrição	Marca/ Modelo	Valor Unitário (R\$)
01	01	Und.	VEÍCULO UTILITÁRIO, de fabricação nacional, zero quilômetro, ano/modelo 2010 ou 2011, nas cores branco, cinza ou prata, motor 1.8 ou superior, flex (gasolina e álcool), mínimo 04 cilindros, potência mínima 130 cv, direção hidráulica, ar condicionado (de série) + pára-brisa degradê, capacidade para 6 passageiros, 4 portas, retrovisores externos elétricos, volante com regulagem de altura, rádio Cd/Mp3 (devidamente instalado com fiação, auto-falantes e antena), tapetes de borracha, pneus novos e demais equipamentos exigidos pelo CBT - Código Brasileiro de Trânsito. Prazo mínimo de garantia: 12 meses		

Validade da proposta: _____ dias (não inferior a 60 dias)

CARIMBO (ou identificação da empresa) E ASSINATURA:

ALTERA-SE também o ITEM 2 -DO OBJETO E CONDIÇÕES

2.1.7.1 - Está fixado o valor máximo de R\$ 66.500 (sessenta e seis mil e quinhentos reais) para o ITEM.

2.1.7.1.1 - As propostas apresentadas com valor acima do máximo fixado no item

2.1.7.1 serão automaticamente desclassificadas

Por último, ALTERA-SE todas a data de abertura, e conseqüentemente do recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, e as datas limites para autenticação de documentos, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

"1.1.1 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 13 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 06 de agosto de 2010, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

1.1.2 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 06/08/2010

HORA: 14 HORAS

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

4.5.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 4.5.1, somente poderá ser realizada até às 13 horas e 30 minutos do dia 06/08/2010, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

6.1.2.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 6.1.2.1, somente poderá ser realizada até às 13 horas e 30 minutos do dia 06/08/2010, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

8.2.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser até às 13 horas e 30 minutos do dia 06/08/2010, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município e no site www.campoalegre.sc.gov.br , no DOM.

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre, 22 de julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.896.184,04	19.896.184,04	2.987.022,14	15,01	9.030.754,26	45,39	10.865.429,78
RECEITAS CORRENTES	17.546.469,04	17.546.469,04	2.987.022,14	17,02	8.740.834,26	49,82	8.805.634,78
RECEITA TRIBUTARIA	2.018.935,47	2.018.935,47	356.110,10	17,64	1.144.985,69	56,71	873.949,78
IMPOSTOS	1.505.051,44	1.505.051,44	234.020,33	15,55	839.103,01	55,75	665.948,43
TAXAS	440.861,02	440.861,02	118.618,08	26,91	296.776,42	67,32	144.084,60
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	73.023,01	73.023,01	3.471,69	4,75	9.106,26	12,47	63.916,75
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	984.141,89	984.141,89	152.879,04	15,53	463.196,04	47,07	520.945,85
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	492.120,36	492.120,36	71.123,16	14,45	208.767,57	42,42	283.352,79
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	492.021,53	492.021,53	81.755,88	16,62	254.428,47	51,71	237.593,06
RECEITA PATRIMONIAL	905.742,73	905.742,73	164.108,10	18,12	480.844,40	53,09	424.898,33
RECEITAS IMOBILIARIAS	1.298,30	1.298,30	139,20	10,72	412,05	31,74	886,25
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	904.444,43	904.444,43	163.968,90	18,13	480.432,35	53,12	424.012,08
RECEITA DE SERVIÇOS	794.400,00	794.400,00	136.798,90	17,22	464.375,78	58,46	330.024,22
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.532.651,00	12.532.651,00	2.114.042,92	16,87	6.025.449,74	48,08	6.507.201,26
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.200.481,04	12.200.481,04	2.057.431,49	16,86	5.904.619,82	48,40	6.295.861,22
Transf. de Instituições Privadas	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Transf. de Pessoas	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Transf. de Conv.	331.369,96	331.369,96	56.611,43	17,08	120.829,92	36,46	210.540,04
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	310.597,95	310.597,95	63.083,08	20,31	161.982,61	52,15	148.615,34
Multas e Juros de Mora	54.465,03	54.465,03	11.610,68	21,32	33.200,72	60,96	21.264,31
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	34.073,36	34.073,36	34.294,77	100,65	69.349,27	203,53	-35.275,91
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	221.853,56	221.853,56	17.160,98	7,74	57.535,97	25,93	164.317,59
RECEITAS DIVERSAS	206,00	206,00	16,65	8,08	1.896,65	920,70	-1.690,65
RECEITAS DE CAPITAL	2.349.715,00	2.349.715,00	0,00	0,00	289.920,00	12,34	2.059.795,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	750.000,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	750.000,00	750.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.573.715,00	1.573.715,00	0,00	0,00	289.920,00	18,42	1.283.795,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	410.000,00	410.000,00	0,00	0,00	135.000,00	32,93	275.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.163.715,00	1.163.715,00	0,00	0,00	154.920,00	13,31	1.008.795,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	984.240,73	984.240,73	142.247,24	14,45	417.574,30	42,43	566.666,43
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	984.240,73	984.240,73	142.247,24	14,45	417.574,30	42,43	566.666,43
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	984.240,73	984.240,73	142.247,24	14,45	417.574,30	42,43	566.666,43

Continua 1/4

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	984.240,73	984.240,73	142.247,24	14,45	417.574,30	42,43	566.666,43
Contribuições Sociais	984.240,73	984.240,73	142.247,24	14,45	417.574,30	42,43	566.666,43
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	20.880.424,77	20.880.424,77	3.129.269,38	14,99	9.448.328,56	45,25	11.432.096,21
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	20.880.424,77	20.880.424,77	3.129.269,38	14,99	9.448.328,56	45,25	11.432.096,21
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	20.880.424,77	20.880.424,77	3.129.269,38	14,99	9.448.328,56	45,25	11.432.096,21
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	605.950,84	—	—	269.476,41	—	—
Superávit Financeiro	—	519.103,37	—	—	182.628,94	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	86.847,47	—	—	86.847,47	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.939.296,90	1.010.835,84	20.950.132,74	1.966.116,55	8.747.474,24	2.374.627,06	6.461.232,09	30,84	14.488.900,65
DESPESAS CORRENTES	14.788.360,89	274.618,37	15.062.979,26	1.845.500,63	8.502.889,13	2.295.977,09	6.331.253,36	42,03	8.731.725,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	291.127,00	0,00	291.127,00	49.785,62	150.557,17	49.785,62	150.557,17	51,72	140.569,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.161.163,30	-35.045,00	7.126.118,30	1.088.969,22	3.155.093,95	1.089.454,36	3.153.638,53	44,25	3.972.479,77
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	136.250,00	0,00	136.250,00	13.519,06	53.574,68	16.450,45	35.645,20	26,16	100.604,80
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.199.820,59	309.663,37	7.509.483,96	693.226,73	5.143.663,33	1.140.286,66	2.991.412,46	39,84	4.518.071,50
DESPESAS DE CAPITAL	3.506.974,92	736.217,47	4.243.192,39	120.615,92	244.585,11	78.649,97	129.978,73	3,06	4.113.213,66

Continua 2/4



Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	19.939.296,90	1.010.835,84	20.950.132,74	1.966.116,55	8.747.474,24	2.374.627,06	6.461.232,09	30,84	14.488.900,65
INVESTIMENTOS	14.500,00	0,00	14.500,00	0,00	267,00	0,00	267,00	1,84	14.233,00
INVESTIMENTOS	3.492.474,92	736.217,47	4.228.692,39	120.615,92	244.318,11	78.649,97	129.711,73	3,07	4.098.980,66
RESERVA LEGAL DO RPPS	1.493.961,09	0,00	1.493.961,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.493.961,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	941.127,87	31.240,00	972.367,87	142.247,24	417.574,30	142.247,24	417.574,30	42,94	554.793,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.600,00	0,00	6.600,00	1.129,10	3.392,27	1.129,10	3.392,27	51,40	3.207,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	934.527,87	31.240,00	965.767,87	141.118,14	414.182,03	141.118,14	414.182,03	42,89	551.585,84
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	20.880.424,77	1.042.075,84	21.922.500,61	2.108.363,79	9.165.048,54	2.516.874,30	6.878.806,39	31,38	15.043.694,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	20.880.424,77	1.042.075,84	21.922.500,61	2.108.363,79	9.165.048,54	2.516.874,30	6.878.806,39	31,38	15.043.694,22
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.569.522,17	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	20.880.424,77	1.042.075,84	21.922.500,61	2.108.363,79	9.165.048,54	2.516.874,30	9.448.328,56	31,38	15.043.694,22

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 283.042,72

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Continua 3/4

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

CAMPO ALEGRE, 23/07/2010

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.939.296,90	20.950.132,74	1.966.116,55	8.747.474,24	2.374.627,06	6.461.232,09	93,93	30,84	14.488.900,65
Legislativa	441.877,00	441.877,00	63.304,68	204.398,85	66.236,07	186.469,37	2,71	42,20	255.407,63
Ação Legislativa	441.877,00	441.877,00	63.304,68	204.398,85	66.236,07	186.469,37	2,71	42,20	255.407,63
Administração	1.825.745,91	1.843.149,28	251.815,41	1.024.685,19	315.376,21	862.564,01	12,54	46,80	980.585,27
Administração Geral	1.396.471,91	1.413.875,28	182.642,08	820.561,93	240.901,13	670.595,05	9,75	47,43	743.280,23
Administração Financeira	292.274,00	292.274,00	30.869,35	125.840,49	36.171,10	113.686,19	1,65	38,90	178.587,81
Formação de Recursos Humanos	15.000,00	15.000,00	4.844,76	4.844,76	4.844,76	4.844,76	0,07	32,30	10.155,24
Administração de Receitas	122.000,00	122.000,00	33.459,22	73.438,01	33.459,22	73.438,01	1,07	60,20	48.561,99
Segurança Pública	185.382,85	268.182,85	56.931,20	104.409,68	5.948,01	22.591,63	0,33	8,42	245.591,22
Policimento	84.231,24	84.231,24	1.395,70	38.192,23	4.529,30	17.529,62	0,25	20,81	66.701,62
Defesa Civil	101.151,61	183.951,61	55.535,50	66.217,45	1.418,71	5.062,01	0,07	2,75	178.889,60
Assistência Social	440.803,82	595.903,82	118.545,82	297.210,11	58.421,32	149.306,71	2,17	25,06	446.597,11
Assistência ao Idoso	1.880,00	95.380,00	78.773,08	78.773,08	0,00	0,00	0,00	0,00	95.380,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	134.695,12	155.695,12	18.775,00	75.905,41	23.476,15	53.214,52	0,77	34,18	102.480,60
Assistência Comunitária	300.428,70	312.428,70	20.997,74	141.737,82	34.945,17	95.298,39	1,39	30,50	217.130,31
Fomento ao Trabalho	3.800,00	32.400,00	0,00	793,80	0,00	793,80	0,01	2,45	31.606,20
Previdência Social	2.534.761,09	2.534.761,09	115.139,66	371.635,22	118.914,76	354.941,70	5,16	14,00	2.179.819,39
Previdência do Regime Estatutário	2.534.761,09	2.534.761,09	115.139,66	371.635,22	118.914,76	354.941,70	5,16	14,00	2.179.819,39
Saúde	3.412.421,89	3.534.184,36	474.957,94	2.019.775,09	631.141,20	1.653.064,45	24,03	46,77	1.881.119,91
Atenção Básica	2.301.068,38	2.352.830,85	379.727,43	1.300.754,09	468.198,41	1.210.729,86	17,60	51,46	1.142.100,99
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	166.000,00	166.000,00	0,00	160.555,60	32.720,15	72.829,14	1,06	43,87	93.170,86
Suporte Profilático e Terapêutico	883.398,04	953.398,04	93.951,35	527.860,54	121.571,81	350.544,37	5,10	36,77	602.853,67
Vigilância Sanitária	30.703,77	30.703,77	366,50	19.052,00	5.212,00	11.269,00	0,16	36,70	19.434,77
Vigilância Epidemiológica	24.251,70	24.251,70	912,66	11.552,86	3.438,83	7.692,08	0,11	31,72	16.559,62
Alimentação e Nutrição	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Trabalho	22.500,00	22.500,00	477,00	12.435,22	1.638,11	4.323,74	0,06	19,22	18.176,26
Fomento ao Trabalho	22.500,00	22.500,00	477,00	12.435,22	1.638,11	4.323,74	0,06	19,22	18.176,26
Educação	5.122.631,64	5.212.631,64	418.851,96	2.261.324,22	608.724,71	1.519.100,23	22,08	29,14	3.693.531,41
Alimentação e Nutrição	148.705,42	148.705,42	18.903,40	78.630,64	25.272,35	55.382,92	0,81	37,24	93.322,50
Ensino Fundamental	3.182.589,47	3.162.589,47	229.032,54	1.677.993,29	410.458,59	975.802,24	14,19	30,85	2.186.787,23
Educação Infantil	1.791.336,75	1.901.336,75	170.916,02	504.700,29	172.993,77	487.915,07	7,09	25,66	1.413.421,68
Cultura	729.433,60	575.563,60	53.180,39	140.795,13	36.700,60	101.708,67	1,48	17,67	473.854,93
Difusão Cultural	729.433,60	575.563,60	53.180,39	140.795,13	36.700,60	101.708,67	1,48	17,67	473.854,93
Urbanismo	2.561.581,02	2.294.231,02	237.382,09	744.483,40	253.225,96	709.428,43	10,31	30,92	1.584.802,59
Infra-Estrutura Urbana	652.521,53	652.521,53	85.735,82	211.826,33	85.883,82	211.826,33	3,08	32,46	440.695,20

Continua 1/3

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.939.296,90	20.950.132,74	1.966.116,55	8.747.474,24	2.374.627,06	6.461.232,09	93,93	30,84	14.488.900,65
Urbanismo	2.561.581,02	2.294.231,02	237.382,09	744.483,40	253.225,96	709.428,43	10,31	30,92	1.584.802,59
Serviços Urbanos	1.909.059,49	1.641.709,49	151.646,27	532.657,07	167.342,14	497.602,10	7,23	30,31	1.144.107,39
Habitação	24.200,00	53.170,00	0,00	5.904,00	0,00	5.904,00	0,09	11,10	47.266,00
Habitação Urbana	24.200,00	53.170,00	0,00	5.904,00	0,00	5.904,00	0,09	11,10	47.266,00
Saneamento	876.547,65	951.547,65	43.343,64	586.317,23	112.101,47	282.989,41	4,11	29,74	668.558,24
Saneamento Básico Urbano	876.547,65	951.547,65	43.343,64	586.317,23	112.101,47	282.989,41	4,11	29,74	668.558,24
Gestão Ambiental	58.800,00	61.300,00	2.118,00	40.397,54	8.820,00	16.850,54	0,24	27,49	44.449,46
Preservação e Conservação Ambiental	58.800,00	61.300,00	2.118,00	40.397,54	8.820,00	16.850,54	0,24	27,49	44.449,46
Agricultura	386.850,43	424.850,43	66.186,16	243.415,29	47.006,16	186.235,29	2,71	43,84	238.615,14
Promoção da Produção Animal	20.400,00	20.400,00	0,00	17.000,00	3.400,00	6.800,00	0,10	33,33	13.600,00
Extensão Rural	366.450,43	404.450,43	66.186,16	226.415,29	43.606,16	179.435,29	2,61	44,37	225.015,14
Indústria	29.655,00	4.005,00	0,00	4.000,00	800,00	1.600,00	0,02	39,95	2.405,00
Promoção Industrial	29.650,00	4.000,00	0,00	4.000,00	800,00	1.600,00	0,02	40,00	2.400,00
Propriedade Industrial	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
Comércio e Serviços	65.350,00	152.520,00	6.679,14	21.707,54	4.919,14	8.558,35	0,12	5,61	143.961,65
Promoção Comercial	13.250,00	13.250,00	0,00	4.000,00	800,00	1.600,00	0,02	12,08	11.650,00
Turismo	52.100,00	139.270,00	6.679,14	17.707,54	4.119,14	6.958,35	0,10	5,00	132.311,65
Transporte	926.000,00	1.676.000,00	40.113,94	620.766,28	93.866,74	375.112,78	5,45	22,38	1.300.887,22
Transporte Rodoviário	926.000,00	1.676.000,00	40.113,94	620.766,28	93.866,74	375.112,78	5,45	22,38	1.300.887,22
Desporto e Lazer	144.755,00	153.755,00	17.089,52	43.814,25	10.786,60	20.482,78	0,30	13,32	133.272,22
Desporto de Rendimento	3.000,00	5.000,00	200,00	2.200,00	200,00	2.200,00	0,03	44,00	2.800,00
Desporto Comunitário	131.255,00	138.255,00	11.249,52	35.974,25	10.586,60	18.282,78	0,27	13,22	119.972,22
Lazer	10.500,00	10.500,00	5.640,00	5.640,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.500,00
Reserva de Contingência	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Reserva de Contingência	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	941.127,87	972.367,87	142.247,24	417.574,30	142.247,24	417.574,30	6,07	42,94	554.793,57
Legislativa	6.600,00	6.600,00	1.129,10	3.392,27	1.129,10	3.392,27	0,05	51,40	3.207,73
Ação Legislativa	6.600,00	6.600,00	1.129,10	3.392,27	1.129,10	3.392,27	0,05	51,40	3.207,73
Administração	88.156,13	88.156,13	13.662,50	40.006,33	13.662,50	40.006,33	0,58	45,38	48.149,80
Administração Geral	61.116,65	61.116,65	10.643,92	31.024,48	10.643,92	31.024,48	0,45	50,76	30.092,17
Administração Financeira	27.039,48	27.039,48	3.018,58	8.981,85	3.018,58	8.981,85	0,13	33,22	18.057,63
Assistência Social	31.279,02	31.279,02	3.767,05	11.222,73	3.767,05	11.222,73	0,16	35,88	20.056,29
Assistência Comunitária	31.279,02	31.279,02	3.767,05	11.222,73	3.767,05	11.222,73	0,16	35,88	20.056,29

Continua 2/3

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	941.127,87	972.367,87	142.247,24	417.574,30	142.247,24	417.574,30	6,07	42,94	554.793,57
Saúde	217.100,00	248.340,00	35.746,71	105.325,72	35.746,71	105.325,72	1,53	42,41	143.014,28
Atenção Básica	217.100,00	248.340,00	35.746,71	105.325,72	35.746,71	105.325,72	1,53	42,41	143.014,28
Educação	421.369,71	421.369,71	63.289,06	185.215,61	63.289,06	185.215,61	2,69	43,96	236.154,10
Ensino Fundamental	234.081,47	234.081,47	35.200,34	103.807,12	35.200,34	103.807,12	1,51	44,35	130.274,35
Educação Infantil	187.288,24	187.288,24	28.088,72	81.408,49	28.088,72	81.408,49	1,18	43,47	105.879,75
Cultura	21.220,49	21.220,49	2.255,54	6.541,62	2.255,54	6.541,62	0,10	30,83	14.678,87
Difusão Cultural	21.220,49	21.220,49	2.255,54	6.541,62	2.255,54	6.541,62	0,10	30,83	14.678,87
Urbanismo	113.293,45	113.293,45	17.535,36	52.053,77	17.535,36	52.053,77	0,76	45,95	61.239,68
Serviços Urbanos	113.293,45	113.293,45	17.535,36	52.053,77	17.535,36	52.053,77	0,76	45,95	61.239,68
Saneamento	14.568,14	14.568,14	1.060,04	2.492,48	1.060,04	2.492,48	0,04	17,11	12.075,66
Saneamento Básico Urbano	14.568,14	14.568,14	1.060,04	2.492,48	1.060,04	2.492,48	0,04	17,11	12.075,66
Agricultura	27.540,93	27.540,93	3.801,88	11.323,77	3.801,88	11.323,77	0,16	41,12	16.217,16
Extensão Rural	27.540,93	27.540,93	3.801,88	11.323,77	3.801,88	11.323,77	0,16	41,12	16.217,16
TOTAL (III) = (I + II)	20.880.424,77	21.922.500,61	2.108.363,79	9.165.048,54	2.516.874,30	6.878.806,39	100,00	31,38	15.043.694,22

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 23/07/2010

VILMAR GROSSKOPF	AURIENE ROEPKE	MARIA ELIANE FRIEDRICH	ROSANA EMILIA GREIPEL
PREFEITO MUNICIPAL	Secretária de Finanças	Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1	Agente do Controle Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2009 A JUNHO/2010

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Jul/2009	Ago/2009	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.261.071,23	1.294.845,12	1.415.817,37	1.545.707,57	1.450.938,30	2.199.306,86	1.398.061,93	1.406.251,79	1.600.555,36	1.957.104,84	1.753.076,39	1.573.251,30	18.855.988,06	19.476.351,22	
RECEITA TRIBUTARIA	123.319,78	108.381,26	117.489,85	115.274,64	102.600,76	254.633,09	73.614,86	77.425,72	176.507,17	461.327,84	218.246,05	137.864,05	1.966.685,07	2.018.935,47	
I.P.T.U.	23.925,31	6.165,96	7.250,34	6.143,89	4.426,94	39.557,79	1.560,24	323,32	42.296,00	276.827,47	17.935,41	15.341,92	441.754,59	384.052,61	
I.S.S.	41.610,00	56.230,22	46.476,80	43.380,42	43.818,44	49.460,58	42.913,50	32.486,73	38.427,86	42.174,05	57.887,12	43.720,08	538.585,80	549.429,55	
I.T.B.I.	12.247,62	5.439,74	24.868,23	28.677,42	14.995,87	80.817,25	11.869,78	14.662,78	18.476,31	19.285,65	20.666,05	26.697,77	278.704,47	313.532,24	
I.R.R.F	16.992,30	20.302,11	19.675,71	17.662,88	24.281,31	38.385,29	6.703,40	18.043,44	29.830,25	7.682,85	30.772,69	20.056,67	250.388,90	253.146,98	
Outras Receitas Tributárias	28.544,55	20.243,23	19.218,77	19.410,03	15.078,20	46.412,18	10.567,94	11.909,45	47.476,75	115.357,82	90.984,78	32.047,61	457.251,31	518.774,09	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	73.343,34	69.449,07	69.873,97	71.608,30	71.561,78	105.116,41	76.119,54	70.719,25	74.303,65	89.174,56	76.840,30	76.038,74	924.148,91	984.141,89	
RECEITA PATRIMONIAL	69.400,16	57.113,56	61.877,61	58.133,74	66.069,87	68.901,64	57.861,84	99.233,92	99.611,24	60.029,30	80.986,29	83.121,81	862.340,98	905.742,73	
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	51.391,24	71.729,61	66.919,91	74.725,22	86.546,26	70.267,38	82.934,80	93.467,81	80.906,89	68.304,28	68.494,62	815.688,02	794.400,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	983.024,28	999.442,88	1.077.203,59	1.206.192,22	1.116.302,92	1.575.630,46	1.103.719,35	1.062.637,56	1.132.782,38	1.220.429,33	1.260.464,72	1.192.883,75	13.930.713,44	14.462.533,18	
Cota-Parte do F.P.M.	318.334,85	370.328,34	327.820,51	469.140,10	378.684,82	724.362,22	388.393,98	474.201,07	352.263,18	422.064,13	519.646,92	450.987,42	5.196.227,54	5.529.244,14	
Cota-Parte do I.C.M.S.	270.942,81	248.300,21	346.814,91	294.213,23	262.693,61	436.963,80	321.838,99	271.896,86	335.899,73	329.800,53	309.178,38	320.125,60	3.748.668,66	3.522.425,16	
Cota-Parte do I.P.V.A.	49.936,20	45.928,01	39.876,70	49.806,65	33.743,06	30.684,17	21.762,04	30.334,56	53.492,92	49.006,97	47.908,90	50.605,15	503.085,33	576.628,70	
Cota-Parte do ITR.	885,88	15,90	1.687,07	17.362,54	4.679,78	1.042,86	184,30	37,00	857,59	2.204,01	122,93	471,11	29.550,97	28.055,03	
Transferências da LC 61/1989	5.333,80	5.755,50	5.966,10	7.589,20	6.020,90	8.740,00	5.275,12	7.733,88	5.865,00	6.181,63	6.090,26	7.115,97	77.667,36	59.229,65	
Transferências da LC 87/1996	2.277,74	2.277,74	2.277,74	2.277,74	2.277,74	2.277,74	2.138,68	2.138,68	2.138,68	2.138,68	2.138,68	2.138,68	26.498,52	27.879,54	
Transferências do FUNDEB	188.706,05	197.311,15	205.794,52	208.268,63	217.232,25	236.191,34	231.608,65	205.534,64	227.378,25	240.940,80	236.878,90	235.671,27	2.631.516,45	2.837.869,68	
Outras Transferências Correntes	146.606,95	129.526,03	146.966,04	157.534,13	210.970,76	135.368,33	132.517,59	70.760,87	154.887,03	168.092,58	138.499,75	125.768,55	1.717.498,61	1.881.201,28	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.983,67	9.067,11	17.642,74	27.578,76	19.677,75	108.479,00	16.478,96	13.300,54	23.883,11	45.236,92	48.234,75	14.848,33	356.411,64	310.597,95	
DEDUÇÕES (II)	129.542,23	134.521,12	144.888,56	150.634,33	156.027,55	197.448,21	146.863,40	158.323,49	150.103,45	162.279,48	177.017,00	166.288,55	1.873.937,37	1.949.692,45	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	129.542,23	134.521,12	144.888,56	150.634,33	156.027,55	197.448,21	146.863,40	158.323,49	150.103,45	162.279,48	177.017,00	166.288,55	1.873.937,37	1.949.692,45	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	1.131.529,00	1.160.324,00	1.270.928,81	1.395.073,24	1.294.910,75	2.001.858,65	1.251.198,53	1.247.928,30	1.450.451,91	1.794.825,36	1.576.059,39	1.406.962,75	16.982.050,69	17.526.658,77	

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 23/07/2010

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contábil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Município de CAMPO ALEGRE
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	41.619,30	-	31.721,85	9.897,45	32.166,87	986.887,11	1.440,47	353.467,43	664.146,08
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	39.279,81	0,00	29.382,36	9.897,45	32.166,87	962.974,65	229,40	332.057,55	662.854,57
FUNREBOM - Fundo Munic de Reequip da Organ de B	0,00	387,82	0,00	387,82	0,00	0,00	2.487,41	229,40	838,01	1.420,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	578,48	0,00	578,48	0,00	0,00	418,09	0,00	387,39	30,70
SECRET MUNIC DE CULTURA, TURISMO, ESPORTI	0,00	2.378,87	0,00	2.378,87	0,00	0,00	2.037,18	0,00	1.362,68	674,50
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	4.795,88	0,00	4.795,88	0,00	0,00	14.988,58	0,00	9.092,43	5.896,15
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	0,00	121,00	0,00	121,00	0,00	0,00	44,80	0,00	0,00	44,80
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	4.155,09	0,00	4.155,09	0,00	0,00	814.872,25	0,00	197.241,85	617.630,40
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	7.615,59	0,00	7.615,59	0,00	0,00	300,00	0,00	300,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ. TRANSPORT	0,00	19.088,92	0,00	9.191,47	9.897,45	32.166,87	84.543,88	0,00	79.612,73	37.098,02
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOL'	0,00	158,16	0,00	158,16	0,00	0,00	43.282,46	0,00	43.222,46	60,00
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE	0,00	16,90	0,00	16,90	0,00	0,00	11.648,11	80,33	11.562,04	5,74
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	16,90	0,00	16,90	0,00	0,00	11.648,11	80,33	11.562,04	5,74
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE	0,00	2.322,59	0,00	2.322,59	0,00	0,00	12.118,06	1.090,76	9.741,53	1.285,77
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	2.322,59	0,00	2.322,59	0,00	0,00	12.118,06	1.090,76	9.741,53	1.285,77
INST DE PREV SOC DOS FUN PU DO MUN DE CAMP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	146,29	39,98	106,31	0,00
IPRECAL - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	146,29	39,98	106,31	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	41.619,30	0,00	31.721,85	9.897,45	32.166,87	986.887,11	1.440,47	353.467,43	664.146,08

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 23/07/2010

VILMAR GROSSKOPF
 PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
 Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
 Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
 Agente do Controle Interno



DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Município de CAMPO ALEGRE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.267.120,36	1.267.120,36	634.592,15	634.592,15	572.369,85
RECEITAS CORRENTES	1.267.120,36	1.267.120,36	634.592,15	634.592,15	572.369,85
Receita de Contribuições dos Segurados	492.120,36	492.120,36	208.767,57	208.767,57	201.854,56
Pessoal Civil	492.120,36	492.120,36	208.767,57	208.767,57	201.854,56
Ativo	492.120,36	492.120,36	208.767,57	208.767,57	201.854,56
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	775.000,00	775.000,00	425.824,58	425.824,58	370.515,29
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	775.000,00	775.000,00	425.824,58	425.824,58	370.515,29
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	984.240,73	984.240,73	417.574,30	417.574,30	349.986,12
RECEITAS CORRENTES	984.240,73	984.240,73	417.574,30	417.574,30	349.986,12
Receita de Contribuições Patronais	984.240,73	984.240,73	417.574,30	417.574,30	349.986,12
Pessoal Civil	984.240,73	984.240,73	417.574,30	417.574,30	349.986,12
Ativo	984.240,73	984.240,73	417.574,30	417.574,30	349.986,12
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4



Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	2.251.361,09	2.251.361,09	1.052.166,45	1.052.166,45	922.355,97
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	2.534.761,09	2.534.761,09	354.941,70	354.941,70	316.402,94
ADMINISTRAÇÃO	6.000,00	6.000,00	164,00	164,00	16.147,37
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	16.147,37
Despesas de Capital	6.000,00	6.000,00	164,00	164,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.528.761,09	2.528.761,09	354.777,70	354.777,70	300.255,57
Pessoal Civil	920.000,00	920.000,00	337.046,00	337.046,00	300.255,57
Aposentadorias	700.000,00	700.000,00	258.761,22	258.761,22	222.413,62
Pensões	120.000,00	120.000,00	46.475,32	46.475,32	44.003,38
Outros Benefícios Previdenciários	100.000,00	100.000,00	31.809,46	31.809,46	33.838,57
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.608.761,09	1.608.761,09	17.731,70	17.731,70	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.608.761,09	1.608.761,09	17.731,70	17.731,70	0,00

Continua 2/4

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	934.527,87	965.767,87	414.182,03	414.182,03	0,00
ADMINISTRAÇÃO	934.527,87	965.767,87	414.182,03	414.182,03	0,00
Despesas Correntes	934.527,87	965.767,87	414.182,03	414.182,03	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.469.288,96	3.500.528,96	769.123,73	769.123,73	316.402,94
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	-1.217.927,87	-1.249.167,87	283.042,72	283.042,72	605.953,03
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			1.493.961,09		
BENS E DIREITOS DO RPPS	MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2010	2009		
Bancos Conta Movimento	96.624,38	70.272,01	9.438,79		
Investimentos	8.153.345,12	8.313.174,28	6.801.763,20		

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Continua 3/4

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 4/4

CAMPO ALEGRE, 23/07/2010

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Município de CAMPO ALEGRE
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	213.491,70	213.491,70	152.549,01
DEDUÇÕES (II)	2.699.651,31	2.699.651,31	4.102.116,30
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.741.270,61	2.741.270,61	4.137.212,59
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	41.619,30	41.619,30	35.096,29
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.486.159,61	-2.486.159,61	-3.949.567,29
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.486.159,61	-2.486.159,61	-3.949.567,29

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Jun 2010 (C - A)
VALOR	-1.463.407,68	-1.463.407,68

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-213.491,70

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	9.796.496,89	9.796.496,89	9.796.496,89
Passivo Atuarial	9.796.496,89	9.796.496,89	9.796.496,89
DEDUÇÕES (VIII)	7.571.490,27	7.571.490,27	8.383.176,29
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.796,17	3.796,17	70.272,01
Investimentos	7.567.694,10	7.567.694,10	8.313.174,28
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	270,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	2.225.006,62	2.225.006,62	1.413.320,60
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	2.225.006,62	2.225.006,62	1.413.320,60

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 23/07/2010

VILMAR GROSSKOPF
 PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
 Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
 Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
 Agente do Controle Interno



DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2010	Até o Semestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	15.461.155,88	7.701.589,89	7.701.589,89	6.657.449,91
Receita Tributária	2.018.935,47	1.144.985,69	1.144.985,69	1.017.528,80
I.P.T.U.	384.052,61	354.284,36	354.284,36	304.062,74
I.S.S.	549.429,55	257.609,34	257.609,34	269.328,21
I.T.B.I.	313.532,24	111.658,34	111.658,34	83.810,44
I.R.R.F.	258.037,04	115.550,97	115.550,97	92.239,05
Outras Receitas Tributárias	513.884,03	305.882,68	305.882,68	268.088,36
Receita de Contribuição	492.021,53	254.428,47	254.428,47	225.739,37
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	492.021,53	254.428,47	254.428,47	225.739,37
Receita Patrimonial Líquida	2.883,61	1.274,67	1.274,67	1.730,89
Receita Patrimonial	124.905,38	53.972,00	53.972,00	57.280,39
(-) Aplicações Financeiras	122.021,77	52.697,33	52.697,33	55.549,50
Transferências Correntes	11.864.681,27	5.679.187,29	5.679.187,29	5.335.179,12
F.P.M.	4.423.395,31	2.086.045,52	2.086.045,52	2.015.011,01
I.C.M.S.	2.817.940,13	1.510.992,59	1.510.992,59	1.358.357,79
Convênios	331.369,96	120.829,92	120.829,92	147.265,18
Outras Transferências Correntes	4.291.975,87	1.961.319,26	1.961.319,26	1.814.545,14
Demais Receitas Correntes	1.082.634,00	621.713,77	621.713,77	77.271,73
Dívida Ativa	221.853,56	57.535,97	57.535,97	45.026,26
Diversas Receitas Correntes	860.780,44	564.177,80	564.177,80	32.245,47
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.104.715,00	289.920,00	289.920,00	156.970,53
Operações de Crédito (III)	750.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	1.000,00	0,00	0,00	110.000,00
Transferências de Capital	1.353.715,00	289.920,00	289.920,00	46.970,53
Convênios	943.715,00	154.920,00	154.920,00	0,00
Outras Transferências de Capital	410.000,00	135.000,00	135.000,00	46.970,53
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.353.715,00	289.920,00	289.920,00	46.970,53
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	16.814.870,88	7.991.509,89	7.991.509,89	6.704.420,44
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2010	Até o Semestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	10.881.960,36	4.483.466,33	4.483.466,33	4.219.117,83
Pessoal e Encargos Sociais	5.904.770,27	2.491.106,80	2.491.106,80	2.261.108,12
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.977.190,09	1.992.359,53	1.992.359,53	1.958.009,71
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	10.881.960,36	4.483.466,33	4.483.466,33	4.219.117,83
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.959.284,91	122.021,93	122.021,93	278.158,96
Investimentos	3.959.284,91	122.021,93	122.021,93	278.158,96
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.959.284,91	122.021,93	122.021,93	278.158,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	150.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	-	-	-



Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2010	Até o Semestre 2009
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	150.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	14.991.245,27	4.605.488,26	4.605.488,26	4.497.276,79
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	1.823.625,61	3.386.021,63	3.386.021,63	2.207.143,65
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	183.083,73	0,00
Superávit Financeiro	-	-	165.781,26	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	17.302,47	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-908.859,12

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 23/07/2010

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno



DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.719.496,33	1.719.496,33	252.894,44	888.249,86	51,66
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	537.180,79	537.180,79	49.982,66	395.212,26	73,57
1.1.1- IPTU	384.052,61	384.052,61	33.277,33	354.284,36	92,25
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.613,00	2.613,00	655,33	1.278,56	48,93
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	135.239,88	135.239,88	10.988,66	28.086,09	20,77
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	15.275,30	15.275,30	5.061,34	11.563,25	75,70
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	313.544,30	313.544,30	47.418,66	111.713,21	35,63
1.2.1- ITBI	313.532,24	313.532,24	47.363,82	111.658,34	35,61
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	12,06	12,06	54,84	54,87	454,98
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	610.734,20	610.734,20	103.721,14	265.773,42	43,52
1.3.1- ISS	549.429,55	549.429,55	101.607,20	257.609,34	46,89
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.024,13	5.024,13	418,92	2.361,14	47,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	47.418,64	47.418,64	1.188,06	4.062,97	8,57
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	8.861,88	8.861,88	506,96	1.739,97	19,63
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	258.037,04	258.037,04	51.771,98	115.550,97	44,78
1.4.1- IRRF	258.037,04	258.037,04	51.771,98	115.550,97	44,78
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.743.462,22	9.743.462,22	1.716.530,00	4.804.378,21	49,31
2.1- Cota-Parte FPM	5.529.244,14	5.529.244,14	970.634,34	2.607.556,70	47,16
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.529.244,14	5.529.244,14	970.634,34	2.607.556,70	47,16
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.522.425,16	3.522.425,16	629.303,98	1.888.740,09	53,62
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	27.879,54	27.879,54	4.277,36	12.832,08	46,03
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	59.229,65	59.229,65	13.206,23	38.261,86	64,60
2.5- Cota-Parte ITR	28.055,03	28.055,03	594,04	3.876,94	13,82
2.6- Cota-Parte IPVA	576.628,70	576.628,70	98.514,05	253.110,54	43,89
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.462.958,55	11.462.958,55	1.969.424,44	5.692.628,07	49,66

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	461.258,74	461.258,74	90.050,66	217.160,92	47,08
5.1- Transferências do Salário-Educação	273.770,22	273.770,22	40.072,72	133.044,01	48,60
5.2- Outras Transferências do FNDE	187.488,52	187.488,52	49.977,94	84.116,91	44,87
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	796.731,21	796.731,21	51.164,86	102.329,72	12,84
6.1- Transferências de Convênios	796.731,21	796.731,21	51.164,86	102.329,72	12,84
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	161.764,57	161.764,57	5.815,64	56.590,43	34,98
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.419.754,52	1.419.754,52	147.031,16	376.081,07	26,49

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.949.692,45	1.949.692,45	343.305,55	960.875,37	49,28
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.105.848,83	1.105.848,83	194.126,81	521.511,18	47,16
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	704.485,03	704.485,03	125.860,58	377.747,50	53,62
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.575,91	5.575,91	855,46	2.566,38	46,03
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.845,93	11.845,93	2.641,25	7.653,32	64,61
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	5.611,01	5.611,01	118,78	775,33	13,82
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	116.325,74	116.325,74	19.702,67	50.621,66	43,52
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.844.530,93	2.844.530,93	474.786,39	1.382.709,16	48,61
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.837.869,68	2.837.869,68	472.550,17	1.378.012,51	48,56
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.661,25	6.661,25	2.236,22	4.696,65	70,51
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	888.177,23	888.177,23	129.244,62	417.137,14	46,97

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.179.887,70	2.179.887,70	323.911,57	937.639,68	43,01
13.1- Com Educação Infantil	1.119.186,58	1.119.186,58	164.849,95	473.340,49	42,29
13.2- Com Ensino Fundamental	1.060.701,12	1.060.701,12	159.061,62	464.299,19	43,77
14- OUTRAS DESPESAS	664.643,23	664.643,23	60.185,18	171.197,55	25,76
14.1- Com Educação Infantil	190.493,19	190.493,19	26.717,09	71.411,42	37,49
14.2- Com Ensino Fundamental	474.150,04	474.150,04	33.468,09	99.786,13	21,05
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.844.530,93	2.844.530,93	384.096,75	1.108.837,23	38,98
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					123.157,45
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					123.157,45
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					58,90
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				123.157,45	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²				123.157,45	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.865.739,64	2.865.739,64	492.356,11	1.423.157,02	49,66
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.381.729,77	1.391.729,77	201.082,49	569.195,56	40,90
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.309.679,77	1.309.679,77	191.567,04	544.751,91	41,59
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	72.050,00	82.050,00	9.515,45	24.443,65	29,79
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.829.281,63	2.809.281,63	321.326,01	937.578,28	33,37
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.534.851,16	1.534.851,16	192.529,71	564.085,32	36,75
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.294.430,47	1.274.430,47	128.796,30	373.492,96	29,31
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.211.011,40	4.201.011,40	522.408,50	1.506.773,84	35,87
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					417.137,14
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					4.696,65
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					123.157,45
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					544.991,24
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					961.782,60
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					16,9

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	273.770,22	373.770,22	3.282,24	17.894,90	4,79
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	984.219,73	984.219,73	143.679,52	151.140,72	15,36
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.257.989,95	1.357.989,95	146.961,76	169.035,62	12,45
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.469.001,35	5.559.001,35	669.370,26	1.675.809,46	30,15
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	616.705,01		0,00		



MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	133.763,02	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.378.012,51	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.112.971,92	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.696,65	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	403.500,26	0,00

CAMPO ALEGRE, 23/07/2010

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 123.157,45, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Município de CAMPO ALEGRE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.462.958,55	11.462.958,55	5.692.628,07	49,66
Impostos	1.505.051,44	1.505.051,44	839.103,01	55,75
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	384.052,61	384.052,61	354.284,36	92,25
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	313.532,24	313.532,24	111.658,34	35,61
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	549.429,55	549.429,55	257.609,34	46,89
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	258.037,04	258.037,04	115.550,97	44,78
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	214.444,89	214.444,89	49.146,85	22,92
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	7.649,19	7.649,19	3.694,57	48,30
Dívida Ativa dos Impostos	182.658,52	182.658,52	32.149,06	17,60
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	24.137,18	24.137,18	13.303,22	55,12
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	9.743.462,22	9.743.462,22	4.804.378,21	49,31
Da União	5.585.178,71	5.585.178,71	2.624.265,72	46,99
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.529.244,14	5.529.244,14	2.607.556,70	47,16
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	28.055,03	28.055,03	3.876,94	13,82
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. N° 87/96	27.879,54	27.879,54	12.832,08	46,03
Do Estado	4.158.283,51	4.158.283,51	2.180.112,49	52,43
Cota-Parte do ICMS	3.522.425,16	3.522.425,16	1.888.740,09	53,62
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	59.229,65	59.229,65	38.261,86	64,60
Cota-Parte do IPVA	576.628,70	576.628,70	253.110,54	43,89
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	860.007,32	860.007,32	335.202,47	38,98
Da União para o Município	784.244,68	784.244,68	286.324,42	36,51
Do Estado para o Município	49.398,69	49.398,69	44.466,12	90,01
Demais Municípios para o Município	26.363,95	26.363,95	4.411,93	16,73
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	10.507.151,35	10.507.151,35	4.381.373,39	41,70
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-1.949.692,45	-1.949.692,45	-960.875,37	49,28
TOTAL	20.880.424,77	20.880.424,77	9.448.328,56	45,25

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	3.377.264,41	3.447.264,41	1.670.624,24	48,46
Pessoal e Encargos Sociais	2.183.800,90	2.187.115,90	1.076.713,76	49,23
Outras Despesas Correntes	1.193.463,51	1.260.148,51	593.910,48	47,13
DESPESAS DE CAPITAL	252.257,48	335.259,95	87.765,93	26,18
Investimentos	252.257,48	335.259,95	87.765,93	26,18

Continua 1/2



Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	252.257,48	335.259,95	87.765,93	26,18
Investimentos	252.257,48	335.259,95	87.765,93	26,18
TOTAL (IV)	3.629.521,89	3.782.524,36	1.758.390,17	46,49

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	3.629.521,89	3.782.524,36	1.758.390,17	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	801.432,34	1.064.772,34	441.152,60	25,09
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	581.432,34	844.772,34	358.940,47	20,41
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	220.000,00	220.000,00	82.212,13	4,68
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	2.828.089,55	2.717.752,02	1.317.237,57	74,91

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	9.459,82	1.090,76

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $\leq \frac{V}{V+VI} \times 100$ [(V - VI) / I]	23,12
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Semestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	2.518.168,38	2.601.170,85	1.316.055,58	74,84
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	166.000,00	166.000,00	72.829,14	4,14
Suporte Profilático e Terapêutico	883.398,04	953.398,04	350.544,37	19,94
Vigilância Sanitária	30.703,77	30.703,77	11.269,00	0,64
Vigilância Epidemiológica	24.251,70	24.251,70	7.692,08	0,44
Alimentação e Nutrição	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00
TOTAL	3.629.521,89	3.782.524,36	1.758.390,17	100,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

CAMPO ALEGRE, 23/07/2010

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc. Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno



DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Município de CAMPO ALEGRE

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Semestre	Até o Semestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	20.880.424,77	
Previsão Atualizada		—	20.880.424,77	
Receitas Realizadas		9.448.328,56	9.448.328,56	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	269.476,41	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	20.880.424,77	
Créditos Adicionais		—	1.042.075,84	
Dotação Atualizada		—	21.922.500,61	
Despesas Empenhadas		9.165.048,54	9.165.048,54	
Despesas Liquidadas		6.878.806,39	6.878.806,39	
Superavit Orçamentário		—	2.569.522,17	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Semestre	Até o Semestre	
Despesas Empenhadas		9.165.048,54	9.165.048,54	
Despesas Liquidadas		6.878.806,39	6.878.806,39	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Semestre	
Receita Corrente Líquida			16.982.050,69	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Semestre	Até o Semestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.052.166,45	1.052.166,45	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		769.123,73	769.123,73	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		283.042,72	283.042,72	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-213.491,70	-1.463.407,68	685,46
Resultado Primário		-908.859,12	2.089.952,44	-229,95
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Semestre	Pagamento até o Semestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	41.619,30	0,00	31.721,85	9.897,45
EXECUTIVO	41.619,30	0,00	31.721,85	9.897,45
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.019.053,98	1.440,47	353.467,43	664.146,08
EXECUTIVO	1.019.053,98	1.440,47	353.467,43	664.146,08
TOTAL:	1.060.673,28	1.440,47	385.189,28	674.043,53
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		961.782,60	25%	16,90
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		814.482,23	60%	58,90
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	750.000,00	
Despesa de Capital Líquida		129.978,73	4.113.213,66	

Continua 1/2



Município de CAMPO ALEGRE

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2010	2018	2028	2043
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	26.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	1.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.316.146,81	15,00	23,12

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 23/07/2010

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPALAURIENE ROEPKE
Secretária de FinançasMARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2009 A JUNHO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.552.056,86	0,00
Pessoal Ativo	7.835.582,13	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	715.334,73	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.140,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	715.334,73	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	715.334,73	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	7.836.722,13	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	7.836.722,13	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		16.982.050,69
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		46,15
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%		10.189.230,41
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%		9.679.768,89
FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CAMPO ALEGRE, 23/07/2010

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL



DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	213.491,70	152.549,01	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	213.491,70	152.549,01	0,00
Interna	213.491,70	152.549,01	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.699.651,31	4.102.116,30	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.741.270,61	4.137.212,59	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	41.619,30	35.096,29	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.486.159,61	-3.949.567,29	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.889.275,43	16.982.050,69	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,34%	0,90%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-15,65%	-23,26%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	19.067.130,52	20.378.460,83	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	25.003,85	36.443,22	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.018.907,69	664.146,08	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	9.796.496,89	9.796.496,89	0,00
Passivo Atuarial	9.796.496,89	9.796.496,89	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	7.571.490,27	8.383.176,29	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.796,17	70.272,01	0,00
Investimentos	7.567.694,10	8.313.174,28	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	270,00	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Continua 1/2



Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	2.225.006,62	1.413.320,60	0,00

CAMPO ALEGRE, 23/07/2010

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE



DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2010

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	15.889.275,43	16.982.050,69	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.495.640,59	3.736.051,15	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 23/07/2010

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno



DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Município de CAMPO ALEGRE - Poder Executivo
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.982.050,69	—
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.717.128,11	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.188.743,55	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

Continua 1/2



Município de CAMPO ALEGRE - Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

CAMPO ALEGRE, 23/07/2010

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno



DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Município de CAMPO ALEGRE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2010

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.836.722,13	46,15
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	10.189.230,41	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.679.768,89	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-3.949.567,29	-23,26
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	20.378.460,83	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.736.051,15	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.717.128,11	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.188.743,55	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	1.539.284,56	4.929.326,24

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

CAMPO ALEGRE, 23/07/2010

VILMAR GROSSKOPF
PREFEITO MUNICIPAL

AURIENE ROEPKE
Secretária de Finanças

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Téc.Contabil CRC /SC 020.486/0-1

ROSANA EMILIA GREIPEL
Agente do Controle Interno



Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.550

LEI Nº 3.550 DE 23/07/2010

APROVA ACORDO JUDICIAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI

Art. 1º. Fica aprovado o acordo Judicial, celebrado nos Autos de Desapropriação nº 14.09.0-03735-2, na audiência realizada o dia 23 de junho de 2010.

Art. 2º. O acordo mencionado no Artigo anterior decorre de Decreto de Desapropriação nº 5.812 de 22 de julho de 2009, em que são desapropriados: Célia Thibes Bleyer, Terezinha de J.J. B.Martins Costa, Maria de Lourdes B. Cherem, Odete Maria Blyer Bresola, Doris T. de Oliveira Bleyer, Paulo de Tarso de O. Bleyer, Tania M.B.Eberhardt, Sandra Regina de O. Bleyer Bazzo, Silvio M.B. Eberhardt, Carlos Roberto de Oliveira Bleyer e a empresa Nossa Senhora de Lourdes Participações Ltda, representada por Maria de Lourdes Bleyer Cherem.

Art. 3º. O valor do imóvel desapropriado, objeto do acordo celebrado é de R\$635.994,68(seiscentos e trinta e cinco mil, novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e oito centavos), e será pago em cota única no dia 30 de julho de 2010.

§ Primeiro: do valor constante no caput, será abatida a importância de R\$ 187.837,76 (cento e oitenta e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos), valor este depositado em juízo por ocasião da propositada da ação de desapropriação.

§ Segundo: além do valor descrito no caput, o Município pagará o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de honorários advocatícios.

Art. 4º. Os encargos desta Lei serão suportados por dotações do orçamento vigente, consignada na rubrica orçamentária:

Secretaria de Esportes e Lazer
Departamento de Esportes
Gerência Administrativa
Construções, ampliações e reformas
Aplicações Diretas
45-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000,0

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Campos Novos, 23 de julho de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.549

LEI Nº 3.549 DE 23/07/2010

AUTORIZA ADQUIRIR IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir de Alexandro Amalcaburio - CI11/R 4879.284-SC, CPF: 043.855.459-01, uma área de terra de 2.238m2 (dois mil, duzentos e trinta e oito metros quadrados) matriculado no CRI da Comarca de Campos Novos sob nº 17.843, localizada na sede do Distrito de Barra do Leão.

Art. 2º. A área mencionada no Art. 1º integra uma área maior de 7.728,04 (sete mil, setecentos e vinte e oito metros e quatro centímetros quadrados) e possui as seguintes confrontações:

Ao Norte: em 40,20m com um Lajeado sem denominação.

Ao Sul : em 20,00m com a rua Getúlio Vargas e em 20,00m, com terrenos do vendedor Alexandro Amalcabúrio;

Ao Leste : em 65,40 m, com servidão der acesso a captação de água do SAMAE

Ao Oeste: em 23,00m, e mais 46,50m, com terrenos do vendedor Alexandro Amalcabúrio.

Art. 3º. O valor da transação do imóvel será de R\$ 134.280,00 (cento e trinta e quatro mil, duzentos e oitenta reais), e o pagamento em 5(cinco) parcelas de R\$ 26.856,00 (vinte e seis mil oitocentos e cinquenta e seis reais), a cada trinta dias, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a assinatura da escritura pública de promessa de compra e venda.

Art. 4º. Os encargos desta Lei será suportados por dotações do Orçamento vigente, consignados sob rubrica:

Secretaria de Esportes e Lazer
Departamento de Esporte
Gerência Administrativa
Construções, ampliações e reformas
Aplicações diretas
45.4.4.90.00.00.00.00.0.10000.0

Art. 5º. O Imóvel descrito no Art. 1º destina-se a construção de um Ginásio Poliesportivo na sede do Distrito de Barra do Leão.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campos Novos, 23 de julho de 2010.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

TP 13/10

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2010

MODALIDADE TOMADA DE PREÇO 13/2010.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.232/0001-74, leva ao conhecimento dos interessados que se acha aberta a TOMADA DE PREÇOS, EDITAL No 13/2010, tipo menor preço global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações introduzidas pelas Leis n.º 8.883, de 08 de junho de 1994, e n.º 9.648, de 27 de maio de 1998, cujo objeto é contratação de empresa habilitada, por Empreitada Global, para O recebimento da documentação e das propostas dar-se-á no protocolo , da Prefeitura Municipal de Campos No-



vos, situada à Rua Expedicionário, 323- Centro- Campos Novos -SC, até as 09:30 do dia 19/08/2010 e serão abertos às 10:00 do mesmo dia.

O SUPORTE LEGAL a presente Licitação tem fundamento na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e em alterações introduzidas pela Lei 9.648 de 27 de maio de 1998.

1 - DO OBJETO:

1.1. EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E SERVIÇO) PARA CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES ANEXO AO COLÉGIO SANTA JULIA,- MINISTÉRIO DO ESPORTE E LAZER NA CIDADE, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

1.2. Constitui anexo do presente edital, dele fazendo parte integrante:

a) Anexo I - Minuta de Contrato;

b) Anexo II - Planilha Estimativa de Quantitativos e de Preços Unitários - onde estão listados os quantitativos estimativos dos materiais e equipamentos e a estimativa dos preços unitários. Sendo uma planilha estimativa, cabe exclusivamente ao licitante apurar os custos reais e os quantitativos necessários de todos os materiais e equipamentos para a execução da obra, conforme projetos constantes dos Anexos, já que a execução do contrato será pelo regime de empreitada global.

1.3. É indispensável e obrigatório aos licitantes efetuarem visita para conhecimento do local em que será executada a obra, em especial, para identificar o terreno onde será implementada a obra, as condições e o local de carga e descarga de materiais, não se admitindo, posteriormente, a alegação de desconhecimento de particularidades locais.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. Poderão participar desta Licitação quaisquer interessados que atendam as exigências do edital.

3 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS:

3.1. Os licitantes deverão apresentar 02 (dois) envelopes fechados de forma a não permitir sua violação, até a data e hora estipuladas para a entrega. O primeiro deverá conter os documentos de habilitação e o segundo a proposta de preços. Os envelopes do licitante participante deverão ser devidamente identificados, conforme segue:

Envelope nº. 01- HABILITAÇÃO

Razão Social e CNPJ da Empresa

Telefone e Fac-símile

Processo Licitatório 94 /2010

Tomada de Preços nº 13/2010- Prefeitura Municipal de Campos Novos

Envelope nº. 02- PROPOSTA

Razão Social e CNPJ da Empresa

Telefone e Fac-símile

Processo Licitatório 94/2010

Tomada de Preços nº 13/2010- Prefeitura Municipal de Campos Novos

3.2. Os envelopes deverão ser entregues fechados e/ou lacrados, até às 09:30 horas do dia 19/08/2010 e serão abertos às 10:00 do mesmo dia protocolo da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

3.2.1. Será aceita a remessa dos envelopes pelos Correios, desde que entregues no Protocolo da Prefeitura de Campos Novos até a data e hora estipuladas para a entrega. Neste caso, os envelopes deverão estar dentro de um terceiro envelope, postado para o seguinte endereço e identificação: Prefeitura Municipal de Campos Novos, situada à Rua Expedicionário, 323- Centro- Campos Novos -SC - CEP 89.620-000; A/C Comissão Permanente de Licitações (Tomada de Preços nº 13/2010).

4 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 01):

4.1. Para a fase de habilitação, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

a) registro civil (no caso de sociedade simples, acompanhada de prova da eleição da atual Diretoria), ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor (devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual e sociedades empresariais e, em se tratando de sociedades por ações, acompanhadas de documentos que comprovem a eleição de seus administradores);

b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) comprovante de regularidade fiscal perante a Seguridade Social (INSS);

d) comprovante de regularidade para com o FGTS;

e) comprovante de regularidade fiscal com a Fazenda Federal, compreendendo Tributos e Contribuições Federais, administrados pela Secretaria da Receita Federal, e quanto à Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

f) comprovante de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual;

g) comprovante de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal;

h) declaração de que a empresa não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre nem menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, emitida pela Delegacia Regional do Trabalho ou pelo próprio licitante;

i) declaração de visita ao local da obra.

j) as microempresas e empresas de pequeno porte (na condição de consorciada) que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, também, declaração de que estão enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte (conforme o caso) ou comprovação do enquadramento emitida pela Secretaria da Receita Federal, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

k) comprovante de registro ou inscrição do licitante na entidade profissional competente (CREA), válido na data de entrega dos envelopes;

l) comprovante de aptidão (em nome do licitante) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) técnico emitido(s) por entidade pública ou empresa privada (com identificação do emitente, descrição das obras e serviços executados e assinada por pessoa devidamente identificada, hábil a responder em nome do emitente), Entende-se por compatível em características e quantidades, para este fim, a apresentação de atestados que contemplem, no mínimo, a execução de projetos, com os quantitativos e características dispostas nos anexos deste edital.

m) certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor ou pelo(s) cartório(s) de registro de falências da sede do licitante, emitido até 30 dias da data limite para entrega dos envelopes;

n) contrato social com mínimo de 10% de capital no valor da obra.

4.2. Os documentos de habilitação deverão estar válidos e em vigor na data limite para entrega dos envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas até a abertura dos envelopes contendo a documentação ou durante a sessão de abertura dos mesmos, pelos membros da Comissão de Licitações (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

4.3. Para os documentos de regularidade fiscal que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias a par-



tir da data de emissão.

4.4. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome do licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

4.5. O Licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectivo comprovante.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 02)

5.1. A proposta deverá ser entregue em mídia eletrônica (CD ou PEN-DRIVE) e impressa em uma via, sem entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões que afetem a idoneidade da proposta em si, assinada, rubricada em todas as folhas pelo representante legal, contendo as seguintes informações:

a) razão social do licitante, a modalidade e o número desta licitação, nome do responsável pela proposta, telefone, fax e e-mail, para contato, se houver;

b) especificação dos materiais e equipamentos propostos, com a marca e/ou modelo/fabricante para aqueles itens que possuem indicação referencial de marca nos projetos;

c) o valor unitário e total, em planilhas de custos, em reais (R\$), com os cálculos truncados, com duas casas decimais após a vírgula, incluindo toda e qualquer despesa que incida sobre o objeto;

d) o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 dias;

e) o prazo de início da execução da obra que não poderá ser superior a 05 dias e para a conclusão da obra que não poderá ser superior a 180 dias, ambos contados a partir da contratação;

5.1.1. Na omissão dos prazos de execução total, de garantia e de validade da proposta, serão considerados os constantes do edital.

5.1.2. O percentual correspondente ao valor total de cada item do cronograma físico-financeiro (em relação ao valor total da proposta) não poderá ser superior a "% do item" estabelecido conforme planilha orçamentária do projeto arquitetônico e de implantação.

5.1.3.1 Quando o valor total do item ultrapassar o percentual estabelecido, a diferença a maior somente será paga se já tiver sido executado algum item com valor abaixo do limite (e até o limite) ou quando da execução futura de itens nesta mesma situação, sem qualquer reajuste ou atualização.

5.2. Não serão consideradas as propostas apresentadas após a data e horário aprazados.

5.3. As propostas serão irretratáveis e irrenunciáveis, na forma da lei.

5.4. Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta de preços.

6 - DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. A Sessão de abertura dos envelopes contendo "Documentação" (envelope nº 01) dar-se-á no horário definido no preâmbulo deste edital, na Prefeitura Municipal de Campos Novos, Rua expedicionário/são João Batista, 323 centro- Campos Novos - SC - CEP 89.620-000, mesmo local onde será realizada a Sessão de abertura dos envelopes da "Proposta de Preços" (envelope nº 02).

6.2. Estando presentes os prepostos de todos os licitantes na abertura do envelope Documentação (envelope nº 01) e concordando com o resultado de seu julgamento, a abertura dos envelopes das Propostas de Preços (envelope nº 02) será realizada no mesmo dia.

6.2.1. Não ocorrendo a hipótese prevista neste subitem, a abertura dos envelopes das propostas de preços será efetuada em dia e horário a serem definidos pela Comissão de Licitações, com notificação aos interessados.

6.3. A sessão de abertura dos envelopes terá início com o credenciamento dos prepostos dos licitantes, mediante a apresentação da Carteira de Identidade e o documento autorizativo da representação.

6.4. Os envelopes serão abertos e os documentos e proposta de preços, conforme o caso, serão rubricados pela Comissão de Licitações e pelos prepostos dos licitantes.

6.5. Das sessões de abertura dos envelopes será lavrada ata contendo a síntese do ocorrido, que será assinada pela Comissão de Licitações e pelos prepostos dos licitantes.

6.6. A qualquer momento que julgue conveniente, poderá o Presidente da Comissão de Licitações, suspender os trabalhos durante a sessão de abertura, devendo neste caso, informar a data e horário de reabertura dos trabalhos.

7 - DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1. O julgamento da habilitação e das propostas de preços, bem como a classificação final, caberá à Comissão de Licitação designada para este fim.

7.2. Os licitantes cuja documentação não atender às exigências deste Edital serão inabilitados bem como serão desclassificados as propostas de preços que não mantiverem conformidade com os requisitos do Edital, que apresentarem preço excessivo ou manifestamente inexequível.

7.2.1. Para fins de julgamento das propostas de preços, serão desclassificadas as propostas:

7.2.2.1 Com preço global excessivo, assim consideradas aquelas com valor global acima de R\$ 372.000,00 (duzentos e dezessete mil reais)

7.2.2.2 Com preço inexequível, assim consideradas aquelas com valor inferior a 70% do valor do item 7.2.2.1.

7.3. Havendo empate no preço global entre duas ou mais propostas, a classificação será decidida por sorteio, em ato público, para o qual os licitantes interessados serão convocados, sendo que a forma como se procederá o sorteio, será definida pela Comissão, ressalvado o disposto no art. 3º, § 2º da Lei nº 8666/93.

7.4. Poderá a Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência na forma da lei, a fim de esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7.5. O objeto desta Tomada de Preço será adjudicado ao licitante que, satisfeitas as condições do edital, apresentar o menor preço global, sendo desconsiderados eventuais equívocos de cálculo das planilhas, prevalecendo o valor global.

7.6. No caso do adjudicatário decair do direito de executar o objeto licitado, a Prefeitura Municipal de Campos Novos poderá revogar esta licitação, ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratar, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.7. Após o julgamento definitivo das propostas de preços e classificação final, a Comissão de Licitação encaminhará o processo para ser submetido à homologação pela autoridade competente.

8 - DAS SANÇÕES

8.1. No caso de atraso injustificado por parte do contratado para o início da obra ou para a conclusão final, a partir do primeiro dia, o mesmo sujeitar-se-á à multa de mora de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, sobre o valor contratado, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante, que será descontado dos valores eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal de Campos Novos, da garantia prestada ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

8.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, além do disposto no subitem 8.1, estará o contratado sujeito às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

c) suspensão temporária da possibilidade de licitar com a Prefeitura Municipal de Campos Novos pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

d) declaração de inidoneidade.



9 - DO CONTRATO

9.1. O vencedor da Tomada de Preço será convocado em até 3 dias úteis após a homologação da licitação para, no prazo máximo de 48 horas, assinar o contrato, conforme minuta do Anexo I.

9.2. Não será admitida a subcontratação parcial do objeto desta licitação.

9.3. O contratado será obrigado a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, materiais e equipamentos que não estiverem em conformidade com as especificações constantes do contrato ou, ainda, que estiverem com defeitos ou imperfeições.

9.3.1. Na hipótese do contratado não efetivar a substituição dos serviços, materiais e equipamentos, este fato constituir-se-á motivo para expedir a declaração de inidoneidade do licitante para participar de licitações, conforme item 8.2, "d".

9.4. Os preços dos serviços a executar não serão reajustados.

9.4.1. As etapas que estiverem em atraso por culpa do contratado no momento do reajuste, não sofrerão alteração dos preços.

9.5. As despesas decorrentes da presente Tomada de Preço correrão por conta da dotação orçamentária:

REPASSE DO MINISTERIO DO ESPORTE - CONVENIO 304.546-11/2009

44.90.51.00.00.00.00-43 (REPASSE)

44.90.51.00.00.00.00-45 (CONTRA-PARTIDA)

9.6- O pagamento será efetuado á empresa vencedora da presente licitação conforme medição e laudo emitido pelo engenheiro da prefeitura municipal de campos novos.

10 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A Prefeitura Municipal de Campos Novos reserva-se o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la por ilegalidade.

10.2. Em relação às decisões proferidas pela Comissão de Licitações, cabe recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação ou publicação do ato no mural do "hall" de entrada da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

10.2.1. Os recursos interpostos serão processados nos termos do Capítulo V, da Lei № 8.666/93, devendo ser encaminhados diretamente na Prefeitura Municipal de Campos Novos, protocolado pelo interessado na Prefeitura Municipal de Campos Novos, localizada na Rua Expedicionário/São João Batista, 323 centro-Campos Novos CEP 89620-000, de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 09:00 as 11:00 e das 13:15 as 17:00 horas .

10.3. O edital e seus anexos serão disponibilizados em meio eletrônico, no site www.campos-novos.sc.gov.br ou na Prefeitura Municipal de Campos Novos, mediante credenciamento.

10.4. Informações e/ou esclarecimentos acerca desta Tomada de Preço poderão ser solicitadas até dois dias úteis antes da data limite para entrega dos envelopes, mediante correspondência (protocolada ou remetida para o fax nº (0xx49) 3541-0065) dirigida a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos Novos, pelo telefone (049) 3541-6225, ou na própria Prefeitura localizada na Rua Expedicionário/São João Batista,323 centro CEP 89620-000, de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 09:00 as 11:00 e das 13:15 as 17:00 horas de segunda a sexta-feira.

MARCIA ELIZA C. KAIPER

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Aprovo o Edital

Dê-se-lhe a divulgação prevista no art. 21 da Lei 8666/93

Campos Novos 26 de julho de 2010

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO Nº 13/2010**ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campos Novos, situada à rua expedicionário/São João Batista,323 centro CEP 89620-000- Centro- Campos Novos -SC, inscrito no CNPJ sob n.º 82.939.232/0001-74, neste ato representado pelo Prefeito Municipal de Campos Novos.

CONTRATADA:, estabelecida na Rua, inscrita no CNPJ sob nº, representada neste ato pelo Sr., CPF.....

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato vincula-se ao Edital da Tomada de Preço nº 13/2010 e à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O Contrato será executado pelo regime de empreitada global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E SERVIÇO) PARA CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES ANEXO AO COLEGIO SANTA JULIA,- MINISTERIO DO ESPORTE E LAZER NA CIDADE, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

REPASSE DO MINISTERIO DO ESPORTE - CONVENIO 304.546-11/2009

44.90.51.00.00.00.00-43 (REPASSE)

44.90.51.00.00.00.00-45 (CONTRA-PARTIDA)

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DA GARANTIA DE ADIMPLEMENTO

Pelos serviços descritos na Cláusula Segunda deste Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor total de R\$ (.....), em parcelas de acordo com o boletim de medição efetuado pela Engenheira responsável da Prefeitura De Campos Novos.

§ 1º O valor previsto nesta cláusula contempla a execução total da obra de acordo com os projetos em anexo, independente dos quantitativos unitários constantes da planilha de custos da proposta, e não será reajustada.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DURAÇÃO DO CONTRATO

O prazo de execução dos serviços será de 180 dias, conforme cronograma físico-financeiro, a contar da data de assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

Parágrafo único. Durante o período de garantia o CONTRATADO se obriga a reparar, refazer ou substituir os serviços ou equipamentos que se apresentarem com vício de qualidade ou defeito, fornecendo a mão-de-obra e todos os materiais, peças, componentes e insumos eventualmente utilizados, sem qualquer custo adicional aos valores contratados.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado de acordo com execução dos serviços, mediante a apresentação de laudo de medição e nota fiscal e conforme liberação do concedente.

§ 4º Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

§ 5º O pagamento poderá ser sustado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por



inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.
§ 6º No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o INSS e ISS.

CLÁUSULA NONA- DO RECEBIMENTO

Após a execução, o objeto será recebido:

I - provisoriamente, em até 15 dias da comunicação escrita do CONTRATADO, por ocasião da execução final, após a fiscalização constatar a execução dos serviços em conformidade com os Projetos, especificações e normas contidas no presente contrato.

II - definitivamente, em até 180 dias, após execução final e emissão de laudo de avaliação e inspeção favoráveis, elaborados pela fiscalização do CONTRATANTE.

Parágrafo único. Por execução final entende-se a conclusão da obra, com todas as instalações e equipamentos em pleno funcionamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato estará o CONTRATADO sujeito às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa:

a) de 20% sobre o valor contratual no caso de recusa da assinatura do Contrato, quando regularmente convocado, ou na hipótese de rescisão contratual por culpa do CONTRATADO.

b) de 0,2% sobre o valor do Contrato, por dia, no caso de atraso injustificado por parte CONTRATADO no cumprimento dos prazos de início de execução dos serviços ou da conclusão final da obra ou, ainda, para a solução de vícios ou imperfeições constatadas na obra, até o limite de 20%.

c) de até 20% sobre o valor contratual, no caso de descumprimento de qualquer cláusula do presente Contrato, ressalvado o disposto nas letras a e b desta cláusula.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

IV - declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

São obrigações do CONTRATADO:

I - manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;

II - dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do CONTRATANTE, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias;

III - executar o objeto diretamente, não sendo admitida a subcontratação;

IV - assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, fornecendo materiais e equipamentos de acordo com as especificações e na ausência de citação da marca e/ou modelo/fabricante na proposta, prevalecerá àquelas indicadas nos projetos;

V- oferecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, o endereço e contato dos fornecedores de materiais, equipamentos e serviços, para eventuais averiguações;

VI - iniciar os serviços, em até 05 dias corridos a contar da assinatura do contrato;

VII - manter sob sua responsabilidade todo o pessoal necessário à execução dos serviços objeto da proposta, arcando com os respectivos tributos e encargos sociais, além das despesas trabalhistas;

VIII - No corpo da nota fiscal é obrigatório constar o número do convenio.

IX - É obrigatório a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela Contratante, (WWW.caixa.gov.br - governo - assistência técnica) durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias contados a partir da autorização do contratante para início dos trabalhos sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I - realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;

II - acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

III - notificar o CONTRATADO por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução dos serviços.

IV - fornecer dados adicionais solicitados e disponíveis para a realização dos trabalhos;

V - É livre de acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a contratante e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou aditoria.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO UNILATERAL

Rescindido o Contrato na forma do art. 79, I, da Lei 8666/93, é facultado ao CONTRATANTE:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a eles devidos;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS ALTERAÇÕES

As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. A alteração do contrato por acréscimo ou supressão de quantidades em face de alteração de projetos ou de especificações será realizada a partir dos valores constantes da planilha apresentada na proposta, sempre observando os preços de mercado no momento da celebração do termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

O representante do CONTRATANTE, para os fins deste Contrato, é a Comissão Especial designada para este fim, cabendo ao CONTRATADO indicar preposto dentre aqueles apresentados na fase de habilitação, para representá-lo no local da execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Campos Novos, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinentes à execução presente Contrato. E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campos Novos, .. de de 2010.

CONTRATANTE

CONTRATADO



Catanduvras

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria P/5030/10

PORTARIA P/5030/10, de 18.07.2010.

"Demite, antes do termo final de contratação temporária,
Patricia Aparecida Arenhart"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

R E S O L V E:

DEMITIR, a pedido da interessada Patricia Aparecida Arenhart, ocupante do Cargo Agente de Copa e Higienização com 40 horas semanais, contratado (a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando o (a) nominado (a) Servidor (a) deixa de exercer suas funções, cessando os efeitos da Portaria P/4960/10.

Catanduvras, 18 de julho de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Portaria P/5031/10

PORTARIA P/5031/10, de 26.07.10

"Nomeia para Cargo em Comissão, Diego Grezelle"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

R e s o l v e

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, Diego Grezelle, para as funções do Cargo em Comissão de Gerente de Manutenção, Nível CC-05, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos a partir da presente data, quando o(a) nominado(a) Servidor(a) passou a exercer essas funções.

Catanduvras, 26 de julho de 2010

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 248/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 248/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de San-

ta Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da servidora NEUSA FRANCISCO LUCKMANN, matrícula nº 25306, licença pelo período de 15(quinze) dias, a contar de 19.07.2010, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração, e prorrogar pelo prazo de mais 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 03/08/2010, remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de julho de 2010.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício.

Portaria nº 249/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 249/2010

- CONSIDERANDO, o atestado médico da servidora Thais de Oliveira Faria;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora THAIS DE OLIVEIRA FARIA; matrícula nº 241002, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Atestado Médico, pelo período de 06.07.10 a 20.07.10.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 06.07.2010.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de julho de 2010.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício.

Portaria nº 250/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 250/2010

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com o art.40, Inc. V e Art. 47 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder adicional de insalubridade em grau médio de 20% ao funcionário JAKES ERNANI BEZERRA, ocupante do cargo efetivo de Médico Veterinário, na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, conforme Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT, a partir desde mês.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de julho de 2010.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício.



Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Balancete Financeiro FUNDAÇÃO MUN. DE DEFESA MEIO AMBIENTE DE CONCORDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUN. DE DEFESA MEIO AMBIENTE DE CONCORDIA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Junho/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	2.218,85	Despesa Orçamentária	39.378,31
RECEITA PATRIMONIAL	278,53	Despesas exceto Intra-orçamentárias	37.646,28
RECEITA DE SERVIÇOS	1.506,86	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.159,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	433,46	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.487,22
		Despesas Intra-orçamentárias	1.732,03
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.732,03
Receita Extra - Orçamentária	94.454,36	Despesa Extra - Orçamentária	44.454,36
DEPOSITOS	5.076,05	DEPOSITOS	5.076,05
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	5.076,05	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	5.076,05
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	5.076,05	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	5.076,05
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	39.378,31	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	39.378,31
OBRIGACOES A PAGAR	39.378,31	OBRIGACOES A PAGAR	39.378,31
FORNECEDORES	18.989,28	FORNECEDORES	18.989,28
PESSOAL A PAGAR	17.804,37	PESSOAL A PAGAR	17.804,37
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.354,69	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	2.354,69
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	229,97	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	229,97
INTERFERENCIAS ATIVAS	50.000,00		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	50.000,00		
REPASSE RECEBIDO	50.000,00		
Saldos anteriores	58.178,68	Saldos atuais	71.019,22
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	58.178,68	BANCO C/ MOVIMENTO	71.019,22
Caixa	0,00	Caixa	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	154.851,89	Total	154.851,89

CONCORDIA, 30/06/2010

Edson Luis Gonçalves
Ordenador de despesa

Argeu Albiero
Contador CRC/SC 027453/O-2



Balancete Financeiro FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCORDIA**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Junho/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	13.891,70	Despesa Orçamentária	244.581,76
RECEITA PATRIMONIAL	1.411,26	Despesas exceto Intra-orçamentárias	241.849,83
RECEITA DE SERVIÇOS	110,96	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	43.974,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.369,48	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	188.594,91
		INVESTIMENTOS	9.280,00
		Despesas Intra-orçamentárias	2.731,93
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.731,93
Receita Extra - Orçamentária	513.765,62	Despesa Extra - Orçamentária	258.765,62
DEPOSITOS	14.183,86	DEPOSITOS	14.183,86
CONSIGNACOES	46,15	CONSIGNACOES	46,15
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	46,15	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	46,15
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	14.137,71	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	14.137,71
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	14.137,71	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	14.137,71
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	244.581,76	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	244.581,76
OBRIGACOES A PAGAR	244.581,76	OBRIGACOES A PAGAR	244.581,76
FORNECEDORES	203.228,31	FORNECEDORES	203.228,31
PESSOAL A PAGAR	33.909,52	PESSOAL A PAGAR	33.909,52
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	6.781,99	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	6.781,99
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	661,94	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	661,94
INTERFERENCIAS ATIVAS	255.000,00		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	255.000,00		
REPASSE RECEBIDO	255.000,00		
Saldos anteriores	441.934,08	Saldos atuais	466.244,02
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	441.934,08	BANCO C/ MOVIMENTO	466.244,02
Caixa	0,00	Caixa	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	969.591,40	Total	969.591,40

CONCORDIA, 30/06/2010

Gil Artífon

Ordenador de Despesa

Sineida Terezinha Schmidt

Contador Adj.CRC/SC 15097-O 2



Balancete Financeiro FUNDO MUN.DE ASSIST.DO SERVIDOR DE CONCORDIA-FUMAS**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN.DE ASSIST.DO SERVIDOR DE CONCORDIA-FUMAS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Junho/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	196.902,99	Despesa Orçamentária	169.698,62
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	90.806,30	Despesas exceto Intra-orçamentárias	169.698,62
RECEITA PATRIMONIAL	2.122,55	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	169.698,62
RECEITA DE SERVIÇOS	130,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25.689,57		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	78.154,57		
Receita Extra - Orçamentária	171.993,84	Despesa Extra - Orçamentária	171.993,84
DEPOSITOS	2.295,22	DEPOSITOS	2.295,22
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.295,22	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.295,22
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	2.295,22	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	2.295,22
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	169.698,62	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	169.698,62
OBRIGACOES A PAGAR	169.698,62	OBRIGACOES A PAGAR	169.698,62
FORNECEDORES	169.698,62	FORNECEDORES	169.698,62
Saldos anteriores	443.363,04	Saldos atuais	470.567,41
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	442.500,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	470.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	863,04	BANCO C/ MOVIMENTO	567,41
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
Caixa	0,00	Caixa	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	812.259,87	Total	812.259,87

CONCORDIA, 30/06/2010

Maria Sueli dos Santos Bigaton
Ordenadora da Despesa em Exercício

Sineida T. Schmidt
Contador Adj.CRC/SC 15097-O 2



Balancete Financeiro FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CONCORDIA**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Junho/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	30.901,75	Despesa Orçamentária	138.756,67
RECEITA PATRIMONIAL	694,65	Despesas exceto Intra-orçamentárias	138.756,67
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.207,10	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	120.753,87
		INVESTIMENTOS	18.002,80
Receita Extra - Orçamentária	209.542,61	Despesa Extra - Orçamentária	126.735,80
DEPOSITOS	1.162,65	DEPOSITOS	1.162,65
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.162,65	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.162,65
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	1.162,65	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	1.162,65
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	140.974,25	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	125.573,15
OBRIGACOES A PAGAR	140.974,25	OBRIGACOES A PAGAR	125.573,15
FORNECEDORES	139.961,85	FORNECEDORES	123.548,35
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	1.012,40	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	2.024,80
INTERFERENCIAS ATIVAS	67.405,71		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	67.405,71		
REPASSE RECEBIDO	67.405,71		
Saldos anteriores	209.702,21	Saldos atuais	184.654,10
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.912,64
BANCO C/ MOVIMENTO	1.406,73	BANCO C/ MOVIMENTO	28.651,45
BANCOS C/ VINCULADAS	208.295,48	BANCOS C/ VINCULADAS	148.090,01
Caixa	0,00	Caixa	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	450.146,57	Total	450.146,57

CONCORDIA, 30/06/2010

Mauro Kichel

Ordenador de Despesas

Solange B. K. Vicari

Contadora CRC/SC 024478/O-8



Balancete Financeiro FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROP. DE CONCORDIA**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. AGROP. DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Junho/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	6.864,98	Despesa Orçamentária	69.207,75
RECEITA PATRIMONIAL	142,59	Despesas exceto Intra-orçamentárias	69.207,75
RECEITA AGROPECUARIA	824,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	62.207,75
RECEITA DE SERVIÇOS	4.051,29	INVESTIMENTOS	7.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.846,60		
Receita Extra - Orçamentária	89.213,77	Despesa Extra - Orçamentária	77.213,77
DEPOSITOS	6,02	DEPOSITOS	6,02
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	6,02	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	6,02
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	6,02	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	6,02
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	89.207,75	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	77.207,75
OBRIGACOES A PAGAR	89.207,75	OBRIGACOES A PAGAR	77.207,75
FORNECEDORES	89.207,75	FORNECEDORES	77.207,75
Saldos anteriores	89.842,64	Saldos atuais	39.499,87
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	89.842,64	BANCO C/ MOVIMENTO	39.499,87
Caixa	0,00	Caixa	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	185.921,39	Total	185.921,39

CONCORDIA, 30/06/2010

Antonio Colussi

Ordenador de Despesas

Argeu Albiero

Contador CRC/SC 027453/O-2



Balancete Financeiro FUNDO MUN.DE HABITACAO DE INTER.SOC.DE CONCORDIA**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN.DE HABITACAO DE INTER.SOC.DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Junho/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	488,75	Despesa Orçamentária	18.175,89
RECEITA PATRIMONIAL	488,75	Despesas exceto Intra-orçamentárias	18.175,89
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.403,09
		INVESTIMENTOS	10.772,80
Receita Extra - Orçamentária	28.502,30	Despesa Extra - Orçamentária	17.708,76
DEPOSITOS	326,41	DEPOSITOS	326,41
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	326,41	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	326,41
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	326,41	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	326,41
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	18.175,89	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	17.382,35
OBRIGACOES A PAGAR	18.175,89	OBRIGACOES A PAGAR	17.382,35
FORNECEDORES	18.175,89	FORNECEDORES	17.382,35
INTERFERENCIAS ATIVAS	10.000,00		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	10.000,00		
REPASSE RECEBIDO	10.000,00		
Saldos anteriores	48.938,77	Saldos atuais	42.045,17
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	15.224,44	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.535,44
BANCO C/ MOVIMENTO	33.714,33	BANCO C/ MOVIMENTO	37.509,73
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
Caixa	0,00	Caixa	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	77.929,82	Total	77.929,82

CONCORDIA, 30/06/2010

Mauro Kichel
Ordenador de Despesas

Solange B. K. Vicari
Contadora CRC/SC - 024478/O-8



Balancete Financeiro FUNDO MUN. DE INFANCIA E ADOLESCENCIA DE CONCORDIA**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE INFANCIA E ADOLESCENCIA DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Junho/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	425,38	Despesa Orçamentária	24.682,96
RECEITA PATRIMONIAL	34,14	Despesas exceto Intra-orçamentárias	24.682,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	391,24	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.682,96
Receita Extra - Orçamentária	50.818,31	Despesa Extra - Orçamentária	25.818,31
DEPOSITOS	1.135,35	DEPOSITOS	1.135,35
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.135,35	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.135,35
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	1.135,35	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	1.135,35
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	24.682,96	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	24.682,96
OBRIGACOES A PAGAR	24.682,96	OBRIGACOES A PAGAR	24.682,96
FORNECEDORES	23.522,27	FORNECEDORES	23.522,27
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.160,69	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.160,69
INTERFERENCIAS ATIVAS	25.000,00		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	25.000,00		
REPASSE RECEBIDO	25.000,00		
Saldos anteriores	1.196,66	Saldos atuais	1.939,08
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	618,58	BANCO C/ MOVIMENTO	1.237,63
BANCOS C/ VINCULADAS	578,08	BANCOS C/ VINCULADAS	701,45
Caixa	0,00	Caixa	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	52.440,35	Total	52.440,35

CONCORDIA, 30/06/2010

Mauro Kichel
Ordenador de Despesa

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7



Balancete Financeiro FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Junho/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.359.118,51	Despesa Orçamentária	2.398.015,89
RECEITA TRIBUTARIA	15.697,61	Despesas exceto Intra-orçamentárias	2.327.150,28
RECEITA PATRIMONIAL	7.200,76	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	638.277,33
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.334.374,97	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.677.224,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.845,17	INVESTIMENTOS	11.648,82
		Despesas Intra-orçamentárias	70.865,61
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	70.865,61
Receita Extra - Orçamentária	3.432.131,37	Despesa Extra - Orçamentária	2.532.131,37
CREDITOS EM CIRCULACAO	974,76	CREDITOS EM CIRCULACAO	974,76
CREDITOS A RECEBER	974,76	CREDITOS A RECEBER	974,76
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	974,76	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	974,76
DEPOSITOS	133.140,72	DEPOSITOS	133.140,72
CONSIGNACOES	1.845,17	CONSIGNACOES	1.845,17
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.845,17	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.845,17
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	131.295,55	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	131.295,55
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	131.295,55	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	131.295,55
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	2.398.015,89	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	2.398.015,89
OBRIGACOES A PAGAR	2.398.015,89	OBRIGACOES A PAGAR	2.398.015,89
FORNECEDORES	1.689.454,69	FORNECEDORES	1.689.454,69
PESSOAL A PAGAR	567.139,09	PESSOAL A PAGAR	567.139,09
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	128.142,82	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	128.142,82
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	13.279,29	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	13.279,29
INTERFERENCIAS ATIVAS	900.000,00		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	900.000,00		
REPASSE RECEBIDO	900.000,00		
Saldos anteriores	968.315,26	Saldos atuais	829.417,88
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	263.273,54	BANCO C/ MOVIMENTO	248.248,61
BANCOS C/ VINCULADAS	705.041,72	BANCOS C/ VINCULADAS	581.169,27
Caixa	0,00	Caixa	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	5.759.565,14	Total	5.759.565,14

CONCORDIA, 30/06/2010

Maria Luiza Marcon
Ordenadora de Despesas

Rosa Maria Sela Sgarabotto
Tec.Contabil CRC/SC 17.218



DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de CONCORDIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	113.754.000,00	
Previsão Atualizada		—	113.754.000,00	
Receitas Realizadas		19.382.715,01	59.715.649,17	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	429.041,38	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	113.754.000,00	
Créditos Adicionais		—	4.057.895,05	
Dotação Atualizada		—	117.811.895,05	
Despesas Empenhadas		16.078.473,81	69.735.230,89	
Despesas Liquidadas		18.039.889,99	46.399.593,56	
Superavit Orçamentário		—	13.316.055,61	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		16.078.473,81	69.735.230,89	
Despesas Liquidadas		18.039.889,99	46.399.593,56	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			105.743.158,33	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.315.541,37	4.003.922,07	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		475.611,92	1.433.496,94	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		839.929,45	2.570.425,13	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	250.000,00	-9.449.457,95	-3.779,78	
Resultado Primário	2.657.028,00	12.128.943,12	456,49	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	70.486,30	0,00	37.928,90	32.557,40
EXECUTIVO	70.486,30	0,00	37.928,90	32.557,40
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.555.751,86	190.113,02	1.091.170,19	274.468,65
EXECUTIVO	1.434.619,86	190.113,02	997.988,19	246.518,65
LEGISLATIVO	121.132,00	0,00	93.182,00	27.950,00
TOTAL:	1.626.238,16	190.113,02	1.129.099,09	307.026,05
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		7.893.592,97	25%	24,07
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.721.957,89	60%	65,92
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		4.450.228,18	14.644.575,82	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2010	2018	2028	2043
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	3.160.964,93	2.083.705,74	830.387,15	9.199,30
Despesas Previdenciárias (V)	2.030.733,23	2.177.040,18	2.750.011,72	1.916.531,52
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	1.130.231,70	-93.334,44	-1.919.624,57	-1.907.332,22

Continua 1/2



Município de CONCORDIA

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		273.615,68	-127.715,68
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	250.900,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.971.004,51	15,00	15,16

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 30/06/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Vilma Inez Stringhini
Ordenadora de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Financas

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Município de CONCORDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	111.038.300,00	111.038.300,00	18.624.804,61	16,77	57.539.237,70	51,82	53.499.062,30
RECEITAS CORRENTES	105.307.200,00	105.307.200,00	18.376.327,65	17,45	57.067.622,02	54,19	48.239.577,98
RECEITA TRIBUTARIA	14.880.900,00	14.880.900,00	2.305.265,47	15,49	9.515.692,68	63,95	5.365.207,32
IMPOSTOS	11.482.200,00	11.482.200,00	2.007.681,29	17,49	7.486.156,02	65,20	3.996.043,98
TAXAS	2.198.700,00	2.198.700,00	181.804,20	8,27	1.658.226,21	75,42	540.473,79
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	1.200.000,00	1.200.000,00	115.779,98	9,65	371.310,45	30,94	828.689,55
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.335.500,00	4.335.500,00	785.860,93	18,13	2.390.321,22	55,13	1.945.178,78
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.276.800,00	2.276.800,00	481.601,76	21,15	1.381.676,84	60,69	895.123,16
CONTRIBUIÇOES ECONÔMICAS	2.058.700,00	2.058.700,00	304.259,17	14,78	1.008.644,38	48,99	1.050.055,62
RECEITA PATRIMONIAL	1.632.600,00	1.632.600,00	674.859,23	41,34	1.997.676,61	122,36	-365.076,61
RECEITAS IMOBILIARIAS	76.000,00	76.000,00	18.080,87	23,79	38.848,90	51,12	37.151,10
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.385.600,00	1.385.600,00	624.672,60	45,08	1.867.756,31	134,80	-482.156,31
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	171.000,00	171.000,00	32.105,76	18,78	91.071,40	53,26	79.928,60
RECEITA AGROPECUARIA	26.500,00	26.500,00	3.400,94	12,83	22.473,94	84,81	4.026,06
Outras Rec. Agropecuárias	26.500,00	26.500,00	3.400,94	12,83	22.473,94	84,81	4.026,06
RECEITA DE SERVIÇOS	1.098.000,00	1.098.000,00	147.686,33	13,45	803.986,79	73,22	294.013,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	80.402.700,00	80.402.700,00	13.811.786,41	17,18	40.305.802,17	50,13	40.096.897,83
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	79.443.600,00	79.443.600,00	13.480.349,06	16,97	39.862.268,60	50,18	39.581.331,40
Transf. de Conv.	959.100,00	959.100,00	331.437,35	34,56	443.533,57	46,24	515.566,43
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.931.000,00	2.931.000,00	647.468,34	22,09	2.031.668,61	69,32	899.331,39
Multas e Juros de Mora	1.769.900,00	1.769.900,00	355.963,07	20,11	946.016,07	53,45	823.883,93
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	358.600,00	358.600,00	81.227,19	22,65	347.962,86	97,03	10.637,14
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	488.700,00	488.700,00	174.570,09	35,72	413.660,14	84,65	75.039,86
RECEITAS DIVERSAS	313.800,00	313.800,00	35.707,99	11,38	324.029,54	103,26	-10.229,54
RECEITAS DE CAPITAL	5.731.100,00	5.731.100,00	248.476,96	4,34	471.615,68	8,23	5.259.484,32
ALIENAÇÃO DE BENS	145.900,00	145.900,00	248.476,96	170,31	273.615,68	187,54	-127.715,68
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	145.900,00	145.900,00	235.000,00	161,07	235.000,00	161,07	-89.100,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	13.476,96	0,00	38.615,68	0,00	-38.615,68
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.585.200,00	5.585.200,00	0,00	0,00	198.000,00	3,55	5.387.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.585.200,00	5.585.200,00	0,00	0,00	198.000,00	3,55	5.387.200,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.715.700,00	2.715.700,00	757.910,40	27,91	2.176.411,47	80,14	539.288,53
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.715.700,00	2.715.700,00	757.910,40	27,91	2.176.411,47	80,14	539.288,53
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.715.700,00	2.715.700,00	757.910,40	27,91	2.176.411,47	80,14	539.288,53
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.715.700,00	2.715.700,00	757.910,40	27,91	2.176.411,47	80,14	539.288,53

Continua 1/3

Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.715.700,00	2.715.700,00	757.910,40	27,91	2.176.411,47	80,14	539.288,53
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	113.754.000,00	113.754.000,00	19.382.715,01	17,04	59.715.649,17	52,50	54.038.350,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	113.754.000,00	113.754.000,00	19.382.715,01	17,04	59.715.649,17	52,50	54.038.350,83
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	113.754.000,00	113.754.000,00	19.382.715,01	17,04	59.715.649,17	52,50	54.038.350,83
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.453.306,73	—	—	429.041,38	—	—
Superávit Financeiro	—	1.453.306,73	—	—	429.041,38	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	109.753.400,00	3.492.095,05	113.245.495,05	15.328.493,26	67.524.520,68	17.281.448,43	44.222.457,90	39,05	69.023.037,15
DESPESAS CORRENTES	92.642.076,00	1.308.615,05	93.950.691,05	10.718.662,58	55.953.011,46	15.193.478,17	39.772.229,72	42,33	54.178.461,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.427.500,00	-468.328,00	36.959.172,00	5.759.592,34	16.755.255,66	5.834.891,71	16.429.386,04	44,45	20.529.785,96
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000.000,00	-50.000,00	950.000,00	106.827,82	401.141,79	106.827,82	401.141,79	42,23	548.858,21
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	54.214.576,00	1.826.943,05	56.041.519,05	4.852.242,42	38.796.614,01	9.251.758,64	22.941.701,89	40,94	33.099.817,16
DESPESAS DE CAPITAL	16.911.324,00	2.183.480,00	19.094.804,00	4.609.830,68	11.571.509,22	2.087.970,26	4.450.228,18	23,31	14.644.575,82
INVESTIMENTOS	16.311.324,00	2.183.480,00	18.494.804,00	4.289.323,32	10.975.906,29	1.767.509,56	3.897.110,47	21,07	14.597.693,53
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.000,00	0,00	600.000,00	320.507,36	595.602,93	320.460,70	553.117,71	92,19	46.882,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00

Continua 2/3

Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.000.600,00	565.800,00	4.566.400,00	749.980,55	2.210.710,21	758.441,56	2.177.135,66	47,68	2.389.264,34
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.000.600,00	565.800,00	4.566.400,00	749.980,55	2.210.710,21	758.441,56	2.177.135,66	47,68	2.389.264,34
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	113.754.000,00	4.057.895,05	117.811.895,05	16.078.473,81	69.735.230,89	18.039.889,99	46.399.593,56	39,38	71.412.301,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	113.754.000,00	4.057.895,05	117.811.895,05	16.078.473,81	69.735.230,89	18.039.889,99	46.399.593,56	39,38	71.412.301,49
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	13.316.055,61	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	113.754.000,00	4.057.895,05	117.811.895,05	16.078.473,81	69.735.230,89	18.039.889,99	59.715.649,17	39,38	71.412.301,49

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.570.425,13

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 30/06/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Vilma Inez Stringhini
Ordenadora de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Município de CONCORDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	109.753.400,00	113.245.495,05	15.328.493,26	67.524.520,68	17.281.448,43	44.222.457,90	95,31	39,05	69.023.037,15
Legislativa	1.810.800,00	1.810.800,00	285.938,96	1.036.400,69	332.955,36	833.310,90	1,80	46,02	977.489,10
Ação Legislativa	1.810.800,00	1.810.800,00	285.938,96	1.036.400,69	332.955,36	833.310,90	1,80	46,02	977.489,10
Administração	9.979.700,00	10.247.100,00	1.392.779,80	6.295.775,08	1.639.934,06	4.489.566,68	9,68	43,81	5.757.533,32
Ação Judiciária	66.000,00	46.000,00	7.124,42	19.144,88	8.071,38	11.617,53	0,03	25,26	34.382,47
Planejamento e Orçamento	123.000,00	123.000,00	16.784,67	93.024,35	16.416,67	92.265,83	0,20	75,01	30.734,17
Administração Geral	7.364.200,00	7.501.600,00	1.259.924,85	3.971.943,99	1.131.838,29	3.149.970,67	6,79	41,99	4.351.629,33
Comunicação Social	500.000,00	500.000,00	114.095,86	344.939,86	103.915,56	284.759,56	0,61	56,95	215.240,44
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.926.500,00	2.076.500,00	-5.150,00	1.866.722,00	379.692,16	950.953,09	2,05	45,80	1.125.546,91
Assistência Social	4.534.700,00	4.844.762,89	713.516,76	3.163.287,88	955.470,07	2.283.761,54	4,92	47,14	2.561.001,35
Administração Geral	1.904.500,00	1.933.820,85	320.182,07	1.128.687,80	333.115,33	899.494,05	1,94	46,51	1.034.326,80
Assistência ao Idoso	312.200,00	312.200,00	37.783,22	128.715,39	48.248,84	88.753,03	0,19	28,43	223.446,97
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.538.000,00	1.658.742,04	238.202,52	1.118.460,18	328.707,21	708.539,47	1,53	42,72	950.202,57
Assistência Comunitária	780.000,00	940.000,00	117.348,95	787.424,51	245.398,69	586.974,99	1,27	62,44	353.025,01
Previdência Social	3.849.100,00	3.849.100,00	455.449,64	1.517.023,43	473.445,21	1.427.250,41	3,08	37,08	2.421.849,59
Administração Geral	576.600,00	576.600,00	38.854,78	255.292,80	56.850,35	165.519,78	0,36	28,71	411.080,22
Previdência Básica	3.272.500,00	3.272.500,00	416.594,86	1.261.730,63	416.594,86	1.261.730,63	2,72	38,56	2.010.769,37
Saúde	27.034.600,00	27.524.600,00	2.229.220,63	17.896.268,77	4.692.056,93	12.878.793,12	27,76	46,79	14.645.806,88
Administração Geral	1.215.900,00	1.515.900,00	192.640,79	902.241,63	264.386,03	748.797,68	1,61	49,40	767.102,32
Atenção Básica	8.710.500,00	8.650.500,00	1.246.821,97	3.930.495,82	1.351.283,16	3.734.012,02	8,05	43,17	4.916.487,98
Suporte Profilático e Terapêutico	16.555.800,00	16.805.800,00	715.054,13	12.759.273,87	2.985.511,21	8.246.613,42	17,77	49,07	8.559.186,58
Vigilância Sanitária	552.400,00	552.400,00	74.703,74	304.257,45	90.876,53	149.370,00	0,32	27,04	403.030,00
Educação	23.180.900,00	23.668.288,32	3.799.487,26	13.288.268,17	4.009.085,79	10.052.203,66	21,66	42,47	13.616.084,66
Alimentação e Nutrição	623.800,00	712.140,00	108.534,20	450.765,89	182.168,74	370.634,19	0,80	52,05	341.505,81
Ensino Fundamental	17.176.100,00	17.394.055,91	2.455.408,50	9.710.717,51	2.912.676,84	7.283.687,47	15,70	41,87	10.110.368,44
Ensino Médio	439.200,00	552.852,41	410.412,75	528.313,64	72.591,44	72.591,44	0,16	13,13	480.260,97
Ensino Superior	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Educação Infantil	4.919.300,00	4.986.740,00	825.131,81	2.587.471,53	839.438,07	2.321.192,68	5,00	46,55	2.665.547,32
Educação Especial	21.500,00	21.500,00	0,00	10.999,60	2.210,70	4.097,88	0,01	19,06	17.402,12
Cultura	1.284.300,00	1.284.300,00	96.833,41	402.595,79	100.329,46	297.563,23	0,64	23,17	986.736,77
Administração Geral	1.126.300,00	1.126.300,00	77.813,98	348.191,36	94.538,43	256.457,20	0,55	22,77	869.842,80
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00

Continua 1/4

Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	109.753.400,00	113.245.495,05	15.328.493,26	67.524.520,68	17.281.448,43	44.222.457,90	95,31	39,05	69.023.037,15
Cultura	1.284.300,00	1.284.300,00	96.833,41	402.595,79	100.329,46	297.563,23	0,64	23,17	986.736,77
Difusão Cultural	150.000,00	150.000,00	19.019,43	54.404,43	5.791,03	41.106,03	0,09	27,40	108.893,97
Urbanismo	20.539.800,00	22.334.339,84	4.209.300,84	14.066.438,09	2.254.424,65	5.291.576,28	11,40	23,69	17.042.763,56
Administração Geral	3.462.800,00	3.542.800,00	432.857,82	1.386.435,23	438.968,94	1.297.169,98	2,80	36,61	2.245.630,02
Infra-Estrutura Urbana	17.077.000,00	18.791.539,84	3.776.443,02	12.680.002,86	1.815.455,71	3.994.406,30	8,61	21,26	14.797.133,54
Habituação	642.200,00	642.200,00	18.336,45	92.944,66	27.428,44	44.489,82	0,10	6,93	597.710,18
Administração Geral	25.000,00	25.000,00	0,00	17.739,42	1.212,53	10.135,00	0,02	40,54	14.865,00
Habituação Rural	617.200,00	617.200,00	18.336,45	75.205,24	26.215,91	34.354,82	0,07	5,57	582.845,18
Gestão Ambiental	641.800,00	641.800,00	54.771,94	362.788,92	83.391,11	238.210,81	0,51	37,12	403.589,19
Administração Geral	420.700,00	420.700,00	52.608,70	206.591,99	55.197,49	171.364,79	0,37	40,73	249.335,21
Recuperação de Áreas Degradadas	221.100,00	221.100,00	2.163,24	156.196,93	28.193,62	66.846,02	0,14	30,23	154.253,98
Agricultura	2.485.600,00	2.439.200,00	311.200,74	1.472.475,64	326.220,41	998.194,03	2,15	40,92	1.441.005,97
Administração Geral	12.000,00	12.000,00	0,00	8.562,40	723,55	3.875,55	0,01	32,30	8.124,45
Saneamento Básico Rural	120.000,00	40.000,00	0,00	21.000,00	0,00	21.000,00	0,05	52,50	19.000,00
Promoção da Produção Vegetal	37.500,00	37.500,00	0,00	21.299,50	0,00	21.299,50	0,05	56,80	16.200,50
Promoção da Produção Animal	105.000,00	94.600,00	0,00	89.538,00	24.356,49	65.762,47	0,14	69,52	28.837,53
Abastecimento	72.000,00	72.000,00	743,06	2.313,06	993,06	2.313,06	0,00	3,21	69.686,94
Extensão Rural	2.139.100,00	2.183.100,00	310.457,68	1.329.762,68	300.147,31	883.943,45	1,91	40,49	1.299.156,55
Indústria	52.000,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00
Promoção Industrial	52.000,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.000,00
Comércio e Serviços	557.400,00	557.400,00	100.239,39	248.177,79	82.302,12	133.701,02	0,29	23,99	423.698,98
Promoção Comercial	279.700,00	279.700,00	43.638,39	112.508,39	21.877,12	57.207,62	0,12	20,45	222.492,38
Turismo	277.700,00	277.700,00	56.601,00	135.669,40	60.425,00	76.493,40	0,16	27,55	201.206,60
Transporte	4.477.300,00	4.477.300,00	630.819,93	2.613.053,01	711.199,04	1.705.108,33	3,67	38,08	2.772.191,67
Administração Geral	1.793.400,00	1.793.400,00	251.104,06	789.527,47	256.197,21	709.322,89	1,53	39,55	1.084.077,11
Transporte Rodoviário	2.683.900,00	2.683.900,00	379.715,87	1.823.525,54	455.001,83	995.785,44	2,15	37,10	1.688.114,56
Desporto e Lazer	3.134.400,00	3.134.400,00	403.448,79	1.868.712,94	570.775,12	1.100.404,48	2,37	35,11	2.033.995,52
Administração Geral	1.314.400,00	1.314.400,00	101.304,76	538.027,90	130.548,00	350.039,99	0,75	26,63	964.360,01
Desporto de Rendimento	1.340.000,00	1.340.000,00	211.194,03	978.384,93	273.254,62	504.143,88	1,09	37,62	835.856,12
Desporto Comunitário	480.000,00	480.000,00	90.950,00	352.300,11	166.972,50	246.220,61	0,53	51,30	233.779,39
Encargos Especiais	5.348.800,00	5.537.904,00	627.148,72	3.200.309,82	1.022.430,66	2.448.323,59	5,28	44,21	3.089.580,41
Defesa Civil	300.000,00	326.504,00	0,00	326.504,00	71.504,00	176.504,00	0,38	54,06	150.000,00

Continua 2/4

Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	109.753.400,00	113.245.495,05	15.328.493,26	67.524.520,68	17.281.448,43	44.222.457,90	95,31	39,05	69.023.037,15
Encargos Especiais	5.348.800,00	5.537.904,00	627.148,72	3.200.309,82	1.022.430,66	2.448.323,59	5,28	44,21	3.089.580,41
Serviço da Dívida Interna	1.600.000,00	1.550.000,00	427.335,18	996.744,72	427.288,52	954.259,50	2,06	61,57	595.740,50
Outros Encargos Especiais	3.448.800,00	3.661.400,00	199.813,54	1.877.061,10	523.638,14	1.317.560,09	2,84	35,99	2.343.839,91
Reserva de Contingência	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Reserva de Contingência	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.000.600,00	4.566.400,00	749.980,55	2.210.710,21	758.441,56	2.177.135,66	4,69	47,68	2.389.264,34
Legislativa	60.000,00	60.000,00	0,00	56.500,00	8.461,01	22.925,45	0,05	38,21	37.074,55
Ação Legislativa	60.000,00	60.000,00	0,00	56.500,00	8.461,01	22.925,45	0,05	38,21	37.074,55
Administração	433.100,00	433.100,00	76.698,10	221.672,44	76.698,10	221.672,44	0,48	51,18	211.427,56
Administração Geral	433.100,00	433.100,00	76.698,10	221.672,44	76.698,10	221.672,44	0,48	51,18	211.427,56
Assistência Social	160.000,00	160.000,00	33.497,55	91.550,89	33.497,55	91.550,89	0,20	57,22	68.449,11
Administração Geral	160.000,00	160.000,00	33.497,55	91.550,89	33.497,55	91.550,89	0,20	57,22	68.449,11
Previdência Social	3.100,00	15.100,00	2.166,71	6.246,53	2.166,71	6.246,53	0,01	41,37	8.853,47
Administração Geral	3.100,00	15.100,00	2.166,71	6.246,53	2.166,71	6.246,53	0,01	41,37	8.853,47
Saúde	600.000,00	630.000,00	141.494,78	415.085,39	141.494,78	415.085,39	0,89	65,89	214.914,61
Administração Geral	100.000,00	100.000,00	0,00	53.370,31	0,00	53.370,31	0,12	53,37	46.629,69
Atenção Básica	500.000,00	530.000,00	141.494,78	361.715,08	141.494,78	361.715,08	0,78	68,25	168.284,92
Educação	2.031.200,00	2.555.000,00	395.976,48	1.129.744,62	395.976,48	1.129.744,62	2,43	44,22	1.425.255,38
Ensino Fundamental	1.551.200,00	1.828.000,00	283.155,37	804.309,96	283.155,37	804.309,96	1,73	44,00	1.023.690,04
Educação Infantil	480.000,00	727.000,00	112.821,11	325.434,66	112.821,11	325.434,66	0,70	44,76	401.565,34
Cultura	50.000,00	50.000,00	5.704,21	16.353,50	5.704,21	16.353,50	0,04	32,71	33.646,50
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	5.704,21	16.353,50	5.704,21	16.353,50	0,04	32,71	33.646,50
Urbanismo	372.000,00	372.000,00	53.605,20	158.132,61	53.605,20	158.132,61	0,34	42,51	213.867,39
Administração Geral	372.000,00	372.000,00	53.605,20	158.132,61	53.605,20	158.132,61	0,34	42,51	213.867,39
Gestão Ambiental	20.500,00	20.500,00	3.452,77	9.967,50	3.452,77	9.967,50	0,02	48,62	10.532,50
Administração Geral	20.500,00	20.500,00	3.452,77	9.967,50	3.452,77	9.967,50	0,02	48,62	10.532,50
Transporte	199.700,00	199.700,00	31.418,01	88.623,90	31.418,01	88.623,90	0,19	44,38	111.076,10
Administração Geral	199.700,00	199.700,00	31.418,01	88.623,90	31.418,01	88.623,90	0,19	44,38	111.076,10
Desporto e Lazer	66.000,00	66.000,00	5.623,08	16.028,91	5.623,08	16.028,91	0,03	24,29	49.971,09
Administração Geral	66.000,00	66.000,00	5.623,08	16.028,91	5.623,08	16.028,91	0,03	24,29	49.971,09

Continua 3/4

Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.000.600,00	4.566.400,00	749.980,55	2.210.710,21	758.441,56	2.177.135,66	4,69	47,68	2.389.264,34
Encargos Especiais	5.000,00	5.000,00	343,66	803,92	343,66	803,92	0,00	16,08	4.196,08
Outros Encargos Especiais	5.000,00	5.000,00	343,66	803,92	343,66	803,92	0,00	16,08	4.196,08
TOTAL (III) = (I + II)	113.754.000,00	117.811.895,05	16.078.473,81	69.735.230,89	18.039.889,99	46.399.593,56	100,00	39,38	71.412.301,49

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 30/06/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Vilma Inez Stringhini
Ordenadora de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Financas

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA JULHO/2009 A JUNHO/2010

Município de CONCORDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO/2009 A JUNHO/2010

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													R\$ 1,00	
	Jul/2009	Ago/2009	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2010	
RECEITAS CORRENTES (I)	8.665.042,20	8.271.631,08	8.949.686,11	9.220.008,66	8.918.892,49	11.083.279,40	8.848.297,93	9.594.785,21	13.243.570,85	10.202.584,44	10.251.568,12	9.871.673,33	117.121.019,82	115.193.400,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	964.339,68	970.612,13	864.960,45	682.732,49	762.070,97	1.124.651,51	871.959,53	1.798.889,48	3.348.604,02	1.190.974,18	1.174.680,01	1.130.585,46	14.885.059,91	14.880.900,00	
I.P.T.U.	209.502,51	189.972,63	38.295,43	20.056,27	20.512,91	53.831,46	24.227,75	130.179,62	2.254.843,82	243.207,76	225.109,16	221.309,63	3.631.048,95	3.600.000,00	
I.S.S.	412.269,58	474.129,51	427.220,47	418.900,96	428.421,91	526.008,88	564.215,85	508.503,30	520.861,46	576.440,29	592.233,87	560.652,90	6.009.858,98	5.900.000,00	
I.T.B.I.	136.254,15	101.758,25	149.349,83	58.857,86	128.878,72	144.661,15	88.483,46	80.324,13	159.210,61	102.638,55	127.513,30	147.901,29	1.425.831,30	1.272.000,00	
I.R.R.F	56.530,07	58.816,41	60.006,49	57.483,47	58.273,58	110.905,22	53.937,33	53.554,99	53.642,84	64.202,97	66.137,55	66.823,59	760.314,51	710.200,00	
Outras Receitas Tributárias	149.783,37	145.935,33	190.088,23	127.433,93	125.983,85	289.244,80	141.095,14	1.026.327,44	360.045,29	204.484,61	163.686,13	133.898,05	3.058.006,17	3.398.700,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	472.324,81	348.319,01	345.996,61	356.811,82	353.971,60	490.722,65	218.509,21	382.389,84	601.282,50	402.278,74	394.054,80	391.806,13	4.758.467,72	4.335.500,00	
RECEITA PATRIMONIAL	279.967,58	245.454,20	271.767,87	245.564,07	341.392,68	231.029,35	249.080,96	271.600,70	528.288,00	273.847,72	239.382,80	435.476,43	3.612.852,36	1.632.600,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.058,00	939,00	850,00	1.191,75	962,00	1.455,00	1.357,00	9.749,50	6.511,50	2.576,44	824,50	27.939,69	26.500,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	115.215,04	53.999,61	22.496,88	13.441,72	24.090,42	35.313,06	25.448,13	51.533,12	506.051,45	73.267,76	80.860,41	66.825,92	1.068.543,52	1.098.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.570.677,88	6.389.287,54	7.174.307,71	7.700.542,88	7.174.645,83	8.896.932,50	7.259.827,09	6.704.313,87	7.766.806,55	7.961.012,31	8.050.234,85	7.508.465,36	89.157.054,37	90.288.900,00	
Cota-Parte do F.P.M.	955.004,53	1.110.985,04	983.461,51	1.131.306,86	1.412.167,85	2.173.086,71	1.165.181,97	1.422.603,25	1.056.789,54	1.266.192,41	1.558.940,77	1.352.962,26	15.588.682,70	16.500.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.790.983,82	1.641.311,89	2.292.561,01	1.944.826,72	1.736.471,44	2.929.321,19	2.313.684,83	1.954.839,58	2.414.767,05	2.370.914,09	2.215.952,06	2.301.317,72	25.906.951,40	25.300.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	540.576,58	546.535,01	604.610,80	688.218,43	507.103,16	242.808,72	249.844,15	391.066,04	652.383,03	632.408,41	657.620,24	619.978,03	6.333.152,60	6.474.000,00	
Cota-Parte do ITR.	52,41	511,14	2.152,23	16.232,26	633,42	1.446,24	336,42	502,45	71,69	57,22	991,22	133,28	23.119,98	7.000,00	
Transferências da LC 61/1989	35.256,43	37.591,21	37.757,58	50.165,09	39.798,12	57.772,08	47.403,22	46.115,96	43.553,22	43.342,68	35.025,22	40.924,17	514.704,98	850.000,00	
Transferências da LC 87/1996	15.066,93	15.066,93	15.066,93	15.066,93	15.066,93	15.066,93	15.374,84	15.374,84	15.374,84	15.374,84	15.374,84	15.374,84	182.650,62	300.000,00	
Transferências do FUNDEB	1.131.746,15	1.183.354,51	1.234.232,75	1.249.070,60	1.302.829,42	1.416.534,92	1.447.306,09	1.284.377,14	1.420.877,04	1.505.629,62	1.483.916,21	1.491.134,59	16.151.009,04	16.000.000,00	
Outras Transferências Correntes	2.101.991,03	1.853.931,81	2.004.464,90	2.605.655,99	2.160.575,49	2.060.895,71	2.020.695,57	1.589.434,61	2.162.990,14	2.127.093,04	2.082.414,29	1.686.640,47	24.456.783,05	24.857.900,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	261.459,21	263.019,59	269.306,59	219.723,93	261.758,99	304.165,33	222.018,01	384.701,20	482.788,83	294.692,23	309.778,81	337.689,53	3.611.102,25	2.931.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	802.267,76	804.881,61	920.116,00	904.288,25	878.325,93	1.222.150,42	897.403,89	905.034,62	977.808,29	1.014.994,14	1.040.559,00	1.010.031,58	11.377.861,49	11.272.600,00	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	134.449,40	134.413,42	133.906,49	134.694,83	135.647,53	267.487,13	138.608,66	138.477,66	139.650,26	149.753,41	150.326,71	151.621,83	1.809.037,33	1.380.200,00	
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	430,33	430,33	430,33	430,33	430,33	860,66	430,33	456,74	456,74	456,74	456,74	456,74	5.726,34	6.200,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	667.388,03	670.037,86	785.779,18	769.163,09	742.248,07	953.802,63	758.364,90	766.100,22	837.701,29	864.783,99	889.775,55	857.953,01	9.563.097,82	9.886.200,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	7.862.774,44	7.466.749,47	8.029.570,11	8.315.720,41	8.040.566,56	9.861.128,98	7.950.894,04	8.689.750,59	12.265.762,56	9.187.590,30	9.211.009,12	8.861.641,75	105.743.158,33	103.920.800,00	

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 30/06/2010

João Girardi
Prefeito MunicipalElenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7Aiceone José Muller
Auditor InternoVilma Inez Stringhini
Ordenadora de DespesaVilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Financas

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	27.057,40	43.428,90	-	37.928,90	32.557,40	126.600,00	1.429.151,86	190.113,02	1.091.170,19	274.468,65
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	27.057,40	33.407,46	0,00	27.907,46	32.557,40	126.600,00	1.297.438,91	185.579,72	991.940,54	246.518,65
ENCARGOS GERAIS	0,00	1.891,98	0,00	1.891,98	0,00	0,00	94.605,57	4.383,09	90.222,48	0,00
FUNDO MUN.DE HABITACAO DE INTER.SOC.DE CI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.105,85	6.125,50	17.980,35	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.591,45	21.163,66	13.427,79	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.553,69	5.747,94	44.484,94	1.320,81
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.672,95	8.013,96	32.658,99	0,00
FUNDO MUNICIPAL PARA A INFANCIA E ADOLESC	1.157,00	0,00	0,00	0,00	1.157,00	0,00	950,00	0,00	950,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.740,85	620,00	4.880,85	240,00
GABINETE DO VICE-PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	799,66	0,00	799,66	0,00
SECRETARIA MUNIC.DE AGRIC.DESENV.RURAL E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.767,34	296,82	11.879,83	2.590,69
SECRETARIA MUNIC.DESENV.ECONÔMICO E TUR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.600,00	2.022,58	81.974,34	46.648,24	0,00
SECRETARIA MUNIC.DESENV.SOCIAL, CIDADANIA/	6.475,73	1.000,00	0,00	1.000,00	6.475,73	0,00	5.504,37	448,65	5.055,72	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SI	0,00	109,00	0,00	109,00	0,00	0,00	110.130,19	12.354,81	29.015,38	68.760,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED	8.424,67	14.506,40	0,00	9.006,40	13.924,67	0,00	94.621,73	2.394,65	89.356,26	2.870,82
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEMUF	0,00	91,08	0,00	91,08	0,00	0,00	5.727,39	1.422,35	4.305,04	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES - SEM	2.000,00	2.700,00	0,00	2.700,00	2.000,00	0,00	27.804,61	21.896,19	5.908,42	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRA	9.000,00	13.109,00	0,00	13.109,00	9.000,00	0,00	783.840,68	18.737,76	594.366,59	170.736,33
FUNDAÇÃO MUN. DE DEFESA MEIO AMBIENTE DE I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215,70	0,00	215,70	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215,70	0,00	215,70	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCORE	0,00	7.872,00	0,00	7.872,00	0,00	0,00	2.924,84	982,53	1.942,31	-0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	7.872,00	0,00	7.872,00	0,00	0,00	2.924,84	982,53	1.942,31	-0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCOF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.460,54	3.550,77	2.909,77	-0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.460,54	3.550,77	2.909,77	-0,00
INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. PUB. DE CONCOR	0,00	2.149,44	0,00	2.149,44	0,00	0,00	979,87	0,00	979,87	0,00
INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIC	0,00	2.149,44	0,00	2.149,44	0,00	0,00	979,87	0,00	979,87	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.132,00	0,00	93.182,00	27.950,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.132,00	0,00	93.182,00	27.950,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	27.057,40	43.428,90	0,00	37.928,90	32.557,40	126.600,00	1.429.151,86	190.113,02	1.091.170,19	274.468,65

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 30/06/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Vilma Inez Stringhini
Ordenadora de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Financas

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Município de CONCORDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.931.500,00	1.931.500,00	712.448,72	2.269.106,46	2.113.864,30
RECEITAS CORRENTES	1.931.500,00	1.931.500,00	712.448,72	2.269.106,46	2.113.864,30
Receita de Contribuições dos Segurados	1.380.200,00	1.380.200,00	301.948,54	868.438,53	778.286,87
Pessoal Civil	1.380.200,00	1.380.200,00	301.948,54	868.438,53	778.286,87
Ativo	1.378.000,00	1.378.000,00	301.118,02	866.260,39	775.482,46
Inativo	2.200,00	2.200,00	830,52	2.178,14	2.804,41
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	6.200,00	6.200,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	540.700,00	540.700,00	409.448,96	1.397.453,85	1.331.847,77
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	540.700,00	540.700,00	409.448,96	1.397.453,85	1.331.847,77
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	4.400,00	4.400,00	1.051,22	3.214,08	3.729,66
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	913,48	2.714,03	2.533,88
Demais Receitas Correntes	4.400,00	4.400,00	137,74	500,05	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.920.700,00	1.920.700,00	603.092,65	1.734.815,61	1.425.103,00
RECEITAS CORRENTES	1.920.700,00	1.920.700,00	603.092,65	1.734.815,61	1.425.103,00
Receita de Contribuições Patronais	1.920.700,00	1.920.700,00	451.145,71	1.297.749,88	1.028.935,83
Pessoal Civil	1.920.700,00	1.920.700,00	451.145,71	1.297.749,88	1.028.935,83
Ativo	1.920.700,00	1.920.700,00	451.145,71	1.297.749,88	1.028.935,83
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	151.946,94	437.065,73	396.167,17
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	3.852.200,00	3.852.200,00	1.315.541,37	4.003.922,07	3.538.967,30
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.849.100,00	3.849.100,00	473.445,21	1.427.250,41	1.200.711,39
ADMINISTRAÇÃO	53.600,00	53.600,00	0,00	402,00	157.425,32
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	155.916,32
Despesas de Capital	53.600,00	53.600,00	0,00	402,00	1.509,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.795.500,00	3.795.500,00	473.445,21	1.426.848,41	1.043.286,07
Pessoal Civil	0,00	0,00	416.594,86	1.209.365,17	1.043.286,07
Aposentadorias	0,00	0,00	290.231,31	838.330,73	706.946,49
Pensões	0,00	0,00	68.571,94	198.660,03	176.947,96
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	57.791,61	172.374,41	159.391,62
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.795.500,00	3.795.500,00	56.850,35	217.483,24	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.795.500,00	3.795.500,00	56.850,35	217.483,24	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	3.100,00	15.100,00	2.166,71	6.246,53	4.775,43
ADMINISTRAÇÃO	3.100,00	15.100,00	2.166,71	6.246,53	4.775,43
Despesas Correntes	3.100,00	15.100,00	2.166,71	6.246,53	4.775,43

Continua 2/3

Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	3.852.200,00	3.864.200,00	475.611,92	1.433.496,94	1.205.486,82
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	-12.000,00	839.929,45	2.570.425,13	2.333.480,48

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2010	Até o Bimestre/2009
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2010	2009
Bancos Conta Movimento	8.169,93	13.186,11	9.112,67
Investimentos	31.710.715,10	32.235.617,47	27.123.330,38

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CONCORDIA, 30/06/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Vilma Inez Stringhini
Ordenadora de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Financas

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Município de CONCORDIA
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Abr 2010 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.983.839,39	5.751.182,38	6.325.207,54
DEDUÇÕES (II)	7.836.883,69	17.299.694,17	17.627.709,79
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.905.220,55	17.414.227,54	17.830.226,35
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	68.336,86	114.533,37	202.516,56
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.853.044,30	-11.548.511,79	-11.302.502,25
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.853.044,30	-11.548.511,79	-11.302.502,25

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2010 (C - A)
VALOR	246.009,54	-9.449.457,95

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	250.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 30 Abr 2010 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	56.478.503,83	56.478.503,83	56.478.503,83
Passivo Atuarial	56.478.503,83	56.478.503,83	56.478.503,83
DEDUÇÕES (VIII)	30.279.075,85	32.008.642,43	32.848.570,12
Disponibilidade de Caixa Bruta	784.792,42	25.101,40	13.186,11
Investimentos	28.879.937,74	31.383.774,49	32.235.617,47
Demais Haveres Financeiros	616.495,13	599.766,54	599.766,54
(-) Restos a Pagar Processados	2.149,44	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	26.199.427,98	24.469.861,40	23.629.933,71
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	26.199.427,98	24.469.861,40	23.629.933,71

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 30/06/2010

João Girardi
 Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
 Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
 Auditor Interno

Vilma Inez Stringhini
 Ordenadora de Despesa

Vilma Inez Stringhini
 Secretaria Mun de Financas



DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	106.637.300,00	18.509.565,45	57.376.277,18	50.332.790,02
Receita Tributária	14.880.900,00	2.305.265,47	9.515.692,68	7.835.017,77
I.P.T.U.	3.600.000,00	446.418,79	3.098.877,74	2.787.282,71
I.S.S.	5.900.000,00	1.152.886,77	3.322.907,67	2.429.966,67
I.T.B.I.	1.272.000,00	275.414,59	706.071,34	533.231,21
I.R.R.F.	710.200,00	132.961,14	358.299,27	314.894,64
Outras Receitas Tributárias	3.398.700,00	297.584,18	2.029.536,66	1.769.642,54
Receita de Contribuição	7.051.200,00	1.543.771,33	4.566.732,69	3.783.535,19
Receitas Previdenciárias	3.307.100,00	905.041,19	2.603.254,14	2.203.389,87
Outras Contribuições	3.744.100,00	638.730,14	1.963.478,55	1.580.145,32
Receita Patrimonial Líquida	247.000,00	50.186,63	129.920,30	129.351,65
Receita Patrimonial	1.632.600,00	674.859,23	1.997.676,61	1.937.583,22
(-) Aplicações Financeiras	1.385.600,00	624.672,60	1.867.756,31	1.808.231,57
Transferências Correntes	80.402.700,00	13.811.786,41	40.305.802,17	36.336.931,94
F.P.M.	13.200.000,00	2.329.522,46	6.258.136,30	6.044.601,91
I.C.M.S.	20.240.000,00	3.613.816,03	10.857.180,82	8.989.277,17
Convênios	959.100,00	331.437,35	443.533,57	345.104,09
Outras Transferências Correntes	46.003.600,00	7.537.010,57	22.746.951,48	20.957.948,77
Demais Receitas Correntes	4.055.500,00	798.555,61	2.858.129,34	2.247.953,47
Dívida Ativa	488.700,00	174.570,09	413.660,14	260.877,86
Diversas Receitas Correntes	3.566.800,00	623.985,52	2.444.469,20	1.987.075,61
RECEITAS DE CAPITAL (II)	5.731.100,00	248.476,96	471.615,68	538.855,61
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	145.900,00	248.476,96	273.615,68	28.679,41
Transferências de Capital	5.585.200,00	0,00	198.000,00	510.176,20
Convênios	5.585.200,00	0,00	198.000,00	510.176,20
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.585.200,00	0,00	198.000,00	510.176,20
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	112.222.500,00	18.509.565,45	57.574.277,18	50.842.966,22
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	98.517.091,05	15.951.919,73	41.949.365,38	39.583.833,89
Pessoal e Encargos Sociais	41.525.572,00	6.593.333,27	18.606.521,70	16.872.992,15
Juros e Encargos da Dívida (IX)	950.000,00	106.827,82	401.141,79	470.178,95
Outras Despesas Correntes	56.041.519,05	9.251.758,64	22.941.701,89	22.240.662,79
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	97.567.091,05	15.845.091,91	41.548.223,59	39.113.654,94
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	19.094.804,00	2.087.970,26	4.450.228,18	6.870.794,83
Investimentos	18.494.804,00	1.767.509,56	3.897.110,47	6.549.771,60
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	600.000,00	320.460,70	553.117,71	321.023,23
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.494.804,00	1.767.509,56	3.897.110,47	6.549.771,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	200.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	-	-	-



Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2010	Até o Bimestre 2009
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	116.261.895,05	17.612.601,47	45.445.334,06	45.663.426,54
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.039.395,05	896.963,98	12.128.943,12	5.179.539,68
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	429.041,38	6.263.560,46
Superávit Financeiro	-	-	429.041,38	6.263.560,46
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				2.657.028,00

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CONCORDIA, 30/06/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Vilma Inez Stringhini
Ordenadora de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

MUNICÍPIO DE CONCORDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	12.133.800,00	12.133.800,00	2.127.328,48	7.850.834,03	64,70
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.139.200,00	4.139.200,00	544.985,69	3.402.588,25	82,20
1.1.1- IPTU	3.600.000,00	3.600.000,00	446.478,99	3.102.089,05	86,17
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	21.200,00	21.200,00	3.038,02	12.073,21	56,95
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	318.000,00	318.000,00	57.396,06	179.636,55	56,49
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	38.132,82	112.000,75	56,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(60,20)	(3.211,31)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.272.000,00	1.272.000,00	275.414,59	706.071,34	55,51
1.2.1- ITBI	1.272.000,00	1.272.000,00	275.534,59	709.591,34	55,79
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(120,00)	(3.520,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.012.400,00	6.012.400,00	1.173.967,06	3.383.875,17	56,28
1.3.1- ISS	5.900.000,00	5.900.000,00	1.154.974,43	3.337.668,02	56,57
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	21.200,00	21.200,00	5.266,31	13.663,37	64,45
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	38.200,00	38.200,00	8.295,39	26.006,54	68,08
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	53.000,00	53.000,00	7.518,59	21.297,59	40,18
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(2.087,66)	(14.760,35)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	710.200,00	710.200,00	132.961,14	358.299,27	50,45
1.4.1- IRRF	710.200,00	710.200,00	132.961,14	358.299,27	50,45
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	49.431.000,00	49.431.000,00	8.814.594,65	24.948.151,22	50,47
2.1- Cota-Parte FPM	16.500.000,00	16.500.000,00	2.911.903,03	7.822.670,20	47,41
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.500.000,00	16.500.000,00	2.911.903,03	7.822.670,20	47,41
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	25.300.000,00	25.300.000,00	4.517.269,78	13.571.475,33	53,64
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	300.000,00	300.000,00	30.749,68	92.249,04	30,75
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	850.000,00	850.000,00	75.949,39	256.364,47	30,16
2.5- Cota-Parte ITR	7.000,00	7.000,00	1.124,50	2.092,28	29,89
2.6- Cota-Parte IPVA	6.474.000,00	6.474.000,00	1.277.598,27	3.203.299,90	49,48
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	61.564.800,00	61.564.800,00	10.941.923,13	32.798.985,25	53,28

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.168.100,00	2.168.100,00	427.327,04	1.145.587,99	52,84
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.590.000,00	1.590.000,00	246.215,76	810.031,12	50,95
5.2- Outras Transferências do FNDE	578.100,00	578.100,00	178.616,96	330.241,44	57,13
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	2.494,32	5.315,43	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	709.200,00	709.200,00	296.904,01	373.073,85	52,60
6.1- Transferências de Convênios	709.200,00	709.200,00	296.904,01	373.073,85	52,60
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.877.300,00	2.877.300,00	724.231,05	1.518.661,84	52,78

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	9.886.200,00	9.886.200,00	1.747.728,56	4.974.678,96	50,32
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.300.000,00	3.300.000,00	582.380,57	1.564.533,90	47,41
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	5.060.000,00	5.060.000,00	903.453,75	2.714.294,51	53,64
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	60.000,00	60.000,00	6.149,92	18.449,76	30,75
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	170.000,00	170.000,00	0,00	36.322,95	21,37
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.400,00	1.400,00	224,87	418,38	29,88
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.294.800,00	1.294.800,00	255.519,45	640.659,46	49,48
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	16.053.000,00	16.053.000,00	3.000.400,53	8.679.680,14	54,07
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	16.000.000,00	16.000.000,00	2.975.050,80	8.633.240,69	53,96
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	53.000,00	53.000,00	25.349,73	46.439,45	87,62
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	6.113.800,00	6.113.800,00	1.227.322,24	3.658.561,73	59,84

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	13.021.000,00	13.021.000,00	2.146.105,76	5.721.957,89	43,94
13.1- Com Educação Infantil	1.700.000,00	2.217.100,00	391.559,84	1.126.855,14	50,83
13.2- Com Ensino Fundamental	11.321.000,00	10.803.900,00	1.754.545,92	4.595.102,75	42,53
14- OUTRAS DESPESAS	3.032.000,00	3.608.000,00	385.851,42	1.050.001,75	29,10
14.1- Com Educação Infantil	670.000,00	770.000,00	70.125,34	178.294,45	23,16
14.2- Com Ensino Fundamental	2.362.000,00	2.838.000,00	315.726,08	871.707,30	30,72
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	16.053.000,00	16.629.000,00	2.531.957,18	6.771.959,64	40,72
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					65,92
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					2.885,99
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²					2.885,99

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	15.391.200,00	15.391.200,00	2.735.480,78	8.199.746,31	53,28
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.025.000,00	5.236.100,00	851.343,41	2.429.343,22	46,40
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.370.000,00	2.987.100,00	461.685,18	1.305.149,59	43,69
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.655.000,00	2.249.000,00	389.658,23	1.124.193,63	49,99
24- ENSINO FUNDAMENTAL	16.691.800,00	17.056.700,00	2.722.120,31	7.310.364,53	42,86
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	13.683.000,00	13.641.900,00	2.070.272,00	5.466.810,05	40,07
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.008.800,00	3.414.800,00	651.848,31	1.843.554,48	53,99
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	67.000,00	67.000,00	2.210,70	4.097,88	6,12
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	21.784.800,00	22.360.800,00	3.575.674,42	9.743.805,63	43,58
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.794.394,69
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					46.439,45
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					2.885,99
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					2.394,65
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.846.114,78
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					7.893.592,97
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,07

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.590.000,00	1.590.000,00	311.961,90	578.964,94	36,41
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.287.300,00	1.722.488,32	302.777,58	442.207,64	25,67
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.877.300,00	3.312.488,32	614.739,48	1.021.172,58	30,83
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	24.662.100,00	25.673.288,32	4.190.413,90	10.764.978,21	41,93
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		4.370,82		2.394,65	



MUNICÍPIO DE CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.885,99	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	8.633.240,69	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	6.751.392,19	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	46.439,45	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.931.173,94	0,00

CONCORDIA, 30/06/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Vilma Inez Stringhini
Ordenadora de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 2.885,99, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Município de CONCORDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	61.564.800,00	61.564.800,00	32.798.985,25	53,28
Impostos	11.482.200,00	11.482.200,00	7.486.156,02	65,20
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	3.600.000,00	3.600.000,00	3.098.877,74	86,08
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	1.272.000,00	1.272.000,00	706.071,34	55,51
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	5.900.000,00	5.900.000,00	3.322.907,67	56,32
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	710.200,00	710.200,00	358.299,27	50,45
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	651.600,00	651.600,00	364.678,01	55,97
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	42.400,00	42.400,00	25.736,58	60,70
Dívida Ativa dos Impostos	356.200,00	356.200,00	205.643,09	57,73
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	253.000,00	253.000,00	133.298,34	52,69
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	49.431.000,00	49.431.000,00	24.948.151,22	50,47
Da União	16.807.000,00	16.807.000,00	7.917.011,52	47,11
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	16.500.000,00	16.500.000,00	7.822.670,20	47,41
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	7.000,00	7.000,00	2.092,28	29,89
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.N° 87/96	300.000,00	300.000,00	92.249,04	30,75
Do Estado	32.624.000,00	32.624.000,00	17.031.139,70	52,20
Cota-Parte do ICMS	25.300.000,00	25.300.000,00	13.571.475,33	53,64
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	850.000,00	850.000,00	256.364,47	30,16
Cota-Parte do IPVA	6.474.000,00	6.474.000,00	3.203.299,90	49,48
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	17.772.600,00	17.772.600,00	8.150.535,96	45,86
Da União para o Município	16.214.300,00	16.214.300,00	7.385.365,70	45,55
Do Estado para o Município	1.471.400,00	1.471.400,00	752.737,22	51,16
Demais Municípios para o Município	86.900,00	86.900,00	12.433,04	14,31
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	44.302.800,00	44.302.800,00	23.740.806,92	53,59
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-9.886.200,00	-9.886.200,00	-4.974.678,96	50,32
TOTAL	113.754.000,00	113.754.000,00	59.715.649,17	52,50

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	27.471.700,00	27.991.700,00	13.256.724,69	47,36
Pessoal e Encargos Sociais	8.878.200,00	9.048.200,00	4.123.732,74	45,58
Outras Despesas Correntes	18.593.500,00	18.943.500,00	9.132.991,95	48,21
DESPESAS DE CAPITAL	162.900,00	162.900,00	37.153,82	22,81
Investimentos	162.900,00	162.900,00	37.153,82	22,81

Continua 1/2



Município de CONCORDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	162.900,00	162.900,00	37.153,82	22,81
Investimentos	162.900,00	162.900,00	37.153,82	22,81
TOTAL (IV)	27.634.600,00	28.154.600,00	13.293.878,51	47,22

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e) despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	27.634.600,00	28.154.600,00	13.293.878,51	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	17.772.600,00	17.942.600,00	8.315.507,20	62,55
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	17.772.600,00	17.942.600,00	8.315.507,20	62,55
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	9.862.000,00	10.212.000,00	4.978.371,31	37,45

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	39.635,70	7.366,80

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $\leq \frac{V}{V+VI}$ [(V - VI) / I]	15,16
--	-------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	9.210.500,00	9.180.500,00	4.095.727,10	30,81
Suporte Profilático e Terapêutico	16.555.800,00	16.805.800,00	8.246.613,42	62,03
Vigilância Sanitária	552.400,00	552.400,00	149.370,00	1,12
Outras Subfunções	1.315.900,00	1.615.900,00	802.167,99	6,03
TOTAL	27.634.600,00	28.154.600,00	13.293.878,51	100,00

FONTE: SEMUF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

CONCORDIA, 30/06/2010

João Girardi
Prefeito Municipal

Elenice E. Z. R. Marques
Contadora CRC/SC 028098/O-7

Alceone José Muller
Auditor Interno

Vilma Inez Stringhini
Ordenadora de Despesa

Vilma Inez Stringhini
Secretaria Mun de Finanças



Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N°. 064

PORTARIA N°. 064, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2010.

NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CRISTIANA DE BITENCOURT PARA OCUPAR O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, NÍVEL TSA-4.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir a servidora do quadro efetivo Marlete Terezinha Ribeiro Bitencourt que está afastado para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, temporariamente, CRISTIANA DE BITENCOURT para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível TSA-4.

Art. 2º - A servidora supra nomeada terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculada ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que a servidora do quadro efetivo estiver em tratamento de saúde.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 18 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 18 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Extrato de Contrato PMF N°. 142/2010

EXTRATO DE CONTRATO PMF N°. 142/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - D&A INFORMÁTICA LTDA ME

DO OBJETO - prestação de serviços especializados que consiste na revisão periódica e emergencial, bem como a manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica, sem o fornecimento das peças de reposição, da rede de dados e equipamentos de

informática (computadores e impressoras), de diversos setores da administração municipal de Forquilha/SC

VALOR - R\$ 34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2010

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 86/PMF/2010

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390(27) e 0501.2014.3390(65)

DATA DA ASSINATURA - 20 de julho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 2216/2010

PORTARIA N.º 2.216 DE 26 DE JULHO DE 2010.

Exonera Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor REGINALDO JOSÉ MELLO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 064.445.529-23, contratado em caráter temporário na função de AGENTE EPIDEMIO-LÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, em 26 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2217/2010

PORTARIA N.º 2.217 DE 26 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n. 002 de 26 de maio de 2010 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE ETA/ETE, para atender excepcional interesse público, na SANEFRAI;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, REGINALDO JOSÉ DE MELLO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 064.445.529-23, na função de OPERADOR DE ETA/ETE, com lotação na Au-



tarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 27 de julho de 2010 até 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Concurso nº 0001/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCURSO Nº 0001/2010 - PMF

Objeto: Escolha da Logomarca do CINQUENTENÁRIO do Município de Fraiburgo. Modalidade: Concurso. Protocolo dos Envelopes: Até às 12:00 horas do dia 15/09/2010. Abertura dos Envelopes: No mesmo dia às 14:00 horas. Julgamento: Primeiramente pela Comissão Especial Julgadora (nomeada através do Decreto nº 0204/2010), após, por votação popular. Valor do prêmio: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). O Edital poderá ser retirado na sede da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, sito à Av. Rio das Antas, nº 185 e pelo site www.fraiburgo.sc.gov.br. Informações pelo fone (49) 3256-3000 - ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 26 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 095/2010

DECRETO N.º 095, DE 23 DE JULHO DE 2010.

DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 479/94 e alterações,

DECRETA:

Art.1º. Ficam designados os membros eleitos abaixo relacionados, para formarem o Conselho Municipal de Educação, no período de 2010 a outubro de 2011:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Sali Hadres - CPF n.º 408.460.240-04;

Suplente: Sandra Aparecida Amaral - CPF n.º 432.986.489-49.

II - Representantes do Professores da Rede Municipal:

Titular: Rosilene Pacheco de Lima - CPF n.º 454.769.349-87;

Suplente: Rosa Joaquina de Souza - CPF n.º 675.070.269-49.

III - Representantes dos Professores das Redes Particular e/ou Estadual:

Titular: Gisele Cristine Fernandes Thomaz - CPF n.º 005.444.339-

39;

Suplente: Elisabete Kloch - CPF n.º 027.184.859-65.

IV - Representantes dos Diretores (Gestores) da Rede Municipal:

Titular: Carmem Aparecida de Souza - CPF n.º 777.132.309-04;

Suplente: Flavia Pereira Pereira - CPF n.º 987.348.739-53.

V - Representantes de Entidades de Atendimento em Educação Especial:

Titular: Mirela de Bem Zulian - CPF n.º 711.110.509-53;

Suplente: Rosa Helena Graciano Pereira - CPF n.º 657.235.629-91.

VI - Representantes de Pais e Alunos Matriculados em Escola Municipal:

Titular: Jarbas Pereira - CPF n.º 910.411.559-72;

Suplente: Valter Martins Ricardo - CPF n.º 026.898.699-18.

VII - Representantes de Pais de Alunos Matriculados em Escola Estadual e/ou Particular:

Titular: Luciane Bernardo - CPF n.º 029.480.419-61;

Suplente: Ada dos Santos Rodrigues - CPF n.º 057.259.049-04.

VIII - Representantes da Sociedade Civil Organizada:

Titulares: João Pacheco de Souza - CPF n.º 288.385.059-34;

Ângela Maria Zanelato - CPF n.º 039.373.499-44;

Suplente: Fernando Bitencourt - CPF n.º 377.608.310-72;

Agna Muller - CPF n.º 923.570.400-68.

IX - Representante dos Dirigentes das Escolas Particulares:

Titular: Edízia Inácia Pereira - CPF n.º 927.573.919-68;

Suplente: Joel Marques - CPF n.º 018.062.970-00.

X - Representante dos Estudantes:

Titular: Jean Ricardo Nunes - CPF n.º 078.508.149-67.

XI - Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: Luciane Cristina Stein - CPF n.º 943.167.320-72.

Suplente: Ivaldo da Silva Lobo Filho - CPF n.º 033.372.079-28.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária de Administração

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 3.986

DECRETO Nº 3.986 DE 20 DE JULHO DE 2010.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72º da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº. 1.305/91,



DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 26 de julho de 2010, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, aprovado para o cargo abaixo mencionado, cuja carga horária e lotação seguem especificadas:

NOME	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO
DIEGO DANIEL SOUZA SILVA	Agente de Trânsito	36 h	Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de julho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 3.982

DECRETO Nº. 3.982, DE 16 DE JULHO DE 2010.
SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso II, da Lei Municipal nº. 3.163, de 27 de novembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por superávit financeiro, o saldo das dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, abaixo especificada:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
20 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
00008.00244.00029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social
2.200170 PAIF - Programa de Ação Integral a Família
Dotação 68 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 10.000,00
Dotação 69 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de julho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

SAMAE**Extrato Contrato nº 19/2010 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO CONTRATOS / 2010

Número do contrato: 19/2010
Data vigência: 01/08/2010
Data vencimento: 31/12/2010
Número da Licitação: 34/2010 - Modalidade: Dispensa
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: SERVIMED CLÍNICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA. - CNPJ/CPF do contratado: 79.511.812/0001-51
Objeto: Prestação de serviços em segurança e saúde ocupacional para o SAMAE, compreendendo 100 servidores.
Valor: R\$ 2.491,00 (dois mil, quatrocentos e noventa e um reais).

Gaspar (SC), em 20 de julho de 2010.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Imbituba**PREFEITURA MUNICIPAL****Publicação de Extrato de Cancelamento Pregão Presencial 69/2010 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica cancelado o Processo Licitatório nº 137/2010, na modalidade de Pregão Presencial nº 69/2010, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 27 de julho de 2010.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Dispensa 45/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 144/2010
DISPENSA Nº 45/2010

Objeto: Contratação de empresa para gravação, veiculação e produção de programa a nível estadual de 30 minutos com reprise, 40 chamadas de 15".

Valor Total: R\$ 6.400,00
Empresa: Televisão Cultura SA.
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 27 de julho de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Dispensa 46/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 145/2010
DISPENSA Nº 46/2010

Objeto: Locação 02 (dois) veículos para suporte aos técnicos da defesa civil, em visitas aos bairros atingidos pelas cheias decorrentes das chuvas dos dias 07, 08, 09, 10, 11 e 12/05/2010 de acordo com o Decreto de Emergência 078/2010.

Valor Total: R\$ 3.000,00
Empresa: Imbituba Autolocadora Ltda.
Fundamento: Artigo 24, IV da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 27 de julho de 2010.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 73/2010 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 150/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2010

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 06 de agosto de 2010, licitação na modali-



dade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de 02 (duas) roçadeiras. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 27 de julho de 2010.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

CÂMARA DE VEREADORES

Extrato do Contrato n.18/2010

Extrato do Contrato nº 018/2010 (CMI)

Termo Aditivo I ao Contrato nº 003/2010

Contratante: Câmara Municipal de Imbituba

Contratada: José Candido Espíndola ME

Objeto: Fornecimento, parcelado, de materiais de consumo e de limpeza conforme exigências contidas no edital.

Fundamento: Pregão Presencial nº 004/2009

Valor do contrato: R\$ 1.162,00 (Hum mil, cento e sessenta e dois reais).

Vigência: 19/07/2010

Validade: 31/12/2010

Imbituba, 19 de julho de 2010.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA

Presidente CMI

Extrato do Contrato n.19/2010

Extrato do Contrato nº 019/2010 (CMI)

Termo Aditivo I ao Contrato nº 008/2010

Contratante: Câmara Municipal de Imbituba

Contratada: Livraria e Papelaria Figueiredo Ltda - ME

Objeto: Fornecimento de Material de Expediente e Suprimentos de Informática para uso da Câmara Municipal de Imbituba, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I.

Fundamento: Pregão Presencial nº 002/2010

Valor do contrato: R\$ 2.615,00 (Dois mil, seiscentos e quinze reais).

Vigência: 19/07/2010

Validade: 31/12/2010

Imbituba, 19 de julho de 2010.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA

Presidente CMI

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 1504/2010

Lei nº 1504 de 21 de julho de 2010.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou

e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Irineópolis, para o exercício financeiro de 2011, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I. as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2010/2013;

II. a estrutura dos orçamentos;

III. as diretrizes para elaboração e a execução dos orçamentos do município;

IV. as disposições sobre a dívida pública municipal;

V. as disposições sobre despesas com pessoal;

VI. as disposições sobre alterações na Legislação tributária; e

VII. as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2011, são aquelas constantes do Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas desta Lei, observados os limites constitucionais instituídos pela legislação vigente.

Parágrafo Único - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2011, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita arrecadada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

II - DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 3º - O orçamento para o exercício financeiro de 2011 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos e Autarquia e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional do Município.

Art. 4º - A Lei de Orçamento evidenciará a Receita por rubrica em cada unidade gestora e a Despesa de cada Unidade Gestora, por programa, função, projeto ou atividade, e modalidade, na forma dos seguintes Adendos:

I. Demonstrativo da Receita e Despesas, segundo as Categorias Econômicas (Adendo II da Portaria SOF/SEPLAM Nº 8/85);

II. Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Adendo III da Portaria SOF/SEPLAM Nº 8/85);

III. Resumo Geral da Despesa (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV. Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

V. Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, Sub-funções e por Projetos e Atividades. (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI. Demonstrativo da Despesa por funções, e Sub-Funções conforme o vínculo com os recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII. Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII. Demonstrativo da Despesa por modalidade, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX. Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X. Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XI. Demonstrativo da Evolução da Despesas realizada por mo-

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

dalidade dos dois últimos exercícios, da fixada para o exercício corrente e para os dois seguintes;

XII. Demonstrativo do orçamento fiscal e da seguridade social;

§ 1º - Os Fundos municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as Portarias n. 42/99 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001.

III - DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 5º - O Orçamento para o exercício de 2011 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos e Autarquia.

Art. 6º- Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2011, excluídas as previsões de convênios e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Art. 7º - Se a receita estimada para 2011, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 8º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo, não obrigando obediência seqüencial, através de ato próprio:

I. Eliminação de toda e qualquer despesa que não seja classificada como de ação de caráter continuado e não seja prioritária ao desenvolvimento dessas ações;

II. Eliminação de despesas com pagamento de horas extras;

III. Redução dos investimentos programados;

Art. 9º - O pagamento das despesas de pessoal, encargos sociais, amortização da dívida, encargos da dívida e despesas essenciais de ação continuada, terão prioridade sobre aquelas decorrentes das ações de expansão .

Art. 10 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2011, a 10% (dez por cento) da RCL apurada no exercício de 2010.

Art. 11 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do município, aqueles que não estão apurados até a elaboração da lei orçamentária, os oriundos de situações de emergência e calamidade pública, bem como previstos no Anexo de Riscos Fiscais à esta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2010.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 12 - O Orçamento para o exercício de 2011 de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme artigo 11 e Anexo de Riscos Fiscais desta Lei.

Art. 13 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão na Lei orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 14 - O Executivo Municipal deverá elaborar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma de execução mensal de desembolso, para suas unidades gestoras, conforme previsto no artigo 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 15 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 16 - As renúncias de receitas para o exercício de 2011, serão consideradas como dedutoras para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Parágrafo Único - Poderá o Chefe do Poder Executivo através de Lei Específica, conceder redução dos acessórios (multas e juros) para quitação da dívida ativa, visando incremento da arrecadação, desde que não afetem as metas previstas nas receitas e despesas.

Art. 17 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2011 a preços correntes, utilizando-se dos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, conforme as disposições do art. 43 da referida Lei, até o limite de 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal, na forma de subvenções, obedecerá ao contido nos artigos 16 a 19 da lei nº 4.320/64.

§ 1º - Na área das Subvenções Sociais serão beneficiadas somente entidades de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo e de cooperação técnica;

§ 2º - Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas as entidades municipalistas, em que o Município for associado.

Art. 19 - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixado no inciso I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizada.

Art. 20 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Parágrafo Único - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público poderão ser demonstrados na lei orçamentária, para fins de justificar a não inclusão



de outros programas.

Art. 21 - Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 22 - O Orçamento Fiscal do Município alocará, obrigatoriamente, a previsão de recursos para transferência ao Poder Legislativo, a título de suprimentos ou transferências financeiras, com a finalidade de assegurar suporte financeiro para o desenvolvimento das ações da Câmara de Vereadores, a serem projetadas na proposta orçamentária do Poder Legislativo, conforme legislação vigente.

Art. 23 - A proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal deverá ser elaborada e encaminhada ao Executivo, para compor o orçamento geral do Município.

Art. 24- Durante a Execução Orçamentária para 2011, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no Orçamento das Unidades gestoras, na forma de crédito especial.

Parágrafo Único - Para efeito deste artigo serão considerados créditos especiais àqueles cuja programação, projeto/atividade/modalidade não estejam previstos na LOA, os demais serão considerados suplementares independente de seu vínculo com recurso, exceto os extraordinários.

Art. 25 - Os saldos das modalidades de cada unidade gestora poderão ser remanejados por ato do Poder Executivo, dentro de cada projeto, ação ou operação especial, mediante prévia autorização legislativa.

IV - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2011, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 27 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 28 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas de forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 29 - O Executivo Municipal, mediante Lei Complementar, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, desde que precedido de teste seletivo, de observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Constituição Federal (art. 169, § 1º, II da CF).

Art. 30 - Em caso de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, se as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art.20, III da Lei Complementar 101/00, mediante prévia autorização legislativa.

Art. 31 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso estas ultrapassem 95% (noventa e cinco por cento) das limitações estabelecidas na Lei Complementar 101/00, obedecendo, obrigatoriamente, a ordem

seqüencial abaixo:

- I. eliminação das despesas com horas extras;
- II. exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão, conforme previsto no Anexo II da Lei Complementar 007/01, priorizando-se, inicialmente, aqueles servidores que não são de carreira.
- III. eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- IV. demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

Art. 32 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem a substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como outras despesas de pessoal, sub-elemento de despesa 3.1.90.34.00 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização.

Parágrafo único - Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Irineópolis e que não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 33 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34 - O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme o Demonstrativo de ESTIMATIVA DE RENUNCIA DE RECEITA desta Lei, o qual passa a fazer parte integrante do mesmo.

Art. 35 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no Art.14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

Art. 37 - O Poder Executivo poderá promover estudos visando introduzir e consolidar modificações na Legislação Tributária Municipal vigente.

VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal, Estadual e Municipal, através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, encaminhando-os à apreciação do Poder Legislativo Municipal para homologação.

Art. 39 - O Executivo Municipal enviará, no prazo estabelecido na sua Lei Orgânica, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o final do exercício financeiro.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo, respeitando-se a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado



à sanção até o início do exercício financeiro de 2011, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados, em decorrência do disposto no parágrafo anterior, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2010, o excesso ou provável excesso de arrecadação e a anulação de saldos de dotações não comprometidas, mediante prévia autorização do legislativo.

Art. 40 - Serão consideradas legais as despesas com multas, juros e encargos de mora, pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 41 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 42 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de julho de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato Adm. nº 50/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/2010

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária da Saúde, CRISTIANE MOTTA, brasileira, solteira, portadora do CI.RG. nº 706378/MS, e do CNPF/MF: 608.237.121-68, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa OXIGÊNIO JOINVILLE LTDA, com sede à Rua Albano Schmidt, nº 1155, Bairro: Boa vista, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.831.697/0001-05, e Inscrição Estadual n.º 253.475.503, representada neste ato pelo sócio administrador o Sr. LUIZ EDUARDO LIMA DE PAULA, portador do CNPF/MF nº 024.850.279-43 e do CI.RG nº 4.073.219 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam a Contratação de empresa para aquisição de 380 m3 de oxigênio a serem recarregados em cilindro de oxigênio "PP", "WMED", "G", e "K", para uso no Pronto Atendimento 24 horas, conforme especificações constantes no anexo I do edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONVITE N.º 14/2010 – PROCESSO Nº 65/2010, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem :

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui o objeto deste contrato a Contratação de empresa para aquisição de 380 m3 de oxigênio a serem recarregados em cilindro de oxigênio "PP", "WMED", "G", e "K", para uso no Pronto Atendimento 24 horas, conforme especificações constantes no

anexo I do edital.

Item	Quant	Unid	Especificação do objeto	Preço unitário R\$	Preço total R\$
1	380	M3	Oxigênio Medicinal em cilindros Recarga em cilindros de oxigênio a serem recarregados em cilindros "PP", cilindros "WMED", em cilindros "G" e cilindros "K" 7 em metragem cúbica – m3. Entrega e utilização no Pronto atendimento 24 horas. Prazo de entrega quando solicitada deverá ser em 24 (vinte e quatro) horas após a ordem de entrega/solicitação.	33,90	12.882,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu termino esta condicionado a entrega do total do objeto, ou até 31/12/2010, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado ou renovado de acordo com o interesse da Administração Pública. A disponibilidade e entrega dos produtos será conforme solicitação e indicação apresentada pela Secretaria da Saúde que se dará conforme a necessidade de consumo, devendo ser entregues e recarregados no Pronto atendimento 24 horas deste Município de Itapoá/SC, em 24 (vinte e quatro) após a solicitação.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1– O preço total para o fornecimento do objeto deste contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pela CONTRATANTE, o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 12.882,00 (doze mil oitocentos e oitenta e dois reais).

3.2– Para o preço proposto neste processo licitatório, não será admitido reajuste durante a vigência do contrato, não previstos em lei.

3.2.1– Em virtude de reajustamento contratual será utilizado o índice IGPM (Índice geral de preço do mercado), ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo em caso de extinção.

CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – Para fins de controle de consumo e orçamentário, a CONTRATADA encaminhará a CONTRATANTE, a Fatura/Nota Fiscal, sendo que o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil posterior à data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal e entrega dos objetos.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS

5.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão pela dotação orçamentária conta: Secretaria da Saúde –Manutenção do Pronto Atendimento 24 horas - Aplicação direta reduzida nº: 1008 -Código reduzido da despesa nº 1268 - Fonte nº: 0664 - Ação nº 70.

CLÁUSULA SEXTA: DAS RESPONSABILIDADES

6.1 – A CONTRATADA é a responsável direta pela EXECUÇÃO do objeto deste contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros.

6.2 – A CONTRATADA é também responsável por quaisquer diferenças, erros ou omissões na execução dos serviços, inclusive no ato da entrega.



6.3 – Não existirá qualquer vínculo contratual entre eventuais sub-contratadas e a CONTRATANTE, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste contrato, será sempre a CONTRATADA.

6.4 – Os produtos a serem fornecidos deverão estar de acordo com as normas estabelecidas neste edital de licitação e órgãos competentes fiscalizadores como Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e INMETRO, ANVISA, e as Normas de segurança exigidas no que diz respeito a segurança e qualidade.

6.5 – A CONTRATADA se obriga a comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos o produto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

6.6 - Somente poderá celebrar contrato ou instrumento equivalente com o Município de Itapoá, o adjudicatário CONTRATADA que, nos termos do parágrafo 3º do Art. 195 da Constituição Federal, comprove até a data da contratação, estar regular perante a Previdência Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e as esferas Federais, Estaduais, Municipais, mediante, respectivamente, a apresentação, em original ou cópia autenticada, da Certidão Negativa de Débito – CND, em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES

7.1 – O fornecimento dos produtos (OBJETO) fora das suas características originais, ocasionará a incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto fornecido, pois nessa situação a desconformidade de especificações equivalerá ao não fornecimento.

7.2 – As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do pacto em apreço.

7.3 – Os valores pertinentes às multas aplicadas, serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito.

7.4 – A não assinatura do contrato, por parte da CONTRATADA em qualquer motivo, dentro do prazo fixado, implicará em eliminação, além da incidência de multa de 2,0% (dois por cento) do valor estimado do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.

7.5 – A CONTRATANTE através da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itapoá, convocará a licitante vencedora para assinar o Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei 8.666/93;

7.6 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, conforme estabelecido no sub-item anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades a que se refere a Lei 8.666/93;

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão contratual pode ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a

termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da CONTRATANTE;

c) A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78 e acarretará também as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei 8.666/93;

d) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando houver sofrido;

8.2 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão importará em multa de 10% (dez) por cento do valor estimado do contrato.

a) Aplicação de pena de suspensão do direito de licitar com a CONTRATANTE e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

b) Declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da CONTRATANTE. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurada a defesa à infratora, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

8.3 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do artigo 65, seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA: – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

O recebimento, a aceitação e a fiscalização do objeto deste contrato será realizado pela servidora SOLANE GODETTI ZAGONEL, portadora do CNPF/MF: 750.876.009-30 e C.I. RG nº 2/R. 2.718.033, matrícula nº 11-6, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

9.1 - A verificação e a confirmação da efetiva realização dos serviços contratados serão feitas mediante registro pelo MUNICÍPIO em boletim de inspeção de serviços, com ciência da contratada, elaborado pelo fiscal de contrato, que identificará, quando for o caso, para efeito de glosa de faturas, as irregularidades cometidas durante a entrega dos objetos.

9.2 - Caso o objeto recebido não atenda as especificações estipuladas neste Contrato e no respectivo processo licitatório, ou ainda, não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à CONTRATADA(O), comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.3 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o órgão solicitante dará ciência à Procuradoria Jurídica Municipal, através de Comunicação Interna – C.I, a fim de que se proceda a devida instauração procedimental, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste edital e no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

Para dirimir questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Itapoá, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, 15 de junho 2010.



CONTRATADA OXIGÊNIO JOINVILLE LTDA LUIZ EDUARDO LIMA DE PAULA	CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ ERVINO SPERANDIO PREFEITO MUNICIPAL
CRISTIANE MOTTA SECRETARIA DE SAÚDE	

Testemunhas:

NOME :

NOME:

CNPJ/MF:

CNPJ/MF:

Contrato Adm. nº 51/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2010

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Administração e Finanças, CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, portador do CI.RG.15.128.741-7/SP e do CNPJ/MF: 492.980.979-72 e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPJ/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa REINKJET TINTAS TONERS E INFORMÁTICA LTDA -EPP, com sede à Rua Uruguai, nº 147, Bairro: Ponta Aguda, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.504.465/0001-78 e Inscrição Estadual n.º 253.960.916, representada neste ato pelo sócio administrativo Sr. ROGÉRIO REUTER portador do CNPJ/MF nº 019.058.189-12 e do CI.RG nº 3/R. 2.966.491 SSP/RS, aqui denominada CONTRATADA, ajustam a Contratação de empresa para locação de 01 (uma) fotocopadora, nos itens conforme relação descrito no Anexo I deste edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONVITE N.º 15/2010 – PROCESSO Nº 66/2010, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui o objeto deste contrato a Contratação de empresa para locação de 01 (uma) fotocopadora, nos itens conforme relação descrita no Anexo I deste edital.

Item	Quant.	Especificação do objeto	Preço Mensal Unit.	Preço Total R\$
1	1	<p>Locação de 01 (uma) máquina tipo fotocopadora contendo as seguintes características mínimas:</p> <p>Processo de cópia método fotográfico eletrostático indireto (processo a seco);</p> <p>Cópia tipo eletrônico a laser</p> <p>Tipo: com mesa ou pedestal</p> <p>Método de leitura original: Sensor de linha CCD</p> <p>Velocidade mínima: 16PPM (carta até A3);</p> <p>Tempo de aquecimento máximo: 25 segundos</p> <p>Tempo de 1º cópia: 7.6 segundos (A4 ou carta)</p> <p>Volume mensal mínimo: 11.000,00 (onze mil) cópias;</p> <p>Cópias múltiplas de no mínimo: 999 cópias;</p> <p>Formato de papel suportado: De A5-R a A3 nas gavetas de alimentação (64 a 105 g/m2), de A5-R a A3 no bypass</p> <p>Memória: 16 MB expansível a 80 MB</p> <p>Redução e ampliação: 25% a 200%</p> <p>Bypass: alimentação manual para até 100 folhas</p> <p>Painel de controle display informativo</p> <p>Capacidade padrão de papel: uma gaveta para 250 folhas. Bypass para 100 folhas</p> <p>Ciclo de manutenção periódica de no mínimo: 72.000 páginas</p> <p>Tipo/durabilidade do cilindro: orgânico fotocondutor – 72.000 páginas</p> <p>Durabilidade do toner no mínimo: 24.000 páginas</p> <p>Durabilidade do revelador: 72.000 páginas</p> <p>Peso: aproximadamente 32kg</p> <p>Dimensões (LxPxH): 599,9 x 642,9 x 462,5mm</p> <p>Energia: 115 Volts/60HZ</p> <p>Consumo de energia: no máximo 1,5KW</p> <p>Recursos especiais: interrupção de trabalhos, modo economia de energia, seleção automática de papel (necessário ADF), digitalização, início automático de trabalho, desligamento automático, controle de exposição manual, várias cópias, ampliação, redução e auditor interno para 99 códigos</p> <p>KA 1640PC: tampa de proteção para mesa de originais</p> <p>MR 2017: alimentador automático com capacidade para até 100 originais (tamanho de papel: de A5-R a A3)</p> <p>MY 1027 – gaveta de alimentação: capacidade para até 250 folhas. Tamanho de papel: de A5-R a A3</p> <p>GC 1240: expansão de memória de 64 MB</p> <p>Modo de digitalização: sensor de linha CCD</p>	550,00	3.300,00



Gradações de cinza: 256 gradações
 Tamanho máximo de papel: A3
 Resolução máxima: 600 DPI
 Capacidade máxima: 1.000 imagens ou a capacidade do disco rígido
 Velocidade de digitalização: 16 OPM
 Memória: 16 MB expansível até 80 MB (compartilhada com outros recursos)
 Resolução de impressão: 16 PPM (A4 ou carta)
 Ciclo de manutenção: 72.000 páginas
 Linguagem de descrição e página: GDI
 Orientação de página: retrato ou paisagem
 Fontes de papel: todas as fontes em modo cópia estão disponíveis na impressão
 Sistema operacionais suportados: Windows 98, Me, 2000, XP e Server 2003 (exceto 64 bits)
 Interfaces: USB 2.0

Obs: Deverão ser computados a esta locação, o toner, a manutenção, assistência técnica e reposição de peças, que deverão obrigatoriamente previstas nesta proposta com estimativa a contar de junho/2010 até 31/12/2010.

6.1 – A CONTRATADA é a responsável direta pela EXECUÇÃO do objeto deste contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros.

6.2 – A CONTRATADA é também responsável por quaisquer diferenças, erros ou omissões na execução dos serviços.

6.3 – Não existirá qualquer vínculo contratual entre eventuais sub-contratadas e a CONTRATANTE, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste contrato, será sempre a CONTRATADA.

6.4 – Os produtos e objetos a serem fornecidos quanto da prestação dos serviços deverão estar de acordo com as normas estabelecidas neste edital de licitação e órgãos competentes fiscalizadores como Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e INMETRO, no que diz respeito a segurança e qualidade.

6.5 – A CONTRATADA se obriga a cumprir expressamente as regras estabelecidas pela Secretaria de Administração, não sendo aceitos os produtos ou serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

6.6 - Somente poderá celebrar contrato ou instrumento equivalente com o Município de Itapoá, o adjudicatário CONTRATADA que, nos termos do parágrafo 3º do Art. 195 da Constituição Federal, comprove até a data da contratação, estar regular perante a Previdência Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e as esferas Federais, Estaduais, Municipais, mediante, respectivamente, a apresentação, em original ou cópia autenticada, da Certidão Negativa de Débito – CND, em vigor.

6.7 – Após sua instalação, o equipamento não poderá sofrer mudanças de local, ampliações, reparo ou alterações, como também ficam vedadas compatibilizações com outros equipamentos sem aviso prévio e expresso consentimento da CONTRATADA.

6.8 – Os toners que comportam as médias de cópias mensais serão fornecidos pela CONTRATADA, que deverá disponibilizar no prédio sede da prefeitura Municipal em 24 (vinte e quatro) horas da solicitação por escrito, sob pena de multa.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES

7.1 – O fornecimento dos produtos (OBJETO) fora das suas características originais, ocasionará a incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto fornecido, pois nessa situação a desconformidade de especificações equivalerá ao não fornecimento.

7.2 – As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do pacto em aprego.

7.3 – Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito.

7.4 – A não assinatura do contrato, por parte da CONTRATADA em qualquer motivo, dentro do prazo fixado, implicará em eliminação, além da incidência de multa de 2,0% (dois por cento) do valor estimado do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.

7.5 – A CONTRATANTE através da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itapoá, convocará a licitante vencedora para assinar o Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação, sob pena de decair

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS

Imediata a assinatura do contrato, com termino previsto para 31/12/2010, podendo ser prorrogado ou renovado de acordo com o interesse da Administração Pública. O inicio dos trabalhos deverá ocorrer em 03 (três) dias corridos da emissão da ordem de serviço, conforme solicitação/requisição e indicação apresentada pela Secretaria da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1– O preço total para o fornecimento do objeto deste contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pela CONTRATANTE, o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

3.3 - Para o preço proposto neste processo licitatório, não será admitido reajuste durante a vigência do contrato pertinente, não previstos em lei.

CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 – Para fins de controle de consumo e orçamentário, a CONTRATADA encaminhará a CONTRATANTE, a Fatura/Nota Fiscal, sendo que o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil posterior à data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal juntamente com as requisições assinadas pelo fiscal do contrato ou pelos servidores públicos responsáveis.

4.2 - O pagamento será efetuado em 6 (seis) parcelas de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS

5.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão pela dotação orçamentária conta: Manutenção do Departamento de Administração – Ação nº 07 - Aplicação direta nº 29 – Fonte nº 142 - Desdobramento nº 572.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES



do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei 8.666/93;

7.6 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, conforme estabelecido no sub-item anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades a que se refere a Lei 8.666/93;

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão contratual pode ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da CONTRATANTE;

c) A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78 e acarretará também as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei 8.666/93;

d) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando houver sofrido;

8.2 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão importará em multa de 10% (dez) por cento do valor estimado do contrato.

a) Aplicação de pena de suspensão do direito de licitar com a CONTRATANTE e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

b) Declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da CONTRATANTE. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurada a defesa à infratora, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

8.3 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do artigo 65, seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93.

Cláusula Nona: GARANTIA TÉCNICA DE REPARAÇÕES DAS MÁQUINAS

9.1 - Todas as despesas com peças de reposição, manutenção, bem como as havidas com assistência técnica, serão de responsabilidade da CONTRATADA, exceto quando houver mau uso do equipamento por parte do CONTRATANTE..

9.2 - Os chamados técnicos que se fizerem necessários serão solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA, devendo ser atendido no prazo máximo de 24 (Vinte e quatro) horas. Caso o mesmo não seja posto em normal funcionamento no prazo acima, a CONTRATADA compromete-se a substituir o equipamento por outro similar, ou de mesmo modelo e características, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do chamado inicial para conserto, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

Cláusula Décima: – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

O recebimento, a aceitação e a fiscalização do objeto deste contrato serão realizados pela Secretaria de Administração através do fiscal do contrato o diretor de Administração o Sr. LUIZ FERNANDO MEDEIROS, portador da C.I. RG nº 3.603547 SSP/SC, inscrito

no CNPF/MF nº: 016.605.579-41.

10.1 - A verificação e a confirmação da efetiva realização dos serviços contratados serão feitas mediante registro pelo MUNICÍPIO em boletim de inspeção de serviços, com ciência da contratada, elaborado pelo fiscal de contrato, que identificará, quando for o caso, para efeito de glosa de faturas, as irregularidades cometidas durante a entrega dos objetos.

10.2 - Caso o objeto recebido não atenda as especificações estipuladas neste Contrato e no respectivo processo licitatório, ou ainda, não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à CONTRATADA(O), comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

10.3 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o órgão solicitante dará ciência à Procuradoria Jurídica Municipal, através de Comunicação Interna – C.I., a fim de que se proceda a devida instauração procedimental, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste edital e no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

Para dirimir questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Itapoá, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, 24 de junho de 2010.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ ERVINO SPERANDIO PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REINKJET TINTAS TONERS E INFORMÁTICA LTDA -EPP CONTRATADA	

Testemunhas:

NOME :

CNPJ/MF:

NOME:

CNPJ/MF:

Contrato Adm. nº 52/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2010

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos o Sr. ELOI ROBERTO E MENDES, portador do CNPJ/MF nº: 437.225.559-49, matrícula nº 5197-7, e pelo Prefeito Municipal, ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPJ/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, de outro lado a Empresa EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, com sede à Rua Alberto Torres, nº 2001, Bairro: Centenário na cidade de São Bento do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.391.386/0001-63 e Inscrição Estadual n.º 255.711.239 representada neste ato por sócio o Sr. FERNANDO CÉSAR VILLAIN portador do CNPJ/MF nº 065.588.199-96 e do CI.RG nº 4.281.556-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada



para confecção de caixas coletora e colocação de rede de tubos de concreto armado para execução de obra de tipo drenagem na Rua Leonidas Pommer, conforme projeto básico e memorial descritivo, ART, parte integrante deste edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONVITE N.º 12/2010 – PROCESSO Nº 61/2010, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem :

Cláusula primeira: Dos documentos

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominados, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada para confecção de caixas coletora e colocação de rede de tubos de concreto armado para execução de obra de tipo drenagem na Rua Leonidas Pommer, conforme projeto básico e memorial descritivo, ART, parte integrante do edital.

Item	Descrição dos serviços	Quant.	Valor unit. R\$	Valor total R\$
1	Confecção de 09 (nove) caixas coletoras de água em concreto padrão prefeitura	9 unid.	220,00	1.980,00
2	Colocação de 366 tubos de 0,40 cm – CA-1, incluindo o transporte do material (aterro), abertura de valas, colocação reaterro das valas e apiloamento dos mesmos.	366	38,00	13.908,00
Total				15.888,00

Cláusula terceira: Da execução dos serviços

Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas no processo nº 61/2010, os anexos integrantes do processo licitatório e a proposta apresentada pela Contratada, que originou o presente contrato, e que esta declara conhecer.

§ 1º: A Contratada deverá tomar as providências necessárias para evitar transtornos ao andamento normal dos trabalhos, durante a execução dos serviços.

§ 2º: Na execução dos serviços serão observados rigorosamente, os princípios básicos de engenharia, as normas da ABNT e o cronograma físico-financeiro cotado.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO

O contrato terá início imediato à assinatura e findará com o término na prestação do serviço em até 15 (quinze) dias corridos. O início dos trabalhos deverá ocorrer em 03 (três) dias corridos da emissão da ordem de serviço. A dilatação dos prazos de conclusão somente será tolerado por problemas de caso fortuito ou de força maior, que se assim ocorrerem, deverão ser comunicados à Secretaria de Planejamento e Urbanismo por escrito.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO

5.1– O preço total para o fornecimento do objeto deste contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pela CONTRATANTE, o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 15.888,00 (Quinze mil oitocentos e oitenta e oito reais).

5.2– Para o preço proposto neste processo licitatório, não será admitido reajuste durante a vigência do contrato pertinente, que não seja previsto em Lei.

CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 – Para fins de controle de consumo e orçamentário, a CONTRATADA encaminhará a CONTRATANTE, a Fatura/Nota Fiscal da prestação de serviço e do material utilizado, decorrentes do cronograma físico financeiro e conclusão do objeto, devidamente assinadas pelo fiscal do contrato.

6.2 – O pagamento será efetuado a CONTRATADA até o 10º (décimo) dia posterior a apresentação da Fatura/Nota fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS

7.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão pela dotação orçamentária conta: (11) Secretaria de Obras- Manutenção do Departamento de Obras- Ação 048 –Fonte de Recurso: 100 - Código Reduzido da aplicação direta nº 1155 – Código reduzido do Desdobramento da Despesa nº 1272.

CLÁUSULA OITAVA: DAS RESPONSABILIDADES

8.1 – A CONTRATADA é a responsável direta pela EXECUÇÃO do objeto deste contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros.

8.2 – A CONTRATADA é também responsável por quaisquer diferenças, erros ou omissões na execução dos serviços, inclusive no ato da entrega.

8.3 – Não existirá qualquer vínculo contratual entre eventuais sub-contratadas e a CONTRATANTE, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste contrato, será sempre a CONTRATADA.

8.4 – Os produtos a serem fornecidos deverão estar de acordo com as normas estabelecidas no memorial descritivo e planilha de material, e pelos órgãos competentes fiscalizadores, no que diz respeito a qualidade.

8.5- A implantação será feita rigorosamente de acordo com o projeto. Toda e qualquer modificação que se faça necessária no projeto, visando melhorias, deverá ser realizada com autorização, por escrito, do(s) profissional (is) responsável (is) da Prefeitura Municipal de Itapoá.

8.6- Todo o material empregado na confecção deverá receber a aprovação da fiscalização antes de começar a ser utilizado. No caso da empreiteira querer substituir materiais e/ou serviços que constam nestas especificações, deverá apresentar memorial descritivo, memorial justificativo, orçamento completo, catálogos e receber a aprovação da fiscalização.

8.7- Em caso de dúvida quanto à interpretação do memorial descritivo e do projeto, deverá ser sempre consultada a fiscalização.

8.8- Todos os detalhes de serviços constantes dos desenhos e não mencionados nas especificações, serão interpretados como fazendo parte do projeto, assim como todos os detalhes de serviços mencionados nas especificações que não constam nos desenhos, serão interpretados como fazendo parte do projeto.

8.9- Nenhuma alteração nos desenhos fornecidos, bem como das especificações, poderá ser feita sem consulta prévia e mediante consentimento, por escrito, da Prefeitura.

8.10- A contratada se obriga a tomar conhecimento e consultar o projeto antes e durante a execução dos serviços.

8.11- À Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos serviços sempre que estes estiverem em desacordo com o memorial e especificações, projeto ou detalhes.

8.12- A contratada deverá assumir inteiramente a responsabilidade técnica pela execução e implantação da sinalização preventiva.

8.13 - Somente poderá celebrar contrato ou instrumento equivalente com o Município de Itapoá, a adjudicatária CONTRATADA que, nos termos do parágrafo 3º do Art. 195 da Constituição Federal, comprove até a data da contratação, estar regular perante a Previdência Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante, respectivamente, a apresentação, em original ou cópia autenticada, da Certidão Negativa de Débito – CND e do CRF/FGTS, Certidão negativa da Receita Federal, Estadual, e Municipal em vigor.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

9.1 – O fornecimento dos produtos (OBJETO) fora das suas características originais, ocasionará a incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto fornecido, pois nessa situação a desconformidade de especificações equivalerá ao não fornecimento.

9.2 – As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do pacto em apelo.

9.3 – Os valores pertinentes às multas aplicadas, serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito.

9.4 – A não assinatura do contrato, por parte da CONTRATADA por qualquer motivo, dentro do prazo fixado, implicará em eliminação, além da incidência de multa de 2,0% (dois por cento) do valor estimado do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.

9.5 – A CONTRATANTE através da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itapoá, convocará a licitante vencedora para assinar o Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei 8.666/93;

9.6 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, conforme estabelecido no subitem anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades a que se refere a Lei 8.666/93;

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 - A rescisão contratual pode ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da CONTRATANTE;

c) A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78 e acarretará também as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei 8.666/93;

d) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando houver sofrido;

10.2 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão importará em multa de 10% (dez) por cento do valor estimado do contrato.

a) Aplicação de pena de suspensão do direito de licitar com a CONTRATANTE e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

b) Declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da CONTRATANTE. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurada a defesa à infratora, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

10.3 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do artigo 65, seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: GARANTIA TÉCNICA DE REPARAÇÕES

11.1 - Após o recebimento definitivo do objeto contratual, por parte da CONTRATANTE, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 05 (cinco) anos, (art. 618 do CC) contados da data de firmamento do Termo de Recebimento Definitivo, por quaisquer defeitos, ainda que resultante dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado, ainda que outro prazo esteja previsto no instrumento convocatório.

11.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pela CONTRATANTE, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

O recebimento, a aceitação e a fiscalização do objeto deste contrato serão realizados pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo através do engenheiro responsável o Sr. Neuson Harres e Pires Godoy, portador do CNPF/MF: 321.060.509-25 e matrícula nº 164-3, e/ou pela Secretária de Planejamento e Urbanismo Sra. Andréa Elizabeth Choma, portadora da CNPF/MF: 019.163.639-89 e C.I. RG nº 5.816.243-SSP/SC, ou servidor técnico capacitado no ato designado.

10.1 - A verificação e a confirmação da efetiva realização dos serviços contratados serão feitas mediante registro pelo MUNICÍPIO em boletim de inspeção de serviços, com ciência da contratada, elaborado pelo fiscal de contrato, que identificará, quando for o caso, para efeito de glosa de faturas, as irregularidades cometidas durante a execução dos serviços.

10.2 - O recebimento dar-se-á de duas formas: provisoriamente, no ato da execução do objeto, com o aceite na Nota Fiscal/Fatura.

definitivamente, em até 10 (dez) dias após o recebimento provisório, mediante termo circunstanciado apostado e anexado na Nota Fiscal/Fatura, após a constatação da adequação de cada parcela do objeto recebido às especificações constantes do processo que deu origem à nota de empenho, inclusive quanto à quantidade e qualidade.

10.3 - Caso o objeto recebido não atenda as especificações estipuladas neste Contrato e no respectivo processo licitatório, ou ainda, não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à CONTRATADA(O), comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

10.4 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o órgão solicitante dará ciência à Procuradoria Jurídica Municipal, através de Comunicação Interna – C.I., a fim de que se proceda a devida instauração procedimental, de



acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste edital e no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

Para dirimir questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Itapoá, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, 02 de julho 2010.

CONTRATADA EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA FERNANDO CÉSAR VILLAIN	CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ ERVINO SPERANDIO PREFEITO MUNICIPAL
ELOI ROBERTO MENDES SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	

Testemunhas:

NOME :

CNPJ/MF:

NOME:

CNPJ/MF

Contrato Adm. nº 53/2010

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2010

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado neste ato representado pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos o Sr. ELOI ROBERTO E MENDES, portador do CNPJ/MF nº: 437.225.559-49, matrícula nº 5197-7, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPJ/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa OSNI PEREIRA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.302.261/0001-16, com sede a Rua Dom Henrique II, nº 300, nesta de cidade: Itapoá/SC, representada neste ato pelo seu proprietário o Sr. Osni Pereira, portador do CNPJ/MF nº 218.534.609-15 e CI.RG. 2/R.300.675, aqui denominada CONTRATADA, ajustam a Contratação de empresa com mão de obra especializada para construção de uma obra de infra - estrutura visando a realização de 01 (uma) comporta para galeria junto ao Rio Saí Mirim e 01 (uma) boca de galeria sentindo praia na Rua 620 localizada no Balneário Brasília, conforme projeto, memorial descritivo e ART em anexo, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 12/2010 – PROCESSO Nº 74/2010, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

Cláusula primeira: Dos documentos

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominados, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Item	Descrição do objeto	Quant.	Valor total R\$
1	Contratação de empresa com mão de obra especializada para construção de uma obra de infra - estrutura visando a realização de 01 (uma) comporta para galeria junto ao Rio Saí Mirim e 01 (uma) boca de galeria sentindo praia na Rua 620 localizada no Balneário Brasília, conforme projeto, memorial descritivo e ART em anexo.	1	100.285,00

Cláusula terceira: Da execução dos serviços

Os serviços serão executados de acordo com as condições contidas no processo nº 74/2010, os anexos integrantes do processo licitatório e a proposta apresentada pela Contratada, que originou o presente contrato, e que esta declara conhecer.

§ 1º: A Contratada deverá tomar as providências necessárias para evitar transtornos ao andamento normal dos trabalhos, durante a execução dos serviços.

§ 2º: Na execução dos serviços serão observados rigorosamente, os princípios básicos de engenharia, as normas da ABNT e o cronograma físico-financeiro cotado.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO

O contrato terá início imediato à assinatura, e com termino esta condicionado a entrega da prestação do serviço. O início dos trabalhos deverá ocorrer em 03 (três) dias corridos da emissão da ordem de serviço, com término em 60 (sessenta) dias corridos, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado ou renovado de acordo com o interesse da Administração pública. A dilatação dos prazos de conclusão somente será tolerado por problemas de caso fortuito ou de força maior, que se assim ocorrerem, deverão ser comunicados à Secretaria de Planejamento e Urbanismo e/ou Secretaria de Obras e Serviços Públicos, por escrito.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO

5.1– O preço total para o fornecimento do objeto deste contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pela CONTRATANTE, o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 100.285,00 (cem mil e duzentos e oitenta e cinco reais).

5.2– Para o preço proposto neste processo licitatório, não será admitido reajuste durante a vigência do contrato pertinente, que não seja previsto em Lei.

CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 – Para fins de controle de consumo e orçamentário, a CONTRATADA encaminhará a CONTRATANTE, a Fatura/Nota Fiscal da prestação de serviço e do material utilizado, decorrentes da conclusão do objeto, devidamente assinadas pelo fiscal do contrato, sendo que o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil posterior à data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal e entrega dos objetos.

6.2 - A Contratada deverá encaminhar à Secretaria de Planejamento e Urbanismo e/ou Secretaria de Obras e Serviços Públicos o pedido de liberação da parcela. O pagamento ocorrerá após parecer favorável, acompanhado dos Diários de Obra.

§ 1º: Para efeito de pagamento deverão ser encaminhados, também, os comprovantes dos recolhimentos do FGTS do pessoal da obra.

§ 2º: A Contratada, deverá apresentar, juntamente com a(s) Nota(s) Fiscal(ais) ainda:

Certidão Quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Federal.

Certidão Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida



por órgão da Secretaria da Receita Federal.
Certidão Negativa de Débito Estadual de sua sede (matriz ou filial).
Certidão Negativa de Débito Municipal de sua sede (matriz ou filial).
Certificado de Regularidade de Situação – CRF do FGTS.
Certidão Negativa de Débitos do INSS.
§ 3º: As certidões para comprovação de regularidade só serão aceitas com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a cento e oitenta (180) dias.
§ 4º: A não apresentação da documentação constante do parágrafo anterior resultará no sobrestamento do processo até que se regularize a situação.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS

7.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão pela dotação orçamentária conta: (11) Secretaria de Obras- Manutenção do departamento de Obras- Ação 2.048 –Fonte de Recurso: 100 - Código Reduzido da aplicação direta nº 1155 – Código reduzido do Desdobramento da Despesa nº 1272.

CLÁUSULA OITAVA: DAS RESPONSABILIDADES

8.1 – A CONTRATADA é a responsável direta pela EXECUÇÃO do objeto deste contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros.

8.2 – A CONTRATADA é também responsável por quaisquer diferenças, erros ou omissões na execução dos serviços, inclusive no ato da entrega.

8.3 – Não existirá qualquer vínculo contratual entre eventuais sub-contratadas e a CONTRATANTE, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste contrato, será sempre a CONTRATADA.

8.4 – Os produtos a serem fornecidos deverão estar de acordo com as normas estabelecidas no memorial descritivo e planilha de material, e pelos órgãos competentes fiscalizadores como ABNT e INMETRO, no que diz respeito a qualidade.

8.5- A implantação será feita rigorosamente de acordo com o projeto. Toda e qualquer modificação que se faça necessária no projeto, visando melhorias, deverá ser realizada com autorização, por escrito, do profissional responsável da Prefeitura Municipal de Itapoá.

8.6- Todo o material empregado na confecção deverá receber a aprovação da fiscalização antes de começar a ser utilizado. No caso da empreiteira querer substituir materiais e/ou serviços que constam nestas especificações, deverá apresentar memorial descritivo, memorial justificativo, orçamento completo, catálogos e receber a aprovação da fiscalização.

8.7- Em caso de dúvida quanto à interpretação do memorial descritivo e do projeto, deverá ser sempre consultada a fiscalização.

8.8- Todos os detalhes de serviços constantes dos desenhos e não mencionados nas especificações, serão interpretados como fazendo parte do projeto, assim como todos os detalhes de serviços mencionados nas especificações que não constam nos desenhos, serão interpretados como fazendo parte do projeto.

8.9- Nenhuma alteração nos desenhos fornecidos, bem como das especificações, poderá ser feita sem consulta prévia e mediante consentimento, por escrito, da Prefeitura.

8.10- A contratada se obriga a tomar conhecimento e consultar o

projeto antes e durante a execução dos serviços.

8.11- À Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos serviços sempre que estes estiverem em desacordo com o memorial e especificações, projeto ou detalhes.

8.12- A contratada deverá assumir inteiramente a responsabilidade técnica pela execução e implantação da sinalização preventiva.

8.13 - Somente poderá celebrar contrato ou instrumento equivalente com o Município de Itapoá, a adjudicatária CONTRATADA que, nos termos do parágrafo 3º do Art. 195 da Constituição Federal, comprove até a data da contratação, estar regular perante a Previdência Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante, respectivamente, a apresentação, em original ou cópia autenticada, da Certidão Negativa de Débito – CND e do CRF/FGTS, Certidão negativa da Receita Federal, Estadual, e Municipal em vigor.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

9.1 – O fornecimento dos produtos (OBJETO) fora das suas características originais, ocasionará a incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto fornecido, pois nessa situação a desconformidade de especificações equivalerá ao não fornecimento.

9.2 – As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do pacto em apreço.

9.3 – Os valores pertinentes às multas aplicadas, serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito.

9.4 – A não assinatura do contrato, por parte da CONTRATADA por qualquer motivo, dentro do prazo fixado, implicará em eliminação, além da incidência de multa de 2,0% (dois por cento) do valor estimado do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.

9.5 – A CONTRATANTE através da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itapoá, convocará a licitante vencedora para assinar o Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei 8.666/93;

9.6 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, conforme estabelecido no subitem anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades a que se refere a Lei 8.666/93;

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 - A rescisão contratual pode ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da CONTRATANTE;

c) A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78 e acarretará também as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei 8.666/93;

d) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta

ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando houver sofrido;

10.2 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão importará em multa de 10% (dez) por cento do valor estimado do contrato.

a) Aplicação de pena de suspensão do direito de licitar com a CONTRATANTE e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

b) Declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da CONTRATANTE. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurada a defesa à infratora, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

10.3 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do artigo 65, seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: GARANTIA TÉCNICA DE REPARAÇÕES

11.1 - Após o recebimento definitivo do objeto contratual, por parte da CONTRATANTE, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 05 (cinco) anos, (art. 618 do cc) contados da data de firmamento do Termo de Recebimento Definitivo, por quaisquer defeitos, ainda que resultante dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado, ainda que outro prazo esteja previsto no instrumento convocatório.

11.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pela CONTRATANTE, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

O recebimento, a aceitação e a fiscalização do objeto deste contrato serão realizados pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo através do engenheiro responsável o Sr. Neuson Harres e Pires Godoy, portador do CNPF/MF: 321.060.509-25 e matrícula nº 164-3, e/ ou pela Secretária de Planejamento e Urbanismo a Sra. Andréa Elizabeth Choma, portadora da CNPF/MF: 019.163.639-89 e matrícula nº 5298-1, e/ou pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, Sr. Eloi Roberto Mendes, portador do CNPF/MF nº: 437.225.559-49, matrícula nº 5197-7, ou pessoa designada pelo Contratante, sendo a mesma realizada, individual ou conjuntamente, para todos os efeitos;

10.1 - A verificação e a confirmação da efetiva realização dos serviços contratados serão feitas mediante registro pelo MUNICÍPIO em boletim de inspeção de serviços, com ciência da contratada, elaborado pelo fiscal de contrato, que identificará, quando for o caso, para efeito de glosa de faturas, as irregularidades cometidas durante a execução dos serviços.

10.2 - O recebimento dar-se-á de duas formas: provisoriamente, no ato da execução do objeto, com o aceite na Nota Fiscal/Fatura.

definitivamente, em até 10 (dez) dias após o recebimento provisório, mediante termo circunstanciado aposto e anexado na Nota Fiscal/Fatura, após a constatação da adequação de cada parcela do objeto recebido às especificações constantes do processo que deu origem à nota de empenho, inclusive quanto à quantidade e qualidade.

10.3 - Caso o objeto recebido não atenda as especificações estipu-

ladadas neste Contrato e no respectivo processo licitatório, ou ainda, não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à CONTRATADA(O), comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis. 10.4 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o órgão solicitante dará ciência à Procuradoria Jurídica Municipal, através de Comunicação Interna – C.I, a fim de que se proceda a devida instauração procedimental, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste edital e no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

Para dirimir questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Itapoá, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, 16 de julho 2010.

CONTRATADA OSNI PEREIRA - ME OSNI PEREIRA	CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ ERVINO SPERANDIO PREFEITO MUNICIPAL
---	--

ELOI ROBERTO MENDES
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Testemunhas:

NOME :	NOME:
CNPJ/MF:	CNPJ/MF

Ata de Registro de Preços nº 59/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2010
REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2010
PROCESSO Nº 064/2010

INTERESSADO: SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS DESTINADOS A PESSOAS CARENTES NESTE MUNICÍPIO, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO V DO PRESENTE EDITAL.

Aos vinte e três dias do mês de junho do corrente ano de 2010, o Município de Itapoá, devidamente representado e assistido pela diretora do bem estar social Sra. ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA, inscrita no CNPF/MF: 820.875.479-04 e do CI.RG. nº 2.968.091 SSP/SC, e matrícula nº 5280-9, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e a empresa FRANNINI & TRINDADE LTDA-ME, com sede à Rua Eurico Bittencort, s/nº, Balneário: Paese, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.614.129/0001-15 e Inscrição Estadual nº 255.201.478, representada neste ato pela sócia a Sra. MARIA ISABEL TRINDADE FRANNINI, portador do CNPF/MF nº 804.635.929-72 e do CI.RG nº 5.403.715-5, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 877/2009, de 23 de março de 2.009 e do edital do Pregão em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens e prestação de serviço abaixo discriminados, com seu respectivo preço unitário.



Item	Descrição	Quant.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Funeral com urna simples incluindo transporte de Joinville/Itapoá com preparação do corpo, contendo flores e véu, capela mortuária para o velório e transporte até o cemitério municipal com ônibus de 46 lugares.	06	770,00	4.620,00
2	Funeral com urna simples incluindo transporte de dentro do município com preparação do corpo, contendo flores e véu, capela mortuária para o velório e transporte até o cemitério municipal com ônibus de 46 lugares.	15	590,00	8.850,00
3	Funeral com urna especial para pessoas obesas incluindo transporte de Joinville/Itapoá com preparação do corpo, contendo flores e véu, capela mortuária para o velório e transporte até o cemitério municipal com ônibus de 46 lugares.	5	970,00	4.850,00
4	Funeral com urna especial para pessoas obesas incluindo transporte de dentro do Município com preparação do corpo, contendo flores e véu, capela mortuária para o velório e transporte até o cemitério municipal com ônibus de 46 lugares.	5	850,00	4.250,00
5	Funeral com urna criança incluindo transporte de dentro do Município com preparação do corpo, contendo flores e véu, capela mortuária para o velório e transporte até o cemitério municipal com ônibus de 46 lugares.	6	380,00	2.280,00
TOTAL			R\$ 24.850,00	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses podendo ser prorrogada ou renovada de acordo com o interesse da Administração Pública, nos termos do Art. 57, § 4º, da Lei n.º 8.666/93, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada no Pregão em epígrafe.

O frete, bem como, outros impostos, deverão ficar por conta da empresa vencedora.

Os objetos e os serviços a serem prestados deverão ser conforme necessidade, mediante requisição da Secretaria de Bem Estar Social, com entrega e prestação de serviço imediata a solicitação.

3.1. É vetado ao fornecedor avisar da falta de mercadoria e/ou serviço no momento da solicitação.

3.2. É dever do fornecedor oferecer solução em tempo hábil para tais ocorrências.

3.3. Os horários indicados deverão ser respeitados.

O descumprimento de qualquer item supracitado implica no recebimento de Termo de não conformidade, que resultara nas penas cabíveis em lei.

Condições de pagamento: 10 (dez) dias da emissão da nota fiscal. As despesas serão suportadas pela dotação orçamentária: Manutenção do departamento/ Fundo da Assistência Social – aplicações

diretas: 283 - Fonte: 100.

Fica estabelecido a obrigatoriedade do detentor da Ata no fornecimento com acréscimo de 25% (vinte cinco por cento), estipulado no Anexo I do referido Edital, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem prévia comunicação. Será de responsabilidade do detentor da ata de preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas. Declaramos conhecer e nos submetemos integralmente a todas as demais cláusulas e condições do edital de licitação, integralmente desta proposta.

Itapoá, 23 de junho de 2010.

CONTRATANTE

Ervino sperandio

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Alessandra Silveira Oliveira

Diretora do Bem Estar Social

CONTRATADA

FRANNINI & TRINDADE LTDA-ME

Maria Isabel Trindade Frannini

Testemunhas:

Nome:

CNPJ/MF:

Nome:

CNPJ/MF:

Ata de Registro de Preços nº 60/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2010

REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2010

PROCESSO Nº 060/2010

INTERESSADO: SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EM GERAL E SECRETARIA DA SAÚDE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS CONFORME ENUNCIA O ANEXO V DO EDITAL.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho do corrente ano de 2010 (dois mil e dez), o Município de Itapoá, devidamente representado e assistido pela Secretária de Saúde, a Sra. CRISTIANE MOTTA, brasileira, solteira, portadora do CI.RG. nº 706378/MS, e do CNPJ/MF: 608.237.121-68, e pelo Secretário de Administração e Finanças Sr. CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, portador do CI.RG.15.128.741-7/SP e do CNPJ/MF: 492.980.979-72, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do CI.RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPJ/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e a empresa SUPRIMOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.563.256/0001-68, Inscrição Estadual nº 254.277.071, NIRE sob nº 42 2 0302331-0, com sede a Rua Lauro Muller, nº 490, Bairro Praça, Tijucas/SC, CEP: 88.200-000, neste ato representado por seu sócio o Sr. SANDER SANTOS PIFFER, portador do CI.RG nº 3.703.222-4 – SSP/SC e CNPJ/MF nº 029.828.989-00, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 877/2009, de 23 de março de 2.009 e do edital do Pregão em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seu respectivo preço unitário.



Item	Descrição	Marca	Quant	Valor R\$	Valor Total
1	Cartucho de tinta orig. do fabricante 21 preto do equip.	HP	100	22,80	2.280,00
3	Cartucho de tinta orig. do fabricante 27 preto do equip.	HP	100	22,70	2.270,00
6	Cartucho de tinta orig. do fabricante 17 colorido do equip.	HP	50	64,00	3.200,00
7	Cartucho de tinta orig. do fabricante 60 preto do equip.	HP	100	22,80	2.280,00
16	Toner original do fabricante do equipamento 12A	HP	50	168,00	8.400,00
20	Toner original do fabricante do equipamento 49X	HP	50	300,00	15.000,00
TOTAL					33.430,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses podendo ser prorrogada ou renovada de acordo com o interesse da Administração Pública, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada no Pregão em epígrafe.

O frete, bem como, outros impostos, deverão ficar por conta da empresa vencedora.

Os materiais deverão ser entregues parceladamente, mediante requisição da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Administração e Finanças, com entregas no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento da solicitação, no endereço nos endereços indicados na emissão da ordem de entrega do produto/pedido de material.

3.1. Fica o fornecedor (contratado) impedido de descarregar a mercadoria (pedido) sem um responsável da Contratante presente para fazer a devida conferência, e indicar o local adequado para seu armazenamento e/ou uso imediato.

3.1.1. É dever do entregador realizar a conferência da mercadoria entregue junto com o fiscal ou por alguém designado pela mesma. Os itens a ser avaliados são:

- a) Quantidade;
- b) Validade;
- c) marca;
- d) situação do produto entrega;

3.1.2. O entregador só poderá deixar o local após total conferência dos itens citados.

3.2. A entrega deverá se dar nos locais pré determinados pelos fiscais dos contratos das secretarias solicitantes em no mínimo 03 (três) dias úteis a partir da emissão da ordem entrega de mercadoria.

3.3. É vetado ao fornecedor avisar da falta de mercadoria no momento da entrega.

3.4. É dever do fornecedor oferecer solução em tempo hábil para tais ocorrências.

3.5. Os horários indicados para as entregas deverão ser respeitados.

3.6. O entregador deverá estar devidamente uniformizado.

3.7. É de responsabilidade da contratada observar e cumprir com as regras estabelecidas para entrega.

O descumprimento de qualquer item supracitado implica no rece-

bimento de Termo de não conformidade, que resultara nas penas cabíveis em lei.

Condições de pagamento: 10 (dez) dias da emissão da nota fiscal.

Declaramos conhecer e nos submetemos integralmente a todas as demais cláusulas e condições do edital de licitação, integralmente desta proposta.

Itapoá, 28 de Junho de 2010.

CONTRATANTE
ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

CONTRATANTE
CRISTIANE MOTTA
Secretaria de Saúde

CONTRATANTE
CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

CONTRATADA
SUPRIMOVEIS LTDA
SANDER SANTOS PIFFER

Ata de Registro de Preços nº 61/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2010
REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2010
PROCESSO Nº 060/2010

INTERESSADO: SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EM GERAL E SECRETARIA DA SAÚDE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS CONFORME ENUNCIA O ANEXO V DO EDITAL.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho do corrente ano de 2010, o Município de Itapoá, devidamente representado e assistido pela Secretária de Saúde, a Sra. CRISTIANE MOTTA, brasileira, solteira, portadora do CI.RG. nº 706378/MS, e do CNPF/MF: 608.237.121-68, e pelo Secretário de Administração e Finanças Sr. CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, portador do CI.RG.15.128.741-7/SP e do CNPF/MF: 492.980.979-72, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/ nº, nesta cidade, e a empresa REINKJET TINTAS, TONERS e INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.504.465/0001-78, NIRE sob nº 42 2 0275411-6, com sede a Rua Uruguai, nº 147, Bairro Ponta Aguda, Blumenau/SC, CEP: 89.050-060, neste ato representado por sua sócia-Gerente a Srª. DENISE SOLANGE REUTER, portadora do RG nº 3R.2.966.284 – SSP/SC e CPF nº 919.863.629-49, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 877/2009, de 23 de março de 2.009 e do edital do Pregão em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seu respectivo preço unitário.

Item	Descrição		Marca	Quant	Valor unit.R\$	Valor Total R\$
2	Cartucho de tinta orig. do fabricante do equip.	22 colorido	HP	100	40,80	4.080,00
9	Cartucho de tinta orig. do fabricante do equip.	74 preto	HP	100	33,07	3.307,00



12	Cartucho de tinta orig. do fabricante do equip.	92 colorido	HP	50	32,87	1.643,50
19	Toner original do fabricante do equipamento	36A	HP	150	171,35	25.702,50
23	Toner original do fabricante do equipamento	SCX 4725 SN	San-sung	50	328,45	16.422,50
26	Toner original do fabricante do equipamento	Magenta 43324402	Okidata Color	15	545,30	8.179,50
TOTAL						59.335,00

1. Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses podendo ser prorrogada ou renovada de acordo com o interesse da Administração Pública, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada no Pregão em epígrafe.

2. O frete, bem como, outros impostos, deverão ficar por conta da empresa vencedora.

3. Os materiais deverão ser entregues parceladamente, mediante requisição da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Administração e Finanças, com entregas no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento da solicitação, no endereço nos endereços indicados na emissão da ordem de entrega do produto/pedido de material.

3.1. Fica o fornecedor (contratado) impedido de descarregar a mercadoria (pedido) sem um responsável da Contratante presente para fazer a devida conferência, e indicar o local adequado para seu armazenamento e/ou uso imediato.

3.1.1. É dever do entregador realizar a conferência da mercadoria entregue junto com o fiscal ou por alguém designado pela mesma. Os itens a ser avaliados são:

- a) Quantidade;
- b) Validade;
- c) marca;
- d) situação do produto entrega;

3.1.2. O entregador só poderá deixar o local após total conferência dos itens citados.

3.2. A entrega deverá se dar nos locais pré determinados pelos fiscais do contratos das secretarias solicitantes em no mínimo 03 (três) dias úteis a partir da emissão da ordem entrega de mercadoria.

3.3. É vetado ao fornecedor avisar da falta de mercadoria no momento da entrega.

3.4. É dever do fornecedor oferecer solução em tempo hábil para tais ocorrências.

3.5. Os horários indicados para as entregas deverão ser respeitados.

3.6. O entregador deverá estar devidamente uniformizado.

3.7. É de responsabilidade da contratada observar e cumprir com as regras estabelecidas para entrega.

4. O descumprimento de qualquer item supracitado implica no recebimento de Termo de não conformidade, que resultara nas penas cabíveis em lei.

5. Condições de pagamento: 10 (dez) dias da emissão da nota fiscal.

6. Declaramos conhecer e nos submetemos integralmente a todas as demais cláusulas e condições do edital de licitação, integralmente desta proposta.

Itapoá, 28 de Junho de 2010.

Contratante
ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

Contratante
CRISTIANE MOTTA
Secretaria de Saúde

Contratante
CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Contratada
REINKJET TINTAS, TONERS E INF.LTDA
DENISE SOLANGE REUTER

Ata de Registro de Preços nº 62/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2010

REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2010

PROCESSO Nº 060/2010

INTERESSADO: SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS EM GERAL E SECRETARIA DA SAÚDE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS CONFORME ENUNCIA O ANEXO V DO EDITAL.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de Junho do corrente ano de 2010 (dois mil e dez), o Município de Itapoá, devidamente representado e assistido pela Secretária de Saúde, a Sra. CRISTIANE MOTTA, brasileira, solteira, portadora do CI.RG. nº 706378/MS, e do CNPF/MF: 608.237.121-68, e pelo Secretário de Administração e Finanças Sr. CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, portador do CI.RG.15.128.741-7/SP e do CNPF/MF: 492.980.979-72, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e a empresa LOJA ARACAJU LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 95.758.595/0001-55, com inscrição Estadual sob nº 42 2 0162359-0 com sede a Rua Assis Brasil, nº 280, Bairro Saguacu, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.221-510, neste ato representada por seu Sócio Administrador o Sr. FERNANDO DE AVIZ, portador do RG nº 3.923.566 – SSP/SC e CPF nº 037.367.639-56, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 877/2009, de 23 de março de 2.009 e do edital do Pregão em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seu respectivo preço unitário.

Item	Descrição		Marca	Quant	Valor R\$	Valor Total
4	Cartucho de tinta orig. do fabricante do equip.	28 colorido	HP	100	53,65	5.365,00
5	Cartucho de tinta orig. do fabricante do equip.	15 preto	HP	50	23,89	1.194,50
21	Toner original do fabricante do equipamento	96A	HP	50	249,75	12.487,50
22	Toner original do fabricante do equipamento	SCX 4521 D3	Sansung	50	245,25	12.262,50



24	Toner original do fabricante do equipamento	SCX DS530D-SEE	Sansung	50	400,80	20.040,00
27	Toner original do fabricante do equipamento	Amarelo 43324401	Okidata Color	15	545,20	8.178,00
28	Toner original do fabricante do equipamento	Azul 43324403	Okidata Color	15	545,20	8.178,00
TOTAL						67.705,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses podendo ser prorrogada ou renovada de acordo com o interesse da Administração Pública, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada no Pregão em epígrafe.

O frete, bem como, outros impostos, deverão ficar por conta da empresa vencedora.

Os materiais deverão ser entregues parceladamente, mediante requisição da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Administração e Finanças, com entregas no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento da solicitação, no endereço nos endereços indicados na emissão da ordem de entrega do produto/pedido de material.

3.1. Fica o fornecedor (contratado) impedido de descarregar a mercadoria (pedido) sem um responsável da Contratante presente para fazer a devida conferência, e indicar o local adequado para seu armazenamento e/ou uso imediato.

3.1.1. É dever do entregador realizar a conferência da mercadoria entregue junto com o fiscal ou por alguém designado pela mesma. Os itens a ser avaliados são:

- a) Quantidade;
- b) Validade;
- c) marca;
- d) situação do produto entrega;

3.1.2. O entregador só poderá deixar o local após total conferência dos itens citados.

3.2. A entrega deverá se dar nos locais pré determinados pelos fiscais do contratos das secretarias solicitantes em no mínimo 03 (três) dias úteis a partir da emissão da ordem entrega de mercadoria.

3.3. É vetado ao fornecedor avisar da falta de mercadoria no momento da entrega.

3.4. É dever do fornecedor oferecer solução em tempo hábil para tais ocorrências.

3.5. Os horários indicados para as entregas deverão ser respeitados.

3.6. O entregador deverá estar devidamente uniformizado.

3.7. É de responsabilidade da contratada observar e cumprir com as regras estabelecidas para entrega.

O descumprimento de qualquer item supracitado implica no recebimento de Termo de não conformidade, que resultara nas penas cabíveis em lei.

Condições de pagamento: 10 (dez) dias da emissão da nota fiscal.

Declaramos conhecer e nos submetemos integralmente a todas as demais cláusulas e condições do edital de licitação, integralmente desta proposta.

Itapoá, 28 de Junho de 2010.

CONTRATANTE ERVINO SPERANDIO PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATANTE CRISTIANE MOTTA SECRETARIA DE SAÚDE
CONTRATANTE CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CONTRATADA LOJA ARACAJU LTDA FERNANDO DE AVIZ

Ata de Registro de Preços nº 63/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2010

REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2010

PROCESSO Nº 060/2010

INTERESSADO: SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EM GERAL E SECRETARIA DA SAÚDE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS CONFORME
ENUNCIA O ANEXO V DO EDITAL.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de Junho do corrente ano de 2010 (dois mil e dez), o Município de Itapoá, devidamente representado e assistido pela Secretária de Saúde, a Sra. CRISTIANE MOTTA, brasileira, solteira, portadora do CI.RG. nº 706378/MS, e do CNPF/MF: 608.237.121-68, e pelo Secretário de Administração e Finanças Sr. CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, portador do CI.RG.15.128.741-7/SP e do CNPF/MF: 492.980.979-72, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/ nº, nesta cidade, e a empresa A.A.DA SILVA CARTUCHOS, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.058.231/0001-68, com Inscrição Estadual sob nº 90374217-80, com sede a Av.Vicente Machado, nº 136,Bairro Centro na cidade de Curitiba/PR, CEP: 80.420-905, neste ato representada por seu Sócio Administrador o Sr. ALEXANDRE AUGUSTO DA SILVA, portador do CI.RG. nº 78922575 -SSP/PR e CPF nº 008.087.329-43 da acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 877/2009, de 23 de março de 2.009 e do edital do Pregão em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seu respectivo preço unitário.

Item	Descrição		Marca	Quant.	Valor R\$	Valor Total
11	Cartucho de tinta orig. do fabricante do equip.	91 preto	HP	50	33,75	1687,50
13	Cartucho de tinta orig. do fabricante do equip.	16 preto	Lexmark	50	66,87	3343,50
14	Cartucho de tinta orig. do fabricante do equip.	26 colorido	Lexmark	50	74,8	3740,00
25	Toner original do fabricante do equipamento	Preto 43324404	Okidata Color	25	363,30	9082,50



30	Toner original do fabricante do equipamento	E - 360H11L	Lexmark	50	356,40	17820,00
TOTAL						35.673,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses podendo ser prorrogada ou renovada de acordo com o interesse da Administração Pública, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada no Pregão em epígrafe.

O frete, bem como, outros impostos, deverão ficar por conta da empresa vencedora.

Os materiais deverão ser entregues parceladamente, mediante requisição da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Administração e Finanças, com entregas no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento da solicitação, no endereço nos endereços indicados na emissão da ordem de entrega do produto/pedido de material.

3.1. Fica o fornecedor (contratado) impedido de descarregar a mercadoria (pedido) sem um responsável da Contratante presente para fazer a devida conferência, e indicar o local adequado para seu armazenamento e/ou uso imediato.

3.1.1. É dever do entregador realizar a conferência da mercadoria entregue junto com o fiscal ou por alguém designado pela mesma. Os itens a ser avaliados são:

a) Quantidade;

b) Validade;

c) marca;

d) situação do produto entrega;

3.1.2. O entregador só poderá deixar o local após total conferência dos itens citados.

3.2. A entrega deverá se dar nos locais pré determinados pelos fiscais dos contratos das secretarias solicitantes em no mínimo 03 (três) dias úteis a partir da emissão da ordem entrega de mercadoria.

3.3. É vetado ao fornecedor avisar da falta de mercadoria no momento da entrega.

3.4. É dever do fornecedor oferecer solução em tempo hábil para tais ocorrências.

3.5. Os horários indicados para as entregas deverão ser respeitados.

3.6. O entregador deverá estar devidamente uniformizado.

3.7. É de responsabilidade da contratada observar e cumprir com as regras estabelecidas para entrega.

O descumprimento de qualquer item supracitado implica no recebimento de Termo de não conformidade, que resultara nas penas cabíveis em lei.

Condições de pagamento: 10 (dez) dias da emissão da nota fiscal.

Declaramos conhecer e nos submetemos integralmente a todas as demais cláusulas e condições do edital de licitação, integralmente desta proposta.

Itapoá, 28 de Junho de 2010.

Contratante
ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

Contratante
CRISTIANE MOTTA
Secretaria de Saúde

Contratante
Carlito Joaquim Custódio Júnior
Secretário de Administração e Finanças

Contratada
A.A.DA SILVA CARTUCHOS
ALEXANDRE AUGUSTO DA SILVA

Ata de Registro de Preços nº 64/2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2010

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2010

REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2010

PROCESSO Nº 060/2010

INTERESSADO: SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EM GERAL E SECRETARIA DA SAÚDE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS CONFORME
ENUNCIA O ANEXO V DO EDITAL.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de Junho do corrente ano de 2010 (dois mil e dez), o Município de Itapoá, devidamente representado e assistido pela Secretária de Saúde, a Sra. CRISTIANE MOTTA, brasileira, solteira, portadora do CI.RG. nº 706378/MS, e do CNPF/MF: 608.237.121-68, e pelo Secretário de Administração e Finanças Sr. CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, portador do CI.RG.15.128.741-7/SP e do CNPF/MF: 492.980.979-72, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e a empresa VISÃO COMERCIO DE PAPELARIA E INFORMATICA LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.598.481/0001-28 com NIRE sob nº 42 2 0077342-3, com sede a Rua Hebert Neal, nº 79, Bairro Santa Quitéria, Curitiba/PR, CEP: 80.310-330, neste ato representado por seu sócio o Sr. VICTOR VINHA, portador da CI.RG nº 3.473.222-1-SSP-PR e do CNPF/MF: 500.201.109-87, vencedor no objeto da licitação conforme especificações abaixo descrito, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 877/2009, de 23 de março de 2.009 e do edital do Pregão em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seu respectivo preço unitário.

Item	Descrição		Marca	Quant	Valor R\$	Valor Total
8	Cartucho de tinta orig. do fabricante do equip.	60 colorido	HP	100	42,10	4.210,00
10	Cartucho de tinta orig. do fabricante do equip.	75 colorido	HP	100	41,90	4.190,00
15	Toner original do fabricante do equipamento	11A	HP	50	307,40	1.5370,00
17	Toner original do fabricante do equipamento	13A	HP	50	177,40	8.870,00
18	Toner original do fabricante do equipamento	35A	HP	50	149,90	7.495,00
29	Toner original do fabricante do equipamento	X - 340A11G	Lexmark	50	257,50	1.2875,00
31	Fotocondutor	E 260X22G	Lexmark	20	88,00	1.760,00
32	Fotocondutor	X340H22G	Lexmark	20	196,00	3.920,00
TOTAL						58.690,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses podendo ser prorrogada ou renovada de acordo com o interesse da Administração Pública, con-



tado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada no Pregão em epígrafe.

O frete, bem como, outros impostos, deverão ficar por conta da empresa vencedora.

Os materiais deverão ser entregues parceladamente, mediante requisição da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Administração e Finanças, com entregas no prazo máximo de 03 (três) dias, contados do recebimento da solicitação, no endereço nos endereços indicados na emissão da ordem de entrega do produto/pedido de material.

3.1. Fica o fornecedor (contratado) impedido de descarregar a mercadoria (pedido) sem um responsável da Contratante presente para fazer a devida conferência, e indicar o local adequado para seu armazenamento e/ou uso imediato.

3.1.1. É dever do entregador realizar a conferência da mercadoria entregue junto com o fiscal ou por alguém designado pela mesma. Os itens a ser avaliados são:

- a) Quantidade;
- b) Validade;
- c) marca;
- d) situação do produto entrega;

3.1.2. O entregador só poderá deixar o local após total conferência dos itens citados.

3.2. A entrega deverá se dar nos locais pré determinados pelos fiscais do contratos das secretarias solicitantes em no mínimo 03 (três) dias úteis a partir da emissão da ordem entrega de mercadoria.

3.3. É vetado ao fornecedor avisar da falta de mercadoria no momento da entrega.

3.4 . É dever do fornecedor oferecer solução em tempo hábil para tais ocorrências.

3.5. Os horários indicados para as entregas deverão ser respeitados.

3.6. O entregador deverá estar devidamente uniformizado.

3.7. É de responsabilidade da contratada observar e cumprir com as regras estabelecidas para entrega.

O descumprimento de qualquer item supracitado implica no recebimento de Termo de não conformidade, que resultara nas penas cabíveis em lei.

Condições de pagamento: 10 (dez) dias da emissão da nota fiscal.

Declaramos conhecer e nos submetemos integralmente a todas as demais cláusulas e condições do edital de licitação, integralmente desta proposta.

Itapoá, 28 de Junho de 2010.

Contratante
Ervin Sperandio
Prefeito Municipal

Contratante
Cristiane Motta
Secretaria de Saúde

Contratante
Carlito Joaquim Custódio Júnior
Secretário de Administração e Finanças

Contratada
VISÃO COM. DE PAP. E INF. LTDA-ME
VICTOR VINHA

LRF do Município de ItapoáPÁGINA: 1 DE 1
23/07/2010 10:03

Prefeitura Municipal de Itapoá - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

LRF, art.53, § 1º, Inciso I Anexo XI

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO REALIZADO
	(a)	(b)		(c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	-	-		-

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO
		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	(d)	(e)	(f)	(g)=(d)-(e+f)
DESPESAS DE CAPITAL	7.552.063,98	1.981.994,84		5.570.069,14
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte				
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras				
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	7.552.063,98	1.981.994,84		5.570.069,14

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-7.552.063,98	-1.981.994,84	-5.570.069,14
---	---------------	---------------	---------------

FONTE:

1



PÁGINA: 1 DE 1
23/07/2010 10:04

Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência social dos
Servidores Públicos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2010 a 2010

LRF, Art.53, § 1º, inciso II - Anexo XIII

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exercício anterior)+(c)
-----------	------------------------------------	------------------------------------	--	---

FONTE:



PÁGINA: 1 DE 1
23/07/2010 10:05

Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho/2010

LRF, Art.53, § 1º, inciso III - Anexo XIV

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
Receitas De Capital	21.150,00	-	21.150,00
Lienacao De Bens	21.150,00	-	21.150,00
Lienacao De Bens Moveis	21.150,00	-	21.150,00
TOTAL	21.150,00	-	21.150,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2009 (h)	2010 (i)=(b)-(e+f)	SALDO ATUAL (j)=(h+i)
		-	-

FONTE:



PÁGINA: 1 DE 2
23/07/2010 10:07

Prefeitura Municipal de Itapoa-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Maio a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO XVI(ADCT, Art.77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Mai a Jun 2010 (b)	% (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS(I)	13.892.500,00	13.892.500,00	2.581.138,52	18,58
Impostos	5.105.000,00	5.105.000,00	904.993,09	17,73
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.975.500,00	1.975.500,00	268.156,98	13,57
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	6.812.000,00	6.812.000,00	1.407.988,45	20,67
Da União	4.877.000,00	4.877.000,00	973.134,22	19,95
Do Estado	1.935.000,00	1.935.000,00	434.854,23	22,47
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)	1.033.000,00	1.033.000,00	140.905,11	13,64
Da União para o Município	869.000,00	869.000,00	120.090,71	13,82
Do Estado para o Município	164.000,00	164.000,00	20.814,40	12,69
Demais Municípios para o Município	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	-	-	52,16	-
(-)DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	1.138.000,00	1.138.000,00	281.257,32	24,72
TOTAL	13.787.500,00	13.787.500,00	2.440.838,47	17,70

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Mai a Jun 2010 (d)	% (d/c)
Despesas Correntes	4.911.500,00	5.293.759,53	870.153,49	16,44
Pessoal E Encargos Sociais	3.979.700,00	4.002.814,00	688.547,16	17,20
Juros E Encargos Da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	931.800,00	1.290.945,53	181.606,33	14,07
Despesas De Capital	321.500,00	514.669,89	56.803,10	11,04
Investimentos	321.500,00	514.669,89	56.803,10	11,04
Inversoes Financeiras	-	-	-	-
Amortizacao/Refinanciamento Da Dívida	-	-	-	-
TOTAL (IV)	5.233.000,00	5.808.429,42	926.956,59	15,96

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Mai a Jun 2010 (e)	% (e/despesa com saúde)
DESPESAS COM SAÚDE (V) = (IV)	5.233.000,00	5.808.429,42	926.956,59	100,00
(-)DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-
(-)DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.033.000,00	1.517.741,25	233.424,56	25,18
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde-SUS	885.000,00	1.334.563,36	233.424,56	25,18
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-
Outros Recursos	148.000,00	183.177,89	-	-
(-)JRP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)	4.200.000,00	4.290.688,17	693.532,03	74,82



PÁGINA: 2 DE 2
23/07/2010 10:07

Prefeitura Municipal de Itapoa-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Maio a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO XVI(ADCT, Art.77)

R\$ 1,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2010(VI)
RP DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII)	-	-
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ² ((VI-VII)/I)		
		26,87

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Mai a Jun 2010 (i)	% (i/total i)
Atenção Básica	5.182.500,00	5.750.320,85	917.435,32	98,97
Vigilância Sanitária	18.500,00	18.500,00	3.162,86	0,34
Vigilância Epidemiológica	32.000,00	39.608,57	6.358,41	0,69
Outras Subfunções			-	-
TOTAL	5.233.000,00	5.808.429,42	926.956,59	100,00
(-)DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-
(-)DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.033.000,00	1.517.741,25	233.424,56	25,18
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde-SUS	885.000,00	1.334.563,36	233.424,56	25,18
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-
Outros Recursos	148.000,00	183.177,89	-	-
(-)RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS ¹				
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	4.200.000,00	4.290.688,17	693.532,03	74,82

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

PÁGINA: 1 DE 1
23/07/2010 10:10

Prefeitura Municipal de Itapoa-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Despesas de Caráter Continuo Derivadas das Parcerias Público-Privadas
Contratadas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro/2010

Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28 - Anexo XVII

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2010		SALDO TOTAL (c)=(a+b)
		No bimestre	Até o Bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS				
Direitos Futuros				
Ativos Contabilizados na SPE				
Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS(I)				
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				
Contrapartida para Ativos da SPE				
Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III)=(I-II)				
PASSIVOS CONTINGENTES				
Contraprestações Futuras				
Riscos Não Provisionados				
Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES				
Serviços Futuros				
Outros Ativos Contingentes				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	EXERCÍCIO/ 2011	EXERCÍCIO/ 2012	EXERCÍCIO/ 2013	EXERCÍCIO/ 2014	EXERCÍCIO/ 2015	EXERCÍCIO/ 2016	EXERCÍCIO/ 2017	EXERCÍCIO/ 2018	EXERCÍCIO/ 2019
Do Ente Federado											
Das Estadais Não-Dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS/RCL(%)											

FONTE:



Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII		R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No bimestre	Até o bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial da Receita	-		32.055.200,00	
Previsão Atualizada da Receita	-		32.055.200,00	
Receitas Realizadas	6.311.962,11		21.457.593,72	
Déficit Orçamentário	-		-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	-		0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial	-		32.055.200,00	
Créditos Adicionais	-		10.132.093,31	
Dotação Atualizada	-		42.187.293,31	
Despesas Empenhadas	5.926.079,70		21.396.221,08	
Despesas Liquidadas	6.473.588,69		17.318.932,89	
Superávit Orçamentário			4.138.660,83	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO				
Despesas Empenhadas	5.926.079,70		21.396.221,08	
Despesas Liquidadas	6.473.588,69		17.318.932,89	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida			35.665.097,14	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	641.909,21		2.004.365,31	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	149.369,67		414.685,43	
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	492.539,54		1.589.679,88	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal			-998.537,63	
Resultado Primário		0,00	4.138.660,83	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	118.140,08		0,00	117.600,33 539,75
Poder Executivo	118.140,08		0,00	117.600,33 539,75
Poder Legislativo	0,00		0,00	0,00 0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	651.519,76		0,00	522.799,58 128.720,18
Poder Executivo	651.519,76		0,00	522.799,58 128.720,18
Poder Legislativo	0,00		0,00	0,00 0,00
TOTAL	769.659,84		0,00	640.399,91 129.259,93



PÁGINA: 2 DE 2
23/07/2010 10:11

Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

LRf, Art. 48 - Anexo XVIII R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
MÍNIMO ANUAL DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.427.814,57	25%	25,55
MÍNIMO ANUAL DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	2.429.835,83	60%	99,27

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	1.981.994,84	5.570.069,14

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	21.150,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.318.732,34	15%	21,48

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas/RCL (%)	

FONTE:



RREO do Município de ItapoáPÁGINA: 1 DE 4
23/07/2010 09:54

Prefeitura Municipal de Itapoá-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO I(LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	30.783.200,00	30.783.200,00	6.058.493,91	19,68	20.606.446,84	66,94	10.176.753,16
Receitas Correntes	30.483.050,00	30.483.050,00	6.058.493,91	19,88	20.356.446,84	66,78	10.126.603,16
Receita Tributária	5.564.000,00	5.564.000,00	1.039.507,38	18,68	5.926.145,66	106,51	-362.145,66
Impostos	5.105.000,00	5.105.000,00	904.993,09	17,73	5.461.106,27	106,98	-356.106,27
Taxas	439.000,00	439.000,00	134.514,29	30,64	458.182,41	104,37	-19.182,41
Contribuição de Melhoria	20.000,00	20.000,00	-	-	6.856,98	34,28	13.143,02
Receita De Contribuicoes	2.045.000,00	2.045.000,00	310.081,53	15,16	1.055.849,81	51,63	989.150,19
Contribuicoes Sociais	720.000,00	720.000,00	133.829,74	18,59	469.417,55	65,20	250.582,45
Contribuicoes Economicas	1.325.000,00	1.325.000,00	176.251,79	13,30	586.432,26	44,26	738.567,74
Receita Patrimonial	3.466.000,00	3.466.000,00	679.819,09	19,61	1.892.540,14	54,60	1.573.459,86
Receitas Imobiliarias	18.000,00	18.000,00	2.766,24	15,37	7.548,72	41,94	10.451,28
Receitas De Valores Mobiliarios	1.228.280,00	1.228.280,00	317.742,82	25,87	799.742,15	65,11	428.537,85
Compensacoes Financeiras	2.219.620,00	2.219.620,00	359.310,03	16,19	1.085.249,27	48,89	1.134.370,73
Outras Receitas Patrimoniais	100,00	100,00	-	-	-	-	100,00
Receita De Servicos	4.190.000,00	4.190.000,00	657.560,52	15,69	2.237.385,24	53,40	1.952.614,76
Transferencias Correntes	12.785.050,00	12.785.050,00	2.986.583,47	23,36	7.447.086,53	58,25	5.337.963,47
Transferencias Intergovernamentais	12.676.550,00	12.676.550,00	2.285.408,47	18,03	6.645.453,20	52,42	6.031.096,80
Transferencias De Pessoas	37.000,00	37.000,00	1.175,00	3,18	1.633,33	4,41	35.366,67
Transferencias De Convenios	71.500,00	71.500,00	700.000,00	979,02	800.000,00	1.118,88	-728.500,00
Outras Receitas Correntes	2.433.000,00	2.433.000,00	384.941,92	15,82	1.797.439,46	73,88	635.560,54
Multas E Juros De Mora	713.500,00	713.500,00	111.373,29	15,61	297.973,79	41,76	415.526,21
Indenizacoes E Restituicoes	-	-	-	-	5.121,68	-	-5.121,68
Receita Da Divida Ativa	1.572.000,00	1.572.000,00	202.906,48	12,91	1.321.393,19	84,06	250.606,81
Receitas Correntes Diversas	147.500,00	147.500,00	70.662,15	47,91	172.950,80	117,25	-25.450,80
Receitas De Capital	300.150,00	300.150,00	-	-	250.000,00	83,29	50.150,00

PÁGINA: 2 DE 4
23/07/2010 09:54

Prefeitura Municipal de Itapoa-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO I(LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Operacoes De Credito	-	-	-	-	-	-	-
Lienacao De Bens	21.150,00	21.150,00	-	-	-	-	21.150,00
Lienacao De Bens Moveis	21.150,00	21.150,00	-	-	-	-	21.150,00
Transferencias De Capital	279.000,00	279.000,00	-	-	250.000,00	89,61	29.000,00
Transferencias De Convenios	279.000,00	279.000,00	-	-	250.000,00	89,61	29.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	1.272.000,00	1.272.000,00	253.468,20	19,93	851.146,88	66,91	420.853,12
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)	32.055.200,00	32.055.200,00	6.311.962,11	19,69	21.457.593,72	66,94	10.597.606,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	32.055.200,00	32.055.200,00	6.311.962,11	19,69	21.457.593,72	66,94	10.597.606,28
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	32.055.200,00	32.055.200,00	6.311.962,11	19,69	21.457.593,72	66,94	10.597.606,28
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

PÁGINA: 3 DE 4
23/07/2010 09:54

Prefeitura Municipal de Itapoa-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO	CRÉDITOS	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
	INICIAL	ADICIONAIS	ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	%	LIQUIDAR
	(d)	(e)	(f)=(d+e)						
							(g)	(g/f)	(f-g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	30.084.600,00	10.132.093,31	40.216.693,31	5.689.350,53	20.672.609,34	6.238.905,54	16.597.367,17	41,27	23.619.326,14
Despesas Correntes	24.822.655,00	5.373.974,33	30.196.629,33	3.711.230,60	18.001.578,41	4.823.181,87	14.615.372,33	48,40	15.581.257,00
Pessoal E Encargos Sociais	12.723.655,00	345.394,85	13.069.049,85	2.188.071,29	6.588.344,19	2.190.078,53	6.410.937,84	49,05	6.658.112,01
Outras Despesas Correntes	12.099.000,00	5.028.579,48	17.127.579,48	1.523.159,31	11.413.234,22	2.633.103,34	8.204.434,49	47,90	8.923.144,99
Despesas De Capital	2.755.500,00	4.796.563,98	7.552.063,98	1.978.119,93	2.671.030,93	1.415.723,67	1.981.994,84	26,24	5.570.069,14
Investimentos	2.755.500,00	4.796.563,98	7.552.063,98	1.978.119,93	2.671.030,93	1.415.723,67	1.981.994,84	26,24	5.570.069,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.359.000,00	-	2.359.000,00	-	-	-	-	-	2.359.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	1.970.600,00	-	1.970.600,00	236.729,17	723.611,74	234.683,15	721.565,72	36,62	1.249.034,28
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII+IX)	32.055.200,00	10.132.093,31	42.187.293,31	5.926.079,70	21.396.221,08	6.473.588,69	17.318.932,89	41,05	24.868.360,42
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	32.055.200,00	10.132.093,31	42.187.293,31	5.926.079,70	21.396.221,08	6.473.588,69	17.318.932,89	41,05	24.868.360,42
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	4.138.660,83	-	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	32.055.200,00	10.132.093,31	42.187.293,31	5.926.079,70	21.396.221,08	6.473.588,69	21.457.593,72	50,86	24.868.360,42

Fonte:

PÁGINA: 4 DE 4
23/07/2010 09:54

Prefeitura Municipal de Itapoa-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO I(LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	1.272.000,00	1.272.000,00	253.468,20	19,93	851.146,88	66,91	420.853,12
Receita De Contribuicoes	1.272.000,00	1.272.000,00	253.468,20	19,93	851.146,88	66,91	420.853,12
Contribuicoes Sociais	1.272.000,00	1.272.000,00	253.468,20	19,93	851.146,88	66,91	420.853,12
TOTAL	1.272.000,00	1.272.000,00	253.468,20	19,93	851.146,88	66,91	420.853,12

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO LIQUIDAR (f-j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)	% (j/f)	
Despesas Correntes	1.970.600,00	-	1.970.600,00	236.729,17	723.611,74	234.683,15	721.565,72	36,62	1.249.034,28
Pessoal E Encargos Sociais	1.970.600,00	-	1.970.600,00	236.729,17	723.611,74	234.683,15	721.565,72	36,62	1.249.034,28
TOTAL	1.970.600,00	-	1.970.600,00	236.729,17	723.611,74	234.683,15	721.565,72	36,62	1.249.034,28

Fonte:



PÁGINA: 1 DE 4
23/07/2010 09:55

Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	30.084.600,00	40.216.693,31	5.689.350,53	20.672.609,34	6.238.905,54	16.597.367,17	100,00	0,00	23.619.326,14
Legislativa	1.182.250,00	1.182.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.182.250,00
Ação Legislativa	1.182.250,00	1.182.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.182.250,00
Administração	3.521.300,00	7.688.747,03	2.096.417,78	4.155.711,20	1.568.474,87	3.257.354,80	19,63	42,37	4.431.392,23
Ação Judiciária	262.000,00	332.000,00	83.573,53	259.724,46	83.573,53	259.724,46	1,56	78,23	72.275,54
Administração Geral	2.796.000,00	6.893.447,03	1.967.072,82	3.729.086,69	1.439.129,91	2.830.730,29	17,06	41,06	4.062.716,74
Controle Interno	53.300,00	53.300,00	10.320,57	31.176,02	10.320,57	31.176,02	0,19	58,49	22.123,98
Infra-Estrutura Urbana	410.000,00	410.000,00	35.450,86	135.724,03	35.450,86	135.724,03	0,82	33,10	274.275,97
Segurança Pública	15.000,00	75.274,33	5.249,39	21.613,76	3.169,25	19.533,62	0,12	25,95	55.740,71
Policciamento	15.000,00	75.274,33	5.249,39	21.613,76	3.169,25	19.533,62	0,12	25,95	55.740,71
Assistência Social	461.500,00	735.192,49	68.029,92	388.668,97	132.048,37	298.873,13	1,80	40,65	436.319,36
Assistência ao Idoso	10.000,00	10.000,00	510,00	1.995,00	0,00	1.485,00	0,01	14,85	8.515,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	37.000,00	42.332,78	1.238,30	6.687,53	884,83	6.334,06	0,04	14,96	35.998,72
Assistência Comunitária	414.500,00	682.859,71	66.281,62	379.986,44	131.163,54	291.054,07	1,75	42,62	391.805,64
Previdência Social	820.000,00	820.000,00	-95.610,64	558.657,70	149.369,67	414.685,43	2,50	50,57	405.314,57
Previdência do Regime Estatutário	820.000,00	820.000,00	-95.610,64	558.657,70	149.369,67	414.685,43	2,50	50,57	405.314,57
Saúde	4.573.500,00	5.148.929,42	981.695,04	3.041.545,36	872.347,86	2.660.997,88	16,03	51,68	2.487.931,54
Atenção Básica	4.523.000,00	5.090.820,85	974.114,57	3.022.561,31	862.826,59	2.642.181,23	15,92	51,90	2.448.639,62
Vigilância Sanitária	18.500,00	18.500,00	1.136,66	6.540,44	3.162,86	6.458,44	0,04	34,91	12.041,56
Vigilância Epidemiológica	32.000,00	39.608,57	6.443,81	12.443,61	6.358,41	12.358,21	0,07	31,20	27.250,36
Educação	8.851.755,00	9.411.901,40	1.686.672,99	5.292.317,33	1.899.929,63	4.651.979,30	28,03	49,43	4.759.922,10
Ensino Fundamental	6.422.500,00	6.706.096,87	1.505.239,96	3.675.575,83	1.507.420,48	3.282.050,00	19,77	48,94	3.424.046,87
Ensino Médio	106.800,00	253.083,30	20.489,00	127.286,00	63.020,50	96.442,50	0,58	38,11	156.640,80
Ensino Superior	395.000,00	495.000,00	0,00	392.999,00	159.878,00	302.996,00	1,83	61,21	192.004,00
Educação Infantil	1.927.455,00	1.957.721,23	160.944,03	1.096.456,50	169.610,65	970.490,80	5,85	49,57	987.230,43
Cultura	179.000,00	202.000,00	12.857,75	57.076,82	12.827,51	57.046,58	0,34	28,24	144.953,42
Difusão Cultural	179.000,00	202.000,00	12.857,75	57.076,82	12.827,51	57.046,58	0,34	28,24	144.953,42

PÁGINA: 2 DE 4
23/07/2010 09:55

Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
Urbanismo	2.973.750,00	7.181.805,29	856.896,37	3.469.848,61	970.072,33	3.042.298,91	18,33	42,36	4.139.506,38
Infra-Estrutura Urbana	991.000,00	2.784.904,62	294.459,27	1.927.765,65	459.277,98	1.633.109,93	9,84	58,64	1.151.794,69
Serviços Urbanos	1.982.750,00	4.396.900,67	562.437,10	1.542.082,96	510.794,35	1.409.188,98	8,49	32,05	2.987.711,69
Saneamento	4.190.000,00	4.303.116,34	0,00	3.341.908,06	551.524,12	1.863.763,99	11,23	43,31	2.439.352,35
Abastecimento	4.190.000,00	4.303.116,34	0,00	3.341.908,06	551.524,12	1.863.763,99	11,23	43,31	2.439.352,35
Gestão Ambiental	203.500,00	233.500,00	11.183,16	98.072,14	11.183,16	97.394,14	0,59	41,71	136.105,86
Controle Ambiental	203.500,00	233.500,00	11.183,16	98.072,14	11.183,16	97.394,14	0,59	41,71	136.105,86
Agricultura	333.500,00	333.500,00	10.366,35	47.762,46	12.366,35	34.012,46	0,20	10,20	299.487,54
Promoção da Produção Vegetal	333.500,00	333.500,00	10.366,35	47.762,46	12.366,35	34.012,46	0,20	10,20	299.487,54
Comércio e Serviços	70.000,00	208.038,16	16.963,27	67.607,40	16.963,27	67.607,40	0,41	32,50	140.430,76
Turismo	70.000,00	208.038,16	16.963,27	67.607,40	16.963,27	67.607,40	0,41	32,50	140.430,76
Desporto e Lazer	203.100,00	224.438,85	38.629,15	131.819,53	38.629,15	131.819,53	0,79	58,73	92.619,32
Desporto Comunitário	203.100,00	224.438,85	38.629,15	131.819,53	38.629,15	131.819,53	0,79	58,73	92.619,32
Reserva de Contingência	2.506.445,00	2.468.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.468.000,00
Reserva de Contingência	2.506.445,00	2.468.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.468.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.970.600,00	1.970.600,00	236.729,17	723.611,74	234.683,15	721.565,72	4,17	36,62	1.249.034,28
TOTAL (III)=(I+II)	32.055.200,00	42.187.293,31	5.926.079,70	21.396.221,08	6.473.588,69	17.318.932,89	100,00	41,05	24.868.360,42

Fonte:

PÁGINA: 3 DE 4
23/07/2010 09:55

Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.970.600,00	1.970.600,00	236.729,17	723.611,74	234.683,15	721.565,72	4,00	36,62	1.249.034,28
Legislativa	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Ação Legislativa	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Administração	271.200,00	271.200,00	32.165,83	102.011,50	32.165,83	102.011,50	0,59	37,61	169.188,50
Ação Judiciária	8.000,00	8.000,00	1.498,08	3.803,93	1.498,08	3.803,93	0,02	47,55	4.196,07
Administração Geral	210.000,00	210.000,00	25.812,96	82.637,84	25.812,96	82.637,84	0,48	39,35	127.362,16
Controle Interno	4.200,00	4.200,00	1.360,48	2.952,27	1.360,48	2.952,27	0,02	70,29	1.247,73
Infra-Estrutura Urbana	49.000,00	49.000,00	3.494,31	12.617,46	3.494,31	12.617,46	0,07	25,75	36.382,54
Assistência Social	17.000,00	17.000,00	4.205,78	11.543,08	2.159,76	9.497,06	0,05	55,87	7.502,94
Assistência Comunitária	17.000,00	17.000,00	4.205,78	11.543,08	2.159,76	9.497,06	0,05	55,87	7.502,94
Saúde	659.500,00	659.500,00	54.608,73	174.036,56	54.608,73	174.036,56	1,00	26,39	485.463,44
Atenção Básica	659.500,00	659.500,00	54.608,73	174.036,56	54.608,73	174.036,56	1,00	26,39	485.463,44
Educação	893.000,00	893.000,00	131.480,78	388.725,57	131.480,78	388.725,57	2,24	43,53	504.274,43
Ensino Fundamental	592.000,00	592.000,00	113.440,86	321.814,96	113.440,86	321.814,96	1,86	54,36	270.185,04
Educação Infantil	301.000,00	301.000,00	18.039,92	66.910,61	18.039,92	66.910,61	0,39	22,23	234.089,39
Cultura	9.000,00	9.000,00	437,45	1.244,81	437,45	1.244,81	0,01	13,83	7.755,19
Difusão Cultural	9.000,00	9.000,00	437,45	1.244,81	437,45	1.244,81	0,01	13,83	7.755,19
Urbanismo	61.000,00	61.000,00	10.506,80	33.081,45	10.506,80	33.081,45	0,19	54,23	27.918,55
Infra-Estrutura Urbana	56.000,00	56.000,00	10.506,80	33.081,45	10.506,80	33.081,45	0,19	59,07	22.918,55
Serviços Urbanos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Gestão Ambiental	5.000,00	5.000,00	864,99	3.579,67	864,99	3.579,67	0,02	71,59	1.420,33
Controle Ambiental	5.000,00	5.000,00	864,99	3.579,67	864,99	3.579,67	0,02	71,59	1.420,33
Agricultura	17.000,00	17.000,00	1.128,22	2.815,16	1.128,22	2.815,16	0,02	16,56	14.184,84
Promoção da Produção Vegetal	17.000,00	17.000,00	1.128,22	2.815,16	1.128,22	2.815,16	0,02	16,56	14.184,84
Desporto e Lazer	7.900,00	7.900,00	1.330,59	6.573,94	1.330,59	6.573,94	0,04	83,21	1.326,06
Desporto Comunitário	7.900,00	7.900,00	1.330,59	6.573,94	1.330,59	6.573,94	0,04	83,21	1.326,06
TOTAL	1.970.600,00	1.970.600,00	236.729,17	723.611,74	234.683,15	721.565,72	4,00	36,62	1.249.034,28

PÁGINA: 4 DE 4
23/07/2010 09:55

Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	

Fonte:



PÁGINA: 1 DE 2
23/07/2010 09:56

Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Julho/2009 a Junho/2010

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2010
	Julho/2009	Agosto/2009	Setembro/2009	Outubro/2009	Novembro/2009	Dezembro/2009		
	Janeiro/2010	Fevereiro/2010	Março/2010	Abril/2010	Maió/2010	Junho/2010		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.483.984,45	2.511.510,24	2.860.698,53	2.885.172,82	2.769.847,31	3.358.213,58		
	2.996.072,32	5.173.914,19	3.556.324,31	3.066.063,84	3.364.338,17	2.975.413,06	38.001.552,82	31.621.050,00
Receita Tributária	507.353,15	474.382,57	586.931,83	528.070,18	505.127,11	541.940,06		
	543.751,32	2.864.390,18	888.137,61	590.359,17	492.100,64	547.406,74	9.069.950,56	5.564.000,00
IPTU	134.607,44	122.338,72	110.483,80	103.032,96	96.269,78	93.238,84		
	624.144,20	4.860.320,72	810.424,84	206.505,00	171.683,82	146.238,92	7.479.289,04	5.810.000,00
ITBI	58.861,19	77.881,95	54.583,29	46.572,19	96.083,14	67.751,56		
	60.668,19	65.642,00	112.437,21	144.637,70	51.398,39	71.276,32	907.793,13	385.000,00
ISS	312.372,09	264.410,66	392.417,56	350.922,07	255.222,29	304.269,26		
	73.619,57	229.215,80	200.371,22	244.480,02	240.759,02	287.975,21	3.156.034,77	1.640.000,00
IRRF	26.684,29	26.462,54	32.872,23	34.305,36	35.140,34	60.785,41		
	35.582,91	47.531,68	46.134,88	45.094,62	44.797,44	49.825,34	485.217,04	175.000,00
Outras Receitas Tributárias	-25.171,86	-16.711,30	-3.425,05	-6.762,40	22.411,56	15.894,99		
	-250.263,55	-2.338.320,02	-281.230,54	-50.358,17	-16.538,03	-7.909,05	-2.958.383,42	-2.446.000,00
Receita De Contribuicoes	134.167,63	205.435,00	98.007,56	134.227,80	133.621,20	140.410,16		
	121.791,34	178.160,88	262.067,14	183.748,92	158.559,29	151.522,24	1.901.719,16	2.045.000,00
Receita Patrimonial	262.114,39	428.820,25	268.123,29	255.285,69	265.441,47	257.395,06		
	302.362,33	302.697,65	319.415,95	288.245,12	323.247,23	356.571,86	3.629.720,29	3.466.000,00
Receita De Servicos	264.611,31	275.997,51	311.398,08	282.926,96	328.590,91	375.261,51		
	331.202,46	455.788,05	438.848,32	353.985,89	295.778,12	361.782,40	4.076.171,52	4.190.000,00
Transferencias Correntes	1.157.147,70	921.532,32	1.112.041,00	1.215.494,04	1.323.143,94	1.783.502,68		
	1.164.751,66	1.138.199,57	1.409.452,08	1.242.521,48	1.841.368,09	1.426.472,70	15.735.627,26	13.923.050,00
Cota-Parte do FPM	318.334,85	370.328,34	327.820,51	377.102,29	470.722,63	724.362,22		
	425.425,43	474.201,07	352.263,18	422.064,13	519.646,92	450.987,42	5.233.258,99	4.860.000,00
Cota-Parte do IPVA	31.500,44	20.600,93	26.895,46	22.850,43	15.676,89	10.997,47		
	18.199,74	18.614,99	34.842,21	34.612,46	41.160,30	34.710,44	310.661,76	279.000,00
Cota-Parte do ITR	185,39	136,78	74,18	5.213,34	2.197,32	704,88		
	752,07	40,94	1.909,28	5.171,39	49,02	18,48	16.453,07	3.000,00

Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Julho/2009 a Junho/2010

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2010
	Julho/2009	Agosto/2009	Setembro/2009	Outubro/2009	Novembro/2009	Dezembro/2009		
	Janeiro/2010	Fevereiro/2010	Março/2010	Abril/2010	Maio/2010	Junho/2010		
Outras Transferências Correntes	807.127,02	530.466,27	757.250,85	810.327,98	834.547,10	1.047.438,11	10.175.253,44	8.781.050,00
	720.374,42	645.342,57	1.020.437,41	780.673,50	1.280.511,85	940.756,36		
Outras Receitas Correntes	158.590,27	205.342,59	484.196,77	469.168,15	213.922,68	259.704,11	3.588.364,03	2.433.000,00
	532.213,21	234.677,86	238.403,21	407.203,26	253.284,80	131.657,12		
DEDUÇÕES (II)	156.292,22	162.021,39	206.581,39	170.314,50	182.754,30	213.395,28	2.336.455,68	1.858.000,00
	239.253,45	209.537,55	183.564,62	197.653,92	213.746,16	201.340,90		
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	55.697,13	55.984,22	98.007,56	55.212,87	55.612,99	60.126,79	850.059,11	720.000,00
	120.937,44	79.802,85	67.315,65	67.531,87	66.284,69	67.545,05		
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB	100.595,09	106.037,17	108.573,83	115.101,63	127.141,31	153.268,49	1.486.396,57	1.138.000,00
	118.316,01	129.734,70	116.248,97	130.122,05	147.461,47	133.795,85		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	2.327.692,23	2.349.488,85	2.654.117,14	2.714.858,32	2.587.093,01	3.144.818,30	35.665.097,14	29.763.050,00
	2.756.818,87	4.964.376,64	3.372.759,69	2.868.409,92	3.150.592,01	2.774.072,16		

PÁGINA: 1 DE 3
23/07/2010 09:58

Prefeitura Municipal de Itapoa-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2010	Até o Bimestre/ 2009
RECEITAS PREV. - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	1.907.000,00	1.907.000,00	388.441,01	1.153.218,43	940.812,11
RECEITAS CORRENTES	1.907.000,00	1.907.000,00	388.441,01	1.153.218,43	940.812,11
Receita de Contribuições dos Segurados	720.000,00	720.000,00	133.829,74	469.417,55	277.368,58
Pessoal Civil	720.000,00	720.000,00	133.829,74	469.417,55	277.368,58
Ativo	715.000,00	715.000,00	133.829,74	469.417,55	275.631,92
Inativo	5.000,00	5.000,00	-	-	1.736,66
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	1.166.000,00	1.166.000,00	248.705,98	666.492,87	647.844,32
Receitas Imobiliárias	18.000,00	18.000,00	2.766,24	7.548,72	6.311,20
Receitas de Valores Mobiliários	1.147.900,00	1.147.900,00	245.939,74	658.944,15	641.533,09
Outras Receitas Patrimoniais	100,00	100,00	-	-	0,03
Receita de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	21.000,00	21.000,00	5.905,29	17.308,01	15.599,21
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	21.000,00	21.000,00	5.905,29	17.308,01	15.599,21
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.272.000,00	1.272.000,00	253.468,20	851.146,88	516.610,86
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III)=(I+II)	3.179.000,00	3.179.000,00	641.909,21	2.004.365,31	1.457.422,97



PÁGINA: 2 DE 3
23/07/2010 09:58

Prefeitura Municipal de Itapoa-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2010	Até o Bimestre/ 2009
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	820.000,00	820.000,00	149.369,67	414.685,43	303.923,09
ADMINISTRAÇÃO	45.000,00	45.000,00	2.265,00	2.265,00	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	45.000,00	45.000,00	2.265,00	2.265,00	-
PREVIDÊNCIA	775.000,00	775.000,00	147.104,67	412.420,43	303.923,09
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Reformas	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	775.000,00	775.000,00	147.104,67	412.420,43	303.923,09
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	775.000,00	775.000,00	147.104,67	412.420,43	303.923,09
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (VI)=(IV+V)	820.000,00	820.000,00	149.369,67	414.685,43	303.923,09
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	2.359.000,00	2.359.000,00	492.539,54	1.589.679,88	1.153.499,88

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2010	Até o Bimestre/ 2009
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			-	-	-
Plano Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			-	-	-
Recursos para Formação de Reserva			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-
Plano Previdenciário			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	-

BENS E DIREITOS DO RPPS	Mai/2010	PERÍODO DE REFERENCIA	
		2010	2009
CAIXA	-	-	-
BANCOS CONTA MOVIMENTO	8.818,21	8.768,44	8.132,01
INVESTIMENTOS	15.277.110,90	15.531.502,53	13.873.910,57
OUTROS BENS E DIREITOS	-	-	-



PÁGINA: 3 DE 3
23/07/2010 09:58

Prefeitura Municipal de Itapoa-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2010	Até o Bimestre/ 2009
RECEITAS CORRENTES (VIII)	1.272.000,00	1.272.000,00	253.468,20	851.146,88	516.610,86
Receita de Contribuições	1.272.000,00	1.272.000,00	253.468,20	851.146,88	516.610,86
Patronal	1.213.000,00	1.213.000,00	243.727,68	821.925,32	487.389,30
Pessoal Civil	1.213.000,00	1.213.000,00	243.727,68	821.925,32	487.389,30
Ativo	1.213.000,00	1.213.000,00	243.727,68	821.925,32	487.389,30
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	59.000,00	59.000,00	9.740,52	29.221,56	29.221,56
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX-X)	1.272.000,00	1.272.000,00	253.468,20	851.146,88	516.610,86

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2010	Até o Bimestre/ 2009
ADMINISTRAÇÃO (XII)	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	-	-	-	-	-

FONTE:



PÁGINA: 1 DE 1
23/07/2010 09:58

Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2009 (a)	Em 30/Abr/2010 (b)	Em 30/Jun/2010 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	-	-	-
DEDUÇÕES(II)	3.347.137,74	5.273.090,24	4.345.675,37
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.466.263,35	6.292.738,10	6.007.877,42
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	119.125,61	1.019.647,86	1.662.202,05
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	-3.347.137,74	-5.273.090,24	-4.345.675,37
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	-3.347.137,74	-5.273.090,24	-4.345.675,37

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	927.414,87	-998.537,63

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2009	Em 30/Abr/2010	Em 30/Jun/2010
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	13.880.380,38	15.022.557,92	15.515.772,39
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.132,01	9.858,16	8.768,44
Investimentos	13.873.910,57	15.031.062,79	15.531.502,53
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	1.662,20	18.363,03	24.498,58
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-13.880.380,38	-15.022.557,92	-15.515.772,39
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-13.880.380,38	-15.022.557,92	-15.515.772,39

FONTE:



PÁGINA: 1 DE 2
23/07/2010 10:00

Prefeitura Municipal de Itapoa-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VII(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2010	Até o Bimestre/ 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	31.755.050,00	6.311.962,11	21.207.593,72	17.057.723,36
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.564.000,00	1.039.507,38	5.926.145,66	5.121.819,40
IPTU	5.810.000,00	317.922,74	6.819.317,50	5.807.615,30
ISS	1.640.000,00	528.734,23	1.276.420,84	1.354.678,50
ITBI	385.000,00	122.674,71	506.059,81	336.092,97
IRRF	175.000,00	94.622,78	268.966,87	152.922,09
Outras Receitas Tributárias	-2.446.000,00	-24.447,08	-2.944.619,36	-2.529.489,46
Receita de Contribuição	3.317.000,00	563.549,73	1.906.996,69	1.225.525,99
Receita Previdenciária	1.992.000,00	387.297,94	1.320.564,43	793.979,44
Outras Contribuições	1.325.000,00	176.251,79	586.432,26	431.546,55
Receita Patrimonial Líquida	3.466.000,00	679.819,09	1.892.540,14	1.288.753,37
Receita Patrimonial	3.466.000,00	679.819,09	1.892.540,14	1.288.753,37
(-)Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Transferências Correntes	12.785.050,00	2.986.583,47	7.447.086,53	6.602.449,14
FPM	4.048.100,00	776.507,53	2.123.076,97	2.015.011,01
ICMS	-	-	-	-
Convênios	-	-	-	-
Outras Transferências Correntes	8.736.950,00	2.210.075,94	5.324.009,56	4.587.438,13
Demais Receitas Correntes	6.623.000,00	1.042.502,44	4.034.824,70	2.819.175,46
Dívida Ativa	1.572.000,00	202.906,48	1.321.393,19	586.474,38
Diversas Receitas Correntes	5.051.000,00	839.595,96	2.713.431,51	2.232.701,08
RECEITAS DE CAPITAL(II)	300.150,00	-	250.000,00	-
Operações de Crédito(III)	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-	-
Alienação de Bens(V)	21.150,00	-	-	-
Transferências de Capital	279.000,00	-	250.000,00	-
Convênios	279.000,00	-	250.000,00	-
Outras Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	279.000,00	-	250.000,00	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	32.034.050,00	6.311.962,11	21.457.593,72	17.057.723,36

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2010	Até o Bimestre/ 2009
DESPESAS CORRENTES(VIII)	32.167.229,33	5.057.865,02	15.336.938,05	12.328.781,02



PÁGINA: 2 DE 2
23/07/2010 10:00

Prefeitura Municipal de Itapoa-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VII(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2010	Até o Bimestre/ 2009
Pessoal e Encargos Sociais	15.039.649,85	2.424.761,68	7.132.503,56	6.136.579,91
Juros e Encargos da Dívida(IX)	-	-	-	27.349,48
Outras Despesas Correntes	17.127.579,48	2.633.103,34	8.204.434,49	6.164.851,63
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	32.167.229,33	5.057.865,02	15.336.938,05	12.301.431,54
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	7.552.063,98	1.415.723,67	1.981.994,84	715.924,53
Investimentos	7.552.063,98	1.415.723,67	1.981.994,84	715.924,53
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	7.552.063,98	1.415.723,67	1.981.994,84	715.924,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	2.468.000,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	42.187.293,31	6.473.588,69	17.318.932,89	13.017.356,07
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-10.153.243,31	-161.626,58	4.138.660,83	4.040.367,29
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			-	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O			-	
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				

FONTE:



Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO IX(LRF, Art.53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)										
EXECUTIVO										
Gabinete do Prefeito	-	-	-	-		-	312.500,00	-	312.500,00	-
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	-	31.313,64	-	31.313,64		-	125.270,20	-	30.655,06	94.615,14
SECRETARIA TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULT	-	636,50	-	620,75	15,75	-	-	-	-	-
SECRETARIA TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULT	-	-	-	-		-	2.000,00	-	2.000,00	-
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	-	26.068,17	-	26.068,17		-	179.172,00	-	169.282,00	9.890,00
SECRETARIA DE ESPORTE E JUVENTUDE	-	7.580,30	-	7.580,30		-	-	-	-	-
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	-	21.513,63	-	21.513,62	0,01	-	-	-	-	-
FUNDO M. DE EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL	-	633,12	-	633,12		-	-	-	-	-
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	-	19.364,86	-	19.264,86	100,00	-	32.577,56	-	8.362,52	24.215,04
SUBTOTAL	-	107.110,22	-	106.994,46	115,76	-	651.519,76	-	522.799,58	128.720,18
LEGISLATIVO										
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(I)	-	107.110,22	-	106.994,46	115,76	-	651.519,76	-	522.799,58	128.720,18
RESTOS A PAGAR(INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
EXECUTIVO										
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	-	10.605,87	-	10.605,87		-	-	-	-	-
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	-	423,99	-	-	423,99	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	11.029,86	-	10.605,87	423,99	-	-	-	-	-
LEGISLATIVO										
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(II)	-	11.029,86	-	10.605,87	423,99	-	-	-	-	-
TOTAL(III) = (I)+(II)	-	118.140,08	-	117.600,33	539,75	-	651.519,76	-	522.799,58	128.720,18

FONTE:

Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	7.080.500,00	7.080.500,00	1.173.150,07	6.858.204,50	96,86
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.864.500,00	4.864.500,00	422.387,06	4.547.456,09	93,48
1.1.1-IPTU	2.905.000,00	2.905.000,00	158.961,37	3.791.402,98	130,51
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	23.500,00	23.500,00	-	-	-
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	1.430.000,00	1.430.000,00	179.601,90	902.106,96	63,08
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	506.000,00	506.000,00	123.906,32	643.664,49	127,21
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	40.082,53	789.718,34	
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	386.000,00	386.000,00	122.866,22	506.472,72	131,21
1.2.1-ITBI	385.000,00	385.000,00	122.674,71	506.059,81	131,44
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	191,51	412,91	41,29
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-	
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.655.000,00	1.655.000,00	533.274,01	1.535.308,82	92,77
1.3.1-ISS	1.640.000,00	1.640.000,00	528.734,23	1.276.516,84	77,84
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	4.500,00	4.500,00	838,34	4.448,41	98,85
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	3.484,77	256.475,09	2.564,75
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	500,00	500,00	216,67	925,79	185,16
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	-	3.057,31	
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	175.000,00	175.000,00	94.622,78	268.966,87	153,70
1.4.1-IRRF	175.000,00	175.000,00	94.622,78	268.966,87	153,70
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	-	
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-	-	
1.5.1-ITR	-	-	-	-	
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-	

Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS		
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.812.000,00	6.812.000,00	1.407.988,45	3.922.568,40	57,58
2.1-Cota-Parte FPM	4.860.000,00	4.860.000,00	970.634,34	2.644.588,15	54,42
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	-	-	-	-	
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	-	-	-	
2.2-Cota-Parte ICMS	-	-	-	-	
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	-	-	-	-	
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	-	-	-	-	
2.5-Cota-Parte ITR	-	-	-	-	
2.6-Cota-Parte IPVA	-	-	-	-	
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-	
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	13.892.500,00	13.892.500,00	2.581.138,52	10.780.772,90	77,60

Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	8,00	72,58	
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	676.900,00	676.900,00	113.023,50	318.891,62	47,11
5.1 - Transferências do Salário-Educação	522.000,00	522.000,00	71.905,16	240.834,11	46,14
5.2 - Outras Transferências do FNDE	154.900,00	154.900,00	41.118,34	78.057,51	50,39
5.3 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	-	-	-	
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	60.000,00	60.000,00	-	-	-
6.1 - Transferências de Convênios	60.000,00	60.000,00	-	-	-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-	
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	68.000,00	68.000,00	1.984,00	3.968,00	5,84
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	804.900,00	804.900,00	115.015,50	322.932,20	40,12

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.138.000,00	1.138.000,00	281.257,32	775.679,05	68,16
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	811.900,00	811.900,00	194.126,81	521.511,18	64,23
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	270.500,00	270.500,00	71.468,34	214.704,47	79,37
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	-	-	-	-	
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	2.500,00	2.500,00	-	-	-
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))	600,00	600,00	13,49	1.588,19	264,70
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	50.000,00	50.000,00	15.162,22	36.415,83	72,83
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.525.000,00	4.525.000,00	851.484,15	2.447.582,47	54,09
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	4.504.000,00	4.504.000,00	834.214,85	2.428.799,33	53,93
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	21.000,00	21.000,00	17.269,30	18.783,14	89,44
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	3.366.000,00	3.366.000,00	552.957,53	1.653.120,28	49,11

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.941.000,00	4.061.570,85	1.120.811,87	2.429.835,83	59,83
13.1-Com Educação Infantil	517.000,00	517.000,00	37.731,23	394.262,13	76,26
13.2-Com Ensino Fundamental	3.424.000,00	3.544.570,85	1.083.080,64	2.035.573,70	57,43
14-OUTRAS DESPESAS	584.000,00	584.000,00	77.982,42	342.353,74	58,62
14.1-Com Educação Infantil	182.000,00	182.000,00	16.896,99	76.596,79	42,09
14.2-Com Ensino Fundamental	402.000,00	402.000,00	61.085,43	265.756,95	66,11
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	4.525.000,00	4.645.570,85	1.198.794,29	2.772.189,57	59,67
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)					-
19-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ¹ ((13-18)/(11)x100)%					99,27
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2009 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				-610,74	
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2010 ²					

Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ^a	3.473.125,00	3.473.125,00	645.284,63	2.695.193,23	77,60
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	2.056.555,00	2.056.555,00	139.841,87	918.328,15	44,65
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	699.000,00	699.000,00	54.628,22	470.858,92	67,36
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.357.555,00	1.357.555,00	85.213,65	447.469,23	32,96
24-ENSINO FUNDAMENTAL	6.014.500,00	6.246.811,47	1.399.372,94	3.181.389,84	50,93
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.826.000,00	3.946.570,85	1.144.166,07	2.301.330,65	58,31
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.188.500,00	2.300.240,62	255.206,87	880.059,19	38,26
25-ENSINO MÉDIO	106.800,00	253.083,30	63.020,50	96.442,50	38,11
26-ENSINO SUPERIOR	395.000,00	495.000,00	159.878,00	302.996,00	61,21
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	
28-OUTRAS	367.000,00	367.000,00	76.217,23	222.404,48	60,60
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	8.939.855,00	9.418.449,77	1.838.330,54	4.721.560,97	50,13

PÁGINA: 6 DE 7
23/07/2010 10:02

Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	1.653.120,28
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	18.783,14
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	1.671.903,42
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) -(37))	2.427.814,57
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(3)X100)%	22,52

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	522.000,00	535.974,31	150.216,13	244.604,08	45,64
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	282.900,00	350.477,32	42.863,74	74.539,82	21,27
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	804.900,00	886.451,63	193.079,87	319.143,90	36,00
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	9.744.755,00	10.304.901,40	2.031.410,41	5.040.704,87	48,92
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2010 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			-	-	-

Prefeitura Municipal de Itapoa - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Junho 2010/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO X(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	-	
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.428.799,33	
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.327.512,81	
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	18.783,14	
51-(=)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	120.069,66	

FONTE:

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³Caput do artigo 212 da CF/1988.⁴Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.⁵Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121,V.

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Pregão PP nº 25/2010/PMJ - Processo Licitação 58/2010/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2010/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2010/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento das peças necessárias para a retífica e conserto do motor do veículo KIA/SPORTAGE, ano 2001, placas MBX 2432 utilizado nas atividades de radiopatrulhamento da Polícia Militar. Data da abertura: Dia 10/08/2010, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 10/08/2010. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br / comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 23 de julho de 2010.

RAFAEL LASKE

Prefeito

IMPRES

Portaria IMPRES

IMPRES - JOAÇABA - SC

PORTARIA 071/2010 DE 16 DE JULHO DE 2010

A Diretora-Presidente e a Diretora de Previdência e Atuária do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelos arts. 79 e 80, respectivamente, da Lei Complementar 099/2005, de 24 de junho de 2005, e tendo em vista o que consta da Lei 12.254 de 15 de junho de 2010, resolvem:

Art. 1º Autorizar ao Setor de Pagamento de benefícios do IMPRES a adotar, para as aposentadorias concedidas de acordo com o art. 40, § 1º, II, art. 40, § 1º, III, "b", art. 40, § 1º, III, "a", art. 40, § 5º, todos da Constituição da República, bem como para os benefícios concedidos de acordo com o art. 2º da Emenda Constitucional 41/2003, e ainda para as pensões concedidas a partir de fevereiro de 2004, os percentuais de reajuste determinados pela Lei nº 12.254 de 15 de junho de 2010.

Art. 2º Os percentuais de reajuste serão retroativos ao dia 01 de janeiro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 16 de julho de 2010

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

GEOVANA APARECIDA DENARDI FACIN

Diretora de Previdência e Atuária



SIMAE**Publicação Homologação**

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2010 - PR Processo Administrativo: 23/2010 Processo de Licitação: 23/2010 Data do Processo: 17/06/2010
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora, Elisabet Maria Zanela Sartori, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 23/2010
- b) Licitação Nr.: 20/2010-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 23/07/2010
- e) Data da Adjudicação: 23/07/2010 Sequência: 1
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS ÁREAS ADMINISTRATIVA E TÉCNICA DO SIMAE.

		(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007046 - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	2	1.275,00
- 006384 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA.	2	1.416,00
- 007886 - TIEPPO E CIA LTDA ME	1	115,00
	<u>5</u>	<u>2.806,00</u>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.4.4.90.00.00.00.00.00 (1), 2.061.4.4.90.00.00.00.00.00 (17), 2.062.4.4.90.00.00.00.00.00 (19)

Joaçaba, 23 de Julho de 2010.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora SIMAE



Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 1987 de 23 de Julho de 2010

DECRETO Nº. 1987 DE 23 DE JULHO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0402 - GERÊNCIA DE COORDENAÇÃO URBANA
0402.006.181.0060.2015 - Manutenção da Segurança
0402 - 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
0402 - 15601 - Convênio Trânsito Prefeitura..... R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), do programa e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0402 - GERÊNCIA DE COORDENAÇÃO URBANA
0402.006.181.0060.2015 - Manutenção da Segurança
0402 - 33903000 - Material de Consumo
0402 - 15601 - Convênio Trânsito Prefeitura..... R\$ 2.000,00
0402 - 44905200 - Equipamento e Material Permanente
0402 - 15601 - Convênio Trânsito Prefeitura..... R\$ 3.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 23 de Julho de 2010
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 1988 de 23 de Julho de 2010

DECRETO Nº. 1988 DE 23 DE JULHO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0302 - GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO
0302.004.122.0041.2010 - Administração de Serviços Gerais
0302 - 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0302 - GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO
0302.004.122.0041.2010 - Administração de Serviços Gerais
0302 - 31900400 - Contratações por Tempo Determinado
0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 23 de Julho de 2010
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 1989 de 23 de Julho de 2010

DECRETO Nº. 1989 DE 23 DE JULHO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA
0901.020.606.0200.2076 - Assistência ao Produtor Rural
0901 - 44905200 - Equipamento e Material Permanente
0901 - 12455 - Transferências Convênios Estado- Outros ... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no presente exercício.

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 23 de Julho de 2010
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 1990 de 23 de Julho de 2010

DECRETO Nº. 1990 DE 23 DE JULHO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA
0901.020.606.0200.2076 - Assistência ao Produtor Rural
0901 - 44905200 - Equipamento e Material Permanente
0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, de-



correrão da anulação no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), do programa e verbas abaixo discriminados:

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA
 0901.020.606.0200.2076 - Assistência ao Produtor Rural
 0901 - 31900400 - Contratações por Prazo Determinado
 0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 7.000,00
 0901 - 31901600 - Outras despesas variáveis - pessoal civil
 0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00
 0901 - 31901300 - Obrigações Patronais
 0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00
 0901 - 33909200 - Despesas de Exercícios Anteriores
 0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 23 de Julho de 2010
 MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
 MAURÍCIO PRAWUTZKI
 Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 1991 de 23 de Julho de 2010

DECRETO Nº. 1991 DE 23 DE JULHO DE 2010

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 145.000,00 (Cento e quarenta e cinco mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
 0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental
 0501 - 31901300 - Obrigações Patronais
 0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Educação
 R\$ 90.000,00
 0501 - 33903000 - Material de Consumo
 0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Educação
 R\$ 10.000,00
 0501 - 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Educação R\$ 5.000,00
 0501 - 31901100 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil
 0501 - 11800 - Transferências do FUNDEB (aplic.prof) R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 145.000,00 (Cento e quarenta e cinco mil reais), do programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
 0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental
 0501 - 31900400 - Contratações por Tempo Determinado
 0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Educação R\$ 105.000,00
 0501 - 31901300 - Obrigações Patronais
 0501 - 11900 - Transferências do FUNDEB (aplic.outras).... R\$ 40.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 23 de Julho de 2010
 MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
 MAURÍCIO PRAWUTZKI
 Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 1992 de 23 de Julho de 2010

DECRETO Nº. 1992 DE 23 DE JULHO DE 2010

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
 0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.361.0120.2048 - Manutenção do Transporte Escolar
 0501 - 31901300 - Obrigações Patronais
 0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. De Impostos- Educação .R\$ 20.000,00
 0501 - 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
 0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. De Impostos- Educação .R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
 0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.361.0120.2048 - Manutenção do Transporte Escolar
 0501 - 33903000 - Material de Consumo
 0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. De Impostos- Educação .R\$ 25.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 23 de Julho de 2010
 MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
 MAURÍCIO PRAWUTZKI
 Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 1993 de 23 de Julho de 2010

DECRETO Nº. 1993 DE 23 DE JULHO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 95.000,00 (Noventa e cinco mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
 0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação infantil
 0501 - 31901100 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil
 0501 - 11800 - Transferências FUNDEB (aplic. Prof)..... R\$ 95.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 95.000,00 (Noventa e cinco mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:



mil reais), do programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação infantil
0501 - 31901100 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil
0501 - 11900 - Transferências FUNDEB (outras aplic)..... R\$ 80.000,00
0501 - 33903200 - Material de Distribuição Gratuita
0501 - 11900 - Transferências FUNDEB (outras aplic)..... R\$ 15.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 23 de Julho de 2010
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Decreto Nº. 1994 de 23 de Julho de 2010

DECRETO Nº. 1994 DE 23 DE JULHO DE 2010
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.365.0122.2101 - Manutenção do Transp. Escolar da Educação Infantil
0501 - 33903000 - Material de Consumo
0501 - 16102 - Transferências ref. PNATE Ens. Infantil R\$ 6.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.365.0122.2101 - Manutenção do Transp. Escolar da Educação Infantil
0501 - 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
0501 - 16102 - Transferências ref. PNATE Ens. Infantil R\$ 6.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 23 de Julho de 2010
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
MAURÍCIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato de Nº 30/2010

EXTRATO DE CONTRATO DE Nº 30/2010

Objeto: Contratação MENSAL de empresa especializada para fornecer hospedagem e prestar serviços de transporte dos pacientes deste Município que estiverem em tratamento de saúde em Florianópolis/SC. Contratante: Fundo de Saúde do Município de Monte Carlo/Santa Catarina. Contratada: HOSPEDAGEM MEIO OESTE LTDA. Valor total: R\$ 7.500,00 reais.. Período de vigência: 05 MESES. Fundamento legal: Processo de licitação 110/2010 - DL. 04/2010. Dotação Orçamentária: MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CODIGO REDUZIDO 23.

Monte Carlo-SC, 22/07/2010.
MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA
Gestor do Fundo

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 415/2010

Lei Complementar nº 415/2010

Dispõe sobre a criação de cargos para Contratação em Caráter Temporário, conforme disposto no art. 62, I, III, IV da Lei Orgânica Municipal; no art. 1º, I e § 1º, art. 3º, I, §1º, §2º e §3º, V, art. 4º, II e art. 6º, da Lei nº 1.754/2001; art. 5º da Lei nº 147/2006; reconhece os Decretos Municipais nº 61/2010 e nº 64/2010; concede gratificação por serviços especiais conforme disposto no art. 134, IX, do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Nova Trento, e; autoriza contratação de pessoas, empresas prestadoras de serviços médico-hospitais e fornecedores de produtos destinados ao regular funcionamento da Unidade Hospitalar, na forma do art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, e dá outras providências.

ORIVAN JARBAS ORSI, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a assumir a gestão administrativa da unidade clínico-hospitalar Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, por excepcional interesse público, em caráter temporário, pelo prazo de 06 (seis) meses, com início em 01 de agosto do corrente ano de 2010, podendo ser prorrogado se necessário for pelo mesmo prazo.

Art. 2º - A Administração Municipal executará a gestão administrativa da unidade supracitada por meio da Comissão de Transição instituída pelo Decreto nº 61/2010, ficando este reconhecido pelo Poder Legislativo Municipal, em todas suas disposições.

Art. 3º - Fica reconhecido pelo Poder Legislativo Municipal, a situação de Emergência constante do Decreto nº 64/2010.

Art. 4º - O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a contratar em caráter temporário, pelo prazo de 06 (seis) meses, com início em 01 de agosto do corrente ano de 2010, podendo ser prorrogado se necessário for pelo mesmo prazo, servidores



para exercerem as funções administrativas, médico-hospitalares, de serviço especializado e demais serviços que se fizerem necessários para o regular funcionamento da instituição hospitalar Nossa Senhora da Imaculada Conceição, conforme cargos criados por esta lei, em obediência ao disposto no art. 1º, diante do encerramento das atividades da atual entidade gestora Associação Beneficente Nossa Senhora da Imaculada Conceição, em 01 de agosto de 2010.

Parágrafo Único - Poderá, ainda, o Chefe do Poder Executivo Municipal efetuar contratação de empresas prestadoras de serviços médico-hospitalares e fornecedores de produtos destinados ao regular funcionamento da unidade hospitalar, na forma do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Art. 5 - Ficam criadas as seguintes vagas de contratação em caráter temporário, com as respectivas atribuições e vencimentos:

1. Cargo: Diretor Clínico

Vagas: 01 (uma).

Carga Horária: 40 (quarenta) horas semanais.

Vencimento: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Atribuições:

- a) Orientar, coordenar, superintender e fiscalizar as atividades médicas e médico-cirúrgicas;
 - b) Fiscalizar o procedimento ético-profissional da Unidade do Hospital, nas áreas de sua responsabilidade;
 - c) Orientar, em assuntos de sua competência, os demais órgãos do Hospital;
 - d) Orientar e promover, em conjunto com o Diretor Administrativo, a padronização de medicamentos e materiais médico-hospitalares a serem utilizados na Unidade Hospitalar;
 - e) Assessorar o Diretor Administrativo em assuntos de sua competência;
 - f) Solicitar o material necessário às diversas ações e atividades;
 - g) Exercer outras atribuições de natureza técnico-clínicas determinadas pela Administração Municipal e/ou pela Comissão de Transição instituída pelo Decreto nº 61/2010.
- Habilitação Profissional: Registro médico junto ao órgão de classe.
Grau de Instrução: Nível Superior.

2. Cargo: Diretor Administrativo

Vagas: 01 (uma).

Carga Horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Vencimento: R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).

Atribuições:

- a) Supervisionar, orientar, coordenar e fiscalizar as atividades inerentes aos serviços gerais, pessoal, material, finanças e contabilidade.
- b) Manter relacionamento com o Órgão Central de Pessoal do Poder Executivo, com vistas ao cumprimento e execução de atos normativos;
- c) Organizar e manter atualizados os cadastros dos servidores vinculados à Unidade Hospitalar;
- d) Coordenar os programas de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- e) Promover a emissão, registro e controle de todos os documentos de natureza orçamentária, contábil, financeira e patrimonial;
- f) Encaminhar, nos prazos legais, ao setor competente da Prefeitura Municipal, os balancetes, balanços e outras demonstrações contábeis;
- g) Receber, conferir, aceitar ou recusar, guardar e distribuir material hospitalar necessário;
- h) Estudar, implantar e operar sistemas de controle de estoque;
- i) Inventariar, mensalmente, o estoque de material permanente de consumo;
- j) Receber, registrar, classificar, distribuir e controlar dados, processos, papéis e documentos que tramitam na Unidade Hospitalar;
- l) Orientar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços de manutenção, conservação, limpeza e vigilância das dependências do

Hospital;

m) Promover o controle do horário de trabalho, bem como registrar a frequência do pessoal e elaborar a escala de férias dos servidores do Hospital;

n) Exercer outras atribuições de natureza administrativa determinadas pela Administração Municipal e/ou pela Comissão de Transição instituída pelo Decreto nº 61/2010.

Grau de Instrução: 2º Grau Completo.

3. Cargo: Auxiliar Administrativo

Vagas: 01 (uma).

Carga Horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Vencimento: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

Atribuições:

- a) Prestar serviços de digitação e escrituração;
 - b) Prestar serviços relacionados com a emissão de documentos;
 - c) Organizar fichários e arquivos;
 - d) Atender pessoal e telefone;
 - e) Receber, controlar e expedir correspondência;
 - f) Desenvolver procedimentos administrativos nas áreas de pessoal e materiais;
 - g) Desenvolver outras atividades relacionadas com o cargo e solicitadas pela Administração Municipal e/ou pela Comissão de Transição instituída pelo Decreto nº 61/2010.
- Grau de Instrução: 2º Grau Completo.

4. Cargo: Recepcionista

Vagas: 02 (duas).

Carga Horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Vencimento: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

Atribuições:

- a) Organizar fichários, arquivos e demais documentos relativos à recepção;
 - b) Atender pessoal e telefone;
 - c) Receber e controlar correspondência;
 - d) Desenvolver outras atividades relacionadas com o cargo e solicitadas pela Administração Municipal e/ou pela Comissão de Transição instituída pelo Decreto nº 61/2010.
- Grau de Instrução: 1º Grau Completo.

5. Cargo: Farmacêutico(a)

Vagas: 01 (uma).

Carga Horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Vencimento: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).

Atribuições:

- a) Superintender todos os serviços necessários para o bom atendimento da farmácia;
- b) Distribuir os serviços aos auxiliares de farmácia, velando pelo fiel cumprimento das recomendações dos médicos, no aviação das receitas;
- c) Determinar a escala de plantão da farmácia, para o atendimento a qualquer hora do dia e da noite, especialmente em casos de emergência;
- d) Prover o estoque de medicamentos e utensílios necessários ao bom funcionamento dos serviços clínicos e cirúrgicos do Hospital, em conformidade com as solicitações e recomendações dos Diretores Clínico e Administrativo;
- e) Receber e conferir os medicamentos adquiridos, rejeitando-os quando não satisfizerem as especificações do pedido;
- f) Organizar e manter em dia a escrita da farmácia e encaminhar, através do Diretor Administrativo, os documentos exigidos pelas repartições fiscalizadoras em tempo hábil;
- g) Determinar e organizar a extração das notas de medicamentos fornecidos a doentes internados, encaminhando-as para processamento e cobrança;
- h) Responder administrativamente pela farmácia da Unidade Hospitalar;
- i) Desenvolver outras atividades relacionadas com o cargo e solicitadas pela Administração Municipal e/ou pela Comissão de Transição instituída pelo Decreto nº 61/2010.



Habilitação Profissional: Registro junto ao órgão de classe.
Grau de Instrução: Nível Superior.

6. Cargo: Auxiliar de Farmácia

Vagas: 01 (uma).

Carga Horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Vencimento: R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Atribuições:

- a) Auxiliar administrativamente nos serviços de farmácia;
 - b) Organizar fichários, arquivos e demais documentos relativos à farmácia;
 - c) Atender pessoal e telefone;
 - d) Desenvolver outras atividades relacionadas com o cargo e solicitadas pela Administração Municipal e/ou pela Comissão de Transição instituída pelo Decreto nº 61/2010.
- Grau de Instrução: 2º Grau Completo.

7. Cargo: Técnico(a) em Radiologia (Raio X)

Vagas: 01 (uma).

Carga Horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Vencimento: R\$ 1.232,00 (um mil duzentos e trinta e dois reais).

Insalubridade: 40% (quarenta por cento) (art. 192, da Consolidação das Leis do Trabalho e art. 16, da Lei nº 7.394/85).

Valor Total: R\$ 1.640,00 (um mil seiscentos e quarenta reais).

Atribuições:

- a) Operar equipamento de radiográfica atendendo todas as prescrições técnicas;
- b) Organizar fichários, arquivos e demais documentos relativos à área de atuação;
- c) Prover o estoque de materiais e utensílios necessários ao bom funcionamento dos serviços clínicos da área de atuação;
- d) Responder administrativamente pelo Setor de Radiologia da Unidade Hospitalar;
- e) Desenvolver outras atividades relacionadas com o cargo e solicitadas pela Administração Municipal e/ou pela Comissão de Transição instituída pelo Decreto nº 61/2010.

Habilitação Profissional: Registro junto ao órgão de classe.

Grau de Instrução: Curso técnico na área de atuação.

8. Cargo: Enfermeiro(a)

Vagas: 02 (duas).

Carga Horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Vencimento: R\$ 1.624,00 (um mil seiscentos e vinte e quatro reais).

Insalubridade: 40% (quarenta por cento) sobre o salário mínimo vigente (art. 192, da CLT).

Valor Total: R\$ 1.828,00 (um mil oitocentos e vinte e oito reais).

Atribuições:

- a) Coordenar e superintender todos os serviços de enfermagem da Unidade Hospitalar;
- b) Distribuir os serviços aos técnicos em enfermagem e auxiliares, velando pelo fiel cumprimento das recomendações dos médicos;
- c) Determinar a escala de plantão do Setor de Enfermagem, para o atendimento a qualquer hora do dia e da noite, especialmente em casos de emergência;
- d) Responder administrativamente pela enfermagem da Unidade Hospitalar;
- e) Sem prejuízo das funções de coordenação, desempenhar as atividades de técnicas de enfermagem;
- f) Desenvolver outras atividades relacionadas com o cargo e solicitadas pela Administração Municipal e/ou pela Comissão de Transição instituída pelo Decreto nº 61/2010.

Habilitação Profissional: Registro junto ao órgão de classe.

Grau de Instrução: Curso Superior.

9. Cargo: Técnico(a) em Enfermagem

Vagas: 03 (três).

Carga Horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Vencimento: R\$ 986,00 (novecentos e oitenta e seis reais).

Insalubridade: 40% (quarenta por cento) sobre o salário mínimo vigente (art. 192, da CLT).

Valor Total: R\$ 1.190,00 (um mil cento e noventa reais).

Atribuições:

- a) Receber e acomodar convenientemente os doentes recebidos pela portaria, nas enfermarias, quartos e apartamentos, conforme o caso;
- b) Lançar logo após a entrada do enfermo, os dados na ficha e paleta de enfermaria, bem como no competente livro registro;
- c) Acompanhar os médicos por ocasião das visitas, executando suas ordens e instruções, relativas aos cuidados e tratamento dos doentes a seu cargo;
- d) Zelar pela limpeza e higiene dos doentes, das enfermarias, dos quartos e apartamentos;
- e) Ministrar medicamentos e efetuar curativos sob ordens médicas;
- f) Desenvolver outras atividades relacionadas com o cargo e solicitadas pela Administração Municipal e/ou pela Comissão de Transição instituída pelo Decreto nº 61/2010.

Habilitação Profissional: Curso Técnico na área de atuação.

Grau de Instrução: 2º grau completo.

10. Cargo: Auxiliar de Enfermagem

Vagas: 03 (três).

Carga Horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Vencimento: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

Insalubridade: 40% (quarenta por cento) sobre o salário mínimo vigente (art. 192, da CLT).

Valor Total: R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais).

Atribuições:

- a) Auxiliar o enfermeiro, bem como o técnico em enfermagem na execução de suas funções;
- b) Desenvolver outras atividades relacionadas com o cargo e solicitadas pela Administração Municipal e/ou pela Comissão de Transição instituída pelo Decreto nº 61/2010.

Grau de Instrução: 2º grau completo.

11. Cargo: Auxiliar de Centro Cirúrgico

Vagas: 01 (uma).

Carga Horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Vencimento: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

Insalubridade: 40% (quarenta por cento) sobre o salário mínimo vigente (art. 192, da CLT).

Valor Total: R\$ 1.154,00 (um mil cento e cinquenta e quatro reais).

Atribuições:

- a) Auxiliar equipe médica em centro cirúrgico;
- b) Auxiliar o enfermeiro, bem como o técnico em enfermagem na execução de suas funções;
- c) Desenvolver outras atividades relacionadas com o cargo e solicitadas pela Administração Municipal e/ou pela Comissão de Transição instituída pelo Decreto nº 61/2010.

Grau de Instrução: 2º grau completo.

12. Cargo: Nutricionista

Vagas: 01 (uma).

Carga Horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Vencimento: R\$ 900,00 (novecentos reais).

Atribuições:

- a) Orientar na elaboração de cardápios, bem como supervisionar os serviços relacionados ao preparo e fornecimento de alimentos;
- b) Desenvolver outras atividades relacionadas com o cargo e solicitadas pela Administração Municipal e/ou pela Comissão de Transição instituída pelo Decreto nº 61/2010.

Habilitação Profissional: Registro junto ao órgão de classe.

Grau de Instrução: Curso Superior.

13. Cargo: Cozinheiro(a)

Vagas: 02 (duas).

Carga Horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Vencimento: R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Insalubridade: 10% (dez por cento) sobre o salário mínimo vigente (art. 192, da CLT).

Valor Total: R\$ 851,00 (oitocentos e cinquenta e um reais).



Atribuições:

a) Executar serviços de copa e cozinha no preparo e distribuição de alimentos e manutenção dos utensílios de cozinha;
b) Atender determinação de nutricionista no preparo e acondicionamento dos alimentos;
c) Desenvolver outras atividades relacionadas com o cargo e solicitadas pela Administração Municipal e/ou pela Comissão de Transição instituída pelo Decreto nº 61/2010.
Grau de Instrução: Ensino Fundamental completo.

14. Cargo: Auxiliar de Cozinha

Vagas: 02 (duas).

Carga Horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Vencimento: R\$ 700,00 (setecentos reais).

Insalubridade: 10% (dez por cento) sobre o salário mínimo vigente (art. 192, da CLT).

Valor Total: R\$ 751,00 (setecentos e cinquenta e um reais).

Atribuições:

a) Auxiliar na execução dos serviços de copa e cozinha no preparo, distribuição de alimentos e manutenção dos utensílios de cozinha;
b) Desenvolver outras atividades relacionadas com o cargo e solicitadas pela Administração Municipal e/ou pela Comissão de Transição instituída pelo Decreto nº 61/2010.
Grau de Instrução: Ensino Fundamental completo.

15. Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

Vagas: 05 (cinco).

Carga Horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Vencimento: R\$ 650,00 (setecentos reais).

Insalubridade: 10% (dez por cento) sobre o salário mínimo vigente (art. 192, da CLT).

Valor Total: R\$ 701,00 (setecentos e um reais).

Atribuições:

a) Executar serviços de limpeza e higiene nas instalações da Unidade Hospitalar e serviços gerais de apoio administrativo;
b) Desenvolver outras atividades relacionadas com o cargo e solicitadas pela Administração Municipal e/ou pela Comissão de Transição instituída pelo Decreto nº 61/2010.
Grau de Instrução: Ensino Fundamental completo.

16. Cargo: Motorista

Vagas: 01 (uma).

Carga Horária: 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Vencimento: R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Atribuições:

a) Dirigir automóvel e caminhonetes, utilizados no transporte de passageiros, de acordo com itinerário e instruções específicas.
b) Desenvolver outras atividades relacionadas com o cargo e solicitadas pela Administração Municipal e/ou pela Comissão de Transição instituída pelo Decreto nº 61/2010.

Habilitação Profissional: Habilitação específica para transporte de passageiros.

Grau de Instrução: Ensino Fundamental completo.

§ 1º - As contratações necessárias para o preenchimento dos cargos previstos neste artigo ficam dispensadas de processo de seleção.

§ 2º - As contratações de que trata este artigo, serão reguladas pela Consolidação das Leis do Trabalho, tendo como regime previdenciário, o Regime Geral da Previdência Social.

Art. 6º - Fica concedida gratificação de até 80% (oitenta por cento) para o servidor ocupante do cargo de Assistente Administrativo designado para a função de composição e assessoramento da Comissão de Transição instituída pelo Decreto nº 61/2010, enquanto perdurarem as atividades especiais de transição.

Art. 7º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, estão contempladas dentro do orçamento fiscal vigente.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de julho de 2010.

Orivan JARBAS Orsi

prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças

Portaria Nº 464/2010

PORTARIA Nº 464/2.010

Nomeia Membros para Comissão de Transição - Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição- conforme disposto no Decreto nº 061/2010 e na Lei Complementar nº 415/2010.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Godofredo Luiz Tonini, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, para o cargo de Presidente da Comissão de Transição - Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, com as atribuições dispostas no Decreto nº 061/2010.

Art. 2º - Nomear o Dr. Júlio César Dalri, médico habilitado, para o cargo de Diretor Técnico-Clínico, da Comissão de Transição - Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, com as atribuições dispostas no Decreto nº 061/2010.

Art. 3º - Nomear a funcionária pública municipal, Maria Cristina Adami da Silva, ocupante do cargo Assistente Administrativo, matrícula nº 262, de provimento efetivo, para o cargo de auxiliar administrativo da Comissão de Transição, com as atribuições dispostas no Decreto nº 061/2010.

Parágrafo único. Fica concedida à funcionária referida no caput deste artigo, gratificação por desempenho de atividade especial correspondente a 80 % (oitenta por cento) do vencimento de seu cargo efetivo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 26 de julho de 2.010, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 26 de julho de 2.010.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria em 26 de julho de 2.010.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Administração e Finanças.

Inexigibilidade de Licitação Nº 003/2010

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2010

Origem: Processo de Licitação nº 072/2010. Homologação: 05/07/2010. Fundamentação: Art. 25, Inciso III, Lei 8666/93. Contratante: Prefeitura de Nova Trento Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000 CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: Déco Dalponte R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), John e Luan R\$ 1.650 (mil, seiscentos e cinquenta reais), Lucas e Renan R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), Ragazzi Dei Monti R\$ 11.900,00 (onze mil e novecentos reais). Objeto: Contratação de bandas/artistas para apresentação na XVIII INCANTO



TRENTINO (FESTA DO VINHO), a realizar-se nos dias 06 à 08 de agosto de 2010. Valor total das atrações artístico culturais é de R\$ 21.250,00 (vinte e um mil e duzentos e cinquenta reais).

Nova Trento 05 de julho de 2010.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Processo Licitatório N° 73/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório n° 073/2010 - Pregão Presencial 034/2010 - Registro de Preços

Objeto: O OBJETO DESTES PREGÃO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E ENGRAXE PARA FROTA DE VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DE SEUS FUNDOS. Julgamento: Menor Preço por lote. Entrega dos envelopes: 06/08/2010 até as 09:45 horas. Abertura: 06/08/2010 - 10:00 Horas
Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673215 - Fax: 48.32673230 - site: www.novatrento.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato 094-2010

Extrato do contrato n° 094/2010 conforme Processo Licitatório n° 040/2010.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Agrivale Comércio e Representações de Tratores Ltda, CNPJ n° 11.082.157/0001-20. Objeto: Aquisição de Implementos Agrícolas. Valor: R\$ 31.860,00 (Trinta e um mil e oitocentos e sessenta reais). Os pagamentos serão efetuados até 10 dias após a entrega do objeto. Vigência: 31/12/2010.

Extrato de Contrato 095-2010

Extrato do contrato n° 095/2010 conforme Processo Licitatório n° 040/2010.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Agrowerner Com. de Máq. Impl. Agrícolas Ltda, CNPJ n° 86.430.576/0001-04. Objeto: Aquisição de Implementos Agrícolas. Valor: R\$ 13.670,00 (Treze mil e seiscentos e setenta reais). Os pagamentos serão efetuados até 10 dias após a entrega do objeto. Vigência: 31/12/2010.

Extrato de Contrato 096-2010

Extrato do contrato n° 096/2010 conforme Processo Licitatório n° 040/2010.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Iberbrás Com. e Distr. Ltda - ME, CNPJ n° 06.323.261/0001-29. Objeto: Aquisição de Implementos Agrícolas. Valor: R\$ 63.477,00 (Sessenta e três mil e quatrocentos e setenta e sete reais). Os pagamentos serão efetuados até 10 dias após a entrega do objeto. Vigência: 31/12/2010.

Extrato de Contrato 097-2010

Extrato do contrato n° 097/2010 conforme Processo Licitatório n° 040/2010.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Trasuper Com. de Tratores e Impl. Agrícolas Ltda, CNPJ n° 09.061.624/0001-93. Objeto: Aquisição de Implementos Agrícolas. Valor: R\$ 11.400,00 (Onze mil e quatrocentos reais). Os pagamentos serão efetuados até 10 dias após a entrega do objeto. Vigência: 31/12/2010.

Porto Belo

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato do Contrato n° 043/2010 - PREFEITURA

Extrato de Contrato N° 043/2010 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Dispensa de Licitação n° 015/2010

Objeto: O presente Contrato tem por objeto, a elaboração, realização e correção de provas para concurso público para o cargo efetivo de fiscal tributário, bem como toda a infra-estrutura de instalações, materiais e pessoal e respostas a eventuais recursos. Contratado: ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS (ACAFE)

Prazo de vigência: O prazo de vigência do Contrato será a partir da data de assinatura do presente até a efetiva conclusão do Concurso ora contratado.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 19.098,25 (Dezenove mil, noventa e oito reais e vinte e cinco centavos).

Data e assinatura do contrato: 13 de julho de 2010.

ALBERT STADLER
Prefeito

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto n° 420/2010

DECRETO N° 420, de 26 de julho de 2010.

Prorroga por 90 (noventa) dias a Situação de Emergência no Município de Porto União, declarada pelo Decreto n° 376, de 27 de abril de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso XVII, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal no 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual n° 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual n° 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- Enxurradas provocadas por chuvas intensas e concentradas, nos dias 21 a 26 de abril de 2010, atingindo todo o município, conforme Mapa das Áreas Afetadas anexo a este Decreto;
- como consequência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo ao



presente Decreto;

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população local afetada, agravado pela deficiência de estrutura da Defesa Civil local frente ao desastre e pela tendência da continuidade de chuvas nos próximos dias e pela ocorrência de alagamentos nas áreas afetadas, causados pelo transbordamento dos rios Iguaçu e Timbó,

DECRETA:

Art. 1º Prorroga por 90 (noventa) dias a situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência, declarada pelo Decreto nº 376, de 27 de abril de 2010.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I- penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II- usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, devendo vigorar pelo prazo de 90 dias.

Porto União (SC), 26 de julho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Decreto nº 421/2010

DECRETO Nº 421, de 26 de julho de 2010.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bem Móvel Municipal à Associação dos Produtores da Linha Rosa - ASPLIR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 26 de julho de 2010 à 31 de dezembro de 2011, à Associação dos Produtores da Linha Rosa - ASPLIR, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.332.249/0001-80, com sede na Localidade de 25 de Julho - Estrada Linha Rosa - Porto União-SC, o uso gratuito do bem móvel municipal abaixo especificado:

- 01 (uma) Plantadeira marca KNAPIK, nova, tratorizada, hidráulica, 03 linhas para milho, com cabeçalho de 3 metros, somente com sulcador na distribuição de adubo.

Art. 2º O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º O bem acima especificado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2011.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto a Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 26 de julho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Produtores da Linha Rosa - ASPLIR, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 06.332.249/0001-80, com sede na Localidade de 25 de Julho - Estrada Linha Rosa - Porto União-SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 26 de julho de 2010 à 31 de dezembro de 2011, o bem móvel



municipal abaixo especificado:

- 01 (uma) Plantadeira marca KNAPIK, nova, tratorizada, hidráulica, 03 linhas para milho, com cabeçalho de 3 metros, somente com sulcador na distribuição de adubo.

Compromete-se ainda, a Permissionária, a obedecer os seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - O bem móvel em referência, deverá ser utilizado pela Permissionária, com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - O bem móvel acima relacionado será entregue à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo o mesmo ser devolvido ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2011.

04 - Necessitando o bem de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foi recebido, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem móvel supra mencionado, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso do equipamento, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União, para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 26 de julho de 2010.

PERMITENTE:

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: ARNO MARSCHALK
RG nº 10R /1.682.494
CPF nº 564.676.999-04

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 0431/RH

PORTARIA Nº 0431/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º. Determinar, com base nos Artigos nº 109 ao 141, da Lei Complementar nº 099 de 24 de abril de 2003, a instauração de Inquérito Administrativo nº 013/2010, para apurar os seguintes fatos que, supostamente, configuram infringência ao artigo 89, incisos III, IX e XI; artigo 90, incisos V e XIII, da Lei Complementar supra citada e Art. 233 do Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 (Código Penal), sujeito à pena de demissão, conforme Art. 99, incisos V e XIII, da Lei Complementar retro citada.

Parágrafo único - De acordo com a denúncia formalizada através do Memorando SME nº 357/2010, emitido pela Secretaria Municipal de Educação, o servidor Cláudio Marcelino, matrícula nº 1309/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor de Educação Física, nível III, classe "C", vem praticando atos incompatíveis com as atribuições do seu cargo, conforme relatórios inseridos no Protocolo nº 121428/2010, em anexo.

Art.2º. Constituir Comissão Temporária de Inquérito Administrativo, composta pelos servidores:

- a) Carlos Alberto Luithardt, matrícula nº 7005/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo III, nível 40, faixa 45, na qualidade de presidente;
- b) Valdenir Borges Ribeiro, matrícula nº 1104/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Digitador, nível 20, faixa 23;
- c) Leonice Witte, matrícula nº 3930/01, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo I, nível 20, faixa 23.

Art.3º. Deliberar que os membros da comissão, terão dedicação exclusiva e poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da administração pública, em diligências necessárias à instrução processual.

Art.4º. O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta dias) a contar da data da publicação desta portaria, devendo a comissão notificar de tudo, desde o início, o servidor indiciado.

Art.5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de julho de 2010.

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Lso

Pregão Presencial 004/2010-FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2010/FMAS

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios diversos para atender grupo de pro jovem e oficinas sócio-comunitárias. Fundo Municipal de Assistência Social.



REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 23 de maio de 2006.
ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 06/08/2010, às 08:00h. no endereço abaixo.
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 06/08/2010. no endereço abaixo.
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 26 de julho de 2010.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

CÂMARA DE VEREADORES

Portaria Nº 544/10

PORTARIA No 544, DE 26 DE JULHO DE 2010

"DISPÕE SOBRE A PROMOÇÃO DA SERVIDORA EFETIVA HELIANA DUARTE PRIM."

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º - Fica promovida a servidora efetiva Heliana Duarte Prim, da classe "D" para a classe "E", da Categoria Funcional de Assistente Legislativo, do Quadro de Cargos de Provimento efetivo da Câmara Municipal de Vereadores de Rio do Sul, a contar de 1º de agosto de 2010, de conformidade com o disposto no Art. 15 da Lei Complementar nº 106/03, alterada pela Lei nº 135/05 e, no regulamento de promoções estabelecido pela Resolução nº 365, de 13 de setembro de 2005, tendo em vista o que consta no ofício nº 036/10 e seus anexos, de 06 de julho de 2010, relativo à avaliação de desempenho e às informações funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de julho de 2010

DIONÍSIO MAÇANEIRO

Presidente da Mesa

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Avisa da abertura do Processo nº34/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº34/2010 MODALIDADE: Pregão Presencial.

OBJETO:

1. A presente licitação tem como objeto a Aquisição Material Gráfico, tais como: folders, envelopes personalizados, convites personalizados, cartazes, crachás, e ingressos. Conforme especificações contidas no anexo do Edital

TIPO: Menor Preço. DATA DE ABERTURA: 05/08/2010 às 14:00h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 08:00 às 17:00h, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202.

São Pedro de Alcântara, 26/07/2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Avisa da nova abertura do Processo nº33/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da nova abertura do Processo nº33/2010 MODALIDADE: Pregão Presencial.

OBJETO:

1. Aquisição 10 Conjuntos refeitório composto de 01 mesa e 02 bancos escamoteáveis, removíveis e ajustáveis infantil; 06 Conjuntos refeitório composto de 01 mesa e 02 bancos escamoteáveis, removíveis e ajustáveis adulto; 04 Conjuntos de Mesa e Cadeira para Professor; e 06 Armários, conforme especificações/características, valores e quantitativos constantes do Anexo I do Edital.

TIPO: Menor Preço. DATA DE ABERTURA: 05/08/2010 às 09:30h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 08:00 às 17:00h, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202.

São Pedro de Alcântara, 26/07/2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.553.895,00	9.553.895,00	1.651.532,12	17,29	4.334.416,81	45,37	5.219.478,19
RECEITAS CORRENTES	8.068.895,00	8.068.895,00	1.401.532,12	17,37	3.834.416,81	47,52	4.234.478,19
RECEITA TRIBUTARIA	607.605,00	607.605,00	96.317,60	15,85	255.248,13	42,01	352.356,87
IMPOSTOS	569.000,00	569.000,00	90.389,86	15,89	222.250,97	39,06	346.749,03
TAXAS	38.605,00	38.605,00	5.927,74	15,35	32.997,16	85,47	5.607,84
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	315.000,00	315.000,00	104.950,76	33,32	200.661,63	63,70	114.338,37
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	175.000,00	175.000,00	28.531,72	16,30	84.831,61	48,48	90.168,39
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	140.000,00	140.000,00	76.419,04	54,59	115.830,02	82,74	24.169,98
RECEITA PATRIMONIAL	268.070,00	268.070,00	71.868,06	26,81	164.706,53	61,44	103.363,47
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	268.070,00	268.070,00	71.868,06	26,81	164.706,53	61,44	103.363,47
RECEITA DE SERVIÇOS	7.000,00	7.000,00	1.483,96	21,20	2.847,52	40,68	4.152,48
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.623.396,00	6.623.396,00	1.124.351,90	16,98	3.135.058,74	47,33	3.488.337,26
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.506.221,00	6.506.221,00	1.094.855,17	16,83	3.094.666,45	47,56	3.411.554,55
Transf. de Pessoas	0,00	0,00	30,00	0,00	30,00	0,00	-30,00
Transf. de Conv.	117.175,00	117.175,00	29.466,73	25,15	40.362,29	34,45	76.812,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	247.824,00	247.824,00	2.559,84	1,03	75.894,26	30,62	171.929,74
Multas e Juros de Mora	61.758,00	61.758,00	1.072,31	1,74	2.240,73	3,63	59.517,27
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60.580,00	60.580,00	-18.844,20	0,00	2.923,04	4,83	57.656,96
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	60.486,00	60.486,00	11.129,27	18,40	38.677,35	63,94	21.808,65
RECEITAS DIVERSAS	65.000,00	65.000,00	9.202,46	14,16	32.053,14	49,31	32.946,86
RECEITAS DE CAPITAL	1.485.000,00	1.485.000,00	250.000,00	16,84	500.000,00	33,67	985.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.445.000,00	1.445.000,00	250.000,00	17,30	500.000,00	34,60	945.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.445.000,00	1.445.000,00	250.000,00	17,30	500.000,00	34,60	945.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	270.000,00	270.000,00	43.608,34	16,15	128.923,67	47,75	141.076,33
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	270.000,00	270.000,00	43.608,34	16,15	128.923,67	47,75	141.076,33
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	270.000,00	270.000,00	43.608,34	16,15	128.923,67	47,75	141.076,33
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	270.000,00	270.000,00	43.608,34	16,15	128.923,67	47,75	141.076,33
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	9.823.895,00	9.823.895,00	1.695.140,46	17,26	4.463.340,48	45,43	5.360.554,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de SAO PEDRO DE ALCANTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	9.823.895,00	9.823.895,00	1.695.140,46	17,26	4.463.340,48	45,43	5.360.554,52
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	9.823.895,00	9.823.895,00	1.695.140,46	17,26	4.463.340,48	45,43	5.360.554,52
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	666.300,00	—	—	11.690,30	—	—
Superávit Financeiro	—	666.300,00	—	—	11.690,30	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	9.631.045,00	2.016.935,00	11.647.980,00	1.140.769,83	6.226.780,46	1.012.670,66	2.646.751,15	22,72	9.001.228,85
DESPESAS CORRENTES	6.026.889,56	159.840,44	6.186.730,00	1.025.445,69	2.957.768,68	994.290,52	2.572.179,33	41,58	3.614.550,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.275.146,67	31.603,00	3.306.749,67	561.799,99	1.587.250,63	563.310,08	1.571.842,16	47,53	1.734.907,51
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.747.742,89	128.237,44	2.875.980,33	463.645,70	1.370.518,05	430.980,44	1.000.337,17	34,78	1.875.643,16
DESPESAS DE CAPITAL	3.480.155,44	1.873.094,56	5.353.250,00	115.324,14	3.269.011,78	18.380,14	74.571,82	1,39	5.278.678,18
INVESTIMENTOS	3.449.155,44	1.873.094,56	5.322.250,00	109.869,00	3.250.802,96	12.925,00	56.363,00	1,06	5.265.887,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	31.000,00	0,00	31.000,00	5.455,14	18.208,82	5.455,14	18.208,82	58,74	12.791,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	124.000,00	-16.000,00	108.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	192.850,00	365,00	193.215,00	43.633,88	127.571,40	43.633,88	127.571,40	66,03	65.643,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	192.850,00	365,00	193.215,00	43.633,88	127.571,40	43.633,88	127.571,40	66,03	65.643,60
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	9.823.895,00	2.017.300,00	11.841.195,00	1.184.403,71	6.354.351,86	1.056.304,54	2.774.322,55	23,43	9.066.872,45

Continua 2/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	9.823.895,00	2.017.300,00	11.841.195,00	1.184.403,71	6.354.351,86	1.056.304,54	2.774.322,55	23,43	9.066.872,45
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.689.017,93	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	9.823.895,00	2.017.300,00	11.841.195,00	1.184.403,71	6.354.351,86	1.056.304,54	4.463.340,48	23,43	9.066.872,45

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 273.858,41

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

SAO PEDRO DE ALCANTA, 23/07/2010

ERNEI JOSE STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
CONTADORA CRC/SC 19469

MARIA DELENE S. JUNCKES
SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM.

MICHELE MAIA DA SILVA
CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - Poder Executivo
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JULHO/2009 A JUNHO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.344.902,18	0,00
Pessoal Ativo	3.258.573,36	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	51.536,06	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	34.792,76	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	80.967,71	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	52.525,92	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	28.441,79	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	3.263.934,47	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	3.263.934,47	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	7.504.180,22	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	43,49	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	4.052.257,32	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	3.849.644,45	
FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

SAO PEDRO DE ALCANTA, 23/07/2010

ERNEI JOSE STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
CONTADORA CRC/SC 19469

MARIA DELENE S. JUNCKES
SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM.

MICHELE MAIA DA SILVA
CONTROLE INTERNO



DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL LEGISLATIVO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - Poder Legislativo
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JULHO/2009 A JUNHO/2010

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	257.748,05	0,00
Pessoal Ativo	257.748,05	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	257.748,05	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	257.748,05	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	7.504.180,22	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	3,43	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	450.250,81	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	427.738,27	
FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

SAO PEDRO DE ALCANTA, 23/07/2010

ERNEI JOSE STAHELIN
 PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
 CONTADORA CRC/SC 19469

MARIA DELENE S. JUNCES
 SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM.

MICHELE MAIA DA SILVA
 CONTROLE INTERNO



DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - Poder Executivo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
EXCESSO - PISO BASICO VARIÁVEL - PBV/FNAS	4.194,96	0,00	4.194,96
CONVENIO SDR N°17426/2009-2	766.030,48	0,00	766.030,48
CONVENIO TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL	9.741,24	0,00	9.741,24
Sem Especificação	50.081,35	1.720,00	48.361,35
Transf. Recursos do - FNDE	50.565,89	0,00	50.565,89
TRANSFERENCIA - FNAS/BIDO/BINF	981,07	0,00	981,07
TRANSFERENCIA CIDE	26.571,67	0,00	26.571,67
TRANSFERENCIA FUNDEB 40%	223,19	750,00	(526,81)
TRANSFERENCIA FUNDEB 60%	80.971,24	5.502,30	75.468,94
TRANSFERENCIA IGD BOLSA FAMILIA	2.879,53	0,00	2.879,53
TRANSFERENCIA SUS	274.292,82	184,39	274.108,43
TRANSFERENCIA SUS - ESTADO	110.351,80	0,00	110.351,80
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.376.885,24	8.156,69	1.368.728,55
RECURSO ORDINARIO - 15% SPS	13.022,75	12.319,16	703,59
RECURSOS ORDINÁRIO	4,00	2.557,71	(2.553,71)
Recursos Ordinários	1.547.702,86	529.438,96	1.018.263,90
RECURSOS ORDINÁRIOS 25% - EDUCAÇÃO	0,00	2.587,76	(2.587,76)
SUPERAVIT FINANCEIRO - RECURSOS ORDINARIOS	0,00	147,19	(147,19)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.560.729,61	547.050,78	1.013.678,83
TOTAL (III) = (I + II)	2.937.614,85	555.207,47	2.382.407,38
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	2.339.319,89	0,00	2.339.319,89

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SAO PEDRO DE ALCANTA, 23/07/2010

ERNEI JOSE STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
CONTADORA CRC/SC 19469

MARIA DELENE S. JUNCKES
SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM.

MICHELE MAIA DA SILVA
CONTROLE INTERNO



DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA LEGISLATIVO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - Poder Legislativo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,03	3.955,90	(3.955,87)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,03	3.955,90	(3.955,87)
TOTAL (III) = (I + II)	0,03	3.955,90	(3.955,87)
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SAO PEDRO DE ALCANTA, 23/07/2010

ERNEI JOSE STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
CONTADORA CRC/SC 19469

MARIA DELENE S. JUNCKES
SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM.

MICHELE MAIA DA SILVA
CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	66.176,92	47.968,10	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	66.176,92	47.968,10	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.503.885,92	3.428.247,79	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.013.509,82	2.937.614,88	0,00
Demais Haveres Financeiros	515.283,39	515.283,39	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	24.907,29	24.650,48	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.437.709,00	-3.380.279,69	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	7.270.433,08	7.504.180,22	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,91%	0,64%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-33,53%	-45,05%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	8.724.519,70	9.005.016,26	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA DE PPP	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	507.052,99	517.799,65	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	520.824,46	16.713,24	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	3.112.823,32	3.112.823,32	0,00
Passivo Atuarial	3.112.823,32	3.112.823,32	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	2.065.461,48	2.339.319,89	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	98.921,42	67.678,94	0,00
Investimentos	1.966.540,06	2.271.640,95	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Continua 1/2



Município de SAO PEDRO DE ALCANTA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	1.047.361,84	773.503,43	0,00

SAO PEDRO DE ALCANTA, 23/07/2010

ERNEI JOSE STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
CONTADORA CRC/SC 19469

MARIA DELENE S. JUNCKES
SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM.

MICHELE MAIA DA SILVA
CONTROLE INTERNO

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.631.045,00	11.647.980,00	1.140.769,83	6.226.780,46	1.012.670,66	2.646.751,15	95,40	22,72	9.001.228,85
Legislativa	300.000,00	300.000,00	53.158,80	142.361,04	53.206,15	138.713,39	5,00	46,24	161.286,61
Ação Legislativa	300.000,00	300.000,00	53.158,80	142.361,04	53.206,15	138.713,39	5,00	46,24	161.286,61
Administração	1.282.850,15	1.282.850,15	149.252,21	491.330,14	150.491,05	413.218,52	14,89	32,21	869.631,63
Administração Geral	1.282.850,15	1.282.850,15	149.252,21	491.330,14	150.491,05	413.218,52	14,89	32,21	869.631,63
Segurança Pública	16.300,00	16.300,00	237,51	584,51	334,51	584,51	0,02	3,59	15.715,49
Defesa Civil	16.300,00	16.300,00	237,51	584,51	334,51	584,51	0,02	3,59	15.715,49
Assistência Social	130.216,00	161.786,00	12.038,20	46.748,84	13.796,92	41.050,07	1,48	25,37	120.735,93
Assistência ao Idoso	14.152,00	14.152,00	1.512,72	4.000,19	1.254,92	3.292,39	0,12	23,26	10.859,61
Assistência à Criança e ao Adolescente	93.564,00	125.134,00	10.525,48	42.748,65	12.542,00	37.757,68	1,36	30,17	87.376,32
Assistência Comunitária	22.500,00	22.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.500,00
Previdência Social	589.000,00	589.000,00	11.292,44	36.006,05	13.448,60	36.006,05	1,30	6,11	552.993,95
Previdência do Regime Estatutário	589.000,00	589.000,00	11.292,44	36.006,05	13.448,60	36.006,05	1,30	6,11	552.993,95
Saúde	1.557.285,60	1.561.285,60	266.619,43	770.157,52	248.792,30	665.381,66	23,98	42,62	895.903,94
Atenção Básica	1.557.285,60	1.561.285,60	266.619,43	770.157,52	248.792,30	665.381,66	23,98	42,62	895.903,94
Educação	1.680.718,70	1.709.053,70	349.676,67	866.892,60	276.986,98	731.067,18	26,35	42,78	977.986,52
Alimentação e Nutrição	69.924,00	69.924,00	11.597,74	28.087,65	10.560,86	23.527,16	0,85	33,65	46.396,84
Ensino Fundamental	1.118.076,14	1.146.411,14	225.155,53	547.292,23	175.543,36	450.287,40	16,23	39,28	696.123,74
Educação Infantil	473.218,56	473.218,56	111.443,40	285.432,72	87.842,76	251.172,62	9,05	53,08	222.045,94
Educação de Jovens e Adultos	19.500,00	19.500,00	1.480,00	6.080,00	3.040,00	6.080,00	0,22	31,18	13.420,00
Cultura	334.000,00	305.030,00	8.968,23	58.937,10	13.190,42	45.519,45	1,64	14,92	259.510,55
Difusão Cultural	334.000,00	305.030,00	8.968,23	58.937,10	13.190,42	45.519,45	1,64	14,92	259.510,55
Urbanismo	612.000,00	662.000,00	89.259,30	211.597,13	89.971,30	178.700,87	6,44	26,99	483.299,13
Infra-Estrutura Urbana	50.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Serviços Urbanos	562.000,00	657.000,00	89.259,30	211.597,13	89.971,30	178.700,87	6,44	27,20	478.299,13
Saneamento	10.000,00	10.000,00	0,00	1.312,80	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	10.000,00	0,00	1.312,80	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Gestão Ambiental	355.000,00	355.000,00	4.556,28	33.630,86	9.209,38	27.058,11	0,98	7,62	327.941,89
Preservação e Conservação Ambiental	355.000,00	355.000,00	4.556,28	33.630,86	9.209,38	27.058,11	0,98	7,62	327.941,89
Agricultura	310.944,50	310.944,50	31.482,80	99.132,46	29.642,01	71.471,69	2,58	22,99	239.472,81
Extensão Rural	310.944,50	310.944,50	31.482,80	99.132,46	29.642,01	71.471,69	2,58	22,99	239.472,81
Comércio e Serviços	72.500,00	72.500,00	12.570,75	19.830,98	8.028,95	15.184,18	0,55	20,94	57.315,82
Turismo	72.500,00	72.500,00	12.570,75	19.830,98	8.028,95	15.184,18	0,55	20,94	57.315,82

Continua 1/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.631.045,00	11.647.980,00	1.140.769,83	6.226.780,46	1.012.670,66	2.646.751,15	95,40	22,72	9.001.228,85
Transporte	2.018.730,05	3.966.730,05	105.554,45	3.319.977,76	64.103,89	162.699,75	5,86	4,10	3.804.030,30
Transporte Rodoviário	2.018.730,05	3.966.730,05	105.554,45	3.319.977,76	64.103,89	162.699,75	5,86	4,10	3.804.030,30
Desporto e Lazer	127.500,00	127.500,00	19.427,98	64.385,19	14.793,42	56.200,24	2,03	44,08	71.299,76
Desporto Comunitário	127.500,00	127.500,00	19.427,98	64.385,19	14.793,42	56.200,24	2,03	44,08	71.299,76
Encargos Especiais	110.000,00	110.000,00	26.674,78	63.895,48	26.674,78	63.895,48	2,30	58,09	46.104,52
Serviço da Dívida Interna	35.000,00	35.000,00	5.455,14	18.208,82	5.455,14	18.208,82	0,66	52,03	16.791,18
Transferências	75.000,00	75.000,00	21.219,64	45.686,66	21.219,64	45.686,66	1,65	60,92	29.313,34
Reserva de Contingência	124.000,00	108.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.000,00
Reserva de Contingência	124.000,00	108.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	192.850,00	193.215,00	43.633,88	127.571,40	43.633,88	127.571,40	4,60	66,03	65.643,60
Administração	40.000,00	40.000,00	5.256,83	15.580,86	5.256,83	15.580,86	0,56	38,95	24.419,14
Administração Geral	40.000,00	40.000,00	5.256,83	15.580,86	5.256,83	15.580,86	0,56	38,95	24.419,14
Assistência Social	6.250,00	6.250,00	850,54	2.534,03	850,54	2.534,03	0,09	40,54	3.715,97
Assistência à Criança e ao Adolescente	6.250,00	6.250,00	850,54	2.534,03	850,54	2.534,03	0,09	40,54	3.715,97
Saúde	37.500,00	37.500,00	12.229,83	35.733,39	12.229,83	35.733,39	1,29	95,29	1.766,61
Atenção Básica	37.500,00	37.500,00	12.229,83	35.733,39	12.229,83	35.733,39	1,29	95,29	1.766,61
Educação	61.600,00	61.965,00	18.156,13	53.249,54	18.156,13	53.249,54	1,92	85,93	8.715,46
Ensino Fundamental	36.600,00	36.965,00	10.464,68	30.206,04	10.464,68	30.206,04	1,09	81,72	6.758,96
Educação Infantil	25.000,00	25.000,00	7.691,45	23.043,50	7.691,45	23.043,50	0,83	92,17	1.956,50
Cultura	5.000,00	5.000,00	167,87	167,87	167,87	167,87	0,01	3,36	4.832,13
Difusão Cultural	5.000,00	5.000,00	167,87	167,87	167,87	167,87	0,01	3,36	4.832,13
Urbanismo	13.000,00	13.000,00	2.754,02	7.581,85	2.754,02	7.581,85	0,27	58,32	5.418,15
Serviços Urbanos	13.000,00	13.000,00	2.754,02	7.581,85	2.754,02	7.581,85	0,27	58,32	5.418,15
Gestão Ambiental	3.750,00	3.750,00	582,41	1.735,21	582,41	1.735,21	0,06	46,27	2.014,79
Preservação e Conservação Ambiental	3.750,00	3.750,00	582,41	1.735,21	582,41	1.735,21	0,06	46,27	2.014,79
Agricultura	8.750,00	8.750,00	1.720,31	4.715,59	1.720,31	4.715,59	0,17	53,89	4.034,41
Extensão Rural	8.750,00	8.750,00	1.720,31	4.715,59	1.720,31	4.715,59	0,17	53,89	4.034,41
Comércio e Serviços	1.000,00	1.000,00	133,08	560,05	133,08	560,05	0,02	56,01	439,95
Turismo	1.000,00	1.000,00	133,08	560,05	133,08	560,05	0,02	56,01	439,95

Continua 2/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	192.850,00	193.215,00	43.633,88	127.571,40	43.633,88	127.571,40	4,60	66,03	65.643,60
Transporte	16.000,00	16.000,00	1.782,86	5.713,01	1.782,86	5.713,01	0,21	35,71	10.286,99
Transporte Rodoviário	16.000,00	16.000,00	1.782,86	5.713,01	1.782,86	5.713,01	0,21	35,71	10.286,99
TOTAL (III) = (I + II)	9.823.895,00	11.841.195,00	1.184.403,71	6.354.351,86	1.056.304,54	2.774.322,55	100,00	23,43	9.066.872,45

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

SAO PEDRO DE ALCANTA, 23/07/2010

ERNEI JOSE STAHELIN	ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM	MARIA DELENE S. JUNCES	MICHELE MAIA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC/SC 19469	SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJ.	CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2009 a 2083

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2009	249.795,98	94.080,12	155.715,86	1.873.630,11
2010	168.096,87	83.188,76	84.908,11	1.958.538,22
2011	161.909,14	83.285,32	78.623,82	2.037.162,04
2012	155.882,04	83.826,45	72.055,59	2.109.217,63
2013	150.008,06	84.587,55	65.420,51	2.174.638,14
2014	144.279,63	85.550,66	58.728,97	2.233.367,11
2015	138.689,73	86.683,49	52.006,24	2.285.373,35
2016	133.231,61	88.167,51	45.064,10	2.330.437,45
2017	126.601,06	93.614,25	32.986,81	2.363.424,26
2018	120.824,71	96.648,40	24.176,31	2.387.600,57
2019	115.030,83	99.927,50	15.103,33	2.402.703,90
2020	110.274,50	100.218,46	10.056,04	2.412.759,94
2021	105.619,10	101.428,65	4.190,45	2.416.950,39
2022	94.386,49	123.146,76	-28.760,27	2.388.190,12
2023	89.877,42	122.664,37	-32.786,95	2.355.403,17
2024	84.972,88	123.730,15	-38.757,27	2.316.645,90
2025	80.790,27	122.854,21	-42.063,94	2.274.581,96
2026	75.141,58	126.933,27	-51.791,69	2.222.790,27
2027	70.698,65	127.353,76	-56.655,11	2.166.135,16
2028	66.883,44	125.983,57	-59.100,13	2.107.035,03
2029	62.436,04	126.797,83	-64.361,79	2.042.673,24
2030	58.575,59	126.827,23	-68.251,64	1.974.421,60
2031	47.690,49	149.478,65	-101.788,16	1.872.633,44
2032	42.210,78	154.214,44	-112.003,66	1.760.629,78
2033	37.073,52	157.763,95	-120.690,43	1.639.939,35
2034	30.315,44	166.708,39	-136.392,95	1.503.546,40
2035	26.190,79	167.047,55	-140.856,76	1.362.689,64
2036	19.066,26	177.098,88	-158.032,62	1.204.657,02
2037	16.739,33	171.438,12	-154.698,79	1.049.958,23
2038	13.245,96	170.047,01	-156.801,05	893.157,18
2039	10.011,33	168.009,89	-157.998,56	735.158,62
2040	7.545,65	163.661,56	-156.115,91	579.042,71
2041	6.636,39	154.478,67	-147.842,28	431.200,43
2042	4.544,51	150.425,23	-145.880,72	285.319,71
2043	2.377,89	146.828,52	-144.450,63	140.869,08
2044	1.832,42	137.705,65	-135.873,23	4.995,85
2045	253,73	132.567,36	-132.313,63	-127.317,78
2046	242,42	122.226,72	-121.984,30	-249.302,08
2047	231,29	112.410,62	-112.179,33	-361.481,41
2048	220,36	103.014,84	-102.794,48	-464.275,89
2049	0,00	94.875,07	-94.875,07	-559.150,96
2050	0,00	86.527,75	-86.527,75	-645.678,71
2051	0,00	78.671,54	-78.671,54	-724.350,25
2052	0,00	71.579,09	-71.579,09	-795.929,34
2053	0,00	64.813,53	-64.813,53	-860.742,87
2054	0,00	58.476,62	-58.476,62	-919.219,49
2055	0,00	52.686,94	-52.686,94	-971.906,43
2056	0,00	47.355,50	-47.355,50	-1.019.261,93
2057	0,00	42.397,01	-42.397,01	-1.061.658,94
2058	0,00	37.846,14	-37.846,14	-1.099.505,08
2059	0,00	33.567,28	-33.567,28	-1.133.072,36
2060	0,00	29.680,56	-29.680,56	-1.162.752,92
2061	0,00	26.128,66	-26.128,66	-1.188.881,58
2062	0,00	22.822,11	-22.822,11	-1.211.703,69
2063	0,00	19.835,11	-19.835,11	-1.231.538,80
2064	0,00	17.189,41	-17.189,41	-1.248.728,21
2065	0,00	14.855,33	-14.855,33	-1.263.583,54
2066	0,00	12.696,89	-12.696,89	-1.276.280,43
2067	0,00	10.838,49	-10.838,49	-1.287.118,92
2068	0,00	9.257,48	-9.257,48	-1.296.376,40



Município de SAO PEDRO DE ALCANTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2009 a 2083

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2069	0,00	7.807,88	-7.807,88	-1.304.184,28
2070	0,00	6.499,32	-6.499,32	-1.310.683,60
2071	0,00	5.379,13	-5.379,13	-1.316.062,73
2072	0,00	4.502,39	-4.502,39	-1.320.565,12
2073	0,00	3.773,21	-3.773,21	-1.324.338,33
2074	0,00	3.104,83	-3.104,83	-1.327.443,16
2075	0,00	2.531,47	-2.531,47	-1.329.974,63
2076	0,00	2.021,63	-2.021,63	-1.331.996,26
2077	0,00	1.594,48	-1.594,48	-1.333.590,74
2078	0,00	1.229,83	-1.229,83	-1.334.820,57
2079	0,00	933,74	-933,74	-1.335.754,31
2080	0,00	702,31	-702,31	-1.336.456,62
2081	0,00	517,00	-517,00	-1.336.973,62
2082	0,00	372,10	-372,10	-1.337.345,72
2083	0,00	0,00	0,00	-1.337.345,72

Projeção atuarial elaborada em 07/05/2010 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

SAO PEDRO DE ALCANTA, 23/07/2010

ERNEI JOSE STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
CONTADORA CRC/SC 19469

MARIA DELENE S. JUNCKES
SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM.

MICHELE MAIA DA SILVA
CONTROLE INTERNO



DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2009 A JUNHO/2010

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Jul/2009	Ago/2009	Set/2009	Out/2009	Nov/2009	Dez/2009	Jan/2010	Fev/2010	Mar/2010	Abr/2010	Mai/2010	Jun/2010	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	586.623,70	608.678,93	641.824,39	832.658,61	713.054,09	983.745,29	674.491,47	672.988,35	726.208,04	733.274,40	856.947,29	755.310,45	8.785.805,01	9.228.716,00
RECEITA TRIBUTARIA	30.885,48	35.379,65	45.439,65	77.549,34	30.371,15	45.572,41	43.071,83	38.492,85	45.752,54	31.613,31	32.910,00	63.407,60	520.445,81	607.605,00
I.P.T.U.	3.850,64	1.012,92	4.824,07	2.064,87	1.294,06	679,16	0,00	0,00	85,61	0,00	0,00	16.095,87	29.907,20	130.000,00
I.S.S.	20.833,19	25.184,51	30.760,31	63.902,91	21.055,67	29.410,54	30.342,57	21.072,84	24.901,01	18.820,64	16.636,37	19.510,65	322.431,21	300.000,00
I.T.B.I.	-773,16	2.554,08	1.784,79	6.365,02	3.170,11	3.595,25	3.304,97	2.650,31	4.028,22	1.997,02	5.703,01	20.086,75	54.466,37	50.000,00
I.R.R.F.	5.604,20	5.407,36	5.785,84	3.880,35	3.622,18	9.504,40	4.885,83	5.757,56	6.294,76	7.719,77	6.624,94	5.732,27	70.819,46	89.000,00
Outras Receitas Tributárias	1.370,61	1.220,78	2.284,64	1.336,19	1.229,13	2.383,06	4.538,46	9.012,14	10.442,94	3.075,88	3.945,68	1.982,06	42.821,57	38.605,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	38.985,04	23.821,18	25.761,11	21.478,04	41.876,80	38.549,06	3.528,23	18.690,38	28.970,95	44.521,31	72.061,21	32.889,55	391.132,86	315.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	20.748,64	18.169,98	17.770,94	19.382,94	19.923,32	22.306,86	23.840,73	20.819,70	31.444,88	16.733,16	35.577,69	36.290,37	283.009,21	268.070,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	454,52	454,52	785,49	454,52	454,52	454,52	454,52	454,52	0,00	454,52	818,36	665,60	5.905,61	7.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	484.917,74	516.242,63	538.913,58	690.062,97	597.855,60	856.017,68	586.906,66	576.594,82	595.339,20	625.943,73	699.472,60	635.604,92	7.403.872,13	7.783.217,00
Cota-Parte do F.P.M.	238.751,14	277.746,26	245.865,39	282.826,72	353.041,96	543.271,69	291.295,49	355.650,81	264.197,38	316.548,12	389.735,18	338.240,57	3.897.170,71	4.600.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	111.200,05	100.402,22	140.232,92	118.965,56	106.220,77	179.126,85	139.480,64	116.728,67	146.667,00	142.931,57	133.595,36	138.741,90	1.574.293,51	1.480.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	19.961,83	16.870,05	19.634,75	19.103,15	13.478,36	11.455,91	10.928,77	17.967,82	29.800,22	23.333,06	25.803,10	19.726,11	228.063,13	177.000,00
Cota-Parte do ITR.	348,09	23,10	1.521,23	5.757,99	441,56	499,85	62,07	136,75	146,45	17,17	199,98	10,81	9.165,05	10.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	9.641,68	2.412,36	3.068,68	2.434,51	3.534,02	2.857,70	2.780,09	2.541,67	2.678,76	2.639,51	3.084,03	37.673,01	45.000,00
Transferências da LC 87/1996	920,03	920,03	920,03	920,03	920,03	920,03	926,87	926,87	926,87	926,87	926,87	926,87	11.081,40	12.000,00
Transferências do FUNDEB	52.211,41	54.592,28	56.939,48	57.624,02	60.104,10	65.349,74	67.166,47	59.605,29	65.940,00	69.873,15	68.750,46	68.622,75	746.779,15	655.000,00
Outras Transferências Correntes	61.525,19	56.047,01	71.387,42	201.796,82	61.214,31	51.859,59	74.188,65	22.798,52	85.119,61	69.635,03	77.822,14	66.251,88	899.646,17	804.217,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.632,28	14.610,97	13.153,62	23.730,80	22.572,70	20.844,76	16.689,50	17.936,08	24.700,47	14.008,37	16.107,43	-13.547,59	181.439,39	247.824,00
DEDUÇÕES (II)	83.255,98	93.771,11	92.928,48	86.128,24	117.171,67	138.734,51	92.638,36	108.818,06	107.078,41	121.842,63	124.489,97	114.767,37	1.281.624,79	1.337.121,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	9.019,90	12.650,63	10.811,32	0,00	21.864,38	23.497,42	3.528,23	9.979,20	18.236,77	24.555,69	13.910,17	14.621,55	162.675,26	175.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	74.236,08	81.120,48	82.117,16	86.128,24	95.307,29	115.237,09	89.110,13	98.838,86	88.841,64	97.286,94	110.579,80	100.145,82	1.118.949,53	1.162.121,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	503.367,72	514.907,82	548.895,91	746.530,37	595.882,42	845.010,78	581.853,11	564.170,29	619.129,63	611.431,77	732.457,32	640.543,08	7.504.180,22	7.891.595,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

SAO PEDRO DE ALCANTA, 23/07/2010

ERNEI JOSE STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
CONTADORA CRC/SC 19469

MARIA DELENE S. JUNCKES
SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM.

MICHELE MAIA DA SILVA
CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2010

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	7.270.433,08	7.504.180,22	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	1.599.495,28	1.650.919,65	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

SAO PEDRO DE ALCANTA, 23/07/2010

 ERNEI JOSE STAHELIN
 PREFEITO MUNICIPAL

 ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
 CONTADORA CRC/SC 19469

 MARIA DELENE S. JUNCES
 SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM.

 MICHELE MAIA DA SILVA
 CONTROLE INTERNO



DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - Poder Executivo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	7.504.180,22	—
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.200.668,84	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	525.292,62	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

SAO PEDRO DE ALCANTA, 23/07/2010

ERNEI JOSE STAHELIN
PREFEITO MUNICIPALANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
CONTADORA CRC/SC 19469MARIA DELENE S. JUNCKES
SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM.MICHELE MAIA DA SILVA
CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.353.250,00	74.571,82	0,00	5.278.678,18
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.353.250,00	74.571,82	0,00	5.278.678,18
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.353.250,00	-74.571,82		-5.278.678,18

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

SAO PEDRO DE ALCANTA, 23/07/2010

ERNEI JOSE STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
CONTADORA CRC/SC 19469

MARIA DELENE S. JUNCKES
SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM.

MICHELE MAIA DA SILVA
CONTROLE INTERNO



DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Município de SÃO PEDRO DE ALCÂNT.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Entidade: INSPA - INST. DE PREV. DE SAO PEDRO DE ALCANTARA

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	344.000,00	344.000,00	180.940,79	180.940,79	152.794,68
RECEITAS CORRENTES	344.000,00	344.000,00	180.940,79	180.940,79	152.794,68
Receita de Contribuições dos Segurados	175.000,00	175.000,00	84.831,61	84.831,61	66.898,84
Pessoal Civil	175.000,00	175.000,00	84.831,61	84.831,61	66.898,84
Ativo	175.000,00	175.000,00	84.831,61	84.831,61	66.898,84
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	169.000,00	169.000,00	95.776,90	95.776,90	85.831,34
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	169.000,00	169.000,00	95.776,90	95.776,90	85.831,34
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	332,28	332,28	64,50
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	278,28	278,28	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	54,00	54,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	270.000,00	270.000,00	128.923,67	128.923,67	95.549,15
RECEITAS CORRENTES	270.000,00	270.000,00	128.923,67	128.923,67	95.549,15
Receita de Contribuições Patronais	270.000,00	270.000,00	128.923,67	128.923,67	95.549,15
Pessoal Civil	270.000,00	270.000,00	128.923,67	128.923,67	95.549,15
Ativo	270.000,00	270.000,00	128.923,67	128.923,67	95.549,15
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de SÃO PEDRO DE ALCÂNT.
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO
Entidade: INSPA - INST. DE PREV. DE SAO PEDRO DE ALCANTARA

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	614.000,00	614.000,00	309.864,46	309.864,46	248.343,83
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	614.000,00	614.000,00	36.006,05	36.006,05	34.072,82
ADMINISTRAÇÃO	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	10.620,10
Despesas Correntes	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	10.620,10
Despesas de Capital	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	539.000,00	539.000,00	36.006,05	36.006,05	23.452,72
Pessoal Civil	0,00	0,00	25.047,09	25.047,09	23.452,72
Aposentadorias	0,00	0,00	14.093,69	14.093,69	17.738,30
Pensões	0,00	0,00	10.953,40	10.953,40	5.714,42
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	539.000,00	539.000,00	10.958,96	10.958,96	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de SÃO PEDRO DE ALCÂNT.
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO
Entidade: INSPA - INST. DE PREV. DE SAO PEDRO DE ALCANTARA

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
Demais Despesas Previdenciárias	539.000,00	539.000,00	10.958,96	10.958,96	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	614.000,00	614.000,00	36.006,05	36.006,05	34.072,82
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	0,00	0,00	273.858,41	273.858,41	214.271,01
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2010	Até o Semestre/2009
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			25.000,00		
BENS E DIREITOS DO RPPS	MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		2009	
		2010	2009		
Bancos Conta Movimento	36.120,58	67.678,94	31.890,21		
Investimentos	2.252.454,26	2.271.640,95	1.790.883,00		

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	66.176,92	66.176,92	47.968,10
DEDUÇÕES (II)	2.503.885,92	2.503.885,92	3.428.247,79
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.013.509,82	2.013.509,82	2.937.614,88
Demais Haveres Financeiros	515.283,39	515.283,39	515.283,39
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	24.907,29	24.907,29	24.650,48
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.437.709,00	-2.437.709,00	-3.380.279,69
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.437.709,00	-2.437.709,00	-3.380.279,69

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Jun 2010 (C - A)
VALOR	-942.570,69	-942.570,69

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.357.602,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (A)	Em 31 Dez 2009 (B)	Em 30 Jun 2010 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	3.112.823,32	3.112.823,32	3.112.823,32
Passivo Atuarial	3.112.823,32	3.112.823,32	3.112.823,32
DEDUÇÕES (VIII)	2.065.461,48	2.065.461,48	2.339.319,89
Disponibilidade de Caixa Bruta	98.921,42	98.921,42	67.678,94
Investimentos	1.966.540,06	1.966.540,06	2.271.640,95
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	1.047.361,84	1.047.361,84	773.503,43
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	1.047.361,84	1.047.361,84	773.503,43

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

SAO PEDRO DE ALCANTA, 23/07/2010

ERNEI JOSE STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
CONTADORA CRC/SC 19469

MARIA DELENE S. JUNCKES
SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM.

MICHELE MAIA DA SILVA
CONTROLE INTERNO



DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2010	Até o Semestre 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	8.070.825,00	3.798.633,95	3.798.633,95	3.557.682,11
Receita Tributária	607.605,00	255.248,13	255.248,13	397.869,85
I.P.T.U.	130.000,00	16.181,48	16.181,48	122.870,35
I.S.S.	300.000,00	131.284,08	131.284,08	189.657,66
I.T.B.I.	50.000,00	37.770,28	37.770,28	28.521,12
I.R.R.F.	89.000,00	37.015,13	37.015,13	29.252,00
Outras Receitas Tributárias	38.605,00	32.997,16	32.997,16	27.568,72
Receita de Contribuição	585.000,00	329.585,30	329.585,30	211.045,71
Receitas Previdenciárias	445.000,00	213.755,28	213.755,28	162.447,99
Outras Contribuições	140.000,00	115.830,02	115.830,02	48.597,72
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	268.070,00	164.706,53	164.706,53	120.603,94
(-) Aplicações Financeiras	268.070,00	164.706,53	164.706,53	120.603,94
Transferências Correntes	6.623.396,00	3.135.058,74	3.135.058,74	2.884.994,82
F.P.M.	3.753.572,00	1.564.534,18	1.564.534,18	1.511.258,34
I.C.M.S.	1.209.249,00	654.516,58	654.516,58	547.001,34
Convênios	117.175,00	40.362,29	40.362,29	1.600,40
Outras Transferências Correntes	1.543.400,00	875.645,69	875.645,69	825.134,74
Demais Receitas Correntes	254.824,00	78.741,78	78.741,78	63.771,73
Dívida Ativa	60.486,00	38.677,35	38.677,35	17.121,50
Diversas Receitas Correntes	194.338,00	40.064,43	40.064,43	46.650,23
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.485.000,00	500.000,00	500.000,00	17.604,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	40.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.445.000,00	500.000,00	500.000,00	17.604,00
Convênios	1.445.000,00	500.000,00	500.000,00	17.604,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.445.000,00	500.000,00	500.000,00	17.604,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	9.515.825,00	4.298.633,95	4.298.633,95	3.575.286,11
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2010	Até o Semestre 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	6.379.945,00	2.699.750,73	2.699.750,73	2.414.256,16
Pessoal e Encargos Sociais	3.499.964,67	1.699.413,56	1.699.413,56	1.428.380,63
Juros e Encargos da Dívida (IX)	4.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.875.980,33	1.000.337,17	1.000.337,17	985.875,53
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	6.375.945,00	2.699.750,73	2.699.750,73	2.414.256,16
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.353.250,00	74.571,82	74.571,82	76.515,33
Investimentos	5.322.250,00	56.363,00	56.363,00	58.692,13
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	31.000,00	18.208,82	18.208,82	17.823,20
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.322.250,00	56.363,00	56.363,00	58.692,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	108.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	108.000,00	-	-	-



Município de SAO PEDRO DE ALCANTA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2010	Até o Semestre 2009
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	11.806.195,00	2.756.113,73	2.756.113,73	2.472.948,29
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.290.370,00	1.542.520,22	1.542.520,22	1.102.337,82
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	11.690,30	0,00
Superávit Financeiro	-	-	11.690,30	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				273.070,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

SAO PEDRO DE ALCANTA, 23/07/2010

ERNEI JOSE STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
CONTADORA CRC/SC 19469

MARIA DELENE S. JUNCES
SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM.

MICHELE MAIA DA SILVA
CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO
 Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2009			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	21.554,54	-	21.554,54	-	20.315,37	474.858,75	15,21	483.269,07	11.889,84
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	21.554,54	0,00	21.554,54	0,00	20.315,37	474.858,75	15,21	483.269,07	11.889,84
ENCARGOS GERAIS	0,00	3.152,53	0,00	3.152,53	0,00	0,00	5.678,34	0,00	5.678,34	0,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO	0,00	83,54	0,00	83,54	0,00	0,00	272,18	0,00	0,00	272,18
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, E DESPORTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.730,37	0,00	0,00	12.980,37	750,00
SECRETARIA DA SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	803,68	0,00	803,68	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	4.747,36	0,00	4.747,36	0,00	0,00	56.811,07	0,00	55.838,03	973,04
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365,00	0,00	0,00	0,00	365,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	574,77	0,00	12,32	5.062,45
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, E DESPORTO	0,00	4.688,43	0,00	4.688,43	0,00	0,00	189.074,52	0,00	187.613,73	1.460,79
SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇO	0,00	8.882,68	0,00	8.882,68	0,00	0,00	219.735,86	0,00	218.596,67	1.139,19
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.720,00	1.908,33	15,21	1.745,93	1.867,19
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	21.554,54	0,00	21.554,54	0,00	20.315,37	474.858,75	15,21	483.269,07	11.889,84

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

SAO PEDRO DE ALCANTA, 23/07/2010

ERNEI JOSE STAHELIN
 PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
 CONTADORA CRC/SC 19469

MARIA DELENE S. JUNCKES
 SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM

MICHELE MAIA DA SILVA
 CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - Poder Legislativo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Até o 1º Semestre de 2010

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	257.748,05	3,43
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	450.250,81	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	427.738,27	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.990.288,47	-39,85
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	9.005.016,26	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.650.919,65	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.200.668,84	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	525.292,62	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	1.235,00	(3.955,87)

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

SAO PEDRO DE ALCANTA, 23/07/2010

ERNEI JOSE STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
CONTADORA CRC/SC 19469

MARIA DELENE S. JUNCKES
SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM.

MICHELE MAIA DA SILVA
CONTROLE INTERNO



DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Semestre de 2010

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.263.934,47	43,49
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	4.052.257,32	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	3.849.644,45	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.990.288,47	-39,85
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	9.005.016,26	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.650.919,65	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.200.668,84	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	525.292,62	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	3.364.047,02	2.301.972,51

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

SAO PEDRO DE ALCANTA, 23/07/2010

ERNEI JOSE STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
CONTADORA CRC/SC 19469

MARIA DELENE S. JUNCKES
SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM.

MICHELE MAIA DA SILVA
CONTROLE INTERNO



DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	40.000,00	0,00	40.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	0,00	40.000,00
TOTAL	40.000,00	0,00	40.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Semestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2009 (h)	Em 2010 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

SAO PEDRO DE ALCANTA, 23/07/2010

ERNEI JOSE STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
CONTADORA CRC/SC 19469

MARIA DELENE S. JUNCES
SEC. ADM. FINANÇAS E PLANEJAM.

MICHELE MAIA DA SILVA
CONTROLE INTERNO



DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município e São Pedro de Alcântara
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2010/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 – Anexo XVII

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS		No Semestre	Até o Semestre
Previsão Inicial da Receita		-	9.823.895,00
Previsão Atualizada da Receita		-	9.823.895,00
Receitas Realizadas		4.463.340,48	4.463.340,48
Déficit Orçamentário		0,00	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores		0,00	11.690,30
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS		No Semestre	Até o Semestre
Dotação Inicial		-	9.823.895,00
Créditos Adicionais			2.017.300,00
Dotação Atualizada		-	11.841.195,00
Despesas Empenhadas		6.354.351,86	6.354.351,86
Despesas Liquidadas		2.774.322,55	2.774.322,55
Superávit Orçamentário			1.689.017,93
DESPESAS POR FUNÇÃO		No Semestre	Até o Semestre
Despesas Empenhadas		6.354.351,86	6.354.351,86
Despesas Liquidadas		2.774.322,55	2.774.322,55
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Semestre
Receita Corrente Líquida			7.504.180,22
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Semestre	Até o Semestre
Regime Próprio de Previdência Social			
Dos Servidores Públicos			
Receitas Previdenciárias (III)		309.864,46	309.864,46
Despesas Previdenciárias (IV)		36.006,05	36.006,05
Resultado Previdenciário (III-IV)		273.858,41	273.858,41
RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado até o Semestre
Resultado Nominal		-1.357.602,00	-942.570,69
Resultado Primário		273.070,00	1.542.520,22
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR		Cancelamento até o Semestre	Pagamento até o Semestre
Inscrição			
RESTOS A PAGAR			
PROCESSADOS	24.907,29	0,00	24.907,29
EXECUTIVO			
NÃO-PROCESSADOS	520.824,46	3.309,61	500.801,61
TOTAL	545.731,75	3.309,61	525.708,90
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais % Mínimo % Aplicado
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenv. do Ensino – MDE		865.063,38	25% 27,14%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEF na Remuneração dos Professores do Ensino Fundamental		354.105,13	60% 88,53%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Operação de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		74.571,82	5.278.678,18
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDENCIA		2010 2018	2028 2043



Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

Receitas Previdenciárias(III)	168.096,87	120.824,71	66.883,44	2.377,89
Despesas Previdenciárias(IV)	83.188,76	96.648,40	125.983,57	146.828,52
Resultado Previdenciário (III-IV)	84.908,11	24.176,31	-59.100,13	-144.450,63

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Semestre	Saldo a realizar
---	------------------------------	------------------

Receita de Capital Resultante da Alienação De Ativos	0,00	40.000,00
--	------	-----------

Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00
---	------	------

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Semestre	Limite Constitucional % Mínimo % Aplicado
---	------------------------------	---

Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	536.075,58	15% 16,82%
--	------------	-----------------

São Pedro de Alcântara, 21 de julho de 2010.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM
CONTADORA CRC 19.469/SC



Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de licitação tomada de preços para obras e serviços de engenharia Nº. 08/2010 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 08/2010 - PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 126/2010-PMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Pavimentação Asfáltica das Ruas São Paulo, perfazendo a área total de 1.450,74m² e Amazonas, perfazendo a área total de 5.551,48m², localizadas no Centro, do Município de Schroeder/SC, de acordo com projetos, memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento convocatório e conforme Contrato de Repasse nº. 324.994-64/2010, com o Ministério das Cidades.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 11 de agosto de 2010 às 14h.

Abertura do Processo: 11 de agosto de 2010 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 27 de julho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Registro de Preços Nº 62/2010 - PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201.

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/ SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2010 - PMS

PROCESSO Nº. 129/2010-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de areia para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde e Assistência Social e Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 10 de agosto de 2010 às 14h.

Abertura do Processo: 10 de agosto de 2010 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como maiores informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 27 de julho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2010-PMS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2010-PMS

O Prefeito Municipal FELIPE VOIGT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR o credenciamento da rádio:

- DJ COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIO-DIFUSÃO LTDA.

Sendo o valor a ser pago de R\$ 22,00 (Vinte e dois reais), por inserção de 30 segundos, para o credenciamento de entidades prestadoras de serviços especializados de emissoras de radiofusão e ondas médias AM e FM, empresas permissionárias a prestar serviços nos Municípios de Jaraguá do Sul, Guaratuba, Corupá e Schroeder, com captação pela população da zona urbana e rural do Município de Schroeder/SC, para veiculação de publicidade dos atos oficiais, avisos, eventos, e campanhas de municipalidade de Schroeder, com inserções de 30 segundos cada, distribuídos nas rádios credenciadas, com abrangência Municipal e Regional para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento e Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde e Assistência Social e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC.

Schroeder, 26 de julho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº. 06/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 06/2010-PMS

O Prefeito Municipal, FELIPE VOIGT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Tomada de Preço nº. 06/2010 - PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço global, determinando que seja dada ciência aos participantes:



Objeto: Consiste na contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), da ampliação da Estação de Tratamento de Água de Schroeder - ETA, localizada na Estada Schroeder III, Bracinho no município de Schroeder/SC, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento convocatório.

Empresa vencedora: CONSTRUTORA GOMES E GOMES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 52.135.567/0001-30, estabelecida a rua Euclides da Cunha, nº. 482, sala 302, Centro, na cidade de Palmito, Estado de Santa Catarina, CEP: 89887-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 618.776,95 (seiscentos e dezoito mil setecentos e setenta e seis reais e noventa e cinco centavos).

Schroeder, 26 de julho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº. 150/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 150/2010-PMS

Processo de licitação nº. 110/2010 - PMS - Modalidade Tomada de Preços nº. 06/2010 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Contratada: CONSTRUTORA GOMES E GOMES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 52.135.567/0001-30, estabelecida a rua Euclides da Cunha, nº. 482, sala 302, Centro, na cidade de Palmito, Estado de Santa Catarina, CEP: 89887-000.

Objeto: Consiste na contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), da ampliação da Estação de Tratamento de Água de Schroeder - ETA, localizada na Estada Schroeder III, Bracinho no município de Schroeder/SC, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento convocatório.

Valor: R\$ 618.776,95 (seiscentos e dezoito mil setecentos e setenta e seis reais e noventa e cinco centavos).

Data da Assinatura: 26/07/2010 - Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO Nº 18/2009-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2009**Número do Registro de Preços: 11/2009****Data do Registro: 27/10/2009****Válido até: 27/10/2010**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios e de higiene/limpeza, para compor cestas básicas para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao long

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	Açúcar refinado especial, embalagem de 1kg	KG	COMÉRCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S.A. (6027)	DUÇULA	2,0200	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (6264)	DA BARRA	2,0300	2
			DISTRIBUIDORA DE MERADORIAS MARTINI LTDA ME (6227)	DA BARRA	2,0500	3
			EXPRESAO COMERCIO DE MAT. DE INF. E SERVIÇOS LTDA (6263)	ALTO ALEGRE	2,0800	4
2	Arroz parborizado, longo fino, tipo 1, embalagem de 1kg	KG	COMÉRCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S.A. (6027)	ITAJARA	1,5900	1
			DISTRIBUIDORA DE MERADORIAS MARTINI LTDA ME (6227)	KIBELEZA	1,6000	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (6264)	MINUTINHO	1,6400	3
			EXPRESAO COMERCIO DE MAT. DE INF. E SERVIÇOS LTDA (6263)	PILÃO	1,6400	4
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (6232)	ITAJARA	1,7000	5
3	Biscoito de leite, dupla embalagem, peso líquido 400g	UN	COMÉRCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S.A. (6027)	ISABELA	2,3900	1
			DISTRIBUIDORA DE MERADORIAS MARTINI LTDA ME (6227)	NINFA	2,4000	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (6264)	PARATY	2,6000	3
			EXPRESAO COMERCIO DE MAT. DE INF. E SERVIÇOS LTDA (6263)	ISABELA	2,6100	4
4	Café torrado e moído, extra forte, peso líquido 500g	UN	COMÉRCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S.A. (6027)	MARACANÁ	5,0100	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (6264)	3 CORAÇÕES	5,2000	2
			EXPRESAO COMERCIO DE MAT. DE INF. E SERVIÇOS LTDA (6263)	LONDRINA	5,2500	3
5	Extrato de tomate, base de tomate para molho, peso líquido 350g	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (6264)	PREDILETA	1,3000	1
			COMÉRCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S.A. (6027)	QUERO	1,5300	2
			EXPRESAO COMERCIO DE MAT. DE INF. E SERVIÇOS LTDA (6263)	FUGINI	1,7000	3
6	Leite em pó integral instantâneo, enriquecido com vitaminas A e D, peso líquido 400g	UN	ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (6232)	SANCOR	5,0000	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (6264)	SANCOR	5,0100	2
			COMÉRCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S.A. (6027)	MAXUL	5,1300	3
7	Óleo de soja extra refinado, sem colesterol, com todos os óleos vegetais, embalagem 900ml	UN	EXPRESAO COMERCIO DE MAT. DE INF. E SERVIÇOS LTDA (6263)	SOYA	2,7800	1
			COMÉRCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S.A. (6027)	PURITY	2,7900	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (6264)	SINHA	2,8000	3
8	Farinha de milho tipo fubá amarelo, enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem de 1kg	KG	MAXIMA PAPELARIA LTDA (6264)	SINHA	1,1500	1
			COMÉRCIO E INDUSTRIA BREITHAUP S.A. (6027)	MOINHO JARAGUÁ	1,4600	2



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2009

Número do Registro de Preços: 11/2009		Data do Registro: 27/10/2009		Válido até: 27/10/2010		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios e de higiene/limpeza, para compor cestas básicas para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao long						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
9	Farina de trigo tipo 1, fortificada com ferro e ácido fólico, (vitamina B9), para uso doméstico, embalagem de 1kg	KG	EXPRESAO COMERCIO DE MAT. DE INF. E SERVIÇOS LTDA (6263)	JURÉIA	1,5400	3
			ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (6232)	REALTA	1,4900	1
			COMÉRCIO E INDUSTRIA BREITHAAPT S.A. (6027)	ORQUÍDEA	1,5000	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (6264)	NORDESTE	1,5600	3
10	Macarrão - Massa com ovos tipo parafuso, peso líquido 500g	UN	EXPRESAO COMERCIO DE MAT. DE INF. E SERVIÇOS LTDA (6263)	DOM PEDRO	2,2800	4
			COMÉRCIO E INDUSTRIA BREITHAAPT S.A. (6027)	GERMANI	1,3800	1
			EXPRESAO COMERCIO DE MAT. DE INF. E SERVIÇOS LTDA (6263)	GERMANI	1,9800	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (6264)	PARATY	1,9900	3
11	Sabonete para banho, em barra, peso líquido 90g	UN	ADMINISTRA DIS. E MAT. DE ESCR. LTDA ME (6232)	DELIZIA	2,0100	4
			COMÉRCIO E INDUSTRIA BREITHAAPT S.A. (6027)	FRANCIS	0,7000	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (6264)	YARA	0,7100	2
			ORBENK PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (6228)	LUX LUXO	1,2000	3
12	Lava roupas perfumado, biodegradável, com poder amaciante para uso domiciliar, peso líquido 1kg	KG	EXPRESAO COMERCIO DE MAT. DE INF. E SERVIÇOS LTDA (6263)	ASSIM	3,8400	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (6264)	TIXAN	3,8500	2
			ORBENK PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (6228)	ASSOLAN	5,0000	3
13	Creme dental com flúor, 100% branco, sabor menta refrescante, peso líquido 90g	UN	COMÉRCIO E INDUSTRIA BREITHAAPT S.A. (6027)	CONDOR	1,1800	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (6264)	SORRISO	1,4000	2
			EXPRESAO COMERCIO DE MAT. DE INF. E SERVIÇOS LTDA (6263)	ACTIVE	1,4100	3
14	Papel higiênico, folha simples de alta qualidade, 100% fibras naturais, picotado, não perecível, embalagem com 4 rolos de 30m x 10cm.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (6264)	FAMILIAR	1,1000	1
			ORBENK PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (6228)	LITORAL	1,5000	2
			COMÉRCIO E INDUSTRIA BREITHAAPT S.A. (6027)	BOB	1,6100	3
15	Detergente de louça, de uso geral, neutro, embalagem de 500ml	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (6264)	GOTA LIMPTA	0,7800	1
			COMÉRCIO E INDUSTRIA BREITHAAPT S.A. (6027)	ZAVASKI	0,8700	2
			ORBENK PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (6228)	BRASQUIL	0,8800	3
16	Feijão, tipo preto, embalagem com 1Kg.	KG	COMÉRCIO E INDUSTRIA BREITHAAPT S.A. (6027)	MOINHO JARAGUÁ	2,0900	1
			DISTRIBUIDORA DE MERADORIAS MARTINI LTDA ME (6227)	SABOR SUL	2,1000	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (6264)	CALDÃO	2,1400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 11/2009**Número do Registro de Preços: 11/2009****Data do Registro: 27/10/2009****Válido até: 27/10/2010**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios e de higiene/limpeza, para compor cestas básicas para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao long

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
------	---------------	-------	------------	-----------------	----------------	---------------

EXPRESAO COMERCIO DE MAT. DE INF. E SERVIÇOS LTDA
(6263)

GIASSI

2,1600

4

SCHROEDER , 27 de Outubro de 2009.

ATA DE REGSITRO DE PREÇO PR 03/2010-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2010**Número do Registro de Preços: 2/2010****Data do Registro: 27/01/2010****Válido até: 27/01/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviço de transporte de passageiros para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipa

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	<p>"<input type="checkbox"/> Contratação de 03 (três) ônibus com no mínimo 45 lugares cada, para transporte dentro do município de dos idosos do clube de idosos alegre vida, para os encontros a serem realizados sempre no primeiro domingo de cada mês. os ônibus terão que sair da garagem por volta das 12h30min dirigindo-se respectivamente para os bairros: Bracinho, Rancho Bom e Schroeder I. Dando condições a todos de estarem presentes ao início do encontro marcado às 14h. O mesmo acontece no final do encontro às 17h, quando os participantes deverão ser levados para o seu local de origem - Total aproximado 1950 km (Fundo de Assistência Social).</p> <p>"<input type="checkbox"/> Contratação de ônibus com até 45 lugares (caminhada) - Transporte do Centro Schroeder até Bairro Schroeder III, Local: MORRO PELADO - Total 15 km (Prefeitura).</p> <p>"<input type="checkbox"/> Contratação de ônibus com até 45 lugares (caminhada) - Transporte do Centro Schroeder até Bairro Braço do Sul e Bairro Rancho Bom, Local: SERRA DO AGUDO - Total aproximado 25 km (Prefeitura).</p> <p>"<input type="checkbox"/> Contratação de ônibus com até 45 lugares (caminhada) - Transporte do Centro Schroeder até Bairro Itoupava-Açú, Local: RECANTO RENASCER - Total aproximado 30 km (Prefeitura)</p> <p>"<input type="checkbox"/> Contratação de ônibus com até 45 lugares (caminhada) - Transporte do Centro Schroeder até Bairro Duas Mamas e Bairro Rio Hern, Local: SERRA DO CANIVETE - Total aproximado 30 km (Prefeitura).</p> <p>"<input type="checkbox"/> Contratação de ônibus com até 45 lugares (caminhada) - Transporte Outros Eventos- Total aproximado 150 km</p> <p>"<input type="checkbox"/> Contratação de ônibus turismo de até 43 lugares com sanitário - PRIMEIRO SEMESTRE 2010 ou SEGUNDO SEMESTRE 2010 - Transporte Outros Eventos - Total aproximado 800 km (Prefeitura).</p>	KM	TRANSPANTANAL TRASNPOTES DE PASSAGEIROS LTDA (7257)		3,5000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2010**Número do Registro de Preços: 2/2010****Data do Registro: 27/01/2010****Válido até: 27/01/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviço de transporte de passageiros para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
2	<p>"<input type="checkbox"/> Contratação de Micro-ônibus executivo com até 28 lugares com sanitário (caminhada) - Transporte do Centro Schroeder até Itoupava-Açú e Hotel Vale das Hortênsias, Local: SERRA RIO DO JÚLIO - Total aproximado 250 km, Obs.: depois de levar os participantes até o bairro Itoupava-Açú, será necessário o transporte subir pela serra Dona Francisca para ter acesso ao hotel e retornar pela mesma via. (Prefeitura).</p> <p>"<input type="checkbox"/> Contratação de Micro-ônibus executivo com até 28 lugares com sanitário - PRIMEIRO SEMESTRE 2010 ou SEGUNDO SEMESTRE 2010 - Transporte do Centro de Schroeder até Itajaí, Local: ESTAÇÃO DE PESQUISA - Total aproximado 250 km (Prefeitura).</p> <p>"<input type="checkbox"/> Contratação de Micro-ônibus executivo com até 28 lugares com sanitário - PRIMEIRO SEMESTRE 2010 ou SEGUNDO SEMESTRE 2010 - Transporte do Centro de Schroeder até Corupá, Local: PROPRIEDADES QUE PRODUZEM PLANTAS ORNAMENTAIS - Total aproximado 80 km (Prefeitura).</p> <p>"<input type="checkbox"/> Contratação de Micro-ônibus executivo com até 28 lugares com sanitário - PRIMEIRO SEMESTRE 2010 ou SEGUNDO SEMESTRE 2010 - Transporte do Centro de Schroeder até São José dos Pinhais/PR Local: PROPRIEDADES AGRÍCOLAS - Total aproximado 500 km (Prefeitura).</p> <p>"<input type="checkbox"/> Contratação de Micro-ônibus executivo com até 28 lugares com sanitário - PRIMEIRO SEMESTRE 2010 ou SEGUNDO SEMESTRE 2010 - Transporte Outros Eventos - Total aproximado 300 km (Prefeitura).</p> <p>"<input type="checkbox"/> Contratação de ônibus turismo de até 43 lugares com sanitário - PRIMEIRO SEMESTRE 2010 ou SEGUNDO SEMESTRE 2010 - Transporte do Centro de Schroeder até Concórdia, Local: COPAFAC - Total aproximado 1000 km (Prefeitura).</p>	KM	TRANSPANTANAL TRASNPOTES DE PASSAGEIROS LTDA (7257)		3,1000	1

SCHROEDER, 27 de Janeiro de 2010.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO Nº 97/2009-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 50/2009**Número do Registro de Preços: 50/2009****Data do Registro: 27/10/2009****Válido até: 27/10/2010**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria Municipal de Saneamento

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
1	BINDER CLIPS COM 3 CM DE LARGURA - MEDIO	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		0,4700	1
2	BINDER CLIPS COM 5 CM DE LARGURA - GRANDE	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		0,7200	1
3	Bloco para recado auto-adesivo - pacote com 03 blocos de 100 folhas cada, com cores sortidas (estilo néon - laranja, verde, rosa, etc.) largura 76mm, comprimento 76mm, tipo removível	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		3,4000	1
4	Papel térmico para fax medidas 215mm x 30m. Caixa com 20 bobinas.	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		98,0000	1
5	Bobina para máquina de calcular, material papel monolúcido, gramatura 75g, cor branca, largura 60 mm x 30 m - caixa 30 unidades.	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		26,0000	1
6	Caderno Protocolo/Correspondência capa dura, formato 154x216 mm, com no mínimo 100 folhas.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		5,0000	1
7	Caixa para arquivo morto de papelão de espessura mínima de 02mm. As medidas da caixa quando montada devem ser de: 30 cm de altura, 18 cm de largura, 43 cm de comprimento. Com furos de no mínimo 2 cm de diâmetro nas laterais e na tampa da caixa.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		3,5000	1
8	Cd gravável com capa plástica.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		3,7000	1
9	DVD - R c/ capa PLÁSTICA	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		2,7500	1
10	Clipes nº. 3/0 - Caixa com 500 gramas	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		7,0000	1
11	Clipes nº. 4/0 - Caixa com 500 gramas	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		7,0000	1
12	Clipes nº. 8/0 - caixa com 500 gramas	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		7,0000	1
13	Cola em bastão de 20 g	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		2,6000	1
14	Caneta corretiva com no mínimo 07ml, secagem rápida.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		4,3000	1
15	Papel Duplex 250 g - várias cores medidas de 48 cm x 66 cm	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		0,5300	1
16	Envelope Pardo - medidas 22 x 13 cm	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		0,0800	1
17	Envelope Pardo - medidas 23 x 16 cm	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		0,0900	1
18	ENVELOPE PARDO - MEDIDAS 32 X 23 cm	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		0,1600	1
19	Lâmina estilete, material aço, largura 18mm, tipo uso descartável, aplicação em estilete retrátil, caixa com 10 peças.	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		1,5000	1
20	Fita adesiva Craft - características mínimas: Fita Tam. 25 mm X 50 m com 50 g/m², - QUALIDADE SUPERIOR.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		10,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 50/2009

Número do Registro de Preços: 50/2009 Data do Registro: 27/10/2009 Válido até: 27/10/2010						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria Municipal de Saneame						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
21	Fita adesiva pequena, de filme de acetato de celulose com adesivo a base de acrílico - tamanho 12mm x 30m	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		1,0000	1
22	Folha adesiva, tamanho A4	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		0,4000	1
23	Grampeador para grampos 26/6 - estrutura metálica preto, para até 25 folhas.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		17,0000	1
24	Lápis grafite nº. 02, madeira de alta qualidade sextavada revestida por tinta emborrachada verde, mina centralizada.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		0,6500	1
25	Lapiseira, material baquelite, carga de grafite 0.7, características adicionais prendedor e ponteira de metal, com borracha na tampa.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		7,4000	1
26	Lapiseira, material baquelite, carga de grafite 0.5, características adicionais prendedor e ponteira de metal, com borracha na tampa.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		8,5000	1
27	Papel A4 com gramatura de 75g/m², alcalino, para uso profissional, produzido com fibras virgens de eucalipto ou pinus, com elevado grau de brancura. Nas medidas 210mm x 297mm - caixa com 10 resmas.	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		129,0000	1
28	Papel Sulfite Colorido tamanho A4 (diversas cores) - com 100 folhas - 75g/m²	PCT	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		3,7000	1
29	Papel Vergê - diversas cores - gramatura 80g/m² - medidas mínimas de 297mm x 210 mm - pacote com 50 folhas.	PCT	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		6,0000	1
30	Pasta arquivo, material pvc, tipo sanfonada, largura 280mm, altura 390mm, cor incolor, características adicionais elástico, com 31 divisórias, visor e etiqueta.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		27,0000	1
31	Pasta com aba em polipropileno, com elástico medidas de 350mm x 235mm, diversas cores.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		1,8000	1
32	Pasta contrato para grampear documentos em papel, com duas orelhas, medindo 235mm x 322mm na cor branca. Gramatura do papel de no mínimo 210 g/m².	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		1,2500	1
33	Pasta dobrada em polipropileno com grampo trilha plástico, gramatura de 320grs/m2, diversas cores, 340mm x235mm	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		1,6000	1
34	Pasta plástica dobrada com elástico, tamanho ofício - 340mm x 245mm	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		1,9000	1
35	Pasta plástica dobrada com grampo, tamanho ofício - 340mm x 245 mm	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		2,3500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 50/2009**Número do Registro de Preços: 50/2009****Data do Registro: 27/10/2009****Válido até: 27/10/2010**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria Municipal de Saneame

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Oferecida	Preço Unitário	Classificação
36	Perfurador 2 Furos. - Perfurador profissional 2 furos a 80 mm. - Estrutura de metal - Capacidade até 100 folhas - Perfuradores afiados e duradouros - Margeador - Escala para ajuste de formato de papel - Trava de segurança - Acompanha disco de apoio - Dimensões mínimas: 26x12x13 cm	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		125,0000	1
37	A Pilha alcalina AA pequena pacote com 02 unidades. 1,5 A	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		5,1000	1
38	Pilhas alcalinas grande (d), pacote com 02 unidades.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		10,0000	1
39	Pincel Atômico - ponta chanfrada indeformável, para uso em papel, cartolina, papelão, com tinta à base de álcool, ponta feltro, em diversas cores.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		2,1000	1
40	Tubo de cola branca de 01kg , lavável, não tóxica	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		6,9000	1
41	Tubo de cola branca de 90 g, lavável, não tóxica.	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		0,9200	1
42	Umificador de dedo em creme, não tóxico, sem glicerina, c/ mínimo 12 g	PC	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		3,0000	1
43	Visor com etiqueta p/pasta suspensa - caixa com 50 unidades	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA EPP (10066)		5,4000	1

SCHROEDER, 27 de Outubro de 2009.

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo de Licitação nº 78/2010

Dispensa de Licitação nº 11/2010

Estado Santa Catarina

Município de Tunápolis.

Processo de Licitação nº 78/2010

Dispensa de Licitação nº 11/2010

Objeto: A presente Dispensa de licitação tem por objeto o fornecimento das peças e respectiva mão de obra para o conserto das Moto - Bombas de água que pertencem aos poços artesianos das Comunidades de Linha Pitangueira e Linha São Pedro , Interior do Município.

Fundamento : artigo 24, Inciso IV, da Lei nº. 8.666/93:

Valor: R\$ R\$ 5.005,50 (Cinco mil, cinco reais e cinquenta centavos)

Tunápolis, SC, aos 16 de julho de 2010.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 9.467/10

DECRETO Nº 9.467/10, DE 21 DE JULHO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09, de 10 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 727.300,86 (setecentos e vinte e sete mil, trezentos reais e oitenta e seis centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação	
03 - Departamento de Ensino Infantil	
2.035 - Manutenção do Ensino de 0 a 6 anos	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0001.0.....	70.000,00
07 - Secretaria Municipal de Educação	
03 - Departamento de Ensino Infantil	
2.037 - Manutenção do Fundeb - Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0010.0.....	100.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0010.0.....	60.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0011.0.....	15.000,00
07 - Secretaria Municipal de Educação	
06 - Departamento de Esportes	
1.006 - Construção/Ampliação/Reforma Ginásios, Quadras e Campos	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0024.0.....	292.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0.....	189.800,86
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	727.300,86

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do provável excesso do convênio 262.693-09/2008 firmado com o Ministério dos Transportes através da Caixa Econômica Federal, pelo superávit financeiro do exercício de 2009 e pelo excesso de arrecadação do exercício de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de julho de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1052/10

PORTARIA nº 1052/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor CELSO BRANCHER, Agente Nível Superior II, do nível CE13I para o nível CE13J, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 17 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1053/10

PORTARIA nº 1053/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor VOLNEI GRANETTO, Agente de Serviços Técnicos, do nível CE09L para o nível CE09M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.



Videira, 17 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1054/10

PORTARIA nº 1054/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ANA MARIA PEREIRA DIAS, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 17 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1055/10

PORTARIA nº 1055/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora CRISTINA COELHO CASAGRANDE, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02J para o nível CE02L, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 17 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1056/10

PORTARIA nº 1056/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora FLADENICE ZULEICA BRUCH, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 17 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1057/10

PORTARIA nº 1057/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ISABEL CRISTINA MOCCELINI, Professora de Ensino Fundamental Séries Finais 5ª a 8ª, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 17 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1058/10

PORTARIA nº 1058/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,



RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ONDINA ALVES DE MORAIS SIEBAUER, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02F para o nível CE02G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 17 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1059/10

PORTARIA nº 1059/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora NERCI DE LARA, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 17 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1060/10

PORTARIA nº 1060/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor NILSON BISOL, Auxiliar Operacional, do nível E-PE-OPE-I-A para o nível E-PE-OPE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 17 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1061/10

PORTARIA nº 1061/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor VALMIR DOS SANTOS, Auxiliar Operacional, do nível E-PE-OPE-I-A para o nível E-PE-OPE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 17 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1062/10

PORTARIA nº 1062/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor VALDECIR KOKOVISKI, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02H para o nível CE02I, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 17 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração



Portaria nº 1063/10

PORTARIA nº 1063/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora JAQUELINE BALZZAN, Agente Técnico Administrativo, do nível E-PE-SAU-I-A para o nível E-PE-SAU-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 17 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1064/10

PORTARIA nº 1064/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor ALBARI FERREIRA DE SOUZA, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02I para o nível CE02J, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 17 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1065/10

PORTARIA nº 1065/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor ALCENO REIS-

NER, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02H para o nível CE02I, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 17 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1066/10

PORTARIA nº 1066/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor ANTENOR DOS SANTOS, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02G para o nível CE02H, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 17 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1067/10

PORTARIA nº 1067/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor ANTONIO BERTO, Agente Operacional Especializado II, do nível CE07L para o nível CE07M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 17 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal



Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1068/10

PORTARIA nº 1068/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor ASSIS FRANCISCO DOS SANTOS, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02E para o nível CE02F, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 17 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1069/10

PORTARIA nº 1069/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor JOSÉ DE LOUDES NUNES, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02J para o nível CE02L, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 18 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1070/10

PORTARIA nº 1070/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições

legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor NERI CARDOSO, Agente Operacional Especializado II, do nível CE07F para o nível CE07G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 18 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1071/10

PORTARIA nº 1071/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor VALDIR RAMOS DA CUNHA, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 18 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1072/10

PORTARIA nº 1072/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSELI APARECIDA DA SILVA DA SILVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicio-



nada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 18 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1073/10

PORTARIA nº 1073/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora GEMA CASTILHO SCHLICHTING, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02J para o nível CE02L, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 18 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1074/10

PORTARIA nº 1074/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor RUDIMIR TRAVASSO, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02F para o nível CE02G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 18 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1075/10

PORTARIA nº 1075/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora IVONETE LOURDES DA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-A para o nível E-PE-SGE-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 18 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1076/10

PORTARIA nº 1076/10

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97 e, à vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento de Serviços Urbanos,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, a partir do dia 1º de junho a 30 de junho de 2.010, o gozo de férias do servidor VANDERLEY ALVES PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços de Manutenção, nível CE08.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2.010.

Videira, 19 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1077/10

PORTARIA nº 1.077/10

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.



O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores SILVANE DA ROCHA PINTO, ANDREA APARECIDA BERTO, MAYSA REBELATTO, MARCELO JOSÉ BORSATTI, CAMILA STRAPAZZON, WEUSLEY WILLIAN DE PAULA, RAMÍDIO BRANDELEIRO, ELONI MARIA FRIGUETTO, ELOI SANTO MANTOANI, DAUTINA DOS SANTOS PRADO FERLIN, SUZANA COSTA e MIRIAN ESTHER WUNSCH ROSTIROLLA para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados para a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2.010, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0069/2.010.

Videira, 19 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1078/10

PORTARIA nº 1078/10

Autoriza a colocação de faixa na Rua Nicolau Cavon

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 3.169/10,

RESOLVE

Autorizar a colocação de faixa na Rua Nicolau Cavon pela Editora Êxito Ltda ME, nos dias 21 a 24 de junho de 2.010, para a divulgação da nova filial das Farmácias Líder Farma.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1079/10

PORTARIA nº 1079/10

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3.020/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a GUIOMAR ZAGO, Agente de Serviços Gerais I, CE02L, a partir de 1º de agosto de 2.010 até 1º de novembro de 2.010, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2.004 até 30 de junho de 2.009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2.010.

Videira, 21 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1080/10

PORTARIA nº 1080/10

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3.021/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ONDINA ALVES DE MORAES SIEBAUER, Agente de Serviços Gerais I, CE02G, a partir de 1º de agosto de 2.010 até 1º de novembro de 2.010, referente ao quinquênio de 2 de maio de 2.000 até 1º de maio de 2.005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2.010.

Videira, 21 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1081/10

PORTARIA nº 1081/10

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3.120/10,



RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a IRACILDA TOMAZI SERAFINI, Agente Operacional Especializado, CE04M, a partir de 1º de agosto de 2.010 até 1º de novembro de 2.010, referente ao quinquênio de 1º de julho de 1994 até 30 de junho de 1999.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2.010.

Videira, 21 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1082/10

PORTARIA nº 1082/10

Concede Licença Sem Vencimentos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 108 da Lei Complementar nº 007/97 e alterações e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 0473/2.010,

RESOLVE

Art. 1º Conceder, a pedido, Licença Sem Vencimentos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, a MARLEI REGINA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de julho de 2.010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2.010.

Videira, 21 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1083/10

PORTARIA nº 1083/10

Concede Licença Gestação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora SILVANA MAZIERO, ocupante do emprego público de Atendente de Consultório Dentário, a partir do dia 14 de junho de 2.010 até 11 de outubro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 14 de junho de 2.010.

Videira, 22 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1084/10

PORTARIA nº 1084/10

Revoga a Portaria nº 0927/09

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 3.779/09,

Considerando que os bens móveis (pneus) relacionados como bens inservíveis, no Processo Administrativo supracitado, serão utilizados para a construção de um muro de contenção no pátio da oficina mecânica da Secretaria Municipal de Infraestrutura,

RESOLVE

Revogar a Portaria nº 0927/09, de 03 de setembro de 2.009, que designou VOLNEI GRANETTO, JURACY PAGANINI E ULISSES GHELLER, para comporem Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 22 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1085/10

PORTARIA nº 1085/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor BENILDO JOSÉ TREIN, Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, do nível E-PE-OPE-I-D para o nível E-PE-OPE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 22 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias de junho de 2.010.



HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1086/10

PORTARIA nº 1086/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora EDINÉIA MARIA TORQUATTO DA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-D para o nível E-PE-SGE-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 22 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1087/10

PORTARIA nº 1087/10

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no caput do art. 106 do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar nº 007/97) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3.152/10,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional de 2 (dois) anos, 6 (seis) meses e 12 (doze) dias da servidora IARA LICKS, Agente de Serviços Técnico Administrativos I, CE02J, o qual será computado em dobro, totalizando 90 (noventa) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 18.12.91 a 30.06.94, em obediência ao caput do artigo 106 da Lei 007/97.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1088/10

PORTARIA nº 1088/10

Autoriza a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 28.950-7

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Autorizar a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 28.950-7, Agência nº 0403-0 do Banco do Brasil S/A, pela servidora SONIA RITA GHELLER, responsável pela devida prestação de contas nos termos da Legislação vigente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1089/10

PORTARIA nº 1.089/10

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores SARINE PARAVISI, MARIA ANGÉLICA VANZ BALESTIERI, ADEMIR SANTO MEZAROBIA, FLÁVIO DE CARVALHO, EDISON OLIVEIRA BITENCOURT, CAROLYNE DE BARBA e DIRCEU DUTRA para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados para a Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1.034/2.009.

Videira, 25 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração



Portaria nº 1090/10

PORTARIA nº 1090/10

Torna sem efeito a Portaria nº 0471/09 que designou servidor para exercer Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Tornar sem efeito, a partir de 1º de junho de 2.010, a Portaria nº 0471/09, que designou a servidora ELIZETE VESCOVI SOERGER, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-3.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2.010.

Videira, 25 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1091/10

PORTARIA nº 1091/10

Torna sem efeito a Portaria nº 0473/09 que designou servidor para exercer Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Tornar sem efeito, a partir de 1º de junho de 2.010, a Portaria nº 0473/09, que designou a servidora DIANES TEREZINHA ARGENTON, para exercer a Função Gratificada de Secretária Escolar II, símbolo FG-4.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2.010.

Videira, 25 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1092/10

PORTARIA nº 1092/10

Torna sem efeito a Portaria nº 0449/09 que designou servidor para exercer Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Tornar sem efeito, a partir de 1º de junho de 2.010, a Portaria nº 0449/09, que designou a servidora BEATRIZ SCAPINELLO PERIN, para exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola II, símbolo FG-2.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2.010.

Videira, 25 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1093/10

PORTARIA nº 1093/10

Designa Beatriz Scapinello Perin para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.351/10 e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar BEATRIZ SCAPINELLO PERIN, Professora, MG02Q, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola I, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2.010.

Videira, 25 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1094/10

PORTARIA nº 1094/10

Designa Dianês Terezinha Argenton para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.351/10 e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar DIANÊS TEREZINHA ARGENTON, Professora, MG05J, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Secretária Escolar I, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicio-



nada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2.010.

Videira, 25 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1095/10
PORTARIA nº 1095/10

Designa Elizete Vescovi Soerger para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.351/10 e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar ELIZETE VESCOVI SOERGER, Professora, MG02Q, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Secretária Escolar I, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2.010.

Videira, 25 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1096/10
PORTARIA nº 1096/10

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 3.257/10,

RESOLVE

Autorizar o Uso do Largo da Estação Ferroviária pela Empresa Infopasa Provedora de Internet Ltda, na data de 10 de julho de 2.010, a partir das 08:00 h, para a realização de Divulgação da Empresa.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 25 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1097/10
PORTARIA nº 1097/10

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância nomeada pela Portaria nº 0464/10

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 184, parágrafo único, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE

Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 26 de junho de 2.010, o prazo de conclusão do respectivo Processo Disciplinar.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 26 de junho de 2.010.

Videira, 25 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1098/10
PORTARIA nº 1098/10
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3.229/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ANTONIO PADILHA DE OLIVEIRA, Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, E-PE-OPE-I-E, a partir de 1º de julho de 2.010 até 1º de outubro de 2.010, referente ao quinquênio de 6 de maio de 2.003 até 7 de maio de 2.008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2.010.

Videira, 28 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração



Portaria nº 1099/10

PORTARIA nº 1099/10

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 2.956/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a LIZETE CAMARA HUBLER, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, CE02G, a partir de 2 de agosto de 2.010 até 2 de novembro de 2.010, referente ao quinquênio de 1º de setembro de 2.003 até 24 de dezembro de 2.009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 2 de agosto de 2.010.

Videira, 28 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1100/10

PORTARIA nº 1100/10

Autoriza o Uso das Dependências do Restaurante do Parque da Uva

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 3.153/2.010,

RESOLVE

Autorizar o uso das dependências do Restaurante do Parque da Uva, por Sonia Aparecida Costa Barbosa, no dia 3 de julho de 2.010, a partir das 18:00 h às 02:00 h, para a realização de uma Festa de Aniversário.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1101/10

PORTARIA nº 1101/10

Demite Servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT c/c o art. 6º da Lei Municipal nº 1.942/07 e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 1.937/10,

RESOLVE

Demitir MARCIANO ANDRÉ LUTZ MOURA, ocupante do emprego público de Agente de Combate às Endemias, admitido pela Portaria nº 1.693/2.008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2.010.

Videira, 28 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1102/10

PORTARIA nº 1102/10

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 2.838/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ADAIR FLORES SILVEIRA, Agente Operacional Especializado II, CE07L, a partir de 11 de julho de 2.010 até 11 de outubro de 2.010, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2.004 até 30 de junho de 2.009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 11 de julho de 2.010.

Videira, 29 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1103/10

PORTARIA nº 1103/10

Revoga a Portaria nº 1.076/2.010

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o servidor VANDERLEY ALVES PEREIRA não é ocupante de cargo efetivo;

Considerando que a previsão de interrupção de férias está contida no Estatuto dos Servidores Públicos do Município, o qual disciplina o regime jurídico dos servidores ocupantes de cargo efetivo,

RESOLVE

Revogar a Portaria nº 1.076/2.010, de 19 de junho de 2.010, que interrompeu, para fins de interesse público, a partir do dia 1º de junho a 30 de junho de 2.010, o gozo de férias do servidor VANDERLEY ALVES PEREIRA.



Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2.010.

Videira, 29 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1104/10

PORTARIA nº 1104/10

Retifica a Portaria nº 0273/10, que concede Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Retificar a Portaria nº 0273/10, de 14 de abril de 2.010, alterando o nome da servidora para SOLANGE BUSANELLO ORTH.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de junho 2.010.

Videira, 30 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1105/10

PORTARIA nº 1105/10

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3099/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a MARLI REGINA-ZONTA, Professor de Artes Ensino Infantil/Fundamental E-PE-MAG-I-E-01, a partir de 02 de agosto de 2.010 até 02 de novembro de 2.010, referente ao quinquênio de 21 de fevereiro de 2.005 até 20 de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de agosto de 2.010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de julho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de julho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1106/10

PORTARIA nº 1106/10

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 2628/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a SILVANA VANZ SCHWAIGA, Professor Educação Infantil E-PE-MAG-I-C-01, a partir de 1º de outubro de 2.010 até 1º de janeiro de 2.011, referente ao quinquênio de 1º de março de 1.990 até 1º de março de 1.997.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2.010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de julho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de julho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1107/10

PORTARIA nº 1107/10

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3052/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a MAURO ANTONIO SCHONS, Agente Serviços Gerais I CE-02-G-02, a partir de 02 de agosto de 2.010 até 02 de novembro de 2.010, referente ao quinquênio de 18 de junho de 2.003 até 17 de junho de 2.008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de agosto de 2.010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de julho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de julho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração



Portaria nº 1108/10

PORTARIA nº 1108/10

Concede Licença Gestação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora ISABELLA ABILHOA FLORES, Odontólogo-PSF, a partir do dia 21 de junho de 2.010 até 18 de outubro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 21 de junho de 2.010.

Videira, 05 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias de julho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1109/10

PORTARIA nº 1109/10

Nomeia Gerente do Setor de Assistência Médica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09, resolve;

NOMEAR

FABIANA DE FÁTIMA MORAES, para exercer o cargo comissionado de Gerente do Setor de Assistência Médica, símbolo DAS-4, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2.010.

Videira, 05 de julho de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de julho de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1110/10

PORTARIA nº 1110/10

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, a partir do dia 1º de julho ao dia 30 de julho do corrente ano, o gozo de férias da servidora KAROLINA BORSATTI, ocupante do cargo efetivo de Técnico

de Nível Superior, nível E-PE-ANS-I-B.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2.010.

Videira, 05 de julho de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de julho de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1111/10

PORTARIA nº 1111/10

Autoriza Interdição de Rua

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 3312/10,

RESOLVE

Autorizar a Interdição da Rua Maurien Amarante, das 14:00h até às 19:00h do dia 10 de julho de 2.010, para a realização da Festa Julina do CEMEI Luiz Antônio Faccio.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de julho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1112/10

PORTARIA nº 1112/10

Autoriza o Uso das Dependências do Restaurante do Parque da Uva

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 3.382/2.010,

RESOLVE

Autorizar o uso das dependências do Restaurante do Parque da Uva, por Master Agropecuária Ltda, nos dias 23 de julho de 2.010, a partir das 13:00 h as 19:00 h e 24 de julho do corrente ano, a partir das 16:00 h as 24:00 h, para a realização de um evento de confraternização da empresa.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal



Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de julho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1113/10

PORTARIA nº 1113/10

Designa Servidor para exercer as funções de Membro da Comissão Permanente de Licitações durante o afastamento, em razão de férias, da servidora Raimunda Aparecida Zago Borba

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar a servidora KALYNE DANIELEWICZ, ocupante do cargo efetivo de Agente Técnico Administrativo, para exercer as funções de Membro da Comissão Permanente de Licitações, durante as férias da atual titular Raimunda Aparecida Zago Borba.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a partir de 1º de julho de 2.010.

Videira, 06 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de julho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1114/10

PORTARIA nº 1114/10

Nomeia Comissão de Inquérito para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 3.163/2.010

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, no art. 186 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores ADRIANA ELVIRA FORNAZZARI, CLEMIR BERTOTTO ERDMANN e VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Inquérito, a fim de apurarem, no prazo de 60 (sessenta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 3.163/10.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de julho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1115/10

PORTARIA nº 1115/10

Prorroga Prazo da Comissão de Inquérito nomeada pela Portaria nº 0434/10

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 184, parágrafo único, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE

Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, a partir de 05 de julho de 2.010, o prazo de conclusão do respectivo Processo Disciplinar.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de julho de 2.010.

Videira, 07 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de julho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1116/10

PORTARIA nº 1116/10

Autoriza o Uso das dependências da Praça Nereu Ramos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 3.419/10,

RESOLVE

Autorizar o uso das dependências da Praça Nereu Ramos, pela Fundação Logosófica - Vilson Valdair Volff, no dia 10 de julho de 2.010, a partir das 10:00 h às 16:00 h, para exposição de livros de Logosófica.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de julho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 1117/10

PORTARIA nº 1117/10

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 3.397/10,

RESOLVE

Autorizar o Uso do Largo da Estação Ferroviária pela Empresa Collussi & Colussi Ltda, na data de 10 de julho de 2.010, a partir das



09:00 h as 16:30 h, para a realização de Exposição de Veículos da marca Peugeot.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de julho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1118/10

PORTARIA nº 1118/10

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 3417/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, no art. 186 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores ADRIANA ELVIRA FORNAZZARI, MIGUEL ALBERTO VIECELI e MARCOS DEMARTINI, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 3417/2010.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de julho de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias de julho de 2010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1119/10

PORTARIA nº 1119/10

Autoriza o Uso das dependências da Praça Nereu Ramos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 3.442/10,

RESOLVE

Autorizar o uso das dependências da Praça Nereu Ramos, pela Associação de Amigos da Biblioteca Euclides da Cunha, nos dias 17 de julho, 07 de agosto, 11 de setembro, 09 de outubro, 06 de novembro e 11 de dezembro do corrente ano, a partir das 08:00h às 16:00h, para realização da Feira do Sebo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei

nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de julho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1120/10

PORTARIA nº 1120/10

Autoriza o Uso das dependências da Praça Nereu Ramos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 3.426/10,

RESOLVE

Autorizar o uso das dependências da Praça Nereu Ramos, pela Videcross Comércio de Motos, no dia 09 de julho do corrente ano, a partir das 08:00 h às 17:00 h, para exposição de motocicletas Honda.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de julho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1121/10

PORTARIA nº 1121/10

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 2831/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ADEMAR DREHER, Agente Operacional Especializado II, CE07, a partir de 04 de outubro de 2.010 até 04 de janeiro de 2.011, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2.004 até 30 de julho de 2.009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 4 de outubro de 2.010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de julho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração



Portaria nº 1122/10

PORTARIA nº 1122/10

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 2828/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a PEDRO RAMSKI IURKEVICZ, Agente Operacional Especializado II, CE07, a partir de 04 de outubro de 2.010 até 04 de janeiro de 2.011, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2.004 até 30 de junho de 2.009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 4 de outubro de 2.010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de julho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1123/10

PORTARIA nº 1123/10

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 2830/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a JORGE FERREIRA DE SOUZA, Agente Serviços Gerais I, CE02, a partir de 04 de outubro de 2.010 até 04 de janeiro de 2.011, referente ao quinquênio de 02 de julho de 2.004 até 1º de julho de 2.009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 4 de outubro de 2.010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de julho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1124/10

PORTARIA nº 1124/10

Nomeia Comissão de Inquérito para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 3.556/2.010

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Muni-

cípio e, no art. 186 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores ADRIANA ELVIRA FORNAZZARI, SÔNIA MARIA CARDOSO e CELSO BRANCHER, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Inquérito, a fim de apurarem, no prazo de 60 (sessenta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 3.556/10.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de julho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1125/10

PORTARIA nº 1125/10

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3203/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ROSENIR LOURDES CASAGRANDE BATISTA, Professor, MG02, a partir de 12 de julho de 2.010 até 12 de outubro de 2.010, referente ao quinquênio de 16 de abril de 2.003 até 15 de abril de 2.008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 12 de julho de 2.010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de julho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1126/10

PORTARIA nº 1126/10

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3362/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a JOSÉ GARIPUNA PEDROSO, Agente Serviços Gerais I, CE02, a partir de 1º de



setembro de 2.010 até 1º de dezembro de 2.010, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2.004 até 30 de junho de 2.009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2.010, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de julho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1127/10

PORTARIA nº 1127/10

Nomeia Grupo Gestor Interno para Elaboração do Plano Municipal de Habitação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 0534/09 e na Comunicação Interna da Secretaria de Planejamento,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, como integrantes do Grupo Gestor Interno para Elaboração do Plano Municipal de Habitação, os servidores abaixo relacionados:

- EVANDRO COLLE - Coordenador;
- SANDRA BALDO;
- VANESSA FIGUEROA DE SOUZA SANTOS;
- RAQUEL BRUSCHI;
- LUCIANE MARIA DOS SANTOS;
- ROSANI SCHNEIDER MANENTI;
- CRISTINA KLOCK.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 182/09.

Videira, 14 de julho de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de julho de 2010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1128/10

PORTARIA nº 1128/10

Nomeia Psicólogo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, resolve,

NOMEAR

DANIEL DO AMARAL DENARDI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2008, para exercer o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, nível E-PE-ANS-I-A, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei,

para ter exercício junto ao Município de Videira.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 15 dias de julho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 1131/10

PORTARIA nº 1131/10

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3580/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ARY ONGHERO, Agente de Serviços Gerais I, CE02, a partir de 1º de setembro de 2.010 até 1º de dezembro de 2.010, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2.004 até 30 de junho de 2.009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2.010.

Videira, 21 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1132/10

PORTARIA nº 1132/10

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3441/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a MARINÊS CONSOLADORA DE OLIVEIRA ZARPELON, Professor de Educação Infantil, E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de outubro de 2.010 até 31 de dezembro de 2.010, referente ao quinquênio de 03 de abril de 2.000 até 02 de abril de 2.005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2.010.

Videira, 21 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal,



Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1133/10

PORTARIA nº 1133/10

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3384/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a TELMA CLAUDETE DA MOTTA, Agente de Serviços Gerais I, CE02M, a partir de 03 de janeiro de 2.011 até 03 de abril de 2.011, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2.004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2.011.

Videira, 21 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1134/10

PORTARIA nº 1134/10

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3096/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ANDREA MARIA RIGO, Auxiliar de Serviços Gerais, E-PE-SGE-I-E, a partir de 02 de janeiro de 2.011 até 02 de abril de 2.011, referente ao quinquênio de 02 de janeiro de 2.003 até 1º de janeiro de 2.008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2.011.

Videira, 21 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1135/10

PORTARIA nº 1135/10

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 2301/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a MARIA LEDA VANZ, Agente de Serviços Gerais I, CE02E, a partir de 1º de novembro de 2.010 até 1º de fevereiro de 2.011, referente ao quinquênio de 02 de maio de 2.005 até 1º de maio de 2.010

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2.010.

Videira, 21 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1136/10

PORTARIA nº 1136/10

Concede Licença Sem Vencimentos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 108 da Lei Complementar nº 007/97 e alterações e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3.167/2010,

RESOLVE

Art. 1º Conceder, a pedido, Licença Sem Vencimentos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, a GILMAR PIRES, Agente de Serviços Gerais I, CE02J, a partir de 1º de julho de 2.010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 2.010.

Videira, 21 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1137/10

PORTARIA Nº 1137/10

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00023/10-0, nos assentos funcionais da servidora MARIA HELENA FERNANDES, detentora da matrícula funcional nº 761 e do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Contábeis, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3.496/2.010,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, MARIA HELENA FERNANDES, detentora da matrícula nº 761 e do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Contábeis, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00023/10-0, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1138/10

PORTARIA nº 1.138/10

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no caput do art. 106 do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar nº 007/97) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3.572/10,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional de 4 (quatro) anos, 2 (dois) meses e 29 (vinte e nove) dias do servidor BENJAMIM AMAURI XAVIER DE OLIVEIRA, Agente de Serviços Técnicos, CE09M, o qual será computado em dobro, totalizando 153 (cento e cinquenta e três) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 01/04/1990 a 01/04/1994 e de 02/04/1994 a 30/06/1994, em obediência ao caput do artigo 106 da Lei 007/97.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1139/10

PORTARIA nº 1.139/10

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no caput do art. 106 do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar nº 007/97) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3.581/10,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional de 3 (três) anos, 01 (um) mês e

3 (três) dias do servidor NILSON DA MOTTA, Agente Operacional Especializado II, CE07M, o qual será computado em dobro, totalizando 111 (cento e onze) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 27/05/1991 a 27/05/1994 e de 28/05/1994 a 30/06/1994, em obediência ao caput do artigo 106 da Lei 007/97.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1140/10

PORTARIA nº 1.140/10

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no caput do art. 106 do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar nº 007/97) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3.451/10,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional de 4 (quatro) anos, 02 (dois) meses e 29 (vinte e nove) dias do servidor OLIVO DAL PIZZOL, Agente de Serviços de Manutenção, CE08M, o qual será computado em dobro, totalizando 153 (cento e cinquenta e três) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 01/04/90 a 01/04/1994 e de 02/04/1994 a 30/06/1994, em obediência ao caput do artigo 106 da Lei 007/97.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1141/10

PORTARIA nº 1.141/10

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no caput do art. 106 do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar nº 007/97) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3.615/10,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional de 4 (quatro) anos, 02 (dois) meses e 29 (vinte e nove) dias do servidor IZABEL APARECIDA BALBINOTT, Agente Técnico Administrativo, E-PE-SAL-I-B, o qual



será computado em dobro, totalizando 153 (cento e cinquenta e três) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 01/04/1990 a 01/04/1994 e de 02/04/1994 a 30/06/1994, em obediência ao caput do artigo 106 da Lei 007/97.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de julho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.
VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1144/10

PORTARIA nº 1144/10
Concede Licença Gestaçã

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE

Conceder Licença Gestaçã de 120 (cento e vinte) dias à servidora CASSIANE MORIGGI BRESCIANI, Professora de Ensino Fundamental - Séries Iniciais - 1º a 4º, E-PE-MAG-I-B, a partir do dia 2 de julho de 2.010 até 29 de outubro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 2 de julho de 2.010.

Videira, 21 de julho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.
VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1145/10

PORTARIA nº 1145/10
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3445/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ALTAMIR JOSÉ ANTUNES, Agente de Serviços Técnicos Administrativos I, CE02L, a partir de 1º de setembro de 2.010 até 1º de dezembro de 2.010, referente ao quinquênio de 1º de julho de 1999 até 30 de junho de 2004.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2.010.

Videira, 21 de julho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.
VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1146/10

PORTARIA nº 1146/10
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3445/10,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ALTAMIR JOSÉ ANTUNES, Agente de Serviços Técnicos Administrativos I, CE02L, a partir de 02 de dezembro de 2.010 até 02 de março de 2.010, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2.004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de dezembro de 2.010.

Videira, 21 de julho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.
VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1147/10

PORTARIA nº 1147/10
Exonera Servidor Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar, EDSON FURCKEL, do cargo comissionado de Coordenador de Projetos, símbolo DAS-8, nomeado pela Portaria nº 0171/10.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2.010.

Videira, 21 de julho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.
VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1148/10

PORTARIA nº 1148/10

Nomeia Assessor do Departamento de Patrimônio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09, resolve;

NOMEAR

EDSON FURCKEL, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Departamento de Patrimônio, símbolo DAS-6, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 2 de julho de 2.010.

Videira, 21 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1149/10

PORTARIA nº 1149/10

Nomeia Coordenador de Projetos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09, resolve;

NOMEAR

ELISANDRA MARA BARETTA, para exercer o cargo comissionado de Coordenador de Projetos, símbolo DAS-8, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 2 de julho de 2.010.

Videira, 21 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de julho de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração em exercício

Portaria nº 1151/10

PORTARIA nº 1151/10

Exonera, a pedido, Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3633/10,

RESOLVE

Exonerar, a pedido, CARLA RIBEIRO, do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, nível E-PE-ANS-I-A, admitida pela Portaria nº 449/10.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 19 de julho de 2.010.

Videira, 21 de julho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias de julho de 2.010.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração em exercício

PR 142/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2010 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 142/2010. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 19 de Agosto de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 26 de Julho de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PR 28/2010 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2010-FMAS

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 28/2010 - FMAS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA O DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 15:00 horas do dia 18 de Agosto de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 15:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 23 de Julho de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PR 55/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2010 - FMS

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 55/2010 - FMS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA PACIENTES QUE PRECISAM DE ATENDIMENTO FORA DO DOMICÍLIO, PARA AS ESPECIALIDADES MÉDICAS NÃO EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO



UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 18 de Agosto de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC.4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 23 de Julho de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PR 56/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2010 - FMS

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 56/2010 - FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA REABILITAÇÃO, ATRAVÉS DO PROGRAMA ORTESES E PRÓTESES, QUE SERÃO FORNECIDOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 09:00 horas do dia 23 de Agosto de 2010, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC.4. ABERTURA: às 09:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 26 de Julho de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Beneficiários Bolsa Família - Mês de Julho

ADAIANA APARECIDA DA SILVA ROSA
ADELAIDE DA SILVA
ADELAIDE FARIAS VIEIRA
ADELAR ALVES DE BOLBA
ADELINA APARECIDA BAPTISTA SANTOS
ADELINA FRANCISCA LOPES
ADELIRE MORATELLI
ADILSON LUIZ LOPES
ADOLINO BALDOVINO BRAATZ
ADRIANA APARECIDA COSTA
ADRIANA ARMILIATTO
ADRIANA BORGES
ADRIANA DIAS DE OLIVEIRA
ADRIANA FOGACA
ADRIANA LOPES MASTALER
ADRIANA LUZIA RIBEIRO
ADRIANA NUNES CAVALHEIRO
ADRIANA PASQUALI
ADRIANA RIBEIRO DA SILVA
ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS
ADRIANA RUFINO

ADRIANA TEREZINHA DO PRADO
ADRIANA VON MUHLEN
ADRIANE LOPES DA ROSA
AGELITA DA SILVA
ALCEU FERREIRA
ALCIDIA PEREIRA DOS SANTOS
ALCIDINA APARECIDA CHAVES PAIM
ALDEIDI DE SOUZA
ALESSANDRA SILVANA DIAS
ALESSANDRA TEREZINHA DOS SANTOS
ALICE NERIS DE OLIVEIRA
ALUCINDA DE FATIMA LOPES
ALVERINA BATISTA ANTUNES
ALZIRA ALVES DA LUZ
ALZIRA MARTINS LEITE
AMARILDO ANTONIO FANTIN
AMELIA FERREIRA SALLES
AMELIA MEDEIROS
ANA CLARA GALVAO
ANA CLAUDIA MACHADO
ANA CRISTINA ALMEIDA DOS SANTOS
ANA FLAVIA GOMES
ANA IRENE FERREIRA DE SOUZA
ANA JOAQUINA RIBEIRO DOS SANTOS
ANA LUCIA APARECIDA DOS SANTOS
ANA LUCIA DOMINGUES DE SOUZA
ANA MARIA ALVES DOS SANTOS
ANA MARIA DE LIMA
ANA MARIA PERES DA LUZ
ANA MARIA PINHEIRO
ANA PAULA DE OLIVEIRA
ANDREA MARCIA APARECIDA MUHLBRANDT
ANDREA MIRANDA
ANDREIA ANTUNES DA CUNHA
ANDREIA ANTUNES DE LIMA
ANDREIA PIRES DOS SANTOS E LIMA ANHAIA
ANDREIA RUFINO
ANELISE LOPES CAVALHEIRO
ANGELA APARECIDA DA SILVA
ANGELA GORETI COLERE
ANGELICA CRISTINA PIRES
ANGELICA MACIEL
ANGELINA DE FATIMA MORAES
ANGELITIA DE JESUS DOS SANTOS RIBEIRO
ANGELITIA FABIANA CONTE
ANGELITIA GOMES
ANGELO CARLINHO PASSOS RIBEIRO
ANTENOR DOS SANTOS



ANTONIA ANTUNES MACIEL
ANTONIA APARECIDA GONCALVES
ANTONIA DALMAZO
ANTONIO BARETTI
ANTONIO FERNANDES
ANTONIO JURACY RIBEIRO
APARECIDA SEBASTIANA DIAS DOS SANTOS
ARISTIDES ANTUNES REI
BARBARA CRISTINA CAPONI
BEATRIZ APARECIDA DOS SANTOS
BEATRIZ PALAMICINI
BERNADETE APARECIDA MUELLER CORDEIRO
BERNADETE DE FATIMA WERLE
BERNADETE MIORANZA NEVES
BROMILDA VIEIRA
CARLA MICHELE KATSCHOR
CARLOS CLODEMIR VIEIRA DA SILVA
CARMELIA DE FATIMA PEDROSO
CARMELINDA CHAVES CAMARGO
CARMEM ANDREIA MACHADO PORTO
CARMEM DOS SANTOS
CARMEN APARECIDA CORDEIRO
CAROLINA ANTONIA FENILI
CAROLINA IURKEVICZ
CATARINA DA LUZ
CATARINA FELIX
CATARINA QUEIROZ
CATARINA RODRIGUES DE OLIVEIRA
CATLEN DE LURDES ROSI
CECILIA APARECIDA FERNANDES DA SILVA
CELIA APARECIDA GONCALVES DE M OLIVEIRA
CELIA REGINA ALVES
CELINIA GAIO
CENIRA PIRES
CIMEIA FARIAS
CINTIA APARECIDA DA LUZ
CINTIA SCOPEL
CIRLENE DAL PIZZOL
CLAIR ZONERE FRUET
CLARICE APARECIDA IURKEVICZ
CLARINDA RODRIGUES DA SILVA MARIAN
CLAUDETE APARECIDA DE GOES
CLAUDETE APARECIDA DO AMARAL
CLAUDETE GRANDO
CLAUDETE RODRIGUES DE CAMARGO
CLAUDIA APARECIDA SOARES
CLAUDIA CONCEICAO OZORIO PARTYKA
CLAUDIA PORTELLA

CLAUDIA SOVRANI
CLAUDIMIR VALER
CLAUDINO CAMILO FRANCA
CLEBER QUEVEDO SANTOS
CLECI DE OLIVEIRA GOMES
CLEICIAMAR ZANELLA
CLEIDE DA LUZ
CLEIDE DIAS
CLEIDE RIBEIRO ALVES PIRES
CLENIR SANDRI TURCATTO
CLEOMAIR SANDRA MARA DE OLIVEIRA
CLEONICE APARECIDA MARTINS
CLEONICE DE FATIMA CAMARGO FERREIRA
CLEONICE DE JESUS DOS SANTOS ANTUNES
CLEONICE DE SOUZA MACHADO ROBERTI
CLEUDES PEDROSO DE QUADROS
CLEURECI APARECIDA VARELA PIMENTEL
CLEUSA APARECIDA DE LIMA ZARVELISKI
CLEUSA APARECIDA DOS ANJOS
CLEUSA DE FATIMA FERNANDES
CLEUSA DE FATIMA MANDELLI
CLEUSA MARIA DA SILVA
CLEUSA ROVEDA LOPES FERREIRA
CLEUSA TEREZINHA COITO PEREIRA
CLEUSA TEREZINHA CORDEIRO
CLEUZA CORREIA
CLEUZA PRESTES PADILHA
CONCEICAO APARECIDA CARVALHO
CREUZA DOS SANTOS
CRISLEI CRISTIANE FIUZA
CRISTIANA DA SILVA
CRISTIANA ERDMANN DE LIMA
CRISTIANE DA SILVA DE OLIVEIRA
CRISTINA CANDIAGO XAVIER DE BARROS
CRISTINA JACINTO DE OLIVEIRA
DAIANA RIBEIRO
DAIANE DA ROSA
DAIANE DA SILVA
DAISI DOS SANTOS
DALMIR PAULO MARINHO DE MELLO
DALZIZA ALVES PINTO
DANIELA ALVES VENTURA
DANIELA APARECIDA DOS SANTOS SIQUEIRA
DANIELA DE CASTRO
DANIELA FREITAS
DANIELA KLEINKAUF PEREIRA
DASMERSI DIAS
DEBORA ANTUNES DE LIMA

DEISE PIASSON
DEIVID EZEQUIEL FERNANDES
DEJANIRA ANTUNES CRUZ
DELONI DE FATIMA CARVALHO DOS SANTOS
DENILSE RIBEIRO DOS SANTOS
DENISE APARECIDA RIBEIRO
DENISE DA ROSA
DENISE DOS SANTOS
DENIZE PACHECO
DERCI CONCEICAO DE BARROS DA SILVA
DERILDES TEREZINHA RIBEIRO
DIANA DE GODOY
DILAMAR FERNANDES
DILCEMA APARECIDA TOMAZ FIGUERO
DILETA DE JESUS LIMA FERREIRA
DILVA FERNANDES GARIPUNA
DIMARI CHAGAS
DIRLEI ALVES DA LUZ
DIRLEI ALVES DA SILVA
DIRLENE PIRES
DIVANIR BARONCELLO GRIZZANA
DOLVINA RUBINI
DOMINGOS COSER
DORALINA DA SILVA
DORLI DE FATIMA RAMOS
DORVALINA ANTUNES DE CAMARGO
EDENIZIA DE FATIMA ALMEIDA
EDERLI TEREZINHA OLIVEIRA
EDILA DA SILVA FURTADO
EDINEI RODRIGUES DE ALMEIDA
EDITH BATISTA
ELAINE APARECIDA FAITEN
ELENA MARIA GARCIA
ELENITE NORMA IURKEWICZ FANTIN
ELI DORVINA GONCALVES
ELIANA DA SILVA
ELIANA MARIA NAWROSKI
ELIANE APARECIDA FANTIN DE ASSIS
ELIANE FERNANDES PONTES
ELIANE GOMES ALVES
ELIANE RODRIGUES DE MELLO
ELIDES TEREZINHA ROSA
ELISANGELA KOKOWIC
ELISANGELA PIRES
ELISETE ANTUNES MACIEL
ELIZABETE DOS SANTOS
ELIZABETH PONTES FERREIRA
ELIZANDRA ALVES DE ANDRADE

ELIZANDRA TEREZINHA DA VEIGA
ELIZANGELA DALAMARIA
ELIZETE DE FATIMA DA VEIGA
ELIZETE NUNES FRANCA
ELIZETE VIEIRA BISCARO RIBEIRO PONTES
ELLY DOS SANTOS
ELOIR RIBEIRO DE SOUZA
ELOISA ALVES RIBEIRO
ELOIZA APARECIDA CESCO
ELSA LEBKUCHEN ALBUQUERQUE
ELVENI MARTINS DE CAMPOS DA SILVA
ELY BENTO CAMARGO
ELZA DA SILVA DE FIGUEIREDO
EMILIA DOS SANTOS ANDRADE
ENI MARIA DOMINGOS RIBEIRO DA SILVA
ENI VICENTE DA SILVA
ERENI ANA ALVES DOS SANTOS
ERNA ELISABETH EHLERT TOMASCHESKI
ESTELA MARA APA RUZYCKI
ETELVINA ALVES MOREIRA
EUGENIA LOPES SANTANA
EVANIR DAS CHAGAS
EVANIR OLIVEIRA DE MATTOS
FABIANA ROSA
FABIANE BORGES DA SILVA
FABIANE LOPES CARDOZO
FATIMA APARECIDA CORREA DE LIMA
FATIMA APARECIDA DA CONCEICAO
FATIMA APARECIDA LEITE
FATIMA FERREIRA MENDES
FATIMA MARIA MANDELLI DA SILVA
FATIMA MARIA MAZZARDO GARCIA
FATIMA TELLES DE OLIVEIRA
FERNANDA APARECIDA DA SILVA
FERNANDA CAMPAGNIN
FERNANDA DAIANA DA SILVA
FERNANDA GOMES
FERNANDA GREGOLOM
FERNANDA REGINA RAMOS FERNANDES FRANCA
FLAVIA DE ALMEIDA
FLAVIA MARIA FRESQUI
FLORINDA DE JESUS OLIVEIRA
FLORINDA TRINDADE
FLORISIA RODRIGUES SOARES
FRANCELINA APARECIDA COSTA
FRANCIELE ALOISA SPORR
FRANCIELI PONTES
FRANCIELI RIBEIRO DE LIZ

GENELCI APARECIDA DE DEUS
GENI GRASPKI
GENI MARTINS DOS SANTOS
GENIANI LEIA DA SILVA
GENIR FATIMA DA SILVA
GENOEFA DA ROSA
GESIANY GLORIA LIMA DA SILVA
GESSY DE FATIMA RUFINO
GIANE PASA
GILDA APARECIDA DE ASSIS MOREIRA KOHLER
GILDETE APARECIDA THIBES
GIOVANA KARINA TORCHATTO
GIOVANA REICHARDT
GISELE CORONETTI
GISELE MORAIS
GISELE OLCANHESKI
GISLAINE PAN
GIZIELEM APARECIDA CARDOSO
GLAUCIA ANTONIA DA SILVA CREPALDI
GLAUCIA DIAS
HELENA DE FATIMA DA SILVA
HELIA APARECIDA PADILHA
IDENIR MASSAROLLI
IGNES DE OLIVEIRA CARDOSO
ILDA ALVES ZAMPIVA
ILDA FERREIRA DE SALES
ILZA TEREZINHA DA SILVA
INES JUSTINA MORATELLI BURATTO
INES MARIA SURDI
INEZ DE FATIMA DA ROSA DA SILVA
INEZ MAFALDA DE LIMA
INGRA CELIA DOS SANTOS
IONICE MORAES
IRACEMA APARECIDA DOS SANTOS MARTINS
IRACEMA BOEIRA DA SILVA
IRACEMA LOURDES FERNANDES LISBOA
IRACI DA ROSA MARTINS
IRACI FERNANDES GABRIEL
IRACI IRIA CERBATTO
IRACILDE APARECIDA DIAS
IRENE FERREIRA TERRA
IRENE PINTO
IRENE RODRIGUES
IRENE SILVA
IRES RISSARDI ESTREME
IRINEI FAITEN
IRIS SALETE GUZZI
ISAURA GONCALVES DIAS

ISELDE CARMEN FARIAS DA SILVA
IVANETE TEREZINHA RANDON
IVANILDE DE LOURDES FERREIRA
IVANIR ANTUNES RIBEIRO
IVANIR DOS SANTOS
IVANIR GOES CARINHATO
IVANIR MARTINS DOS SANTOS
IVANIR PEREIRA DOS SANTOS
IVANIR PEREIRA DOS SANTOS
IVETE APARECIDA FARIAS DOS SANTOS
IVETE APARECIDA RODRIGUES PALERMO
IVETE DA APARECIDA GERALDO
IVETE FARIAS
IVETE MARIA RIBEIRO DA SILVA DE MEIRA
IVETE PEREIRA DOS SANTOS
IVETE ROSSI GOLIN
IVETE VIEIRA CARDOSO
IVONE BORGES DOS SANTOS
IVONE CORREIA LEITE
IVONETE APARECIDA CORDEIRO SOTEL
IVONETE BOEING PORTELA ALBERTON
IVONETE DE MOURA
IVONETE GOULART DA SILVA
IVONETE PEREIRA DOS SANTOS
IVONETE RODRIGUES DA SILVA
IZABEL DOS SANTOS
IZABEL LUCIANE SALLES
JACIR LUIZ ANDREIS
JACIRA APARECIDA DA SILVA
JAIR RODRIGUES DE AZEVEDO
JANAINA DA SILVA
JANAINA RIBEIRO KUSTER
JANAYNA APARECIDA MIRANDA
JANDIRA BATISTA DOS SANTOS
JANDIRA MOREIRA
JANE APARECIDA GONCALVES DA SILVA
JANETE ANTUNES
JANETE APARECIDA DE CAMARGO
JANETE APARECIDA GONCALVES DOS SANTOS
JANETE CATARINA CAMARGO LARA
JANETE DA PARECIDA MARQUES
JANETE DE OLIVEIRA
JANETE GENIS
JANETE GONCALVES DA SILVA
JANETE GUEDES DE MORAIS
JANETE RODRIGUES DE CAMARGO
JANETE RODRIGUES DE OLIVEIRA
JANETE TEREZINHA ANTUNES DE LIMA

JANICE NAIR ERCEGO
JAQUELINE MORAIS
JEANE APARECIDA SOVRANI
JEANETE GRIGGIO
JENIFFER ELOISA DA SILVEIRA
JIZELI TEREZINHA ANTUNES GOMES
JOAO BATHISTA
JOAO QUEROBIN
JOCEANE APARECIDA GOMES
JOCELAINE FERREIRA BUENO
JOCELEI PEREIRA
JOCELI ROSA
JOCELIA ALVES DE OLIVEIRA TESTA
JOCELIA SALES DA SILVA
JOCELITO GONCALVES DA SILVA
JOELMA DOS SANTOS
JORECI MENDES
JOSANE PEREIRA
JOSIANE ALVES DOS REIS
JOSIANE FATIMA ZANOL
JOSIANE FERREIRA
JOSIELE LARANJEIRAS
JUCELEI MARIA ANTUNES DE CASTRO
JUCELI MARLENE SILVEIRA
JUCELIA ALVES DE MORAIS
JUCELIA DE LIMA ZAGO
JUCIELE APARECIDA MIRSCH
JUCIMARA APARECIDA DE SOUZA BORGES
JUCIMARA RUZYCKI
JUCINELIA LARA DE MORAIS
JUDI FRANCIOZI
JUDITE PINTO
JULIANA APARECIDA DA LUZ BATISTA
JULIANA APARECIDA MARTINS DA COSTA
JULIANA APARECIDA TOMAS FIGUEIRO
JULIANA BARBOSA DE LIMA
JULIANA FRIEBEL
JULIANE HELENA GUZZI
JULIETTE DEVENS WEBER
JULY FRANCIOZI
JURACI DA FONSECA DE SOUZA
JURACY MARTINS
JUSSARA DE OLIVEIRA
JUVILDES ANTONIA DA SILVA
KEROLEIN NAIARA DO CARMO NAVROSKI
LAIDE VEIGA
LAUDELINA DA SILVA
LAURA APARECIDA COLLACO PONTES

LAURENTINO ALMEIDA PINTO
LEANDRINA CONCEICAO DIAS DA SILVA
LEIA ANTUNES DE PRADO
LEIDIANE DA LUZ BATISTA DA ROSA
LEILA MARA DOS SANTOS
LENICE EVA APARECIDA RODRIGUES DA LUZ
LENINHA ALVES MOREIRA
LENIR SANDRI
LENITA TRINDADE
LENOIR TEREZINHA DA SILVA SOUZA GUMIEIRO
LEONETE MARIA ZONTA
LEONI TOMAS VIEIRA
LEONICE APARECIDA DUARTE DE SOUZA
LEONIDES ROSA
LEONILDA HONORATO FERREIRA BARROS
LEONINA PEDROSO
LEONIRA BARBOSA DE LIMA
LEONIRA HENING
LEOPOLDO DA LUZ
LESSANDRA FORTES
LETICIA LAZZARI
LIBIA GOIS TRINDADE
LIDIA GONCALVES DOS SANTOS
LILIAN MARIA FERNANDES DA SILVA
LINDAMAR DENARDI MICHELON
LOERI TEREZINHA DRUN MACHADO
LOIRI SALETE CORREA
LORDES APARECIDA ROSA
LORECI DE ALMEIDA
LORENA ALVES GARCIA
LORENI APARECIDA BALBINOT ALLEBRANDT
LORENI RODRIGUES DE QUEIROS PINTO
LORETE ANCILIERO
LOUDES DE OLIVEIRA
LOURDES DE FATIMA ANTUNES
LOURDES XAVIER DA SILVA
LOURI ANTONIESCA SCHULZ
LOYR MEIRA
LUANA CARVALHO DOS ANJOS
LUANA DOS SANTOS
LUCELIA DE FATIMA CORREA
LUCIA AMANCIO DA SILVA
LUCIA DA SILVA
LUCIA DE FATIMA FERNANDES
LUCIA DE FATIMA GUIMARAES
LUCIA JULIANOTTI GONCALVES
LUCIA ROSA DA SILVA
LUCIA TEREZINHA MORANDO DE OLIVEIRA

LUCIANA APARECIDA DE FREITAS
LUCIANA DE CASSIA PADILHA
LUCIANA DOMINGOS
LUCIANE DE LIMA
LUCIANE FRANCIELI DA SILVA
LUCIANE TEODORO DE ANHAIA
LUCIANI CRISTINI GOMES
LUCILA RODRIGUES DA SILVA
LUCIMAR ANTUNES DE LIMA
LUCIMAR CALDEROLLI
LUCIMAR DE FATIMA ALEXANDRE
LUCIMAR DENARDI DALANHOL
LUCIMAR PEPES DOS REIS FERNANDES
LUCIMAR RODRIGUES DA SILVA
LUCIMARA DE JESUS
LUCINDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
LUCINDA SALETE ALVES DA ROSA
LUCINEIA BARBOSA
LUCINEIA DE JESUS
LUCINEIA SANDRI
LUZIA DOS SANTOS DOMINGOS DE OLIVEIRA
LUZIA THIBES DE CAMPOS
MADALENA TEREZINHA ARGENTA
MAGDA REGINA FONTOURA MACHADO
MARCELINA CRUZ DA SILVA
MARCELINO RODRIGUES
MARCIA ALVES DE MORAES
MARCIA APARECIDA ALVES DOS SANTOS
MARCIA BASTIAN
MARCIA DA SILVA
MARCIA DIAS
MARCIA DIAS DOS SANTOS
MARCIA FAGUNDES DAS CHAGAS DE MEIRA
MARCIA HOLDEFER
MARCIA MARIA MOREIRA
MARCIA MIRANDA
MARCIA MOREIRA DOS SANTOS NERES
MARCIA PELLIN
MARCIA REGINA GOMES
MARCIANA SANGALETTI
MARCIELI REGINA DOS SANTOS BARBOSA
MARCILENE DOS SANTOS
MARGARETE APARECIDA MALMAN
MARGARETE ATT
MARGARETE DA SILVA SANTOS
MARGARETE SOARES
MARGARETH APARECIDA DE AVILA
MARI TEREZA ALVES DA SILVA

MARIA APARECIDA DA FONSECA
MARIA APARECIDA DA SILVA BALDISSERA
MARIA APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
MARIA APARECIDA MOREIRA
MARIA APARECIDA MOREIRA
MARIA APARECIDA PETROVITZ
MARIA BATISTA DOS SANTOS
MARIA BERNADETE GARIPUNA
MARIA CARNEIRO DE ALMEIDA
MARIA CAROLINA PINTO
MARIA CATARINA DE MORAIS
MARIA CLARICE MORAIS
MARIA CLEUNIR DE OLIVEIRA
MARIA CLEUSA DE MOURA
MARIA CONCEICAO DIAS DAS NEVES
MARIA CONCEICAO RUTH SCHMIDT
MARIA CUSTODIA MIRANDA
MARIA DA APARECIDA GALASSANS DZINGELESKI
MARIA DE FATIMA KUHN
MARIA DE FATIMA MOREIRA
MARIA DE LOURDES VOLFF
MARIA DE LURDES PLANS DE LIMA
MARIA DE LURDES VENTZ ZANAO
MARIA DE SOUZA
MARIA DOS PRAZERES RIBEIRO
MARIA DOS SANTOS FARIAS
MARIA EDIR DE OLIVEIRA
MARIA ENEDIL SOVRANI
MARIA ESTELA GARCIA CALIS TIL
MARIA EVA SILVEIRA
MARIA FATIMA ALVES
MARIA FIORENTINA BALESTRIN
MARIA FORTES
MARIA GRACIELA DA ROSA
MARIA HELENA DEMICIANO
MARIA HELENA DIAS
MARIA HELENA RIBEIRO THIBES
MARIA HELENA RODRIGUES
MARIA INES FERREIRA BRANDAO
MARIA IRACEMA MOREIRA DA SILVA RODRIGUES
MARIA ISOLINA DE ANDRADE
MARIA IZABEL DA VEIGA
MARIA IZABEL RAMOS
MARIA LEMOS
MARIA LENY ANDRADE DE RAMOS
MARIA LEONIR GONCALVES DOS SANTOS
MARIA LUCIA BATISTA
MARIA LUCIA DA SILVA

MARIA LUIZA CHAVES
MARIA LUIZA DE GODOY
MARIA LUIZA OSORIO MOREIRA
MARIA MADALENA OLIMPIO KANARSKI
MARIA MONICA FERNANDEZ ALVAREZ
MARIA NEUCI CORREA
MARIA OLGA ATT
MARIA PERCILIANA DOS SANTOS
MARIA REGINA GOIS TRINDADE
MARIA SALETE ALVES
MARIA SALETE BARETTI CARDOSO
MARIA SALETE DOS SANTOS PANTERA
MARIA SALETE FERREIRA BELUSSO
MARIA SALETE KNOP
MARIA SALETE VALLE
MARIA SOLANGE FERNANDES
MARIA SUELI DE ALMEIDA
MARIA TERESINHA BATISTA
MARIA TEREZINHA DE CASTILHO
MARIA TEREZINHA SANTOS TEDESCO
MARIA ZELINDA MORAIS
MARIA ZENIR DOS SANTOS CANAL
MARIANA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES
MARIANA ELIZETE RIBEIRO
MARIBEL MARIA CARLESSO
MARIDA DO SOCORRO DOS SANTOS
MARILDA SALETE MEIRA
MARILDE APARECIDA LINS
MARILDE FATIMA DOS SANTOS PRADO
MARILDE PADILHA DOS SANTOS GONCALVES
MARILDE ZANON
MARILEI BORGES
MARILEI RUZYCKI
MARILENE FATIMA MORAIS
MARILENE FERREIRA
MARILENE GONCALVES DIAS PELENTIR DE OLIVEIRA
MARILETE DOS SANTOS
MARILI GISLAINE GALDINO
MARILIA ELIAS VARELA
MARILISA TEREZINHA MEIRA
MARILU PIRES
MARILUCIA GUEDES DE LIMA
MARINA RUFINO DOS SANTOS
MARINES DAMBROS DE MELLO
MARINES DOS SANTOS
MARINES DOS SANTOS
MARINES ONEGREIRO
MARINES REIS

MARINEZ DALAZEN BALBINOT
MARINEZ GONCALVES
MARINO ORTIZ
MARISA APARECIDA DE AVILA
MARISA APARECIDA DE SOUZA
MARISA CONSTANTINO DOS SANTOS
MARISA IMACULADA VERISSIMO DA COSTA
MARISE PINHEIRO
MARISETE RODRIGUES DE BARROS KIRSCH
MARISTELA ALONCO
MARISTELA APARECIDA ZANELLA
MARISTELA CORREA DE LIMA
MARISTELA DE LIMA FRANCO
MARISTELA INEZ COSMA
MARITANI DIAS
MARIZA FERNANDES LISBOA
MARIZA MARQUES
MARIZA MORAIS DE OLIVEIRA
MARIZA RODRIGUES DA SILVA
MARIZANE VAZ
MARIZETE DOMINGUES DA ROSA
MARIZETE NARKOSKI VEIGA DOS SANTOS
MARIZETE RIBEIRO DOS SANTOS
MARIZILDA DE FATIMA RIBEIRO ORBANO
MARLEI ALVES DE ANDRADE
MARLENE APARECIDA CAMARGO
MARLENE CORDEIRO DE CAMPOS
MARLENE GOMES DAS ALMAS
MARLENE KAMINSKI
MARLENE LUIZ DOS SANTOS
MARLENE NATALIA BARP KUCINSKI
MARLENE TEREZINHA TEDESCO
MARLI APARECIDA GONCALVES
MARLI APARECIDA MACIEL
MARLI APARECIDA MOREIRA DA SILVA
MARLI DORNELIS
MARLI FATIMA TEDESCO
MARLI IVONE GAIO
MARLI NEVES DE MIRANDA
MARLI RODRIGUES DOS SANTOS
MARLI TEREZINHA DA CRUZ
MARTA DE LIMA CAMPOS
MARTA FATIMA ANTUNES
MARTA ISABEL DE OLIVEIRA
MARTA LOCATELLI
MARTA MOREIRA
MARTA PELLIN
MEDIANEIRA DE FATIMA CAMARGO DE ARAUJO

MERCEDES DOS SANTOS CORREA
MERI TEREZINHA ALVES DOS SANTOS MACIMAVICINS
MEURIN CRISLEI SOUZA MOREIRA
MICHELE DA SILVA FURTADO
MILTON MORAIS
MIRIAM DA SILVA
MIRIAM FERNANDES
MIRIS ALVES DOS REIS
MONICA DOS SANTOS DA SILVA
MONICA ESTER VIER
MONICA GONCALVES DA SILVA
MORGANA PRISCILA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
NADIA ANTUNES CARVALHO
NADILSE LUZIA PELINTIER
NADIR MARIA XAVIER DE OLIVEIRA
NADIR RIBEIRO
NAIANI APARECIDA PIRES DUARTE
NATALIA ALVES MOREIRA
NATALINA CALISCTIL
NAYR DOMINGOS DA FONSECA
NEIDE APARECIDA ALVES
NEIDE GIMBARSKI
NEIDIR TEREZINA DIAS DOS SANTOS
NEIVA HECKLER
NEIVA SANTINA DELANY PERETI
NEIVA VARELA
NEIVANIR RODRIGUES
NELCI APARECIDA CHAVES BRANCO
NELCI APARECIDA MICHELON FRUET
NELCI DE SOUZA
NELI LUCI ANTUNES
NELI RODRIGUES DE QUEIROS
NELINA ROQUE BRANDINO DOS SANTOS
NEUSA APARECIDA RIBEIRO
NEUSA DE FATIMA POLICENO
NEUSA LISBOA MARTINS DOS SANTOS
NEUSA MARIA DOS SANTOS
NEUSA MOREIRA DA SILVA
NEUSO JESUS MORAES
NEUZA APARECIDA CORREA
NEUZA TEREZINHA MARTINS DOS SANTOS
NILDA FRANCISCA MENGUE TURMINA
NILDA IOLANDA LEMES
NOELI DE SOUZA ZENERE
NOELI GENIS MELERE
NOELI LOURENCO DE MELLO
NOELI MORAIS GHELLER
NOELI TEREZINHA VALERIO

NOEMI DA SILVA
NOEMY DA SILVA ALVES
NOERCI FONTES DE RAMOS DOS SANTOS
ODETE APARECIDA GAIO
ODETE CONCEICAO
ODETE DIAS
OLINDA APARECIDA DOS SANTOS
OLVIDE CLARA GUZZI
ONEIDE VALMIR GOMES
ONILDO UBIALI
ORDALINA PEREIRA DE MORAIS
ORILINA PERETTI
ORQUELI DOS SANTOS GUERREIRO
OSNI LOPES CARDOSO
OSNIR NUNES DOS SANTOS
OTACILIO ANTUNES DE SOUZA
OTACILIO LUIZ DE ABREU
OTILIA DAS GRACAS CORDEIRO
OTILIA ENILZA ANTUNES NEVES
OZANA ALVES
PATRICIA APARECIDA FERREIRA NERIS
PATRICIA APARECIDA RAYZER TESKE
PATRICIA RODRIGUES DOS SANTOS ANJOS
PAULO CLOVIS DE OLIVEIRA
PRISCILA GLORIA XAVIER LEAO
RAIMUNDA MATILDE RIBEIRO DE OLIVEIRA
RAQUEL DA SILVA BOEIRA DE ANDRADE
RAQUEL PERRONE ANSELMO
RAQUEL SALETE PAZ
RAQUEL VANESSA VOLPATTO
REGIANE DIAS
REJEANE ALVES DE BOLBA SANTOS
RELEODIR APARECIDA NUNES COSTA
REMI DE FATIMA DE OLIVEIRA MACIEL
REVAILDA APARECIDA COSTA
RITA DA SILVA
RITA DE CASSIA DE LARA
RITA SIQUEIRA
ROSA APARECIDA NUNES
ROSA DIAS MOREIRA ALVES
ROSA GENIS QUARESMA
ROSA MARIA LINS
ROSALINA LEONIDA WINK
ROSALINA MACHADO FIABANE
ROSALINA RUBINI
ROSANA DE FATIMA DELFE
ROSANA FERREIRA
ROSANA RODRIGUES DA FREITAS

ROSANA VEIGA
ROSANE ANTUNES
ROSANE APARECIDA DE OLIVEIRA DA SILVA
ROSANE ATT
ROSANE DA LUZ RIBEIRO
ROSANE DE OLIVEIRA
ROSANE DE SOUZA
ROSANE OLIVEIRA
ROSANGELA APARECIDA COSTA
ROSANGELA KOKOWIC
ROSANGELA PANTERA
ROSE APARECIDA MAFI
ROSE PELENTIR
ROSE RIBEIRO DOS SANTOS
ROSELAINE NARDES MELO DE SOUZA
ROSELEI GUARNIERI
ROSELENE ADAM
ROSELI APARECIDA DOMINGUES BARETTI
ROSELI CAMPOLIN DOS SANTOS
ROSELI DA ROSA
ROSELI DE ALMEIDA
ROSELI DE SOUZA
ROSELI FATIMA VICENTE
ROSELI FOGACA
ROSELI MOTTA
ROSELI OSMARIN BATISTA
ROSELI PANTERA
ROSELI RODRIGUES RIBEIRO
ROSELITA TEREZINHA PINTO
ROSEMARI RIBEIRO DO NASCIMENTO
ROSEMERE BATISTA DE JESUS PINTO ALVES
ROSEMILDA DA SILVA CARRAO
ROSENAIDE MARIA DE RAMOS
ROSENI VARELA GONCALVES
ROSILENE DREHMER
ROSILENE MARIA DALLAGNOL
ROSIMAR APARECIDA DOMINGOS
ROSIMAR DA SILVA
ROSINHA DE CAMPOS
ROSITA APARECIDA RODRIGUES
ROZELI POLICENO
ROZMARI FATIMA ALBANI
RUBIA DAIANI RAMOS
RUTE DE OLIVEIRA
RUTH MARA DA SILVA
RUY NORATO DO AMARAL
SALETE ALONSO DE SOUZA
SALETE ANTUNES DE MOURA

SALETE CORDEIRO DE LIMA DEICHE
SALETE DE SOUZA MACHADO FRANCA
SALETE FAE
SALETE FAGUNDES MAZUREK
SALETE FARIAS
SALETE FERNANDES MEDEIROS
SALETE MORAES
SALETE SCUCIATO FANTIN
SALETE TELLES DE OLIVEIRA
SAMANTA DE SOUZA
SAMIRA RIBEIRO DE GODOY SALGADO
SANDRA APARECIDA BARBOSA
SANDRA APARECIDA BATISTA
SANDRA BRIGIDA MIGUEL
SANDRA CATIA FERREIRA DA SILVA
SANDRA LUCIA WAZLAWICK
SANDRA MARA RODRIGUES
SANDRO DO PRADO
SARA GONCALVES RYBANDT
SEBASTIANA DOS SANTOS RIBEIRO RODRIGUES
SEBASTIANA RIETER
SERGIO FERNANDO ALVES
SERGIO LUIZ MERGERT
SIDNEIA APARECIDA VARELA
SILMARA APARECIDA MANDELLI
SILMARA PEREIRA
SILMARA REGIANE DOS SANTOS
SILVALINA FERREIRA
SILVANA APARECIDA FALCHETTI A RIBEIRO
SILVANA APARECIDA LOPES
SILVANA ARMILIATTO
SILVANA CARDOSO DE LIMA
SILVANA CRUZ DA SILVA
SILVANA SAROTREL COSSA
SILVANIA TERESINHA DA SILVA
SILVIA DIAS
SILVIANE APARECIDA DE LIMA
SIMONE BATISTA DE OLIVEIRA
SIMONE GONCALVES ALVES
SIMONE JOSE MARIA
SIMONE NUNES
SIMONE RODRIGUES DE OLIVEIRA
SIRLEI APARECIDA FELIX
SIRLEI APARECIDA HECKLER
SIRLEI DE FATIMA DA ROSA
SIRLEI DOMINGOS
SIRLEI FATIMA MACIEL
SIRLEI FERREIRA DE SALLES KUSTER

SIRLEI GUEDES FERREIRA
SIRLEI MACIEL
SIRLEI MARIA CARNIEL
SIRLENE APARECIDA ALVES DOS SANTOS
SIRLENE GOMES
SIRLEY APARECIDA DA VEIGA CORDEIRO
SOELI TEREZINHA PETRY
SOLANGE ALVES DOS SANTOS
SOLANGE COSTA VALIERI
SOLANGE FELIX BATISTA
SONIA APARECIDA ANTUNES DE LIMA
SONIA DE OLIVEIRA FERREIRA
SONIA MARIA DOS SANTOS BRANCO
SUELI BARTH CORDEIRO SANTOS
SUELI DA SIVA
SUELI FERNANDES
SUELI FILOMENA SOMMARIVA
SUELI PADILHA
SUELI PEREIRA DUARTE
SUELI RIBEIRO
SUELLEM FABRICNEI
SUSANA ANTUNES
SUZANA COSTA
SUZANE APARECIDA QUEIROZ
TANIA REGINA ALVES
TANIA REGINA ALVES
TANIA REGINA MENEZ NERES
TATIANA SILVEIRA DRUN
TATIANE DE GOES SOUZA
TATIANE GRAZIELA DE OLIVEIRA
TATIANI BATTISTELLA SCHIEVELBEIN
TERESA DIAS JACINTHO
TERESA FRIEBEL
TERESINHA DE JESUS PAZ
TERESINHA PASTORE BRIDI
TEREZA ALVES RIBEIRO DA SILVA
TEREZA BORGIA
TEREZINHA ALVES MOREIRA
TEREZINHA APARECIDA GONCALVES
TEREZINHA APARECIDA GUINDANI
TEREZINHA APARECIDA PEREIRA
TEREZINHA CORREA DE LIMA FAITEN
TEREZINHA DA SILVA KOHLER
TEREZINHA DE A DE O TONIAZZO
TEREZINHA DE FATIMA ALMEIDA LAVRATTI
TEREZINHA FERNANDES FRANCA
TEREZINHA FERREIRA
TEREZINHA LOPES CARDOZO

TEREZINHA MOREIRA RODRIGUES
TEREZINHA ORBANO
TEREZINHA PEREIRA DOS SANTOS
TEREZINHA RODRIGUES
TEREZINHA ROSANI DE SOUZA
TEREZINHA SALETE DE LIMA
TEREZINHA VIEIRA CARDOSO
THAIZA DA COSTA
VALDECIR FERNANDES
VALDIR SERAFINI
VALDOMIRO LINS
VALERIA SILVEIRA
VALMIR DE MELLO
VANDA APARECIDA TIBES FERREIRA
VANDERLEIA ANTUNES SILVEIRA
VANDERLEIA DONDONI PANHO
VANDERLEIA ELIAS VARELA
VANESSA APARECIDA GONCALVES
VANESSA TAIANE DE ANDRADE
VANEZA QUADROS DE GOIS
VANILCE BARETTI
VANILDA APARECIDA PIRES
VERA LUCIA FERREIRA
VERA LUCIA GOMES DE OLIVEIRA
VERA LUCIA HEEMANN
VERA LUCIA PASSAGLIA
VERA LUCIA TIDRE
VERA MARIA DOS SANTOS
VERA MARIA DOS SANTOS SILVA
VERALUZ DA ROSA
VERONICA DE FATIMA DE OLIVEIRA
VERONICE LIZ DA SILVA
VERONILDA FERRAZ
VILMA RODRIGUES BUENO
VILMA WANDSCHEER TEODORO
VITALINA BONFIN OLIVEIRA
VITORIA LEITE GUIMARAES
VIVIANE GOMES ALVES
VIVIANE LOPES
WLADENIZE APARECIDA COSTA NOWAK
ZELI DE JESUS
ZELIA ANTUNES RODRIGUES
ZELINA SALES DA ROSA DE ARAUJO
ZENAIDE RODRIGUES NAZARZO DA SILVA
ZENAIDE TEREZINHA MEDEIROS
ZENILDA TEREZINHA DE SOUZA
ZENIR BATISTA DOS SANTOS
ZENIR CHRISTOFEL

ZENIRA JACINTO DA SILVA COLASSO
ZENITA ALEXANDRE BRESOLIN
ZENITA ELIZIO
ZULEIDE APARECIDA SOS SANTOS

Edital de Convocação nº 036/2010

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 036/2.010
PROCESSO SELETIVO Nº 11/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 011/2009:

CONVOCADO	CARGO
1. Albari Martins	Agente Serv. Manutenção - Soldador Mecânico

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Exame Médico Admissional (Agendar no DP - 3566 9045)
- Carteira de Trabalho com Nº PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone se tiver;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso; CPF; Título de Eleitor; Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Se tiver dependentes para fins de Imposto de Renda, anexar declaração com nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração de Bens;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 20 de julho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Edital de Convocação nº 037/2010

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 037/2.010
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 02/2.010

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo - Edital nº 02/2.010:

CONVOCADO	CARGO
1. Valmor Rossi	Ag. Op. Espec. - Operador de Trator de Lâminas

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Exame Médico Admissional (Agendar no DP - 3566 9045)
- Carteira de Trabalho com Nº PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone se

tiver;

- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso; CPF; Título de Eleitor; Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Se tiver dependentes para fins de Imposto de Renda, anexar declaração com nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração de Bens;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 22 de julho de 2.010
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Edital de Convocação nº 038/2010

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 038/2.010
PROCESSO SELETIVO Nº 11/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocadas as candidatas abaixo relacionadas para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificadas no Processo Seletivo nº 011/2009:

CONVOCADA	CARGO
1. Marli Terezinha Melo dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais
2. Solange Rodrigues dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais
3. Ivete Beatriz Lins	Auxiliar de Serviços Gerais
4. Denise dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais

As convocadas deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Exame Médico Admissional (Agendar no DP - 3566 9045)
- Carteira de Trabalho com Nº PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone se tiver;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso; CPF; Título de Eleitor; Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Se tiver dependentes para fins de Imposto de Renda, anexar declaração com nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração de Bens;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 26 de julho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

